



CAMINHOS PARA UMA SOCIEDADE MAIS INCLUSIVA

Jenny Sousa, Carla Freire, Catarina Mangas
(Coordenadoras)





**CAMINHOS PARA
UMA SOCIEDADE
MAIS INCLUSIVA**

CAMINHOS PARA UMA SOCIEDADE MAIS INCLUSIVA

COORDENADORES

Jenny Sousa – CICS.NOVA – iACT / CI&DEI, ESECS, Politécnico de Leiria
Carla Freire – CI&DEI, LIDA, ESECS, Politécnico de Leiria
Catarina Mangas – CICS.NOVA – iACT / CI&DEI, ESECS, Politécnico de Leiria
Todos os direitos reservados

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
Rua Fernandes Tomás, nºs 76-80, 3000-167 Coimbra
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net • editora@almedina.net

REVISÃO

Maria João Fonseca

Esta edição foi sujeita a revisão científica por pares

DESIGN DE CAPA

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMAGEM DA CAPA

Leonel Brites

PAGINAÇÃO

João Jegundo

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

PENTAEDRO, LDA.

DEPÓSITO LEGAL

492320/21

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto Refª UIDB/05507/2020. Agradecemos adicionalmente ao Centro de Estudos em Educação e Inovação (CI&DEI) e ao Politécnico de Leiria pelo apoio prestado.



Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

CAMINHOS PARA UMA SOCIEDADE MAIS INCLUSIVA

Caminhos para uma sociedade mais inclusiva / coord.

Jenny Sousa, Carla Freire, Catarina Mangas

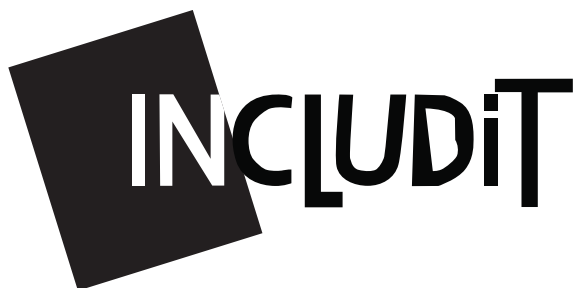
ISBN 978-972-40-9848-7

I – SOUSA, Jenny

II – FREIRE, Carla

III – MANGAS, Catarina, 1982-

CDU 316



CAMINHOS PARA UMA SOCIEDADE MAIS INCLUSIVA

Jenny Sousa, Carla Freire, Catarina Mangas
(Coordenadoras)

ÍNDICE

ESTIMULAÇÃO MULTISSENSORIAL PARA POTENCIALIZAR A MEMÓRIA DE PESSOAS NA ADULTEZ AVANÇADA COM TRAÇOS DE DECLÍNIO COGNITIVO	11
ACESSIBILIDADE TEXTUAL E TERMINOLÓGICA PARA ADULTOS DE ESCOLARIDADE LIMITADA NO BRASIL.....	33
LIVROS EM MULTIFORMATO E MULTISSENSORIAL E SEUS RECURSOS INCLUSIVOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.....	53
LIVRO INFANTIL MULTIFORMATO	75
ESCRIVÃES DA CORTE DE TERMINOLOGIAS E MODISMOS: O FOCO É INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA PRÁTICA!.....	95
LITERATURA INFANTIL INDÍGENA: KUBAI, O ENCANTADO	117
DESIGN PARTICIPATIVO COM MIGRANTES E DOCENTES DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	135
“OS CIDADÃOS QUEREM SER INFORMADOS”: ESTUDO DE CASO SOBRE O PAPEL DO DESIGN NO ACESSO E USO DE DADOS ABERTOS DO GOVERNO.....	157

RELAÇÃO DO DESIGN COM A PARTICIPAÇÃO CÍVICA DIGITAL PARA PESSOAS COM DIVERSIDADES FUNCIONAIS: ESTUDO EXPLORATÓRIO	181
A PRESTAÇÃO SOCIAL PARA A INCLUSÃO COMO CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS DOS CIDADÃOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	205
OS MEIOS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO QUADRO DO DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA: AS (100) “REGRAS DE BRASÍLIA” E A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	223
TRAZER BRAGANÇA PARA O MAPA DA ACESSIBILIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIAS NO MUSEU DO ABADE DE BAÇAL E NO MUSEU DA TERRA DE MIRANDA	251
OS VISITANTES SENIORES NOS CENTROS DE INTERPRETAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DE UMA COMUNICAÇÃO ACESSÍVEL	271
TURISMO E ACESSIBILIDADE: ANÁLISE DAS PESQUISAS DESENVOLVIDAS NO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	297
O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE NA PANDEMIA: AÇÕES DO PROJETO “COMUNICAR SEM BARREIRAS EM TEMPOS DE COVID-19”	309
LÍNGUA GESTUAL E CINEMA DE ANIMAÇÃO — CRUZAMENTO DE ARTE E CULTURA EM PROL DA INCLUSÃO	331

NOTA INTRODUTÓRIA

Caminhos para uma sociedade mais inclusiva é o título da obra que aqui se apresenta. Surge num contexto que nos obriga a refletir sobre o modelo de desenvolvimento social, educativo e cultural que temos trilhado e que nos desafia a (re)pensar as questões da acessibilidade e da inclusão, numa sociedade cada vez mais plural e distinta. Com efeito, tendo como moldura enquadradora uma sociedade globalizada e heterogénea, parece-nos de suma importância impulsionar e facilitar a verdadeira participação, valorizando todas as fontes de diversidade.

Vivemos numa época de procura, de realização pessoal e de bem-estar para todos, independentemente dos nossos atributos ou necessidades. Contudo, e apesar da crescente sensibilização, sabemos que ainda existem muitos cidadãos, que pelas suas características ou condições, se veem impossibilitados de usufruir, de forma equitativa, dos mesmos direitos da restante sociedade. Para além disso, deparam-se com maiores obstáculos para desenvolverem as suas capacidades, começando, desde logo, na impossibilidade de usufruírem de todos os espaços e equipamentos sociais, educativos, culturais e comunitários.

O leque de pessoas incluídas neste grupo é bastante amplo. Compreende os indivíduos que, por diversos motivos, têm dificuldade em desenvolver um processo normalizado de socialização e, por conseguinte, a sua participação enquanto cidadãos em igualdade de circunstâncias fica hipotecada.

O desenvolvimento operativo dos conceitos de acessibilidade e inclusão exige que as condições sociais, educativas, culturais, políticas e económicas

não sejam obstáculos para a autonomia de todos os indivíduos, mas antes verdadeiras possibilidades. Há que unir esforços e criar novos modos de atuação para que a igualdade não se meça apenas por manifestações exteriores, mas sim, pela minimização das limitações pessoais, resultando em maiores níveis de concretização pessoal e participação social.

Este é o panorama que gostaríamos de fortalecer na sociedade atual, associado ao respeito por todos, percebendo nas diferentes possibilidades, novos desafios e inéditos campos, ultrapassando ideias e práticas que subvalorizam, excluem e marginalizam, consciente ou inconscientemente.

Foi precisamente na procura deste desiderato que se realizou a VI Conferência Internacional para a Inclusão (INCLUDiT VI), em 2020, constituindo-se num fórum destinado a refletir sobre a importância da acessibilidade e da inclusão nos dias de hoje. O evento procurou contribuir para a construção de um trabalho promotor de cidadania e de participação comprometida com o desenvolvimento e a autonomia do ser humano, independentemente das suas características. Das comunicações apresentadas, resultou um conjunto ampliado de textos, sujeitos a uma revisão por pares e que agora se tornam públicos.

Este livro, apoiado pelo Centro de Estudos em Educação e Inovação (CI&DEI), a quem agradecemos, tem como principal objetivo construir pontes entre a teoria e a prática, partilhar a investigação mais recente desenvolvida na área da acessibilidade e inclusão, bem como, divulgar boas práticas realizadas neste âmbito. A todos estes trabalhos, da responsabilidade dos seus autores, subjaz um modelo que perceciona as pessoas como sujeitos autónomos com capacidade de cidadania, numa lógica de que todos têm possibilidades e limitações, sendo a sociedade responsável pela sua exclusão ou inclusão.

Esperamos que os contributos dos investigadores e profissionais que aqui apresentamos possam ser promotores de transformação dos contextos sociais, educativos, culturais e comunitários, no sentido de os tornar mais acessíveis, inclusivos, solidários e participativos. Mais ainda: acreditamos que esta obra possa contribuir para o desenvolvimento de processos de consciencialização que permitam uma efetiva inclusão de todos.

JENNY SOUSA, CARLA FREIRE, CATARINA MANGAS

ESTIMULAÇÃO MULTISSENSORIAL PARA POTENCIALIZAR A MEMÓRIA DE PESSOAS NA ADULTEZ AVANÇADA COM TRAÇOS DE DECLÍNIO COGNITIVO

Raquel Oliveira

ESECS, Politécnico de Leiria, Brasil. tdfraquel@gmail.com

Luís Filipe Barbeiro

CI&DEI, ESECS, Politécnico de Leiria, Portugal. luis.barbeiro@ipleiria.pt

Maria João Santos

CI&DEI, ESECS, Politécnico de Leiria, Portugal. m.joao.santos@ipleiria.pt

Resumo: Nas últimas décadas, os estudos do desenvolvimento humano, muito em particular as descobertas sobre a plasticidade cerebral (Schlindwein-Zanini, 2010), permitiram perceber que este desenvolvimento acompanha o ciclo de vida da pessoa. Assim, em todas as fases, é possível estimular funções, como a linguagem, a atenção e a memória, usando um programa de treino dessas capacidades. O objetivo deste artigo é analisar os resultados de um programa de estimulação multissensorial em pessoas na fase da adultez avançada com traços de declínio cognitivo. A nossa pesquisa teve por base a dinamização de dez sessões de intervenção em grupo, duas vezes por semana, com duração de uma hora, durante um período um pouco superior a um mês. O programa englobou atividades de estimulação multissensorial para a memória. Participaram neste estudo cinco adultos: dois do sexo feminino e três do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 78 e os 94 anos. Os instrumentos utilizados para a recolha de dados foram o *Mini Mental State Examination*, o *Índice de Barthel*, o Dossiê de Saúde e o Diário de Bordo.

Os resultados da análise quantitativa e qualitativa evidenciam efeitos benéficos da intervenção multissensorial em termos de memória, desenvolvimento e manutenção da capacidade cognitiva a partir do treinamento cognitivo.

Palavras-chave: adultez avançada; declínio cognitivo; estimulação multissensorial; memória; treinamento cognitivo.

Abstract: In the last decades, the study of human development, in particular the discoveries about brain plasticity (Schlindwein-Zanini, 2010) allowed us to realize that this development accompanies the person's life cycle. Thus, in all stages, it is possible to stimulate functions, such as language, attention and memory, using a training program for these abilities. This study aims to analyse the results of a multisensory stimulation program in people in the stage of advanced adulthood with features of cognitive decline. The intervention took place with a group of people in the stage of advanced adulthood with some traces of dementia resulting from illness, in cognitive decline, specifically at the level of memory. The intervention unfolded along ten group sessions, twice a week, lasting one hour, for a period slightly longer than one month. The program included multisensory stimulation activities for memory, with clear stimuli and strategies that involve the transfer of learning. Five adults participated in this study: two females and three males, aged between 78 and 94 years. The instruments used for data collection were the Mini-Mental State Examination, the Barthel Index, the Health Dossier and the Logbook. The results show beneficial effects of multisensory intervention in terms of memory, development and maintenance of cognitive capacity from cognitive training

Keywords: advanced adulthood; cognitive decline; cognitive training; memory; multisensory stimulation.

1. Introdução

O envelhecimento é algo que vem crescendo rapidamente em todo o mundo, o que tem efeitos na funcionalidade do ser humano e interfere na qualidade de vida, autogestão do comportamento, relações interpessoais e expectativas de vida. Todos desejamos um envelhecimento que nos propor-

cione preservação da capacidade funcional, autonomia e independência para as tarefas mais simples, como alimentar-se ou caminhar.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2002) em 1950, havia aproximadamente 200 milhões de pessoas em torno dos 60 anos em todo o mundo. Para 2020, a previsão apontava para a existência de 550 milhões de pessoas e a expectativa para 2025 é que alcance 1200 milhões de pessoas com mais de 60 anos. De acordo com esta tendência, o INE prevê que em 2060, em Portugal, a população idosa represente 32% da população do país (INE, 2004). Quanto maior for a expectativa de vida a partir dos 65 anos, maior será a transformação no padrão de mortalidade, surgindo o índice de doenças degenerativas em ascensão, com destaque para as demências e para a doença de Alzheimer. Consequentemente, aumenta a preocupação e a necessidade de políticas públicas, com as respectivas implicações financeiras, para assegurar qualidade de vida a esta população idosa, assim como a promoção de um envelhecimento saudável. O rastreio precoce das capacidades cognitivas pode garantir um planeamento atempado, tornando possível o desenvolvimento de um programa de treino e prática para que o idoso tenha a oportunidade de receber uma resposta mais eficaz em relação à capacidade de gerir a própria vida.

O processo do envelhecer apresenta uma componente biológica intrínseca, progressiva e universal, que pode variar de um indivíduo para o outro, e está sujeita ao surgimento de doenças (Freitas *et al.*, 2017). Quanto à função cognitiva, a idade constitui um fator determinante para o défice cognitivo e demência (Cerejeira *et al.*, 2016). Por conseguinte, atualmente, há necessidade cada vez maior de um diagnóstico precoce do declínio cognitivo.

Nos últimos anos os estímulos multissensoriais têm-se tornado um recurso cada vez mais útil em geriatria, devido aos múltiplos benefícios que trazem aos idosos (Zimerman, 2000). Essa relevância é reforçada pelo facto de, como deixámos expresso, um número cada vez maior de pessoas atingir níveis etários mais avançados, sofrendo, no entanto, de problemas, não apenas físicos, mas também do foro cognitivo (Schlindwein-zanini, 2010). Torna-se, em consequência, relevante conceber e pesquisar a implementação de programas que possam trazer contribuições para a preservação e recuperação de capacidades. Estas contribuições são corroboradas por vários autores, nomeadamente Santos e Paúl (2006) e Martins (2011).

Neste texto apresentamos uma pesquisa de natureza empírica, para a qual fomos motivados pela procura de conhecimento científico em relação à estimulação multissensorial, nomeadamente acerca de como pode ser aplicada e de quais os contributos que pode trazer para o desenvolvimento da memória.

2. Declínio cognitivo — causas e implicações na idade senil

Há alguns anos entendíamos a deterioração cognitiva apenas como algo fisiológico, decorrente do processo natural de envelhecer. Atualmente, percebemos que, mesmo que o indivíduo apresente um declínio gradual natural de determinadas funções cognitivas, há também aqueles que têm a condição patológica causada, por exemplo, por doenças degenerativas.

Na DSM-V (2014) há uma nova classificação quanto à demência, incluída nas «Perturbações Neurocognitivas Major», que apresenta como característica um declínio cognitivo maior em relação a um nível prévio de desempenho numa ou mais funções cognitivas, como atenção complexa, funções executivas, aprendizagem e memória, linguagem, capacidade perceptivo-motora, cognição social. Assim, o défice de memória deixa de ser essencial no diagnóstico. Este mesmo manual classifica também um declínio cognitivo modesto como «Perturbação Neurocognitiva Ligeira», que serve para caracterizar uma situação intermediária entre o envelhecimento normal e a demência propriamente dita.

Who (2012) destaca que, com o aumento dos casos de demência, precisamos de entender melhor como se desenvolve esta síndrome, visto que existem vários tipos de demência, das quais as mais frequentes são: a Doença de Alzheimer (DA), a Demência Vascular, a Demência de Corpus Lewy e a Demência Frontotemporal. A DA é a mais conhecida, tendo uma incidência de 60-70% entre todos os casos diagnosticados.

Como indicado, de acordo com os critérios da DSM-V (2014), há vários tipos e graus de demência. Apresentamos, de seguida, as que estão presentes no grupo que participou na pesquisa a que se refere o presente estudo.2.1. Perturbação neurocognitiva major ou ligeira devida a Doença de Alzheimer

De acordo com Jack *et al.* (2011), citado por Albuquerque, Esteves e Cerejeira (2016), existem três estágios para a doença de Alzheimer:

1. Fase pré-clínica: há alterações neuropatológicas, mas não existem ainda as manifestações clínicas da doença.
2. Fase de défice cognitivo ligeiro: não altera as atividades da vida diária, mas há o início dos sintomas da doença.
3. Fase de demência: fase de total dependência, na qual as atividades da vida diária estão comprometidas.

Segundo Callone e seus colaboradores (2006), a doença de Alzheimer está classificada como um transtorno mental e comportamental, e o seu desenvolvimento dá-se à medida que as células nervosas cerebrais sofrem uma diminuição em número e em tamanho. É uma demência degenerativa cortical, o que significa uma atrofia que predomina no neocórtex cerebral, onde o indivíduo perde células, ou seja, perde função cognitiva, uma vez que o nosso cérebro está dividido por funções específicas e todas as partes trabalham juntas para que todo o nosso corpo possa funcionar bem. Em 1907, Alois Alzheimer fez um relato do estudo de um seu paciente de 51 anos que teve uma grave deterioração cognitiva, tendo avançado para o quadro de demência apresentado degenerações neurofibrilares. O seu professor Kraepelin denominou, em 1910, esta síndrome demencial como doença de Alzheimer, em homenagem ao seu aluno. Em 1977, aconteceu o primeiro congresso sobre esta doença em Londres, é a demência mais comum no mundo. Ott e Cols (1997) comprovaram que na Europa a doença apresentava uma incidência de 10,7 por 1000 (sendo a percentagem maior em mulheres — 13,1 por 1000 — do que em homens — 6,9 por 1000) e que esta incidência aumenta com a idade, de 0,9 por 1000 nas pessoas entre 55 e 64 anos até 97,2 por 1000 nos maiores de 95 anos. Em Portugal, ainda não foi realizado nenhum estudo que apresente a realidade em relação à prevalência desta doença, mas de acordo com a Alzheimer Europe (2019) os dados apontam para mais de 193 500 pessoas com demência. Já o relatório da *Health at a Glance* «Uma visão da saúde» (2017) da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) coloca Portugal como quarto país com mais casos por cada mil habitantes. A média da OCDE é de 14,8 casos por mil habitantes e em Portugal a estimativa é de 19,9. Caca-belos (1995) afirma que, com a evolução da doença, há uma deterioração das funções cognitivas, como memória, atenção, linguagem, cálculo, pen-

samento, capacidade de aprender, compreensão, etc. Geralmente, chega-se a este diagnóstico quando se percebe um declínio das funções cognitivas que prejudicam as atividades pessoais e da vida diária dos sujeitos. Todas estas manifestações acabam por alterar o comportamento, a personalidade e a pessoa em si enquanto ser funcional. Na idade senil é comum ocorrer um declínio cognitivo com o avançar da idade, por isso, são muito importantes uma avaliação e diagnóstico precisos, para que haja possibilidade de definir o melhor tratamento para cada caso. A doença de Alzheimer é classificada por fases: ligeira, moderada e grave. Na fase ligeira, nota-se perda das palavras, a memória de curto prazo apresenta bastantes falhas, surgem dificuldades de cálculo, de lidar com pagamentos, ocorrem episódios de perder as coisas, de não saber onde se está, de repetição de perguntas, para além de lentidão para concluir tarefas do dia-a-dia e alterações na personalidade e no humor. Na fase moderada, acontecem alterações mais evidentes no pensamento, linguagem e consciência. A pessoa pode apresentar dificuldade em reconhecer familiares e amigos, apatia, depressão, alucinações, delírios, entre outras alterações psicológicas e de comportamento. Já na fase grave, os doentes tornam-se completamente dependentes, falam pouco, não se querem alimentar, apresentam dificuldade para engolir, perda de peso, convulsões, excesso de sono e ausência de controlo do intestino e bexiga.

Quanto aos fatores de risco, são citados: idade (pois é grande o quadro de demência para pessoas com mais de 85 anos), sexo (maior incidência nas mulheres), genética, historial familiar, traumatismo cranioencefálico, acidente vascular cerebral, doença cardíaca, hipertensão, diabetes mellitus tipo 2 e a inatividade física. Alguns pesquisadores têm estudado as alterações químicas, os fatores ambientais e os processos imunitários que possam provocar danos às células cerebrais. Alguns destes fatores são impossíveis de transformar, mas a ação sobre outros pode ajudar a prevenir a doença, nomeadamente através da transformação do estilo de vida e de tratamentos médicos adequados.

2.1. Perturbação neurocognitiva vascular major ou ligeira

É atribuído o diagnóstico de possível perturbação neurocognitiva vascular quando estão preenchidos os critérios clínicos, mas não estão disponíveis

exames imagiológicos e não está estabelecida uma relação temporal entre a síndrome neurocognitiva e um ou mais eventos cerebrovasculares.

Segundo dados do INE (2011), o AVC é a principal causa de morte em Portugal. A OMS (2009) declarou o AVC como a segunda causa principal de morte e de incapacidade, pois há inúmeras sequelas físicas, mentais e sociais, que trazem limitações na realização de suas atividades diárias. Ferraz (2003) considera favorável a declaração que foi feita em Helsingborg, em 1995, onde peritos planearam um conjunto de metas a alcançar até ao ano de 2005 em relação à gestão do AVC. Este plano tinha como objetivo organizar os cuidados a prestar, medidas de prevenção e uma equipa especializada ao utente com AVC. Ferro (2006) afirma que os acidentes vasculares cerebrais, que são afeções neurológicas agudas, são muito comuns em Portugal. Surgem devido à interrupção ou bloqueio da irrigação sanguínea e, portanto, apresentam sintomas e sinais causados pela perda de função do sítio afetado. Geralmente, o que ocorre são perturbações psiquiátricas, enxaqueca com aura, síndrome confusional aguda de causa metabólica, infecciosa ou iatrogénica, vertigens, hematoma subdural e neoplasias intracranianas. O acidente vascular encefálico pode ser isquémico ou hemorrágico. No isquémico não há hipodensidade e geralmente acontece no território carotídeo ou no vertebrobasilar. As manifestações clínicas deste tipo de AVC, geralmente, são parestesia do membro inferior contralateral, síndrome frontal, afasia transcortical (hemisfério esquerdo), hemiparesia contralateral, de predomínio braquial, afasia global, alexia, agrafia, apraxia, neglect (hemisfério direito), desvio conjugado para o lado oposto ao da hemiparesia, hemianopsia contralateral, alexia sem agrafia, agnosia para cores, agnosia visual, desequilíbrio, ataxia, nistagmo, diplopia, parestesia dos movimentos oculares conjugados, disartria, disfagia, soluços, coma, parestesias e/ou alterações da sensibilidade. No hemorrágico há hipodensidade e uma hemorragia subaracnoideia ou intracerebral, e apresenta mortalidade até 50% nos 30 dias seguintes, sendo considerado o mais grave. As manifestações clínicas são: cefaleias súbitas e intensas associadas a esforços, náuseas e vômitos, alterações da vigília, sinais de irritação meníngea (rigidez na nuca), hemiparesia contralateral, afasia global, neglect, desvio conjugado para o lado oposto ao da hemiparesia, náuseas, vômitos, hemianopsia, défices visuo-espaciais, desequilíbrio, vertigem, tetraparesia, pupilas mióticas e

coma. Os fatores de risco para desenvolver um acidente vascular cerebral são: idade, género (maior incidência nos homens), etnia, hipertensão arterial, diabetes, tabagismo, hiperlipidemia (acúmulo de cristais de colesterol nas paredes dos vasos), alcoolismo, obesidade, acidente isquémico transitório e sedentarismo. O AVC pode ocorrer de forma súbita, ou por um aneurisma (defeito neurológico focal) e, de entre os fatores de risco citados acima, a hipertensão arterial e o tabagismo são os que mais estão presentes na ocorrência desta doença. Em 2004, a DGS divulgou que 14% dos casos de AVC apresentam incapacidade grave, 15% ligeira e 59% são independentes. Já em 2008 a Sociedade Portuguesa do AVC revelou que 10% dos utentes que sofreram um AVC ficam totalmente incapazes e cerca de 30% conseguem recuperar a função neurológica anterior. Este grupo de 30% tem o risco de uma recidiva de 20% por ano. A projeção divulgada pelas Nações Unidas é que em 2025, devido ao fator idade, ou seja, ao crescimento rápido do envelhecimento da população, ocorram 1,5 milhões de AVC na Europa.

2.2. Falar um pouco sobre a memória

No geral, a memória é a capacidade de evocar informações recentes. Porém, de acordo com alguns autores, como Afonso (2011), ela subdivide-se em outros tipos de memória, como a memória de curto prazo (transitória), longo prazo (permanente), autobiográfica (informação ou conhecimento sobre a própria pessoa), episódica (recordação de acontecimentos únicos acompanhados de informação sobre o contexto espacial e temporal em que ocorreram). Para além desta classificação, ainda há as especificidades de memória: auditiva, visual, mental, musical, etc.

Bottino (2006) afirma que memória é a retenção da informação aprendida e que pode ser classificada de acordo com a duração: curto ou longo prazo; com o tipo de informação: declarativa (verbalizada e consciente) ou não declarativa (não verbalizada e inconsciente); e conforme as estruturas encefálicas envolvidas: lobo temporal, diencéfalo, área de Wernicke, hipocampo e estruturas relacionadas, cerebelo, núcleos de base, córtex pré-motor, corpo estriado, cerebelo, amígdala e córtex pré-frontal.

Para Martins (2006), para falar sobre memória é necessário começar por entender um pouco sobre as funções nervosas superiores, que constituem finalidades integradas e que vão dar-nos a capacidade de comunicação: receber, processar, guardar e transmitir informações. Entre algumas funções cognitivas que possuímos, encontra-se a memória. No geral, estas funções dependem especialmente dos hemisférios cerebrais (córtex e estruturas subcorticais). O hemisfério esquerdo tem como responsabilidade as habilidades verbais (linguagem oral, escrita, leitura, cálculo, memória verbal) e o hemisfério direito é responsável pelas capacidades não verbais e que exigem um processo mais globalizado dos estímulos (habilidades espaciais, musicais, visuoespaciais). Esta autora afirma que a memória não é uma capacidade unitária, ela está relacionada com outras funções e sistemas distintos que podem ser alterados mediante lesões que possam surgir no sistema nervoso. Ela classifica a memória em: primária (retenção de informações por períodos curtos, considerando dentro desta classificação a memória de trabalho), declarativa de longo termo ou explícita (compreende a semântica, conhecimentos gerais sobre o mundo, as pessoas, histórias, vocabulário e conhecimentos técnicos) e episódica (traz referências temporais e espaciais como a viagem, o lugar, o dia, o horário em que ocorreu algo no passado, considerando que este tipo de memória é um armazenamento consciente de informações). Há também a memória de procedimento (memórias sensório-motoras, movimentos automatizados, com pouca consciência). Por último, a memória perceptiva (atribui significado a estímulos sensoriais, a partir das experiências passadas (memórias), ou seja, através da percepção organizamos e interpretamos as informações obtidas pelos sentidos) e a memória priming (é a pré-ativação referente à influência que a exposição a um determinado estímulo pode acarretar na resposta a um estímulo subsequente, sem que exista consciência do indivíduo sobre tal influência. O efeito da memória priming é bastante utilizado em publicidade, pois o sujeito pode identificar o estímulo, mas não perceber que o mesmo poderá modificar o seu comportamento).

O estudo apresentado envolveu o desenvolvimento da chamada memória perceptiva ou sensorial. Mourão e Mello (2011) afirmam que a memória sensorial se manifesta através de um fenómeno eléctrico, o que significa que as informações só estão disponíveis enquanto os neurónios disparam

os potenciais elétricos. Quando estes estímulos chegam ao fim, perdemos a informação.

A memória sensorial é constituída pelos órgãos dos sentidos, os chamados canais de receção: auditivo, visual, olfativo, gustativo e tátil. Estes autores ainda referem que podemos destacar algumas características desta memória, como:

1. Chega até nós através dos sentidos.
2. É muito rápida, tem curta duração.
3. Tem maior capacidade de armazenamento do que a memória de trabalho.
4. É pré-consciente, manifesta-se antes de termos consciência da informação que os sentidos nos trazem.;
5. Não produz alterações morfológicas ou funcionais nas sinapses, como ocorre nas memórias de longa duração. É essencialmente um fenómeno eléctrico nos neurónios.

Lent (2004), citado por Pinho (2009), afirma que a memória sensorial é sustentada por pequenos segundos e filtra somente as informações significativas, que no futuro poderão ser processadas na memória de curto prazo. O córtex cerebral é constituído por 100 000 milhões de neurónios e tem ligações extensas com camadas mais profundas do cérebro. Uma relação que merece atenção especial é a que ocorre entre o córtex cerebral e o tálamo, pois quase todos os canais de receção passam através do tálamo para o córtex cerebral.

3. Metodologia

Neste estudo, optámos por uma investigação mista, conjugando os métodos qualitativos e quantitativos de análise de dados (Azevedo *et al*, 2013).

Em relação aos dados, foi necessário utilizar informações que foram recolhidas através de documentos, notas de campo, registos áudio. Aplicámos métodos de observação participante, em que o investigador participa ativamente nas atividades de recolha de dados, o que possibilita uma perspetiva holística e natural das informações recolhidas e a identificação de problemas (Deshaies, 1997). Também fizemos uso de testes validados, como

o Mini Mental e o Índice de Barthel, o que trouxe um carácter quantitativo à pesquisa.

3.1. *Caracterização da amostra*

Na presente investigação, definiu-se como população o universo de pessoas de idade avançada, com traços de declínio cognitivo. A amostra foi constituída por cinco seniores do Hotel Lar Picamilho. Nesta instituição existem 31 residentes, 20 do sexo feminino e 11 do sexo masculino. Neste conjunto de pessoas, aproximadamente 81% tem algum tipo de demência e aproximadamente 75% tem mobilidade condicionada. Na sua maioria são portugueses, com exceção de três cujas nacionalidades são inglesa, angolana e norte americana.

A escolha desta instituição prendeu-se com a facilidade de acesso da investigadora aos participantes e a outros dados, o que facilitou a interação e a disponibilidade da Direção, no sentido de facultar toda a logística necessária à recolha de dados. Como referido, foram parte integrante deste estudo cinco seniores: duas senhoras e três senhores, com idades compreendidas entre os 78 e 94 anos. Para seleccionar este grupo de cinco participantes, estabelecemos alguns critérios de inclusão na pesquisa: pessoas de idade avançada, alfabetizados e com traços de declínio cognitivo.

3.2. *Procedimentos*

No mês de outubro de 2019, a investigadora conversou com a Diretora Técnica do Hotel Lar Picamilho e demonstrou o seu interesse em fazer uma pesquisa de campo na sua instituição, visto que a investigadora trabalhava no locale conhecia parcialmente os seniores que ali residiam. Nos meses de novembro e dezembro de 2019, cada família foi contactada individualmente. Todos gostaram do que lhes foi apresentado e autorizaram a participação dos idosos.

No mês de janeiro de 2020, efetuou-se a fase inicial de intervenção com três encontros que ocorreram entre os dias 1 e 3. O nosso objetivo com estes

encontros foi alcançado, tivemos a oportunidade de conhecer melhor os participantes e de colher informações necessárias para um planejamento de nosso programa de intervenção multissensorial. Para tanto, todos se apresentaram falando um pouco de si, foi explanada a importância da pesquisa e como seria desenvolvida, aplicamos os testes correspondentes ao Índice de Barthel e escolhemos uma música para ser cantada em todas as sessões.

Com a autorização da enfermeira, tivemos acesso ao dossiê de saúde, o que também nos proporcionou dados relevantes em relação à saúde física e psicossocial dos participantes deste estudo.

Ao concluirmos a recolha dessas informações iniciais, começamos a planificar uma intervenção apropriada às necessidades do nosso grupo de estudo. O nosso programa de estimulação multissensorial envolveu 10 sessões de intervenção com uma hora de duração, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020, no espaço físico do Hotel Lar Picamilho.

Para cada sessão, estabelecemos objetivos, atividades e potencialidades a serem alcançadas. Todas as sessões foram estruturadas de forma a facilitar a assimilação da rotina proposta: 1 — Apresentação, quebra-gelo com a música *A Caminho de Viseu*; 2 — Apresentação das atividades; 3 — Realização das ações; 4 — Comentários e considerações sobre as atividades realizadas.

Utilizamos diversos tipos de materiais, desde alimentos, instrumentos musicais, produtos de higiene pessoal, gravação de áudios com o objetivo de proporcionar experiências com objetos e elementos que fazem parte da rotina diária do grupo e, assim, facilitar a transferência de aprendizagem.

3.3. Instrumentos de recolha de dados

Foram utilizados o Índice de Barthel e o teste de rastreio para as funções cognitivas MMSE, para caracterizar a amostra em relação ao desempenho dos seniores relativamente à ocorrência do declínio cognitivo e à existência de grau de dependência em atividades da rotina diária. O MMSE também teve a função de avaliar o desenvolvimento cognitivo nas áreas que foram trabalhadas no programa de estimulação multissensorial.

Mini Mental State Examination

O MMSE foi elaborado por Folstein *et al.* (1975), sendo atualmente o teste cognitivo mais difundido e com a maior diversidade de aplicações no que concerne à avaliação do estado mental, em estudos epidemiológicos, de investigação e na prática clínica. Todos os níveis de cuidados de saúde fazem uso deste teste como instrumento de rastreio do défice cognitivo e demência, na avaliação longitudinal ou da resposta a tratamentos.

É um teste clássico de papel, lápis e uma folha de simples e rápida aplicação, que não precisa de ser cronometrado. Utilizamos a versão adaptada à população portuguesa, com as instruções e regras para atribuição de pontuação propostas por Guerreiro (1994). O teste contém 30 questões (pontuação com valor 0, quando o indivíduo responde incorretamente ou não responde ou 1, quando responde corretamente), ou seja, o *score* pode variar de 0 a 30. As pontuações de limiar de diagnóstico para defeito cognitivo, em função de escolaridade para Portugal (Nunes, 2005) são as seguintes: analfabetos — pontuação inferior ou igual a 15; até ao 11.º ano — pontuação inferior ou igual a 22; mais do que o 11.º ano — pontuação inferior ou igual a 27. Morgado *et al.* (2009) propõem os seguintes valores de corte para a população portuguesa atual: 0–2 anos — 22 pontos; 3–6 anos — 24 pontos; igual ou superior a 7 anos — 27 pontos. O MMSE está organizado em cinco domínios cognitivos: Orientação — com cinco itens de orientação temporal e cinco de orientação espacial; Memória Imediata — retenção e repetição de três palavras; Atenção e Cálculo — série de cinco subtrações; Evocação — evocar espontaneamente as três palavras ditas anteriormente; Linguagem — inclui os itens de nomeação, repetição, comando, ler e obedecer, escrever uma frase, copiar um desenho.

Índice de Barthel

É um teste simples que foi criado em 1955 e é utilizado para quantificar o grau de autonomia e independência de dez atividades diárias do indivíduo — comer, higiene pessoal, uso de sanitários, tomar banho, vestir e despir, controlo de esfíncteres, deambular, transferência da cadeira para a cama, subir e descer escadas (Mahoney e Barthel, 1965). Para Sequeira (2007) as

respostas devem ser, de preferência, relativas às últimas 48 horas. O teste está subdividido em dez secções, com a pontuação a variar de zero até 15 pontos. Os resultados correspondem à seguinte escala: 90–100 — Independente; 60–90 — Ligeiramente dependente; 40–55 — Moderadamente dependente; 20–35 — Severamente dependente; menor que 20 — Totalmente dependente.

Dossiê de saúde

Com a autorização da Diretora Técnica e da Enfermeira, tivemos acesso ao dossiê de saúde dos seniores que participaram na nossa pesquisa. Esta consulta foi importante para colhemos dados referentes ao diagnóstico médico, condições de saúde física e psicossocial, o que contribuiu para determinar os materiais que iríamos utilizar na estimulação multissensorial, principalmente nos estímulos gustativo e táctil. Fizemos uma leitura e simultaneamente anotámos todos os dados relativos a cada participante. Também foram importantes as informações relativas à mobilidade, pois planeávamos realizar algumas atividades de estimulação auditiva que incluíam movimentos corporais. No entanto, em resultado dos dados recolhidos, tivemos de fazer adaptações, visto que alguns dos idosos têm mobilidade condicionada. Os dados referentes à saúde psicossocial ajudaram-nos a perceber o comportamento, as preferências e as motivações de cada um.

Diário de bordo

Utilizámos este instrumento para a recolha de dados qualitativos. Anotámos diariamente aquilo que ficou na nossa memória como factos relevantes que ocorreram durante as sessões de intervenção. Palavras e expressões foram gravadas em áudios e transcritas para o diário de bordo.

No nosso estudo este recurso contribuiu para coletarmos as informações que serviram de base para a nossa análise de conteúdo.

3.4. *Estimulação multissensorial*

O programa de estimulação multissensorial realizado consistiu na dinamização de dez sessões em grupo, duas vezes por semana, com duração de uma hora, tendo a duração global da intervenção decorrido num período um pouco superior a um mês. Em cada sessão, a estimulação incluía atividades dirigidas a cada um dos sentidos (auditivo, visual, gustativo, tátil e olfativo). A estrutura global das sessões era a seguinte: início das sessões com as boas-vindas e tomada de palavra por cada participante para dizer o nome, a idade, o dia, o local e a hora; a seguir era cantada a canção que foi que foi escolhida pelo grupo, *A Caminho de Viseu*. A cada sessão dinamizávamos este momento com instrumentos, gestos ou movimentos diferentes; de seguida, iniciávamos as atividades de estimulação sensorial, contemplando os diversos sentidos. Procurámos desenvolver as atividades de acordo com as características, vivências e condições de saúde do grupo, visto que todos os participantes recorriam a ajudas técnicas (cadeiras de rodas, andarilho ou bengala).

3.5. *Análise dos dados*

Como foi referido anteriormente, a nossa pesquisa tem características de investigação mista: quantitativa e qualitativa. No que concerne à análise dos dados quantitativos, aplicamos o exame MMSE no pré (sessão n.º 1) e pós-teste (sessão n.º 10) e comparámos os resultados obtidos nas duas aplicações.

A análise de conteúdo incidiu sobre o diário de bordo, que contém as perguntas, a transcrição dos diálogos e as atividades que foram vivenciadas, o que nos levou à compreensão do que se expressou através da linguagem. Definimos as categorias, subcategorias e unidades de registo para realizarmos a análise qualitativa. As categorias retomaram os parâmetros presentes no MMSE (Orientação Temporal e Espacial, Memória Imediata, Atenção e Cálculo, Evocação e Linguagem) correspondendo as subcategorias às perguntas e atividades que tiveram lugar. As unidades de registo para cada categoria correspondem às unidades de discursivas que expressam uma determinada posição ou resposta em relação a esses parâmetros.

4. Apresentação dos resultados

Apresentamos os resultados da aplicação do teste MMSE, de natureza quantitativa, e uma análise descritiva (dados qualitativos) tendo como base as informações que estão registadas no diário de bordo.

No que concerne ao desempenho das funções cognitivas, os resultados do exame MMSE no pré (sessão n.º 1) e pós-teste (sessão n.º 10) são apresentados nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1. Resultados da 1.^a aplicação do MMSE

Participante	Orientação	Memória Imediata	Atenção e Cálculo	Evocação	Linguagem	Total
A	7	3	3	3	7	23
B	3	2	1	2	4	12
C	10	2	3	2	7	24
D	6	2	0	2	4	14
E	10	3	2	3	6	24

Os resultados apontam que os residentes A, C e E alcançaram pontuação entre 23 e 24 e os residentes B e D entre 12 e 14 pontos, ou seja, todos apresentam declínio cognitivo. Estes resultados confirmam as informações que foram dadas através do diagnóstico médico, a saber: os residentes A, B e E têm a Doença de Alzheimer, e os residentes C e D apresentam sequelas após Acidente Vascular Cerebral.

Quadro 2. Resultados da 2.^a aplicação do MMSE

Participante	Orientação	Memória Imediata	Atenção e Cálculo	Evocação	Linguagem	Total
A	10	3	5	3	9	30
B	6	1	5	0	2	14
C	10	3	5	3	9	30
D	não fez	não fez	não fez	não fez	não fez	não fez
E	10	3	5	0	7	25

Observamos no Quadro 2 que nas funções de orientação, atenção e cálculo e memória imediata a maioria dos participantes alcançou a pontuação máxima. Verificamos que na função evocação, os participantes B e E apresentaram resultados negativos, o que não vinha a acontecer nas sessões anteriores, pois eles sempre demonstraram uma escala crescente de desenvolvimento. O residente D não participou da última sessão, pois foi transferido para outra instituição, mas vimos ao decorrer das nove sessões em que ele esteve presente, que o mesmo apresentou evolução positiva em todos os parâmetros do MMSE.

Quanto à análise qualitativa, de um modo geral, os residentes que apresentaram um maior desempenho foram os residentes A e C, eles aumentaram o conteúdo de suas respostas, estavam sempre motivados a participarem em todas as atividades propostas e, por vezes, incentivavam os outros a participarem com palavras de motivação, como disse o residente C: «Vamos, vamos!», «Vamos cantando e vamos aprendendo», e a residente A: «Mas canta, nós ajudamos». A residente A apresentou desempenho mais elevado na orientação temporal e espacial, manteve o bom desenvolvimento na Memória Imediata e Evocação e teve um pequeno incremento na Linguagem. O residente C apresentou desempenho mais elevado na Atenção e Cálculo, Evocação e Linguagem, manteve o bom desenvolvimento na Orientação Temporal e Espacial e na Memória.

A residente B alcançou um melhor desempenho nos parâmetros de Orientação Temporal e Espacial e na Atenção e Cálculo. Nos parâmetros de Memória Imediata, Evocação e Linguagem, apresentou declínio nestas funções cognitivas. O seu comportamento no decorrer das sessões manifestou insegurança nas suas capacidades, conforme afirmou: «Eu não sei escrever mais nada», «Não sei nada». Por vezes, recusava-se a responder a perguntas, como quando disse: «Eu não vou fazer mais contas». Demonstrava desânimo e falta de motivação para participar, o que não foi inesperado, pois de acordo com as informações do seu dossiê de saúde a senhora apresenta um quadro depressivo.

Consideramos importante destacar o desenvolvimento do residente D, visto que por motivos contrários à sua vontade não pode participar da última sessão onde foi realizada a segunda avaliação das funções cognitivas. Observámos que ele demonstrou, no decorrer do programa, resultados

que apontam para uma diminuição significativa em seu declínio cognitivo, começou a apresentar resultados melhores a partir da sessão n.º 7 e nas duas últimas sessões onde ele estava presente, sessões 8 e 9, manteve um padrão de respostas positivas em todos os parâmetros. Estava sempre bem-disposto, mesmo com as suas dificuldades motoras não se recusou a participar em nenhuma atividade proposta, pedia ajuda à investigadora, principalmente quando a atividade dependia da coordenação motora manual.

O residente E alcançou melhoras significativas no parâmetro de Atenção e Cálculo e manteve o bom desenvolvimento na Orientação Temporal e Espacial e na Memória Imediata. Na Linguagem apresentou um pequeno desempenho e na Evocação houve uma variação de desenvolvimento, numa sessão melhorava e na outra voltava a regredir.

5. Discussão dos resultados

O objetivo principal do nosso estudo foi analisar os contributos de um programa de estimulação multissensorial para potencializar a memória em pessoas na idade da adultez avançada com traços de declínio cognitivo. Os resultados evidenciam que com a aplicação de sessões de intervenção potencializamos a memória e outras funções cognitivas, e os dados que foram recolhidos vêm corroborar outros estudos, como o de Zimmerman (2002).

As pontuações obtidas demonstraram que durante o processo das sessões de intervenção ocorreu uma melhoria do funcionamento cognitivo através da aplicação do programa de estimulação. Tendo por base a literatura, verifica-se que o treino cognitivo surge como forma de recuperar a capacidade mental, melhorar a autonomia da pessoa na adultez avançada e proporcionar bem-estar e qualidade de vida (Martins, 2015). Através da visualização dos Quadros 1 e 2, podemos comparar os resultados da primeira aplicação do teste (que foi realizada antes do programa de estimulação multissensorial) e os resultados alcançados após as sessões de intervenção. Observamos que em todos os parâmetros que estão contemplados nesta avaliação houve uma evolução positiva de todos os participantes, com destaque para a Orientação Temporal e Espacial e para a Atenção e Cálculo, parâmetros em que houve uma evolução incremental de 90%. Embora não tendo atingido esse valor,

nos outros parâmetros o incremento foi também relevante: 60% na Memória Imediata, 40% na Evocação e 60% no parâmetro relativo à Linguagem.

Os resultados obtidos durante as sessões mostram oscilações individuais e entre os participantes quanto ao desempenho alcançado nas diferentes atividades e, de um ponto de vista qualitativo, quanto à qualidade e completude das respostas e quanto às atitudes de empenhamento e entusiasmo acrescido que iam sendo manifestados em relação a atividades específicas, por parte de algum dos participantes em particular. Estes resultados representam a posição defendida por Santos e Paúl (2006) no que se refere à individualização dos contributos de programas de estimulação na melhoria do estado funcional do idoso.

6. Conclusão

Face aos objetivos estabelecidos, como conclusão do nosso estudo, podemos afirmar que o desenvolvimento de um programa de estimulação multissensorial contribui para potencializar a memória em pessoas na idade avançada, com traços de declínio cognitivo.

Identificamos como principais benefícios das sessões de intervenção realizadas, as melhorias e evoluções nas competências cognitivas dos participantes, o aumento da rapidez e autonomia na execução das atividades, o progresso na retenção de palavras e a memória, a interação e o bem-estar social. Estes contributos são reconhecidos por Santos e Paúl (2006) e Martins (2011), quando partilham da mesma opinião de que as atividades com recursos sensoriais promovem a melhoria da organização perceptiva para manter e/ou desenvolver as capacidades ativas no idoso.

A contribuição do nosso estudo deve, no entanto, ter em conta as limitações que apresenta, designadamente o facto de ter envolvido um número reduzido de participantes, de a duração do programa de intervenção ter sido curta, com testagens dos indicadores relativamente próximos do decurso da intervenção, não possuindo nós elementos quanto à manutenção no tempo do incremento revelado pelos resultados. Apesar destas limitações, sublinhamos como pertinentes não só os resultados globais alcançados, mas também alguns aspectos específicos da intervenção desenvolvida, designadamente o facto de se ter

integrado nas atividades habituais que podem ser desenvolvidas no contexto da instituição em que os participantes se encontram (residência sénior, mas que pode alargar-se ao contexto de outras instituições como Centros de Dia).

Referências bibliográficas

- Afonso, R. M., (2011). *Reminiscência como técnica de intervenção psicológica em pessoas idosas*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Alcantara, M., Mattos, E., & Novelli, M., (2019). *Oficina de memória sensorial: um relato de experiência*, *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27(1), pp. 208–216.
- American Psychiatric Association (2014). *DSM-V Manual de Diagnóstico e Estatística Das Perturbações Mentais* (pp. 730 e 742), Climepsi Editores.
- Apóstolo, J., Cardoso, D. Marta, L & Amara, T. (2011). *Efeito de estimulação cognitiva em idosos*, *Revista de Enfermagem Referência*, 3(5), pp. 193–201.
- Azeredo, Z. & Matos, E. (2003). *Grau de dependência em doentes que sofreram AVC*, *Revista da Faculdade de Medicina de Lisboa*, 8(4), pp. 199-204.
- Baltes, P. B. (1987). *Theoretical propositions of life-span developmental psychology on the dynamics between growth and decline*, *Developmental Psychology*, 32(5), pp. 611–626.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*, Edições 70.
- Bottino, C. M. C., Laks, L., Bllay, S. L. (2006). *Demência e transtornos cognitivos em idosos*, Guanabara-koogan.
- Burns, I., Cox H. & Plant, H. (2000). *Leisure or therapeutics? Snoezelen and the care of older persons with dementia*, *International Journal of Nursing Practice*, 6, pp. 118–126.
- Cacabelos, R. (1995) *Demência Senil*, Enciclopédia Iberoamericana de psiquiatria, Ed Médica Panamericana.
- Callone, P., Kudlaker, C., Vasiloff, B., Manternach, J., Brumack, R. (2006). *A caregiver's guide to Alzheimer's disease: 300 tips for making life easier*, Demos Medical Publishing.
- Cerejeira, J, Simões, M. R., & Firmino, H. (2016). *Saúde mental das pessoas mais velhas*, Lidel.
- Deshais, B. (1997). *Metodologia da investigação em ciências humanas*, Instituto Piaget.

- Ferraz, C. M., (2003). *A família do doente com AVC e a alta hospitalar: Papel do Enfermeiro na gestão da adaptação nas freguesias de Aldoar e Ramalde (Porto)*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar.
- Folstein, M., Folstein, S., McHugh, P. (1975). *Mini-Mental State: A practical method for grading the cognitive state of patients for the clinician*, J Psychiatr Res. 12, pp. 189–98.
- Freire, C., Mangas, C. & Sousa, J. (2020). *Livro de Resumos da VI Conferência Internacional para a Inclusão — 2020*, Politécnico de Leiria, ESECS, CICS. NOVA.IPLeiria-iACT, CI&DEI, & LIDA.
- Freitas, E. V., Mohallem, K. L., Gamarsk, I. R., & Pereira, S. R. M. (2017). *Manual prático de geriatria*. Editora Guanabara Koogan.
- Freitas, S., Simões, M. R., Alves, L., & Santana, I. (2015). *Mini Mental Examination (2015)* in R. Mário, I. S. Simões & Grupo de Estudos de Envelhecimento Cerebral e Demência (GEECD) (Eds.). *Escalas e testes na demência* (pp.18–23), 3.^a ed., Novartis.
- Instituto Nacional de Estatística (2002). *O envelhecimento em Portugal: situação demográfica e socioeconómica recente das pessoas idosas*, Revista de Estudos Demográficos, 9(1), pp. 185–208.
- Instituto Nacional de Estatística (2004). *Estimativa da população residente, por idade, segundo o sexo e NUTS*, Retirado de www.ine.pt/xportal/xmain?xp.
- Instituto Nacional de Estatística (2011) *Resultados provisórios. Recenseamento geral da população e V recenseamento geral da habitação*, Censos — Resultados Provisórios 2011.
- Mahoney, F. I., & Barthel, D. W. (1965). *Functional evaluation: The Barthel Index*, Maryland State Medical Journal, 14, pp. 56–61.
- Mourão, C. A., Jr., & Melo, L. B. R. (2011). *Integração de três conceitos: Função executiva, memória de trabalho e aprendizado*, Psicologia e Pesquisa, 27 (3), pp. 309–314.
- Pinho, E. (2009). *A Avaliação da memória visuo-motora em praticantes de orientação e de ginástica de academia*, Monografia da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Schindwein-zanini, R. (2010). *Demência no idoso: Aspectos neuropsicológicos*, Revista Neurociências, <https://www.revistaneurociencias.com.br/edicoes/2010/RN1802/262%20revisao.pdf>

- Wagner, G., Brandão, L. & Parente, M. (2006). *Disfunções cognitivas no declínio cognitivo leve* in M. Parente, *Cognição e envelhecimento*, pp. 225–238, Artmed.
- World Health Organization (2012). *Dementia: A public health priority*. https://apps.who.int/iris/bitstream/10665/75263/1/9789241564458_eng.pdf
- Zimmerman, G. (2002). *Velhice: aspectos biopsicossociais*, Artes Médicas.

ACESSIBILIDADE TEXTUAL E TERMINOLÓGICA PARA ADULTOS DE ESCOLARIDADE LIMITADA NO BRASIL

Maria José Bocorny Finatto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. maria.finatto@gmail.com

Liana Braga Paraguassu

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. liana@linguatraducoes.com.br

Gabriel Luciano Ponomarenko

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. gabriellucianopk@gmail.com

Resumo: No Brasil, apenas 12 em cada 100 pessoas entre 15 e 65 anos de idade conseguem ler um texto escrito e compreendê-lo de modo pleno. Assim, um número imenso de pessoas tende a ficar à margem de um universo de conhecimentos essenciais para o exercício da sua cidadania. A ferramenta MedSimple é um sistema online, de acesso gratuito, para auxiliar redatores a produzir textos escritos em português do Brasil sobre temas de Saúde, ajustando-os conforme as necessidades e condições de diferentes leitores. A partir da apresentação do funcionamento e da arquitetura das bases de dados da ferramenta MedSimple, este artigo apresenta e discute as seguintes noções teóricas: leiturabilidade, letramento em Saúde e acessibilidade textual e terminológica. O objetivo do artigo é divulgar a ferramenta e apresentar uma base de críticas sobre o seu funcionamento atual, indicando itens para melhorias futuras. A conclusão aponta a necessidade de serem revistos os glossários internos da ferramenta e a sua divisão por temas, subtemas e perfis de leitor, de modo que a dimensão «prática» do produto possa dialogar,

em melhores condições, com as orientações teóricas dos Estudos da Linguagem em que se baseiam.

Palavras-chave: acessibilidade textual e terminológica; simplificação de textos; tecnologias da comunicação para inclusão; informação em Saúde; ferramenta MedSimples.

Abstract: In Brazil, only 12 out of 100 people between 15 and 65 years of age are able to read a written text and fully understand it. Thus, a large number of people tend to be left out of a universe of essential knowledge that is necessary for the exercise of their citizenship. The MedSimples tool is an online system, free of charge, that assists writers to produce written texts in Brazilian Portuguese on Health topics, adjusting them according to the needs and conditions of different readers. From the presentation of the functioning and architecture of the MedSimples tool databases, this article presents and discusses the following theoretical notions: readability, Health literacy, and textual and terminological accessibility. The aim of this article, therefore, is both to publicize this tool, and to present a base of criticisms about its current functioning, indicating items for future improvements. The conclusion points to the need to review the internal glossaries of the tool and its compartmentalization by themes, subthemes, and reader profiles, so that the «practical» dimension of the product can dialogue, in better conditions, with the theoretical orientations of the Language Studies that support it.

Keywords: textual and terminological accessibility; simplification of texts; communication technologies for inclusion; Health information; MedSimples tool.

Introdução

No Brasil, conforme pesquisa do Instituto Paulo Montenegro (INAF, 2018), apenas 12 em cada 100 pessoas entre 15 e 65 anos de idade conseguem ler um texto escrito e compreendê-lo de modo pleno. Considerando as informações sobre temas de Utilidade Pública que hoje nos chegam, em abundância, sob a forma de textos escritos, em diferentes mídias e canais, torna-se vital ponderar sobre como esses materiais se apresentam frente às

condições de toda uma massa populacional que não consegue ‘decifrá-los’. No Brasil, apesar dos avanços apresentados nas últimas décadas, a escolaridade média é de 7,4 anos (IBGE, 2018). Em comparação com países como os EUA, onde o indivíduo passa, em média, mais de 13 anos a estudar, há um enorme déficit educacional e um grande número de pessoas tende a ficar à margem de um universo de conhecimentos essenciais para o exercício da sua cidadania. Essa situação gera efeitos nefastos em vários âmbitos sociais e políticos, sobretudo quando pensamos na falta de acesso a informações sobre temas de Saúde Pública, além de apontar diferentes problemas no funcionamento do sistema educacional brasileiro.

Dada essa situação, torna-se imprescindível: (a) reconhecer e divulgar, amplamente, que existe um problema com tal magnitude no Brasil; (b) procurar alternativas institucionais e governamentais para o enfrentar e minimizar; e (c) fomentar pesquisas e tecnologias para facilitar a acessibilidade da informação e a comunicação inclusiva.

Nesse sentido, a ferramenta MedSimples (Projeto TEXTECC, 2020) é um sistema online, de acesso gratuito, que auxilia redatores a produzirem textos escritos em português do Brasil sobre temas de Saúde, ajustando-os conforme as necessidades e condições de diferentes leitores. Nessa ferramenta, o redator-usuário insere um texto, seleciona o seu tema — Doença de Parkinson, COVID-19 ou Cuidados com o Recém-Nascido em Pediatria — e o tipo de leitor a ser atendido — com escolaridade limitada ao Ensino Fundamental (tipo 1) ou ao Ensino Médio (tipo 2).

A saída, para o redator-usuário, é um texto com sugestões de melhorias marcadas no que se refere ao vocabulário, com destaque para palavras potencialmente complexas, que podem ser pouco familiares ao leitor selecionado, e para as terminologias que podem necessitar de uma explicação. Caberá ao redator-usuário finalizar o texto processado, incorporando no texto as sugestões que considerar válidas. Para auxiliar a redação final do texto, a ferramenta também oferece glossários resumidos e exemplos de frases mais e menos complexas, com comentários. Toda a informação oferecida na ferramenta provém de *corpora* textuais, especialmente reunidos, em cada um dos temas, e de referências sobre complexidade e simplificação de textos no âmbito dos Estudos da Linguagem. Entre esses estudos, especialmente os da Linguística de *Corpus* e os de Terminologia, ramo da Linguística Aplicada

que se dedica aos fenômenos da comunicação técnico-científica (Krieger, 2009), incluindo a divulgação e popularização científicas para leigos.

A partir da apresentação do funcionamento e da arquitetura das bases de dados da ferramenta MedSimples, considerando o seu funcionamento com textos sobre COVID-19 e suas conexões, este artigo apresenta e discute as seguintes noções teóricas: «leiturabilidade», «letramento em Saúde» e «acessibilidade textual e terminológica». A conexão entre essas noções e os processamentos efetuados pela ferramenta visa situar a simplificação de textos como um tipo de tradução intralinguística (Finatto, 2020). O objetivo do artigo consiste, assim, em divulgar a ferramenta e apresentar uma base de críticas sobre o seu funcionamento atual, indicando itens para melhorias futuras. A conclusão do artigo aponta para a necessidade de serem revistos os glossários internos da ferramenta e a sua divisão por temas, subtemas e perfis de leitor, de modo que a dimensão «prática» do produto possa dialogar, em melhores condições, com as orientações teóricas dos Estudos da Linguagem em que se baseia.

Sobre a ferramenta MedSimples

A ferramenta MedSimples foi produzida no contexto das atividades do grupo de pesquisa *Acessibilidade Textual e Terminológica* (<http://www.ufrgs.br/textecc/acessibilidade/>), abrigado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), situada no sul do Brasil, e pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. Esta ferramenta processa um texto de entrada em português do Brasil e gera sugestões de reformulação para dois tipos de itens do vocabulário do texto: palavras potencialmente complexas — sugestões assinaladas a azul — e termos técnico-científicos — sugestões assinaladas a verde. Atualmente, o redator-usuário tem três temas da área da Saúde à sua disposição: Doença de Parkinson, Coronavírus/COVID-19 e Cuidados com o Recém-Nascido em Pediatria. Quando o redator-usuário cola o seu texto no local indicado e clica em enviar, acontece o seguinte:

- a) as palavras do texto são todas analisadas e lematizadas por um *software* chamado PassPort (Zilio, Wilkens & Fairon, 2018), que transforma o texto de entrada numa lista de palavras identificadas por

- classes gramaticais. O processo de lematização envolve agrupar formas diferentes de uma mesma palavra (por exemplo, conjugações de um verbo) num único item, de modo a detetar variações gramaticais e identificar a raiz da palavra, como «morar» para os itens «morava» e «moravam», ou «mancha» para o item «manchinhas»;
- b) a lista lematizada é cruzada com outras três listas que formam a base de dados e dicionários da ferramenta: I — lista de palavras simples; II — lista de palavras potencialmente complexas; e III — lista de termos técnico-científicos do tema selecionado pelo redator-usuário.

A lista de palavras simples (I) é formada pelas palavras mais frequentes do CorPop (Pasqualini, 2018). O CorPop é o *corpus* do português popular, um banco de amostras de textos que um leitor brasileiro médio, com o Ensino Fundamental completo, consegue, em teoria, ler e compreender adequadamente. Dessa forma, consideramos que as palavras mais frequentes no CorPop, comuns no português do Brasil, correspondem a um repertório de itens simples e acessíveis para a maioria dos nossos leitores. Quando essas palavras são identificadas no texto inserido na ferramenta, elas não recebem sugestões de alteração.

A lista de palavras potencialmente complexas (II) nasceu do cruzamento da lista de palavras simples do CorPop com a lista de palavras e respetivos sinónimos do *thesaurus* eletrónico para o português do Brasil 2.0 (TeP 2.0). O TeP 2.0, disponível em <http://www.nilc.icmc.usp.br/tep2/index.htm>, é um dicionário eletrónico com sinónimos e antónimos para palavras da língua portuguesa, que reúne o português do Brasil e o português de Portugal. Num primeiro momento, cruzamos a lista de palavras simples (I) com a lista de palavras do TeP 2.0 e descartamos os itens que coincidiam nas duas bases. Os itens remanescentes foram considerados potencialmente complexos para o leitor brasileiro que tem apenas o Ensino Fundamental completo.

Ao contrário da lista de palavras simples (I), a lista de palavras potencialmente complexas (II) apresenta sugestões de melhoria ao redator-usuário, através de uma série ordenada de sinónimos mais simples. Para mostrar sinónimos simples para as palavras complexas, utilizamos a lista de palavras simples (I) da nossa ferramenta como referência. Isto é, só serão exibidos aqueles sinónimos indicados pelo TeP 2.0 que ocorrerem pelo menos cinco

vezes ou mais no CorPoP, o que nos dá um direcionamento apenas para o português do Brasil. Vale destacar que ainda são oferecidos, no ambiente da ferramenta, Glossários Resumidos e exemplos de frases, no item Coleção de Frases, de modo a auxiliar o redator-usuário na edição final do seu texto. A imagem seguinte sintetiza o funcionamento da ferramenta ao processar um texto sobre Doença de Parkinson na opção Leitor 1 (Ensino Fundamental).

Figura 1. Texto processado pela ferramenta MedSimples

Simplificação sugerida

Clique nos itens sublinhados e avalie as sugestões. O que você julgar adequado será incluído no texto clicando em ACEITAR.

Quando se trata da doença de Parkinson (DP), a diminuição da função sexual é praticamente inevitável. Da falta de desejo sexual à baixa libido até dificuldades com o funcionamento orgástico, essa doença neurológica crônica e progressiva pode prejudicar sua sexualidade de uma forma ou de outra. A doença de Parkinson, embora seja um distúrbio principalmente dos movimentos, afeta várias outras funções do corpo. A vida sexual é uma delas, uma vez que esta é diretamente ligada ao sistema nervoso, assim como Parkinson. De acordo com a American Parkinson Disease Foundation, esta doença neurológica, crônica e progressiva, pode reduzir o desejo sexual e também comprometer o orgasmo. Ou seja, o Parkinson afeta, ao longo da vida, a sexualidade em algum aspecto. Com frequência, os pacientes confirmam este fato. A disfunção sexual é um sintoma constrangedor e com grande reflexo na qualidade de vida e na autoestima dos pacientes. Um entanto, o problema nem sempre recebe a atenção que merece e suas causas são misturadas e confundidas. São muitas variáveis, é fato: questões físicas, emocionais, neurológicas e medicamentosas. Os tremores e a rigidez muscular podem tornar a atividade sexual dolorida e desagradável. A lentidão dos movimentos e a falta de coordenação também chegam a comprometer a vida sexual. A fadiga e a depressão, sintomas importantes da doença de Parkinson, também interferem na qualidade do relacionamento. A baixa libido, ou perda do desejo, é outra queixa comum entre os parkinsonianos. Os níveis baixos de dopamina no cérebro, assim como os efeitos colaterais de algumas medicações usadas no controle da doença, podem levar a este quadro indesejado. A disfunção sexual também é comum em pessoas mais velhas, independentemente de elas terem Parkinson ou não. Um estudo realizado por pesquisadores da Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos, mostrou que uma disfunção leve a moderada afeta a vida sexual de homens de 50 anos, 60 % dos homens de 60 anos e assim em diante. Ou seja, a questão fica mais complexa com a idade. Com o avanço da idade, a disfunção sexual pode afetar diretamente seu relacionamento com as parceiras próximas, que podem sofrer com a disfunção sexual e a disfunção sexual da esposa/parceira, o que pode gerar dificuldades e problemas no relacionamento e suas consequências. Em mulheres, a disfunção sexual e suas consequências podem afetar a disfunção sexual e suas consequências. Em homens, há diversos recursos para a disfunção erétil, consequência da disfunção sexual e suas consequências. Em mulheres, há diversos recursos para a disfunção sexual e suas consequências. E, para as mulheres, a queixa de pouca lubrificação vaginal também pode ser equilibrada.

Disfunção erétil
incapacidade de o homem conseguir obter e manter uma ereção do pênis suficiente que possibilite uma atividade sexual

ACEITAR

Texto alternativo: A figura 1 mostra a ferramenta MedSimples num ecrã de computador. Há uma caixa com texto em português do Brasil sobre a Doença de Parkinson, em um fundo branco, com palavras difíceis sublinhadas a azul e termos sublinhados a verde. Em destaque, vemos o termo «disfunção erétil», numa caixa de texto menor, que sugere uma definição simplificada: «incapacidade de o homem conseguir obter uma ereção do pênis suficiente que possibilite uma atividade sexual». Abaixo da definição, encontra-se o botão «aceitar», para inserir a definição no texto.

Antes de tratar dos glossários resumidos, precisamos tratar dos glossários internos da ferramenta MedSimples. Os glossários elaborados para a ferramenta são bastante abrangentes e contam não só com termos estritamente relacionados às temáticas mencionadas, mas também com termos mais genéricos, como as partes do corpo e as doenças mais recorrentes. Foi preciso criar glossários com uma conformação diferenciada, que abrangessem diversos temas ou subtemas relacionados aos temas principais. Por exemplo, a Doença de Parkinson é uma doença que pode acometer pessoas de diferentes idades; contudo, a sua maior incidência ocorre em pessoas com mais de 60 anos, que frequentemente apresentam comorbidades. Diante desta realidade, uma pessoa com Parkinson pode, também, ter alguma doença cardiovascular ou diabetes. Como resultado, os textos sobre a Doença de Parkinson (DP) tratam, muitas vezes, não só da DP, mas também de um universo de temas interrelacionados. Por esta razão, uma vez que a nossa intenção era mapear e apresentar definições/explicações para as palavras-termo de qualquer texto sobre a DP, precisamos de ampliar o nosso escopo, de modo que a maior parte ou, pelo menos, grande parte dos termos desses textos fosse detetada pela ferramenta.

Com o objetivo de facilitar a busca e a consulta terminológica, foram criados os glossários resumidos, que são um recorte dos principais termos dos glossários internos de Doença de Parkinson, COVID-19 e Cuidados com Recém-Nascido em Pediatria, e que funcionam dentro da ferramenta MedSimples. O redator-usuário seleciona, primeiramente, o tema da Saúde do seu interesse e, posteriormente, pode navegar pelo glossário ou digitar o termo que procura na caixa de busca, conforme mostra a Figura 2 abaixo.

Figura 2. Glossário resumido sobre COVID-19

Glossários resumidos ✕

Veja aqui os glossários disponíveis.
Para mudar para outro tema [clique aqui](#).

COVID-19

Ingresse o Termo de COVID-19 a procurar:

Termo	Descrição
achatar a curva	ação para impedir que o novo coronavírus se espalhe para um grande número de pessoas; ajuda os hospitais a se prepararem para receber o maior número de pacientes
adenovírus	grupo de vírus que normalmente causa doenças respiratórias, como resfriados, bronquite ou pneumonia; pode causar ainda conjuntivite e doenças nos intestinos, com sintomas como diarreia, vômito e dores de barriga
adjuvante	o que ajuda; remédio ou substância que, combinado a um outro, ou misturado na sua fórmula, reforça a ação do primeiro

Texto alternativo: A Figura 2 mostra uma caixa de texto num ecrã de computador. O título da caixa é «Glossários resumidos». Abaixo, lê-se: «Veja aqui os glossários disponíveis. Para mudar para outro tema, clique aqui.» Em baixo, podemos ver o tema COVID-19 e uma caixa para a pessoa digitar termos de busca. Segue-se uma lista em duas colunas, com os termos na primeira coluna e as descrições na segunda. Assim, temos o termo «achatar a curva» com a descrição «ação para impedir que o novo coronavírus se espalhe»; o termo «adenovírus» com a descrição «grupo de vírus que normalmente causa doenças respiratórias»; e o termo «adjuvante» com a descrição «o que ajuda; remédio ou substância».

A Coleção de Frases (CF) é mais um recurso e uma fonte de consulta que tem por objetivo auxiliar o redator-usuário da ferramenta MedSimple na redação de textos na área da Saúde. Atualmente, a CF conta apenas com frases sobre a Doença de Parkinson (DP), a primeira temática que foi desenvolvida na ferramenta.

A CF é abastecida por 12 textos institucionais sobre a DP. Foram selecionados textos que, embora feitos para o público leigo, pareceram, ao nosso

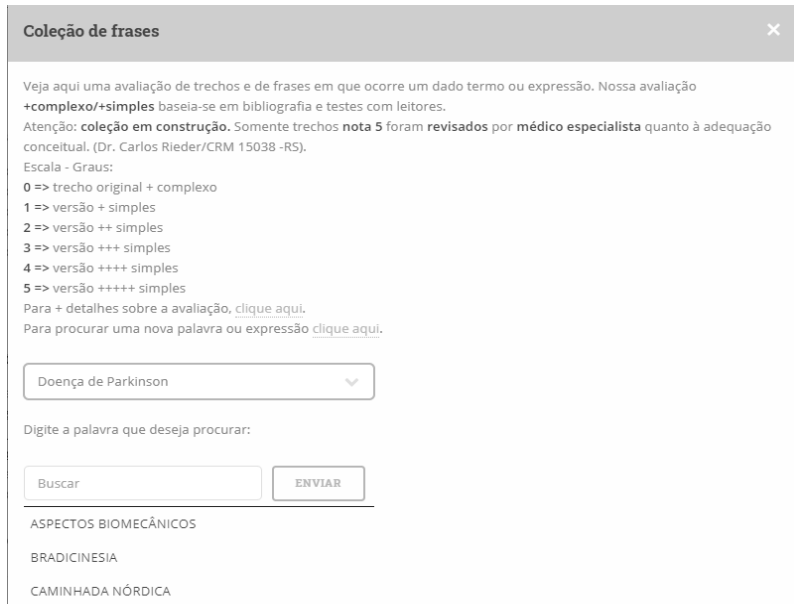
juízo, potencialmente complexos para leitores adultos com escolaridade limitada ao Ensino Fundamental completo e com pouca experiência de leitura. Para a análise da complexidade, o nosso juízo considera, por exemplo, a sintaxe dos textos (se as frases e/ou os parágrafos eram demasiadamente longos), as formas indiretas (voz passiva, sujeito oculto ou indeterminado), e a semântica (uso de vocabulário erudito e/ou emprego de terminologias), além de critérios presentes nas bibliografias de estudo (como Fulgêncio & Liberato, 2007; e Silva, 2018). A partir dos textos selecionados, alunos da graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foram convidados para produzir versões simplificadas, tendo em mente a sua boa recepção e entendimento para o perfil de leitor brasileiro médio, antes mencionado.

Como as versões simplificadas provêm de diferentes autores, que trabalharam com diferentes textos-fonte e adotaram diferentes estratégias de reescrita, cada texto simplificado produzido pôde ser associado a graus de acessibilidade diferentes. O quadro geral de textos originais e as suas diferentes simplificações é um dos insumos da ferramenta MedSimple e abastece especialmente a Coleção de Frases. A CF visa a exemplificar práticas de (re)escrita para um redator-usuário que precise de produzir textos de divulgação sobre a Doença de Parkinson potencialmente bem ajustados ao perfil de letramento do leitor visado.

A partir das simplificações produzidas, avaliamos as diferentes propostas de simplificação que partiam de um mesmo texto-fonte. Essas propostas de reescrita foram divididas em trechos e comparadas com o trecho original. Cada trecho, do original às versões simplificadas, foi analisado quanto aos seguintes aspectos: (a) conteúdo semântico veiculado e/ou função do trecho no todo do texto; (b) tipo de vocabulário empregado — palavras, expressões e terminologias; (c) organização sintática, e (d) estratégias de simplificação adotadas.

Trechos com grau 0 são os textos originais, julgados mais complexos. No grau 1, encaixam-se os textos pouco simplificados e não tão adequados ao público visado; nos graus 2, 3 e 4, encontram-se trechos mais simplificados, mas que ainda teriam alguns problemas; por fim, no grau 5, estão os trechos considerados mais acessíveis e adequados para o leitor. A Figura 3, abaixo, ilustra a consulta à Coleção de Frases na ferramenta MedSimple.

Figura 3. Coleção de Frases da ferramenta MedSimples



Texto alternativo: A Figura 3 mostra um ecrã de computador com o título Coleção de frases. Abaixo do título surge uma explicação sobre como os trechos e frases que foram avaliados, com apresentação de uma escala de 0, o mais complexo, até 5, o mais simples. Abaixo da escala há uma caixa onde está selecionado o tema «Doença de Parkinson», seguida de um retângulo para escrever a palavra que se deseja procurar, usada num dos trechos, e o botão «Enviar». Em baixo apareceu uma lista de três termos já disponíveis para pesquisa: aspectos biomecânicos, bradicinesia e caminhada nórdica.

Da prática às teorias e vice-versa

A simplificação pode ser entendida como uma reescrita para adaptar a forma e o conteúdo do texto às necessidades de um leitor-destinatário. Para essa ação ser feita de modo eficiente, será preciso estimar, previamente, por exemplo, a potencial dificuldade lexical de um texto para um dado leitor. Tal estimativa pode ser realizada: (a) via contato direto com os leitores

visados; (b) com dados sobre o seu perfil de compreensão de leitura; ou (c) pela combinação dessas duas alternativas.

Do ponto de vista das teorias da leitura, como discutido, por exemplo, por Fulgêncio & Liberato (2007), a compreensão do leitor depende de múltiplos processamentos, inter-rationais e cognitivos, que envolvem a memória de curto e de longo prazo. Tais processamentos são perpassados pelo reconhecimento das palavras e de seus sentidos, o que se dá pelo correr de nossos olhos por linhas e páginas. Nesse enquadramento, que não pretende reduzir ou esgotar um tema tão complexo, a leitura é um processo de construção e atribuição de sentidos, a partir do conhecimento prévio de mundo do leitor, em resposta a estímulos visuais verbais, mas também em resposta a estímulos não verbais, como imagens, tipografia e ordenação de elementos em um texto.

A partir dessa concepção pode-se, por exemplo, aumentar ou diminuir um texto, repetir palavras, preencher lacunas que se suponha existir para a compreensão, explicar palavras ou termos técnicos, reorganizar frases, entre outros. Essas são estratégias de simplificação que já foram testadas, com sucesso, em diferentes estudos (*vide* Silva, 2018). Ainda assim, nas diferentes escolhas de (re)escrita, repercutem as concepções do redator-simplificador sobre o tipo de trabalho que se está a realizar, sobre o que ele deseja com a reescrita e sobre o quanto ele pode, ou não, interferir, a partir de um texto-fonte que toma como complexo.

Como se trata de uma reformulação de um texto, podemos aproximar esse processo a uma tradução que, neste caso, envolverá apenas um idioma. Esse tipo de tradução é conhecido como Tradução Intralinguística (TI). Deste modo, adotamos as ideias de Zethsen (2009, 2016) sobre a TIe juntamos os nossos estudos em Terminologia sobre acessibilidade textual e terminológica (doravante ATT) (cf. Finatto & Motta, 2019). Ao aproximar simplificação e TI verificamos que muitas estratégias de equivalência descritas em estudos sobre tradução entre línguas diferentes, como as propostas por Baker *et al.* (2018), aplicam-se neste cenário. A reescrita simplificadora, no nosso caso, será compreendida como uma «tradução» da linguagem especializada e potencialmente complexa para a linguagem geral, de modo que possa ser entendida pela maior parte da população.

A simplificação, nesse cenário «tradutório», também é uma leitura e um processo de escrita autoral, desdobrado em categorias ou situações de

comunicação. Esse processo visa à promoção da ATT, condição que corresponde a um ideal de bom funcionamento do texto e que é capaz de acolher e incluir diferentes tipos de leitores, conforme suas necessidades. Promover a ATT significa também investir no incremento da «leiturabilidade» do texto, ajustando-o às condições de letramento do destinatário. A ferramenta MedSimples, apesar de suas limitações, tanto concretiza quanto pretende apoiar esse processo.

Leiturabilidade e letramento são conceitos bastante complexos e que mobilizam outros tantos. *Grosso modo*, a leiturabilidade é a potencial facilidade ou dificuldade de leitura de um texto, determinada por fatores linguísticos que, por sua vez, estão relacionados com os perfis do leitor. Assim, entender melhor o que afeta a leiturabilidade ajudará a compreender o ato de ler e como são desenvolvidas estratégias de compreensão.

Conforme Gabriel (2017), três conceitos — letramento, alfabetização e *literacia* (que consideramos um lusitanismo para o termo *letramento*) estão intimamente ligados, mas não podem ser tomados como sinónimos, uma vez que cada um tem suas especificidades. Para esta autora, o «processo de inserção no mundo da escrita, nos ambientes digitais, nos textos literários, etc. é evocado pelo termo «letramento» (Gabriel, 2017, p. 83). No entanto, «letramento» também está relacionado com participação efetiva e competente nas práticas sociais e profissionais que envolvem a língua escrita. Por sua vez, a «literacia», para Gabriel (2017), equivale ao «conjunto das habilidades da leitura e da escrita» (p. 83), que inclui as capacidades de identificação das palavras escritas, conhecimento da sua ortografia e a aplicação aos textos dos processos linguísticos e cognitivos de compreensão — o que nos leva da palavra-sílaba ao todo do texto.

Um texto escrito será acessível, no seu todo, se apresentar informações de forma clara e se não for unicamente dirigido a um público específico, conseguindo prever diferentes diálogos. Essa condição aplica-se mesmo a artigos científicos, que muitas vezes precisam ultrapassar um direcionamento muito pontual. Seria o caso, por exemplo, nestes tempos de pandemia, de um artigo pioneiro sobre COVID-19, escrito em português por um pneumologista, que precisará ser (bem) entendido por um historiador da ciência e que receberá uma «tradução simplificada», feita, por exemplo, por um jornalista brasileiro. Nós, pessoas do ‘público em geral’, acessaremos essa

‘tradução’ em diferentes medias. Prever outros leitores e acolhê-los desde a primeira escrita do texto é promover a inclusão e a acessibilidade textual e terminológica.

Em resumo: com esta ferramenta e com a nossa ideia da ATT queremos propor que se possa pensar na necessidade de criar «rampas de acesso» para os textos. Essas «rampas» serão feitas de palavras para facilitar a leitura das pessoas que tenham menos estudos ou menos conhecimento dos temas tratados, e pouca experiência de leitura.

A ferramenta MedSimples e a promoção do letramento em Saúde

Como já dissemos na introdução deste artigo, grande parte dos brasileiros tem dificuldade em compreender textos escritos, como textos de utilidade pública sobre Saúde. A ferramenta MedSimples foi desenhada e construída pensando neste público. Se, por um lado, o leitor de escolaridade e letramento limitados não é o principal usuário da ferramenta, uma vez que os textos precisam do olhar de um redator mais experiente que possa aproveitar as sugestões e explicações fornecidas para formatar um texto mais adequado ao seu público, por outro, este leitor, com menos experiência de leitura, é beneficiado indiretamente, através dos resultados construídos com o auxílio da ferramenta, ao ter acesso a textos mais adequados ao seu nível de competência de leitura e letramento em Saúde.

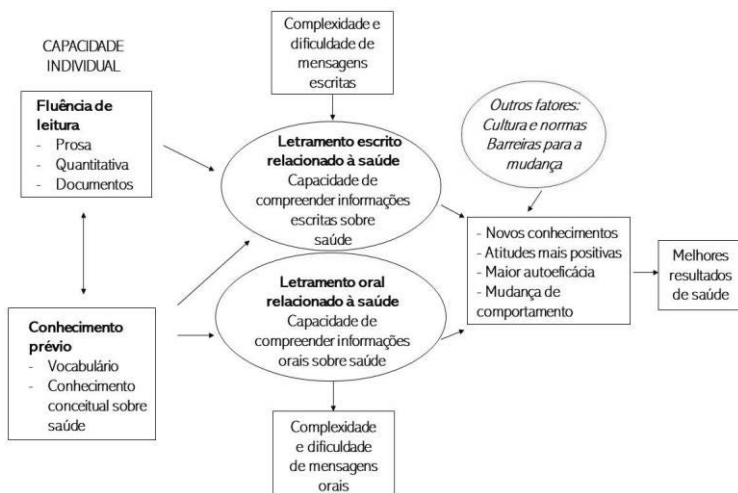
Por letramento em Saúde, entende-se a «capacidade que os indivíduos têm de obter, processar e compreender informações básicas de saúde necessárias para tomarem decisões adequadas sobre sua saúde ou a saúde de quem são responsáveis» (Selden *et al. apud* Osborne, 2013). Neste contexto, é importante que o profissional de Saúde tenha consciência de que as melhores práticas em Saúde passam por uma comunicação efetiva com seus pacientes e que a promoção do letramento em Saúde, informando a população e criando oportunidades de conhecimento sobre temas relacionados à Saúde, pode ajudar nesta comunicação.

Como explica Baker (2006) em seu mapa conceitual sobre letramento em Saúde, ilustrado na Figura 4 abaixo, um dos principais entraves à capacidade de o indivíduo gerir a sua própria saúde é a complexidade das mensagens tanto orais quanto escritas, além da falta de fluência em leitura e de conhecimentos prévios sobre o assunto tratado. Porém, à medida que facilitamos a mensagem e construímos «rampas de acesso» nos textos sobre diferentes

temas de Saúde, acabamos por promover uma mudança de atitude e de comportamento, além de se criar uma rede de compartilhamento de novos conhecimentos, que pode crescer à medida que o leitor sobe cada uma dessas «rampas» construídas pelo redator e/ou profissional de saúde.

Neste sentido, a ferramenta MedSimples propõe-se a auxiliar o redator-usuário, seja ele um profissional de saúde, jornalista, redator, tradutor ou qualquer pessoa interessada a criar textos simples sobre Saúde, a vencer as barreiras da complexidade para que mais pessoas possam obter informações validadas e de acordo com o seu nível de entendimento. Como podemos ver no modelo apresentado a seguir, a combinação de uma comunicação mais efetiva, menos complexa, e a promoção do letramento em Saúde gera melhores resultados de saúde, pois as pessoas desenvolvem uma maior autoeficiência e dependem menos de terceiros para gerir a sua própria saúde.

Figura 4. Modelo de Baker



Texto alternativo: A Figura 4 é um mapa conceitual que representa as relações entre a capacidade individual do leitor, o letramento em Saúde e melhores resultados de saúde. As duas caixas da esquerda representam a capacidade individual do leitor. Uma é a fluência de leitura e a outra é o conhecimento prévio. Essas caixas estão ligadas a dois balões centrais que representam o letramento escrito e o letramento oral em Saúde. Ligados aos dois balões centrais, as duas caixas

menores representam as complexidades e dificuldades das mensagens escritas e orais da Saúde. Como resultado dessas relações, a caixa grande à direita representa os novos conhecimentos, as atitudes mais positivas, a maior autoeficácia e a mudança de comportamento, que são, como vemos na última caixa derivada desta, melhores resultados de saúde.

A Ferramenta MedSimples na prática

Vejam agora um exemplo prático: na *Cartilha para a mulher trabalhadora que amamenta* (Brasil, 2015), publicação do Ministério da Saúde do Brasil, na seção *Por que é importante amamentar?* (pp. 11 e 12) temos a seguinte informação:

Figura 5 — Trecho da *Cartilha para a mulher trabalhadora que amamenta*, pp. 11 e 12

Para a mãe:

- ♥ Diminui as chances de ocorrência do câncer de mama, de útero e de diabetes na mulher que amamenta.
- ♥ Favorece a contração do útero materno no pós-parto, diminuindo as perdas sanguíneas e prevenindo a anemia.
- ♥ Facilita a perda de peso que foi ganho na gravidez.
- ♥ Diminui o risco de que a mãe desenvolva hipertensão, obesidade e hipercolesterolemia.

Texto alternativo: A Figura 5 mostra um trecho de um texto escrito de uma cartilha com informações para a mulher trabalhadora que amamenta. O título do trecho é «Para a mãe», escrito em negrito, seguido de dois pontos. Abaixo, cada frase escrita tem um pequeno coração cor de rosa claro antes da primeira palavra. As frases resumem os benefícios da amamentação para a mãe: menor possibilidade de ter cancro e diabetes; favorecimento da contração do útero e diminuição da anemia; facilidade de perder peso; e diminuição do risco de hipertensão, obesidade e hipercolesterolemia. A última frase tem um termo não explicado: hipercolesterolemia.

Este pequeno trecho do texto, processado na ferramenta MedSimples, no módulo *Cuidados com o Recém-Nascido em Pediatria*, opção Leitor 1, Ensino Fundamental, retorna o seguinte:

Figura 6. Texto da Figura 5 processado pela ferramenta MedSimples, em 21/9/2020

The screenshot shows the MedSimples interface with a section titled "Simplificação sugerida". Below the title, there is a text block with several words underlined in green and blue. A blue box highlights the word "diabetes" with the title "Diabetes" and a definition: "doença que causa o aumento do nível de açúcar no sangue". Below this box is an "ACEITAR" button. At the bottom of the interface, there are three buttons: "EDITAR", "COPIAR", and "EXPORTAR TXT".

Simplificação sugerida

Clique nos itens sublinhados e avalie as sugestões. O c

Para a mãe:

Diminui as chances de ocorrência do câncer de mama, de útero e de diabetes na mulher que amamenta.

Favorece a contração do útero materno no pós-parto, diminuindo as perdas sanguíneas e prevenindo a anemia.

Facilita a perda de peso que foi ganho na gravidez.

Diminui o risco de que a mãe desenvolva hipertensão, obesidade e hipercolesterolemia.

Avalie as sugestões incluídas e faça os ajustes necessários. Você pode EDITAR, COPIAR e EXPORTAR o texto para finalizá-lo.

EDITAR COPIAR EXPORTAR TXT

Texto alternativo: A figura mostra umecrã de computador com Ferramenta Med-Simples com a simplificação sugerida para o texto que vimos na figura anterior, da Cartilha para a mulher trabalhadora que amamenta. No texto, as palavras mais difíceis aparecem sublinhadas a verde e a azul. No termo «diabetes» que está sublinhado a verde e dentro de uma caixa azul, abre uma caixa de texto com o título Diabetes com a explicação do termo: «doença que causa o aumento do nível de açúcar no sangue». Depois do texto é possível avaliar as sugestões e fazer os ajustes, podendo copiar o texto para o finalizar.

Como se percebe, estamos ainda longe da perfeição no processamento, sobretudo se considerarmos que, neste trecho: (a) «ocorrência», que é uma palavra comum, não foi sublinhada, embora possa ser um entrave para a compreensão; (b) «hipercolesterolemia» e «anemia» são termos técnicos, mas foram apontados como palavras difíceis — em azul, indicando apenas «Item difícil, avalie trocar»; (c) «mama», em azul, traz como sugestões as opções «peito, seio», enquanto que «amamenta» é mostrado apenas como «Item difícil, avalie trocar».

Desse modo, evidencia-se a necessidade de serem revistos os glossários internos da ferramenta, tanto na abrangência e ampliação, quanto na divisão inicial por «palavras difíceis» (azul) e «termos técnicos» (verde). Também a divisão em temas e subtemas oferecidos poderia ser repensada, visto que, naturalmente, pode haver um texto cujo tema seja, por exemplo, uma mistura dos já oferecidos, algo como *Amamentação do recém-nascido por mãe com COVID-19*.

Com ajustes, a dimensão «prática» do produto poderá dialogar, em melhores condições, com as orientações teóricas em que se baseia. Não obstante, vale considerar que algumas das suas limitações técnicas e de desempenho, aqui ilustradas, são impostas pelo tipo de processamento do texto. Esse processamento, dito de um modo muito simples, apoia-se em listas de palavras entrelaçadas numa base de dados.

Ainda assim, nessa iniciativa, há aspectos positivos, que não podem ser desprezados. Afinal, busca-se ajudar a concretizar algo, a reescrita de um texto considerado complexo, associado a um tema específico, para um destinatário cuja experiência de leitura e letramento são limitados.

Conforme Gabriel (2017), embora aprender a ler seja um marco no desenvolvimento da competência comunicativa da pessoa, visto que ela vivenciou os processos de leitura e a escrita, outras aprendizagens serão necessárias na «criação de leitores competentes» (p. 83). Uma dessas aprendizagens relaciona-se com o desenvolvimento do vocabulário. Assim, conforme a autora, se o «conhecimento do vocabulário é uma das variáveis preditivas da compreensão textual, ou seja, quanto maior o número de palavras conhecidas, maior a chance de compreender um determinado texto» (pp. 83 e 84), então será preciso supor que temos aqui um universo a reconhecer, quantificar e descobrir.

O pouco que oferece a ferramenta MedSimples, por si só, não se relaciona com a criação de leitores competentes. Com ela, quer-se apenas ajudar quem já seja um redator competente e tenha alguma empatia linguística. A ideia é auxiliar quem pretender construir «rampas de acesso» para uma informação mais inclusiva. As marcas no texto e as sugestões apresentadas, postas pela ferramenta, longe de sinalizar elementos estanques, sublinham um problema de grandes dimensões: o problema de não se conseguir entender algo que pode ser muito importante para a vida de uma pessoa. Essa

falta ou incapacidade, conforme referimos, tende a ser, infelizmente, um problema para 88 entre cada 100 cidadãos brasileiros.

Referências bibliográficas

- Baker, M. (2018). *In Other Words: A Coursebook on Translation*, 3.^a edição, Londres: Routledge.
- Brasil (2015). Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, *Cartilha para a mulher trabalhadora que amamenta*, Ministério da Saúde, 2.^a edição, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Brasília, Ministério da Saúde do Brasil. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_mulher_trabalhadora_amamenta.pdf
- Gabriel, R. (2017). *Letramento, alfabetização e literacia: um olhar a partir da ciência da leitura*, Revisya Prâksis, Actualidades Investigativas en Educación, 2, pp. 76–88. <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/1277/1890>
- Finatto, M. J. B. (2020). *Acessibilidade textual e terminológica: promovendo a tradução intralinguística*, Revista Estudos Linguísticos, 49(1), pp. 72–96.
- Finatto, M. J. B., & Motta, E. (2019). *Terminologia e Acessibilidade: novas demandas e frentes de pesquisa*, Revista GTLex, 2(2), pp. 316–356.
- Fulgêncio, L., & Liberato, Y. (2007). *É possível facilitar a leitura: um guia para escrever claro*, São Paulo: Contexto.
- IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). *Pnad: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2018*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal>.
- Instituto Paulo Montenegro (2018). *Indicador de Analfabetismo Funcional*, INAF Brasil 2018: Resultados Preliminares, São Paulo, <https://ipm.org.br/inaf>.
- Krieger, M. G. (2009). *Divulgação científica e terminologia* in *Anais do simpósio internacional de estudos de gêneros textuais*, 5, Caxias do Sul. Anais [...]. Caxias do Sul: UCS. https://www.ucs.br/ucs/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/arquivos/divulgacao_cientifica_e_terminologia.pdf
- Osborne, H. (2013). *Health Literacy from A to Z*, 2, ed. Burlington: Jones & Bartlett Learning.

- Pasqualini, B. F. (2018). *CorPop: um corpus de referência do português popular escrito do Brasil*. [Ph.D. thesis], Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre — RS. <http://hdl.handle.net/10183/177566>
- Projeto TEXTECC (2020). *Ferramenta MedSimples*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/textecc/acessibilidade/page/cartilha/>.
- Silva, A. D. C. (2018). *Textos de divulgação para leigos sobre o transtorno do estresse pós-traumático em português: alternativas para a acessibilidade textual e terminológica*, [Master's thesis], Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre- RS, <http://hdl.handle.net/10183/189547>.
- Zilio, L., Wilkens, R., & Fairon, C. (2018). *Passport: A dependency parsing model for portuguese* in *International Conference on Computational Processing of the Portuguese Language 2018*, (pp. 479–489), Springer.
- Zethsen, K. K. (2009). *Intralingual translation: an attempt at description*, *Meta*, Montreal, Canadá, 54(4), pp. 795–812.
- Zethsen, K. K., & Hill-Madsen, A. (2016). *Intralingual Translation and Its Place within Translation Studies: A Theoretical Discussion*, *Meta*, Montreal, Canadá, 61(3), pp. 692–708.

LIVROS MULTIFORMATO E MULTISSENSORIAIS E SEUS RECURSOS INCLUSIVOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Alessandra Lopes de Oliveira Castelini

Universidade Federal do Piauí — UFPI e Universidade Feevale, Brasil.

alessandralopes@ufpi.edu.br

Célia Maria Adão de Oliveira Aguiar Sousa

Investigadora Integrada do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Polo do IPEleiria (CICS.NOVA. IPEleiria), Portugal e Universidade Feevale, Brasil. celia.sousa@ipleiria.pt

Gustavo Roese Sanfelice

Universidade Feevale, Brasil. sanfeliceg@feevale.br

Eduardo Cardoso

Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS, Brasil. eduardo.cardoso@ufrgs.br

Resumo: Este artigo procurou mapear investigações que dialogam com a literatura em multiformato e multissensorial através de uma revisão sistemática da literatura, com seleção e análise de dezoito produções científicas, compreendendo o cenário empírico do período 2010–2020, publicados em língua portuguesa. Para a recolha de dados foi realizado um levantamento de investigações com foco em teses, dissertações e artigos científicos publicados desde 2010, considerando quatro bases de dados com foco no Brasil e em Portugal, devido a articulações de pesquisa e convênios entre universidades. Este artigo, de cunho qualitativo e quantitativo,

com processo metodológico ancorado na revisão sistemática de literatura, sistematizou conceitos sobre a literatura multiformato e multissensorial com recursos e estratégias inclusivas da Comunicação Aumentativa e Alternativa — CAA — e princípios do Desenho Universal para Aprendizagem — DUA. Consideramos que o estudo forneceu subsídios relevantes para caracterizar o cenário científico sobre a literatura multiformato e multissensorial nas produções de língua portuguesa, apresenta elementos teóricos e práticos com a relação ao público destinado, as abordagens utilizadas nas investigações, direcionando perspectivas interdisciplinares nas práticas de leitura inclusiva e articulação de estratégias e recursos inclusivos, tornando as práticas literárias mais acessíveis.

Palavras-chave: literatura multiformato/multissensorial; literatura acessível; recursos inclusivos; desenho universal para aprendizagem; revisão sistemática.

Abstract: This article sought to map investigations that dialogue with the literature in multiformat and multisensory by means of a systematic review of the literature, with selection and analysis of eighteen scientific productions, comprising the empirical scenario of the period 2010–2020, published in Portuguese. For data collection, a survey of investigations focusing on theses, dissertations and scientific articles published since 2010 was carried out, considering four databases with a focus on Brazil and Portugal due to the research articulations and agreements between universities. This qualitative and quantitative article, with a methodological process anchored in a systematic literature review, systematized concepts about multiformat and multisensory literature with strategies of Augmentative and Alternative Communication — CAA, based on principles of Universal Design for Learning — DUA. We consider that the study provided relevant subsidies to characterize the scientific scenario on the multiformat and multisensory literature in Portuguese language productions, it presents theoretical and practical elements with respect to the intended audience, the approaches used in the investigations, directing interdisciplinary perspectives in inclusive reading practices and articulation of inclusive strategies and resources making literary practices more accessible.

Keywords: multiformat/multisensory literature; accessible literature; inclusive resources; universal design for learning; systematic review.

Introdução

Ao compreender a educação inclusiva como um processo que contribui para atingir objetivos de inclusão social, este estudo ancora-se em recomendações expressas no Relatório Global de Monitoramento da Educação Inclusiva (UNESCO, 2020), que orienta ações inclusivas pautadas na diversidade e na construção de um senso de pertencimento, enraizado na crença de que cada pessoa tem valor e potencial que devem ser respeitados.

Este artigo trata de uma versão alargada do resumo publicado no Livro de resumos da INCLUDIT VI (Castelini, Sousa, Sanfelice & Cardoso, 2020) e busca socializar fragmentos de pesquisa de doutoramento com o objetivo de situar o objeto de estudo da tese, os livros em multiformato e multissensoriais, no cenário científico atual por meio de uma revisão sistemática de publicações em língua portuguesa desde 2010.

Ao compreender a educação inclusiva e a diversidade enquanto processo, o interesse de aprofundar o estudo destes temas passa a ser visto como oportunidade (UNESCO, 2020) tensionando sistemas educativos para atender as necessidades de todos, sem exceção.

Nesta perspetiva, este estudo, enquanto fragmento de pesquisa doutoral discute a utilização de estratégias pedagógicas que viabilizem o processo inclusivo, como práticas de literatura infantil acessíveis em multiformato e multissensoriais. Sobre o conceito de livros em multiformato e multissensoriais «são livros impressos, que reúnem num único exemplar o conteúdo literário e combinações de diversas estratégias sob múltiplos formatos, tornando a leitura mais acessível» (Castelini, Sousa & Quaresma da Silva, 2019, p. 09).

De entre tais estratégias e recursos inclusivos destaca-se: texto aumentado, uso de braille, imagens em relevo com legenda, utilização de estratégias de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) como escrita fácil, e símbolos do Sistema Pictográfico de Comunicação (SPC).

A combinação desses recursos, aliados a princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) que oferecem modos múltiplos de apresentação, de aprendizagem e de interação (Cast, 2011), ampliam o acesso dos leitores ao contemplar diferentes necessidades com a utilização de recursos da Tecnologia Assistiva (TA) e recursos de carácter multissensorial que ape-

lam à exploração de diferentes sentidos do corpo: tato, olfato e movimentos, favorecendo estímulos sensoriais e a interação do corpo com objetos relativos à história apresentada (Castelini, Sousa & Quaresma Da Silva, 2020).

Como forma de aprofundar conhecimentos sobre a *interface* da literatura em multiformato e multissensorial no cenário científico atual, este artigo tem por objetivo mapear investigações que dialogam com o objeto de estudo da tese de doutoramento por meio de uma revisão sistemática, compreendendo o cenário empírico do período 2010–2020, nas produções de língua portuguesa, com a finalidade de situarmos o desenvolvimento da pesquisa e as lacunas existentes no campo científico.

Nessa perspectiva, como ponto de partida deste estudo utilizamos as seguintes questões: o que as pesquisas apontam sobre livros em multiformatos e multissensoriais e suas abordagens? Que recursos inclusivos são apresentados? Para a recolha de dados sobre as produções foi realizado um levantamento de investigações com foco em teses, dissertações e artigos científicos com pesquisas finalizadas, publicados em revistas no período de 2010–2020, ou seja, nos últimos dez anos, em língua portuguesa, considerando bases de dados do Brasil e de Portugal devido as articulações de pesquisa e convénios entre universidades.

Este artigo, de cunho qualitativo e quantitativo (Martins, 2004) com processo metodológico ancorado em revisão sistemática de literatura (Senra & Lourenço, 2016), sistematiza conceitos sobre a literatura multiformato e multissensorial com estratégias da CAA, baseadas nos princípios do DUA. Sobre esse levantamento de produções, consideramos «as revisões sistemáticas metodologicamente organizadas para suprir as necessidades de identificar possibilidades de investigações desenvolvidas e lacunas a serem preenchidas em relação a um determinado tema» (Senra & Lourenço, 2016, p.175).

Compreendendo os contributos das revisões sistemáticas para o suporte teórico e metodológico de novas pesquisas, procuramos caracterizar o cenário dos livros em multiformato e multissensoriais e levantar alguns impasses, resultados e considerações relevantes que nos ajudaram a estabelecer caminhos de pesquisa. Consideramos que o estudo forneceu subsídios relevantes sobre a literatura multiformato e multissensorial nas produções de língua portuguesa, bem como forneceu elementos teóricos e práticos relativamente

ao público a que se destinam, as abordagens utilizadas desde 2010 nas investigações, perspectivas interdisciplinares nas práticas de leitura inclusiva e a articulação de estratégias e recursos inclusivos em prol de práticas pedagógicas mais acessíveis.

A literatura acessível enquanto livro projetado para todos

Considerando as perspectivas expressas no art.º 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que todo ser humano tem direito à instrução, ressaltamos que este estudo assevera o compromisso com a literacia enquanto um direito humano fundamental e de base para a aprendizagem expressas nas orientações da ONU (2015) e nas diretrizes da UNESCO (2016; 2020), pautados na educação inclusiva enquanto um processo que visa responder à diversidade de necessidades dos alunos, através do aumento da participação de todos na aprendizagem e ao longo da vida.

Para Rodrigues (2006), Vitaliano & Nozi (2010) e Mantoan (2015) a educação inclusiva não deve ser pensada apenas como uma possibilidade, mas como um direito de todos. Nessa perspectiva, a inclusão no contexto educativo exige que todos os envolvidos nesse processo assegurem maneiras de organizar este espaço para atender as demandas e especificidades do seu público-alvo, objetivando oferecer um ensino que contemple recursos e estratégias adequados para promover a efetiva aprendizagem de todos (UNESCO, 1994; Rodrigues, 2006).

Sobre recursos inclusivos, abordamos neste estudo o conceito de livros em multiformato e multissensoriais, que consideram a diversidade existente ao empregar combinações de diversas estratégias sob múltiplos formatos, tornando a leitura mais acessível (Castelini, Sousa & Quaresma Da Silva, 2019).

No campo da literatura infantil, embora a maior ênfase esteja na análise das obras literárias, conforme Saldanha & Amarilha (2016), o contexto que envolve processos de elaboração e produção dos livros infantis merece visibilidade.

Neste exercício de reflexão e aprofundamento, conhecer as minúcias deste processo e as intencionalidades dos diferentes profissionais que são

expressas nas obras literárias, revelam a escolha de estratégias inclusivas, recursos tecnológicos, ferramentas educativas, recursos de linguagem, escolha das ilustrações, formato das obras e o caráter pedagógico ou não dos textos literários infantis, que frequentemente sugerem padrões comportamentais, padrões de beleza, corpo, consumo, impondo regras sociais e morais que são amplamente valorizadas pela sociedade.

Concordamos com Lins (2003) ao afirmar que a construção de um livro infantil deve envolver pesquisa, conhecimento técnico, harmonia entre texto e imagem, sendo resultado de um projeto de design. Para o autor, os elementos que constituem os livros infantis devem ser trabalhados de forma integrada, considerando a fase de desenvolvimento e as necessidades educativas especiais das crianças a quem o livro se destina, sendo eles o formato, o suporte, a estrutura, o *layout*, o texto e a imagem. Sobre a diversidade de formatos e suportes para livros infantis, existem livros de pano, madeira, metal e plástico; livros com som, cheiro e textura; livros origami e livros *pop-up* (Lins, 2003).

Desta forma, ao verificar lacunas existentes na área científica e limitações de estudos nesta área, direcionamos a linha investigativa da tese de doutoramento para o estudo de projetos de literatura acessível, com foco na análise dos processos de planejamento, elaboração e difusão de recursos pedagógicos inclusivos sob abordagem dos princípios DUA, articulados ao conceito dos livros em multiformatos e multissensoriais.

Rose e Gravel (2010) consideram que o DUA baseia-se em pesquisas práticas, que ocorrem no campo das ciências da aprendizagem e que tem grande impacto na educação inclusiva, visto que, por ser um conceito recente, tem sido amplamente difundido nas pesquisas que tratam inclusão.

Estudos de Cardoso, Martins & Kaplan (2018) consideram que quando o livro é projetado com base no desenho universal, ou seja, já concebido previamente em múltiplos formatos, a preparação das propostas de atividades para uma turma contemplando a diversidade de alunos, torna-se mais fácil, pois o professor não precisará de adaptar o livro para que os alunos com necessidades específicas se envolvam ativamente na leitura.

O conceito de Design Universal (DU) pode ser definido como «o projeto de produtos e ambientes para serem utilizados na maior extensão possível por pessoas de todas as idades e capacidades» (Story, Muller & Mace, 1998,

p. 2). O seu objetivo é tornar a vida quotidiana mais simples através da prática direcionada às necessidades de todos da maneira mais ampla possível, trazendo benefícios para todas as pessoas, independente da sua condição.

Segundo Keates *et al.* (2000), um grande equívoco que pode ocorrer no processo de desenvolvimento de algum produto consiste em considerar a deficiência das pessoas e não as suas capacidades, quando estas deveriam ser a maior preocupação.

Consequentemente, este estudo assevera a necessidade de empregar abordagens baseadas nessa compreensão, com princípios do DU, minimizando assim o impacto voltado apenas às deficiências, alargando-as a todas as pessoas, independente da sua condição, refletindo em melhor qualidade de vida.

Para Sousa (2017), o DU deve ser Design for All (Design para Todos) permitindo a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos para participar em todos os aspectos da sociedade. Aslaksen *et al.* (2010) destacam o princípio de igualdade como base para o Design for All.

Nessa perspetiva, compreende-se que ao disponibilizar múltiplos modos e formatos de acesso aos conteúdos apresentados nos livros em multiformato, oportunizam-se experiências diferenciadas, permitindo que os leitores explorem os conteúdos em múltiplos formatos, fomentando meios flexíveis para construir o conhecimento de diferentes formas e sob diversas perspetivas.

Desenvolvimento e discussão dos resultados

A pesquisa teve como objetivo sistematizar o cenário científico sobre a literatura multiformato e multissensorial e evidenciou as lacunas existentes, sobretudo no campo da educação (Castelini, Sousa, Sanfelice & Cardoso, 2020), bem como a carência de pesquisas que contemplem os princípios do DUA no Brasil (Bock, Gesser & Nuernberg, 2018; Zerbato & Mendes, 2018; Castelini, Sousa & Quaresma Da Silva, 2019; 2020) e a escassez de investigações que descrevam elementos constitutivos que permeiam processos iniciais de elaboração e produção da literatura acessível.

Nesse sentido, procuramos compreender como ocorrem os processos de produção de livros acessíveis, observando que destaques são adotadas, os discursos empreendidos nesta construção, as relações estabelecidas com o

público leitor, os conceitos utilizados, os valores e sentimentos que se aplicam nas práticas literárias mais acessíveis, possibilitando o conhecimento criativo e sensível do seu lugar na sociedade.

Os resultados da revisão bibliográfica sobre o DUA nas produções científicas (Castelini, Sousa & Sanfelice, 2020) revelam que o tema DUA é recente nos estudos brasileiros devido ao número limitado de produções no país, ao contrário de outros países como os EUA, onde nasceu a proposta DUA, e Portugal, onde se defende a aplicação dos princípios do DUA, assegurado inclusive nas políticas educacionais da Direção Geral de Educação — DGE (Alves, Ribeiro & Simões, 2013, Nunes & Madureira, 2015, DGE/Portugal, 2018).

Após sistematização do cenário científico sobre produções que tratam da abordagem DUA (Castelini, Sousa & Sanfelice, 2020) fomos desafiados a procurar elementos pertinentes ao objeto de estudo desta tese, como forma de compreender aspectos relevantes desta investigação, articulando os resultados encontrados e tornando possível a construção de novos desdobramentos para a pesquisa proposta.

Na segunda etapa deste levantamento de produções científicas que cercam o objeto de estudo, abordaremos resultados provenientes de um levantamento de produções científicas, na forma de revisão sistemática (Senra & Lourenço, 2016) sobre livros multiformato e multissensoriais, com a finalidade de situarmos o desenvolvimento de pesquisas sobre esta temática, assimilando o cenário científico atual e as lacunas do conhecimento científico nesta área de estudo. Utilizamos aportes que consideram «as revisões sistemáticas metodologicamente organizadas para suprir as necessidades de identificar possibilidades de investigações desenvolvidas e lacunas a serem preenchidas em relação a um determinado tema» (Senra & Lourenço, 2016, p.175).

Compreendendo os contributos das revisões sistemáticas para o suporte teórico e metodológico de novas pesquisas, procuramos caracterizar o cenário acerca dos livros multiformato e multissensoriais, com propósito de levantar alguns impasses, resultados e considerações relevantes que nos ajudassem a estabelecer caminhos de pesquisa.

Nesse sentido, utilizamos como ponto de partida para a revisão sistemática as seguintes questões: o que as pesquisas apontam sobre os livros

multiformato e multissensoriais e as suas abordagens? Que recursos inclusivos são apresentados?

Para delimitações deste estudo, observamos produções científicas publicadas recentemente, com a finalidade de organizar um conjunto de levantamentos acerca de produções que acenam para aspectos relativos aos livros multiformato e/ou multissensoriais (Oliveira, 2016; Oliveira, 2017; Romani, 2016; Graça, 2018; Gonçalves, 2018; Teixeira, 2018). Entre eles não identificamos produções que contemplem as nomenclaturas multiformato e multissensorial em conjunto, nem trabalhos direcionados à elaboração, produção e difusão de livros acessíveis, ou à luz dos princípios DUA. Com isso, esta revisão sistemática justifica-se por priorizar algo ainda não destacado noutros estudos deste tipo.

Para o delineamento desta revisão sistemática, buscamos respaldo metodológico nos estudos de Senra & Lourenço (2016), ao estabelecer dez etapas investigativas que conduziram à sistematização do estudo, como:

- 1) Demarcar como temática desta pesquisa »Livros multiformato e/ou multissensoriais e a utilização de recursos inclusivos nas práticas de leitura”.
- 2) Delimitar o intervalo temporal a pesquisas e produções científicas dos últimos dez anos.
- 3) Definir bases para a recolha de dados.
- 4) Estabelecer os descritores de busca e as suas variáveis em todas as bases de dados pesquisadas.
- 5) Analisar as produções científicas encontradas com base nos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos aos textos relevantes e irrelevantes à temática da pesquisa.
- 6) Efetuar uma leitura analítica das produções e refinar os critérios de pesquisa.
- 7) Catalogar as produções selecionadas.
- 8) Avaliar e sintetizar, de maneira quantitativa, os resultados atingidos.
- 9) Integrar os resultados e possíveis intervenções do fenómeno de interesse.
- 10) Procurar evidências através da análise dos estudos agrupados, as lacunas existentes e a necessidade de novos estudos relacionados com os livros multiformato e multissensoriais (Senra & Lourenço, 2016).

O presente estudo preconizou uma revisão sistemática sobre a literatura multiformato e multissensorial, dividida em quatro bases de busca de dados:

- a) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).
- b) Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
- c) Portal da Scientific Electronic Library Online (SciELO).
- d) Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP).
(Castelini, Sousa, Sanfelice & Cardoso, 2020, p. 264)

Como recorte temporal para a seleção, estabelecemos o período dos últimos dez anos, ou seja, o período de 2010 a 2020, compreendendo produções científicas publicadas exclusivamente em língua portuguesa.

A investigação teve como ponto de partida a utilização de dois descritores: livro/literatura em multiformato e livro/literatura multissensorial. Esta escolha deve-se à escassez de pesquisas que abordem os dois termos em conjunto, dificultando a análise de produções anteriores.

Desta forma, escolhemos um conjunto de palavras-chave para cada descritor, utilizadas de forma isolada e combinada, considerando as variáveis plural/singular e diferentes denominações atribuídas aos livros com múltiplos recursos inclusivos em diferentes contextos e sob diferentes nomenclaturas.

Na pesquisa foram relacionados com livros multiformatos e/ou multissensoriais um total de 10 palavras-chave que fazem referência aos descritores, como: livro multiformato; literatura multiformato; literatura em multiformatos; livros multissensoriais; literatura multissensorial; livros inclusivos; literatura inclusiva; literatura multissensorial; multissensorial; multiformato.

Neste levantamento identificamos 78 produções científicas para serem examinadas, conforme apresentamos na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Produções nas Bases de Dados em Língua Portuguesa

Bases de dados	Busca pelo termo «Livro/ Literatura multiformato»	Busca pelo termo «Livro/ Literatura multissensorial»
Biblioteca Digital Brasileira BDTD	-	08
Portal de Periódicos da CAPES	-	14
Portal da SciELO	-	04
Repositórios de Portugal RCAAP	05	47
Total de resultados	05	73

Nesta sistematização chegamos ao número de 78 produções, sendo oito produções acadêmicas na BDTD vinculadas ao termo de busca livro ou literatura multissensorial e nenhuma produção com o termo de busca livro ou literatura multiformato; 52 produções na RCAAP, sendo 47 delas produções vinculadas ao termo livro/literatura multissensorial e cinco vinculadas ao termo livro/literatura em multiformato; 14 artigos no portal de periódicos da CAPES vinculados ao termo de busca livro/literatura multissensorial e nenhuma menção a livros/literatura em multiformato; e quatro produções na SciELO referentes ao termo livro/literatura multissensorial e nenhuma produção vinculada ao termo livro/leitura multiformato.

Para análise das produções científicas levantadas, conforme a etapa 5 da pesquisa (Senra & Lourenço, 2016), procuramos priorizar as produções que atendiam aos seguintes critérios:

- a) Pesquisas concluídas em forma de Teses, Dissertações e Artigos publicados em revistas no idioma português.
- b) Pesquisas voltadas para a educação inclusiva e acessibilidades na leitura.
- c) Busca pelo termo livro multiformato e/ou multissensorial e suas variações.
- d) Produções que apresentem informações sobre recursos inclusivos utilizados e evidências analisadas e produzidas a partir de instrumentos e critérios próprios.
- e) Exclusão de arquivos duplicados ou triplicados na mesma base ou em bancos de dados diferentes.
- f) Exclusão de produções que não estavam relacionadas com o assunto pretendido.

Ao examinar as produções científicas e aplicar os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos nas 78 produções previamente selecionadas, sete delas apareceram em mais de uma base de dados constituindo-se como arquivos duplicados, que foram excluídos. Em continuidade às análises da pesquisa aplicamos a exclusão de 23 arquivos que, conforme os critérios estabelecidos, não contemplavam a área estudada, o idioma estabelecido ou tratavam-se de pesquisas em andamento.

Ao adotar os critérios de inclusão e exclusão descritos no estudo, selecionamos 18 produções científicas que foram analisadas e revelaram elementos que nos permitiram constatar o emprego de seis tipos de pesquisa: Qualitativa exploratória-descritiva (cinco); Experimental (duas); Pesquisa-ação (seis); Intervenção pedagógica (uma); Exploratória (duas) e Análise documental (duas).

A partir da leitura e seleção das produções científicas, organizamos os estudos em quatro categorias de análise, a saber:

- 1) Processos de elaboração do livro acessível.
- 2) Articulação da abordagem multiformato e multissensorial com outros conceitos.
- 3) Utilização de estratégias inclusivas.
- 4) Emprego do design inclusivo aos contextos educativos/aprendizagem.

A leitura minuciosa das obras possibilitou uma análise conforme as categorias elencadas, ajudando-nos a compreender o cenário teórico atual da seguinte forma:

Tabela 2. Sistematização das Produções Científicas

CATEGORIAS	TESE	DISSERTAÇÃO	ARTIGO PUBLICADO EM REVISTA CIENTÍFICA
Processos de elaboração do livro acessível	Romani (2016)	Oliveira (2016), Graça (2018), Gonçalves (2018) Ricardo (2020) Oliveira (2017)	Lemos (2020)
Articulação da abordagem com outros conceitos	Barabás (2018)	Negreiros (2017)	Teixeira e Gonçalves (2015)
Utilização de estratégias inclusivas	- - -	Meneses (2010), Pina (2015) Santos (2017)	Kastrup (2013), Marques e Gil (2016), Kastrup e Valente (2018)
Emprego do design inclusivo no contexto educativo/ aprendizagens	Teixeira (2018)	- - -	Bianchi, Ramos e Barbosa-Lima (2016)
Total	4	8	6

Na categoria (1) Processos de elaboração do livro acessível, sete estudos (Romani, 2016; Oliveira, 2016; Oliveira, 2017; Graça, 2018; Gonçalves, 2018; Ricardo, 2020; Lemos; Veríssimo, 2020), apresentaram informações que envolvem a construção de recursos inclusivos destacando-se: livro tátil ilustrado, *kit* de livros acessíveis, livro ilustrado sonoro, livro-objeto, livros em multiformato, livro ilustrado para deficientes visuais e livro interativo digital.

Na categoria (2) Articulação da abordagem com outros conceitos, três produções foram analisadas (Carvalho Barabás, 2018; Negreiros, 2017; Teixeira; Gonçalves, 2015), destacando-se por considerarem elementos da abordagem multissensorial e multiformato aplicados às situações de ensino e aprendizagem.

Na categoria (3) Utilização de Estratégias Inclusivas foram analisadas seis produções científicas (Meneses, 2010; Pina, 2015; Santos, 2017; Kastrup, 2013; Marques; Gil, 2016; Kastrup; Valente, 2018) que evidenciam uma preocupação limitada ao ensino da leitura para pessoas com deficiência, destacando-se os estudos desenvolvidos por Kastrup (2013) e Kastrup & Valente (2018).

Na última categoria, (4) Utilização do design inclusivo no contexto educativo e nas aprendizagens destacam-se duas produções (Bianchi; Ramos; Barbosa-Lima, 2016; Teixeira, 2018), embora outras produções já descritas também pudessem ser categorizadas neste viés de pesquisa.

As evidências levantadas ajudaram-nos a discutir contributos da pesquisa interdisciplinar, procurando elementos do design significativos para o desenvolvimento de práticas e recursos mais inclusivos e acessíveis. Os estudos sinalizam como investigações futuras a consolidação das articulações empreendidas com o design e a educação em prol de uma sociedade mais inclusiva.

Considerações finais

Com o propósito de tecer algumas considerações sobre o estudo, resgatamos o problema de pesquisa que impulsionou esta revisão sistemática: O que as pesquisas apontam sobre os livros em multiformato e multissensoriais e as suas abordagens? Que recursos inclusivos são apresentados?

Desse modo, compreendemos que as 18 produções científicas selecionadas suscitaram importantes contribuições para reflexões que dialogam com a *interface* literatura multiformato e multissensorial e design inclusivo, oferecendo informações relevantes para o confronto de dados desta área de estudos, auxiliando a sustentar a problemática evidenciada e apontando caminhos para a construção desta tese ao observar nos estudos diferentes lacunas.

Através das informações sistematizadas, foi possível compreender as seguintes lacunas no campo de pesquisa: escassez de estudos com foco na elaboração e na difusão dos recursos literários inclusivos, carência de estudos sobre a literatura em multiformatos e insuficiência de estudos sobre literatura com utilização dos princípios DUA.

As análises apontam considerações pertinentes para estudos futuros, ressaltando que não houve consenso em relação à nomenclatura utilizada e a prevalência por estudos baseados principalmente em conceitos multissensoriais, visto que apenas duas produções contemplaram estudos sobre os livros multiformato, apontando escassez de pesquisas que contemplam esta temática.

Não foram encontrados estudos que utilizam o multiformato e o multissensorial em conjunto, apenas mencionam uma nomenclatura. Sobre as abordagens utilizadas, observamos a prevalência de princípios da multis-

sensorialidade (Soller, 2009) do design, da educação inclusiva e das artes visuais, bem como a articulação de abordagens interdisciplinares.

A partir das produções científicas analisadas o estudo evidenciou que a utilização de livros multiformato e livros multisensoriais com recursos inclusivos: foi dirigida principalmente a leitores que apresentam algum tipo de deficiência, essencialmente visual; tem como objetivo a formação do leitor literário; tem em vista a acessibilidade e a educação inclusiva; para perceber a aceitação do livro nos contextos escolares; para analisar aplicabilidades do livro acessível enquanto prática literária; explorar conceitos de acessibilidade e ensino-aprendizagem; adaptação de livros ilustrados; como forma de promover interação com crianças; na utilização de recursos inclusivos em técnicas pedagógicas; enquanto estratégias metodológicas inclusivas; favorecendo experiências e aprendizagens multisensoriais.

De entre os recursos inclusivos apresentados, foram identificados e classificados em: (1) Visuais: emprego de aspectos visuais; gráficos; jogos de cores; tipos e tamanhos variados de fontes; *layout* gráfico de textos e imagens; produção gráfica de imagens; uso do braille; livro impresso; (2) Multisensoriais: adoção de brinquedos e objetos enquanto recursos multisensoriais; utilização de materiais com texturas diversas; uso de instrumentos sonoros; aplicação de técnicas de relevo; aproveitamento de objetos do cotidiano inseridos nas histórias; adaptação de imagens; utilização de plataformas táteis. (3) TIC: emprego de recursos digitais; código QR; estratégias apoiadas nas TIC e TA; utilização de recursos da CAA; emprego de pictogramas; realidade aumentada; folhetos digitais acessíveis; livros digitais; livros em formato pdf; (4) Audiovisuais: audiolivro; videolivro; sistema de legendas; audiodescrição.

Como resultados da investigação, destacamos a necessidade de ampliação de recursos multiformato e multisensoriais articulados nos livros inclusivos, disponibilização de imagens táteis facilitando a compreensão da imagem apresentada, fomentar práticas literárias acessíveis a todos, sem exceção, ampliando projetos de leitura acessível e que viabilize tais recursos, impulsionar práticas de mediação literária por meio das TIC e TA favorecendo a inclusão digital, desenvolver pesquisas sobre os princípios do DUA agregados à formação docente e ao planejamento de ensino para a consolidação de uma educação inclusiva, promover a elaboração e/ou a

adaptação de obras literárias locais/regionais, tornando-as mais acessíveis, considerando o valor cultural e as representações axiológicas expressas por meio da literatura.

O estudo demonstrou que as pesquisas sobre livros multiformato e multissensoriais apresentam-se com diversas nomenclaturas e priorizaram os livros multissensoriais, livros táteis e digitais com estudos direcionados à aplicabilidade dos recursos inclusivos, adaptação de livros para deficientes visuais, emprego de novas estratégias de ensino, formação de leitores e experiências inclusivas, explorando conceitos de aprendizagens com intervenções articuladas a contextos educativos e interação com recursos inclusivos.

Apenas um artigo analisado teve como finalidade descrever os processos de elaboração, aplicado a um livro digital descrevendo estratégias utilizadas no planejamento, execução e difusão do recurso inclusivo com vista à educação em saúde.

Consideramos que esta revisão sistemática forneceu subsídios relevantes para caracterizar o cenário científico sobre a literatura multiformato e multissensorial nas produções de língua portuguesa desde 2010, bem como forneceu elementos teóricos e práticos relacionados com o público a que se destina, as abordagens utilizadas nas investigações, perspectivas interdisciplinares nas práticas de leitura inclusiva e a articulação de estratégias e recursos inclusivos em prol de práticas pedagógicas mais acessíveis.

Por fim, as pesquisas selecionadas apontam escassez de estudos na língua portuguesa com foco nos processos de elaboração, tensionando reflexões sobre a ampliação do campo investigativo, organização de ações extensivas e elaboração de recursos didáticos que instrumentalizem práticas literárias mais inclusivas.

Referências bibliográficas

- Alves, M. M., Ribeiro, R., & Simões, F. (2013). *Universal design for learning (UDL): Contributos para uma escola para todos, Tecnologias da Informação em Educação*, Indagatio Didactica, 5(4), pp. 121–146.
- Aslaksen, F., Bergh, S., Bringa, O. R. & Heggem, E. K. (1997). *Universal design: planning and design for all*, Oslo.

- Bianchi, C.; Ramos, K.; Barbosa-Lima, M. da C. (2016). *Conhecer as cores sem nunca tê-las visto*, Revista Ensaio, Belo Horizonte, vol.18, n.º 1, pp. 147–164, jan–abr. <https://www.redalyc.org/pdf/1295/129546406008.pdf>
- Bock, G.L.K., Gesser, M., & Nuernberg, A.H. (2018). *Desenho Universal para a Aprendizagem: a Produção Científica no Período de 2011 a 2016*. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, vol. 24, n.º 1, pp. 143–160, jan–mar 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v24n1/1413-6538-rbee-24-01-0143.pdf>
- Cardoso, E., Martins, D. S., & Kaplan, L. (2019). *Diretrizes para o desenvolvimento de livros infantis multiformato Acessíveis*. In: *Informática na educação: recursos de acessibilidade da comunicação* [recurso eletrônico] / organizadores Gabriela Trindade Perry, Eduardo Cardoso [e] Cinthia Costa Kulpa; coordenado pela SEAD/UFRGS, Porto Alegre, Editora da UFRGS, pp. 95–125 <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/210536/001115227.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- CAST UDL (2011). *Design for Learning guidelines — Universal version 2.0*. www.cast.org / www.udlcenter.org
- Castelini, A. L. O.; Sousa, C. M. A. O. A. & Quaresma Da Silva, D. R. (2019). *Práticas de leitura mais acessíveis e suas implicações para a inclusão e diversidade: Estabelecendo diálogos*, Rv. Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo <https://www.eumed.net/rev/atlante/2019/12/praticas-leitura-acessiveis.html>
- Castelini, A. L. O.; Sousa, C. M. A. O. A. & Cardoso, E. (2020). *Práticas Educativas na Pandemia de COVID-19: Diálogos entre Portugal e Brasil em Prol da Educação em Saúde* in Livro: *Educação em Tempos de COVID-19: Desafios e Possibilidades*, Editora Bagai, Curitiba — PR, vol. 02, pp. 97–113
- Castelini, A., Sousa, C. & Quaresma da Silva, D. R. (2020). *Tecendo Saberes na Formação Docente: Ações desenvolvidas no Centro de Recursos para Inclusão Digital para a promoção da Comunicação mais Acessível a Todos* in: C. Lindín, M. B. Esteban, J. Bergmann, N. Castells & P. Rivera-Vargas (Eds.) *Llibre d'actes de la I Conferència Internacional de Recerca en Educació* (pp. 749–759), Universitat de Barcelona. http://www.ub.edu/ired19/actes_proceedings_ired_19.pdf
- Castelini, A. L. O., Sousa, C. M. A. O. A., Sanfelice, G. R. & Cardoso, E. (2020). *A Literatura em multiformato e multissensorial articulada aos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem: Uma revisão Sistemática*, Livro de Resumos da VI Conferência Internacional para a Inclusão 2020, Politécnico de Leiria, ESECS, CICS.NOVA.IPLeiria-iACT. & CI&DEI.

- De Carvalho Barabás, R. (2018). *Neurociências aplicadas ao ensino-aprendizagem e a tecnologia nuclear. Instituto de Pesquisa Energética e Nuclear*, Tese (Doutorado em Tecnologia Nuclear) IPEN-CNEN/SP, USP, São Paulo/SP.
- DGE MEC/Portugal (2018). Decreto-lei n.º 54/2018. http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/dl_54_2018.pdf
- Graça, S. I. C. P. (2018). *O livro multiformato como recurso didático e pedagógico para valorizar diferenças e promover a inclusão*, Dissertação de Mestrado em Educação Especial — Domínio Cognitivo-Motor, Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, Portugal.
- Gonçalves, F. M. C. (2018). *Design for All: Adaptação de um livro ilustrado para Crianças com Deficiência Visual*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Acessível, Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, Portugal.
- Kastrup, V. (2013). *Será que cegos sonham? O caso das imagens táteis distais*. Revista Psicologia em Estudo, Maringá, vol. 18, n.º 3, pp. 431–440, jul–set. <https://www.redalyc.org/pdf/2871/287130095005.pdf>
- Kastrup, V. & Valente, D. (2018). *Como fazer o corpo falar? Deficiência visual, verbal e discurso corporificado*, Psicol. Cienc. Prof. Vol. 38, n.º 3, Brasília, julho–set. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932018000300572&script=sci_abstract&tlng=pt
- Keates, S., Clarkson, P. J., Harrison, L., & Robinson, P. (2000). *Towards a practical inclusive design approach*, Proceedings on the 2000 conference on Universal Usability, Cambridge University, pp. 45–52.
- Lemos, R. A.; Veríssimo, M. L. O. R. (2020). *Estratégias metodológicas para elaboração de material educativo: em foco a promoção do desenvolvimento de prematuros*, Ciências, saúde coletiva, vol. 25 n.º 2. Rio de Janeiro. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000200505
- Lins, G. (2003). *Livro Infantil? projeto gráfico, metodologia, subjetividade*, São Paulo: Edições Rosari.
- Mantoan, M. T. É. (2015). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?*, São Paulo: Summus.
- Marques, C. M. C. A. M.; & Gil, C. M. F. (2016). *Projeto Sinestésias 83 ‘mixed senses’: livro de ilustração Analógico & Digital*, Revista Matéria Prima, vol. 4(2): pp. 83–94. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34880/2/ULFBA_MP_v4_iss2_p83-94.pdf
- Martins, H.H.T.S. (2004). *Metodologia Qualitativa de pesquisa. Educação e pesquisa*, São Paulo, vol. 30, n.º 2 pp. 289–300, maio–ago. <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>

- Meneses, S. C. C. L. P. (2010). *System of Augmented Reality for Teaching Kids*, Dissertação de Mestrado em Engenharia Informática, Universidade da Madeira, Funchal, Portugal.
- Meyer, A.; Rose, D.; & Gordon, D. (2014). *Desenho universal para a aprendizagem: Teoria e Prática*, Wakefield, MA: ELENCO Professional Publishing.
- Negreiros, D. A. (2017). *Potenciar a acessibilidade cultural em ambientes culturais: Um estudo exploratório em museus*, Dissertação de Mestrado em Comunicação Acessível, Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, Portugal.
- Nunes, C. & Madureira, I. (2015). *Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas*, Revista Da Investigação às Práticas, 5 (2), pp.126–143. <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/5211/1/84-172-1-SM.pdf>
- Oliveira, E. S. (2016). *Leitura e Acessibilidade: Uma experiência em contexto escolar na perspectiva da educação inclusiva*, Dissertação de Mestrado, PPG Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.
- Oliveira, A. P. F. (2017). *O hibridismo e a expansão das narrativas no livro-objeto infantil contemporâneo*, Dissertação de mestrado, PUC/RJ, Rio de Janeiro/RJ.
- Organização das Nações Unidas (1948). *A Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Pina. M. T. M. S. (2015). *Adaptação de Obras Literárias Cabo-Verdianas em Multiformato: Um passo no combate à info-exclusão*, Dissertação de Mestrado em Comunicação Acessível, Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, Portugal.
- Ricardo, J. A. S. (2020). *Livro Ilustrado Sonoro: O som como potenciador de interpretações e interações da criança e o livro*, Dissertação de Mestrado em Ilustração e Animação, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Barcelos, PT.
- Rodrigues, D. (2006). *Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva*, São Paulo: Summus.
- Rose, DH & Gravel, JW (2010). *Desenho universal para a aprendizagem*, in E. Baker, P. Peterson e B. McGaw (Eds.) *Enciclopédia Internacional de Educação*, 3.^a Ed. Oxford: Elsevier. <http://www.cast.org/our-work/publications/2010/universal-design-for-learning-rose-gravel.html#.X2qQTBBKjIU>
- Romani, E. (2016). *Design do livro tátil ilustrado: processo de criação centrado no leitor com deficiência visual e na técnica de produção gráfica da imagem e do texto*, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Design e Arquitetura, FAAUSP, Universidade de São Paulo, SP.

- Saldanha, D. M. L., & Amarilha, M. (2018). *O ensino de literatura no curso de Pedagogia: uma presença necessária*, Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n.º 72, pp. 151–167, nov/dez. <https://revistas.ufpr.br/educar/issue/view/2438/showToc>.
- Santos, B. P. (2017). *A performance da voz e a formação do leitor literário a partir da antologia poética de Drummond*, 67 f. Dissertação de Mestrado em Literatura e Crítica Literária, Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP.
- Senra, L. X.; & Lourenço, L. M. (2016). *A importância da revisão sistemática na pesquisa científica* in BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. *Metodologias de pesquisas em Ciências: análises quantitativas e qualitativas*. 2.ª edição, Rio de Janeiro: LTC.
- Soller, M. A. (1999). *Didáctica multissensorial de las ciencias: un nuevo método para alumnos ciegos, deficientes visuales, y también sin problemas de visión*, Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.
- Sousa, C. M. A. O. A. (2017). *Literatura para todos* in: *CURSO CULTURA E ACESSIBILIDADE: PESQUISA, FORMAÇÃO E PRODUÇÃO*, Porto Alegre/RS, Brasil.
- Story, M., Mueller, J., & Mace, R. (1998). *The universal design file: designing for people of all ages and abilities*, Raleigh: NC State University, The Center for Universal Design.
- Teixeira, D. J.; & Gonçalves, B. S. (2015). *A hipermídia como expressão do conteúdo dramático em narrativa digital interativa: uma análise em livro digital interativo infantil*, Revista Brasileira de Design da Informação/ Brazilian Journal of Information, Design São Paulo, vol. 12, n.º 1, pp. 1–15. <https://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/356>
- Teixeira, N. S. (2017). *(Re) Design Educacional Escolar: Transformações em curso no Brasil*, Tese de Doutorado em Ciências da Educação, Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal.
- Unesco (1994). *Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Ação — Necessidades Educativas Especiais. Acesso e Qualidade*, Salamanca.
- Unesco (2020). *Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: Inclusão e educação para todos*, Paris. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373721_por
- Vitaliano, C. R.; & Nozi, G. S. (2010). *Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: implicações dos saberes*

recomendados pela produção acadêmica, Londrina: EDUEL. <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT08-2013/AT08-023.pdf>

Zerbato, A. P. & Mendes, E. G. (2018). *Desenho Universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar*, Educação Unisinos 22(2), pp. 147–155, abril–junho 2018 DOI: 10.4013/edu.2018.222.04

LIVRO INFANTIL MULTIFORMATO

Cláudia Rodrigues de Freitas

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. freitascrd@gmail.com

Eduardo Cardoso

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. eduardo.cardoso@ufrgs.br

Mauren Lucia Tezzari

Professora da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre
— RS, Brasil. maurentezari@gmail.com

Marilena Assis

Professora da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre — RS, Brasil.
professoramarilenaassis@gmail.com Brasil. professoramarilenaassis@gmail.com

Isabelle Bertaco dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. isabellebsantos@gmail.com

Gustavo Lisboa Oppermann

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. gustavoooppermann@outlook.com

Resumo: O presente artigo apresenta o recorte de uma pesquisa conduzida pelo grupo MULTI/UFRGS, e teve como objetivo o desenvolvimento de um livro acessível a todas as crianças. O livro desenvolvido apresenta duas versões: uma em braille e tinta em fonte ampliada, e outra empregando Comunicação Aumentativa e

Alternativa. As duas versões contam com imagens táteis, audiodescrição e narração da história em língua brasileira de sinais. Este trabalho teve como referência autores como Polato, Claudet e Caldin. A metodologia utilizada é a pesquisa-intervenção. O estudo possibilitou o desenvolvimento e a produção de livros, que foram testados e doados a bibliotecas e escolas públicas.

Palavras-chave: livro multiformato; acessibilidade; inclusão; literatura infantil.

Abstract: This article presents an excerpt from a survey conducted by the MULTI / UFRGS group and aimed to develop a book accessible to all children. The developed book has two versions: one in Braille and enlarged font and another using Augmentative and Alternative Communication. Both versions feature illustrated tactile images, audio description and storytelling in Brazilian sign language. As references, authors such as Polato, Claudet and Caldin are present. The methodology used is research-intervention. The study enabled the development and production of books, which were tested and donated to libraries and public schools.

Keywords: multiformat book; accessibility; inclusion; children's literature.

Introdução

Os livros são o transporte para os sonhos pois, a cada nova página, quando um adulto lê para uma criança, muitos são os elementos que se desencadeiam através do fio narrativo, na entoação, na melodia da voz, no tempo de forjar expectativas e sentimentos únicos daquela leitura. Todas as crianças precisam de ter acesso aos livros e aos encantamentos que eles provocam. As crianças precisam ter livros de qualidade e de estilos variados em casa, na escola e na biblioteca. As livrarias devem ter disponíveis, nas suas prateleiras, livros para todos.

Considerando essas indicações, diversas questões vêm à tona: Como é que as crianças pequenas com baixa visão ou cegueira têm acesso aos livros infantis? Existem livros disponíveis no mercado brasileiro direcionados a esse público? E como são esses livros? Como tornar um livro acessível às crianças com baixa visão ou cegueira? A partir das possíveis respostas a

estas questões, estabeleceu-se como objetivo o desenvolvimento de um livro com uma história acessível a todas as crianças.

O presente trabalho apresenta a pesquisa conduzida pelo grupo MULTI, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (0FRGS). Atualmente existe, no mercado editorial brasileiro, uma grande variedade de livros destinados ao público infantil, porém com pouca acessibilidade. Existem livros com ilustrações que se movimentam, mas sem texturas, planas e com contornos complexos. Há livros com pontilhados (como se fosse braille) em torno de algumas ilustrações, mas isso não permite à criança, ao passar as pontas dos dedos, compreender do que se trata. Tendo isso em vista, o livro desenvolvido apresenta duas versões: uma em braille e em tinta com fonte ampliada e outra em Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), através da utilização de pictogramas. Ambas contam com imagens táteis, audiolivro com audiodescrição e narração da história em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

A abordagem escolhida para o desenvolvimento desses livros encontrou sustentação na perspectiva sistêmica do pensamento científico, baseando-se, prioritariamente, nos estudos teóricos de Gregory Bateson (2001) e Humberto Maturana (2001). Como referências no foco de estudo, Polato (2017; 2013), Claudet (2011) e Caldin (2006; 2007) são os autores de base.

A possibilidade de aproximação entre a criança com deficiência visual e o objeto livro pode ser autoconstituente à medida em que há recursividade, ou seja, o livro (ilustrado tátil) responde ao leitor desencadeando um processo de complexificação que sempre o alavancará a níveis cada vez mais complexos. Um poderoso momento é, sem dúvida, a oportunidade de folhear livros e encantar-se com as imagens e os textos. Para tanto, a acessibilidade de tais materiais é fundamental uma vez que possibilita às crianças, desde pequenas, terem vivências que lhes permitam conhecer o mundo que as rodeia.

Este artigo aprofunda a discussão sobre o tema abordado num trabalho de título homônimo apresentado na VI Conferência Internacional para a Inclusão — INCLUDIT 2020 (Freitas, Cardoso, Tezzari, Assis, Santos & Oppermann, 2020).

Os livros e a vontade de ler

É importante considerar que o livro tem valor em si mesmo, não sendo um objeto pedagógico. Ele atrai as crianças pelo encantamento com as palavras e/ou com as imagens. Linden (2011), ao remontar a «origem» dos livros ilustrados, conta os movimentos que envolvem o surgimento do códex quando esse substitui o «livro rolo» e permite à mão vaguear. Nesse vaguear de formatos, o livro que estrutura as primeiras publicações destinadas a crianças e a jovens faz-se apenas «na primeira metade do século XIX» (Linden, 2011, p. 12). Passamos por muitos movimentos.

Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem. Do rolo antigo ao códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias ruturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler. Elas colocam em jogo a relação entre o corpo e o livro, os possíveis usos da escrita e as categorias intelectuais que asseguram a sua compreensão. (Chartier, 1998, p. 77)

Quando imaginamos livros em formatos diversos (multiformato), voltamos o olhar para Munari (2013) com os pré-livros. Encantamento para todos. Nessa linha, pensamos os livros em multiformato. Sim! É importante ter imagens táteis para as crianças com deficiências visuais, mas todas as outras crianças adoram tocar nas imagens. Se é importante ter CAA na forma de pictogramas para crianças com autismo, crianças em situação de imigração, crianças indígenas, crianças que já leem, também adoram esse formato. Desde essa ideia, as pesquisas com crianças vêm indicando que os livros multiformato são para todos. São formas diferentes de acesso e encantam. E essa sim é a função dos livros, encantar.

Princípios norteadores da pesquisa

A pesquisa realizada e aqui apresentada insere-se em uma perspectiva inclusiva na qual se procura conhecer, refletir e desenvolver formas e recursos para permitir que todas as pessoas tenham pleno acesso aos espaços, à produção cultural na sociedade em que vivem.

Entende-se que acessibilidade se refere aos ajustes realizados visando o acolhimento da diversidade das pessoas e das possibilidades de acesso de cada um. Assim, mediar o acesso é uma forma de garantir o que diz a Convenção da ONU (Brasil, 2007), referendada constitucionalmente no país.

Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem a sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (Brasil, 2007).

Nueremberg contribui para essa discussão referendando a ideia de que garantir às pessoas «maiores condições de usufruírem dos artefactos culturais organizados visualmente, como por exemplo, os livros infantis ilustrados» (2010, p. 136) é fundamental numa sociedade que se propõe a ser inclusiva.

A proposta do livro infantil multiformato é que possa ser lido por todas as crianças, mas ele é especialmente pensado e construído para permitir o acesso ao conteúdo para crianças cegas ou com baixa visão, crianças surdas, em situação de imigração que estão a aprender o português brasileiro, entre outras situações.

No caso das crianças com deficiência visual, Piccardi (2011) afirma que para elas:

Tocar e explorar as imagens em relevo estimulará a sua curiosidade por tocar, melhorando assim a sua análise perceptiva e as suas habilidades de exploração tátil. Virar as páginas do livro e interagir com as diferentes propostas que o livro pode oferecer (abrir, fechar, girar, levantar, puxar, etc.), aprimorará as suas habilidades motoras e conceitos especiais. Ao ler as imagens táteis, a criança aprenderá a associar a situação representada à sua experiência real, passando a entender gradualmente o conceito de símbolo. Nesse sentido, portanto, os livros táteis demonstram ser uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento cognitivo, pois reforçam a capacidade de representação mental. (Tradução nossa) (2011, p. 2)

As Tecnologias Assistivas (Passerino & Pereira, 2014) tratam dos recursos (equipamentos, artefactos), estratégias e serviços que buscam encon-

trar alternativas para qualificar a aprendizagem dos alunos. A Tecnologia Assistiva (TA) contribui para maior independência, autonomia e qualidade de vida da pessoa com deficiência.

A Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), enquanto uma subárea da Tecnologia Assistiva, alinha-se com os objetivos de promover a autonomia e a participação na eliminação das barreiras de comunicação e das barreiras de acesso à informação (Bonotto, 2016). De acordo com a ASHA (2004), a CAA consiste num conjunto integrado de símbolos, recursos, técnicas e estratégias. Os símbolos constituem unidades representacionais, as quais podem envolver gestos, imagens ou sons, que representam palavras ou mensagens.

A presente pesquisa envolveu diferentes áreas: CAA, desenvolvimento tecnológico, mediações pedagógicas, práticas inovadoras e contextos culturais, bem como profissionais com diferentes formações e que puderam contribuir com seus saberes/fazeres. O imbricamento dessas áreas (diferentes, mas afins) permitiu a proposição e a testagem de recursos de tecnologias assistivas; os diferentes materiais e os suportes que se podem utilizar nos livros e o desenvolvimento de materiais inovadores a serem utilizados por crianças cegas ou com baixa visão bem como as demais crianças.

Livro multiformato: um conceito em formação

Partindo do pressuposto de que a comunicação é uma das mais importantes necessidades do ser humano, e que o ato de ler faz parte do processo de desenvolvimento e de comunicação de todos, principalmente na infância, é imprescindível pensar em diferentes formas de construir o conhecimento, de promover a interação entre públicos diversos e de propiciar diferentes caminhos e ritmos a fim de esse processo acontecer de modo natural para cada indivíduo, respeitando as diferenças e potencializando as capacidades de cada um.

A partir disso, o grupo MULTI acredita que múltiplos recursos podem promover uma (re)configuração na experiência com o livro e a leitura, englobando diferentes especificidades ao considerar a diversidade do público leitor e os seus mais variados modos de aceder. Nessa perspectiva, entende-se

o conceito de livro multiformato como uma obra capaz de integrar diferentes recursos tecnológicos, físicos e digitais, que promovem o acesso e a fruição por públicos diversos, incluindo as pessoas com deficiência.

São exemplos de recursos que compõem os diferentes formatos: impressão em braille e tinta em fonte ampliada, imagens táteis e audiolivro com audiodescrição, prioritariamente para o público com deficiência visual; videolivro com LIBRAS e Legendas para Surdos e Ensurdecidos para o público surdo, usuário de LIBRAS ou não; Comunicação Aumentativa e Alternativa, por meio da Escrita Simples e com símbolos pictográficos para comunicação, para o público com deficiência intelectual e/ou com necessidades complexas de comunicação, assim como estrangeiros ou pessoas que não dominem o idioma.

Destaca-se ainda que o foco está sempre sobre a experiência que os mais variados formatos podem promover e não no recurso em si, procurando desmistificar que o recurso tecnológico é para um público específico, fomentando a ideia de que quanto mais formatos e recursos, mais rica pode ser a experiência para todos, ou seja, pessoas com ou sem deficiência.

Segundo Sousa (2017) todo livro multiformato possui potencialidades para se tornar multissensorial, a partir de adaptações na obra e com a inserção de recursos sensoriais que auxiliem a compreensão da história. Deste modo, relaciona-se o conceito de multiformato com o de multissensorial, pois obras que estimulam diferentes sentidos por meio dos seus mais diversos formatos e recursos tornam-se também multissensoriais.

Multiformato em ação

Acerca dos diversos formatos que podem compor uma obra multiformato, destaca-se: a impressão em braille e tinta em fonte ampliada; as imagens táteis; o audiolivro com audiodescrição; o videolivro com LIBRAS e legendas para surdos e ensurdecidos; a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA).

O texto aumentado ou a fonte ampliada configura-se enquanto um recurso gráfico utilizado em materiais impressos a fim de atender o público com deficiência visual (baixa visão) que ainda tenha eficiência visual capaz

de perceber o texto ou as formas desde que ampliadas. Para a escrita em tinta em fonte ampliada, usa-se a fonte Verdana, tamanho 28 pontos, em negrito.

Já o braille é um método de escrita e de leitura tátil constituído por seis pontos dispostos em duas colunas de três pontos, resultando nas letras do alfabeto, números, sinais gráficos, entre outros. O espaço ocupado por duas colunas verticais com três pontos à direita e três à esquerda chama-se cela braille e adapta-se ao formato dos dedos, facilitando a leitura. Nos livros desenvolvidos, criou-se uma moldura para encartar as páginas em braille. Deste modo, o material pode ser facilmente substituído em caso de danos. Além disso, facilita muito o processo de montagem de cada exemplar, único e artesanal.

As imagens táteis são pensadas de forma a permitir a descoberta de outra maneira de ler, ou seja, as imagens das histórias permitindo o acesso todas as crianças ao livro. As figuras em relevo são desenvolvidas a partir de imagens em desenho bidimensional CAD (*computer aided design*), posteriormente recortadas em máquina *laser* de diferentes laboratórios da própria Universidade. Para isso, testam-se possíveis materiais para cada obra segundo suas peculiaridades. Por exemplo, na obra *Como eu Vou*, testaram-se os papéis paraná e bismarck com espessuras entre 1 mm e 3 mm, o EVA (etileno acetato de vinila), o MDF 3 mm e a chapa de PS (poliestireno). Após o corte, as peças passam por uma seleção no grupo para analisar qual é o melhor material para as imagens táteis.

Essa seleção faz-se com a ajuda de duas consultoras, sendo uma delas portadora de deficiência visual. Através do toque percebem-se alguns problemas, tais como cantos vivos ou formas pouco claras para a percepção e entendimento pelo toque. Uma das principais contribuições desta etapa do trabalho está na combinação de técnicas construtivas, de prototipagem rápida e de ferramentas de design, para a geração de conhecimento técnico-científico para ampla aplicação em diferentes áreas.

A audiodescrição, enquanto forma de tradução das imagens em palavras, insere-se no audiolivro na intenção de permitir o acesso de todos à obra, sejam pessoas com ou sem deficiência. Segundo Motta, a audiodescrição:

transfere imagens da dimensão visual, por meio de informação verbal e sonora, ampliando, desta forma, o entendimento e provendo o acesso à informação e à cultura, possibilitam que pessoas com deficiência visual assistam a peças de

teatro, programas de TV, filmes, exposições e outros, em igualdade de condições com as pessoas que enxergam, o que nos remete a ideia de acessibilidade cultural. A audiodescrição assim, amplia o entendimento não só das pessoas com deficiência visual. (Motta, 2010, p 68)

Os roteiros desenvolvidos pelo Grupo MULTI contam com o trabalho de um audiodescritor e de uma consultora com deficiência visual. A locução faz-se a duas vozes, uma para a narração da história e outra para a descrição das imagens, facilitando assim o entendimento pelo leitor.

A narração de histórias enquanto entrada para o mundo da imaginação e do sonho faz parte do contexto literário cultural e social do universo infantil, que deve ser permitido a todas as crianças, incluindo as crianças surdas. Diante disso, verifica-se que incluir a narração de histórias na rotina da educação infantil auxilia o educador no seu trabalho lúdico-pedagógico e pode promover a inclusão social ao possibilitar o uso da Libras.

Nesse sentido, na perspectiva bilíngue Libras–Português, torna-se fundamental, na narração de histórias, o uso de métodos e de recursos visuais, que se expandam desde a imagem não verbal, vocabulários em português (como segunda língua, para as crianças surdas) e a própria Libras, que deve ser aplicada nas atividades de narração de histórias. Nas obras desenvolvidas, a narração da história em Libras conta com animações, simulando a interação com o livro e com a inserção em movimento dos elementos principais da narrativa, além da inclusão do texto em fonte ampliada como alternativa à legendagem do vídeo.

A intérprete, além de contar a história, traz questões e «provoca» o espectador a participar na narração, ao mesmo tempo que este aprende novos sinais relativos à história. A narração da história reforça a expressão da criatividade e pode aumentar a comunicação e a interação entre as crianças, seja pela Libras ou não, tornando-se um facilitador na inclusão cultural e social da criança surda, pois a narração bilíngue (Libras-Português) propicia que todos partilhem a mesma narração, sejam protagonistas ou espectadores, uma vez que o campo de visão, tanto do surdo como do ouvinte, é o mesmo, sem distinção e com participação simultânea (Vasconcellos, 2014).

Por fim, a CAA resulta da utilização conjunta e coordenada da Escrita Simples com um sistema de signos e de símbolos (gestos, signos, imagens e

sinais com significados convencionados), de recursos ou de suportes de utilização (pranchas, *tablet*, *software*, livro, etc) com técnicas de uso (apontar, segurar, olhar, gesticular, acompanhar) e estratégias para incentivar a comunicação, criando situações de interação. Na CAA, também se consideram técnicas e recursos que ajudam a desenvolver a oralidade e o letramento de pessoas com déficit linguístico (ASHA, 2004).

A escrita com pictogramas faz-se a partir de bases de símbolos livres para o uso e distribuição gratuita, desde que com a devida indicação. Já a Escrita Simples consiste na reescrita do texto, mantendo ao máximo o texto original, mas simplificando o vocabulário e a sintaxe (Ekarv, 1994; 1999). Consiste, assim, em utilizar palavras simples, entendidas pela maioria as pessoas, partindo de conceitos familiares, respeitando o conhecimento que a maioria terá sobre os assuntos tratados.

Princípios para o desenvolvimento de um livro acessível

Segundo Polato (2013), as crianças com deficiência visual, em geral, precisam ter os livros nas suas mãos para aprender que são compostos por páginas, que há uma organização espacial, uma capa e um verso, que devem ser manuseados com cuidado e que não devem ser retidos. Assim sendo, entende-se que os livros multiformato, na sua diversidade, e tal como as obras ilustradas táteis ou em CAA, têm a direção de eliminar as barreiras de acesso e de promover a experiência por crianças com deficiência ou com necessidades complexas de comunicação (crianças com transtorno do espectro autista ou na condição de imigrantes).

Tendo isso em vista, a intenção da pesquisa foi desenvolver as obras a partir de recursos de alta e de baixa tecnologias e das premissas do desenho universal, permitindo, assim, a produção de um livro de literatura infantil acessível a todas as crianças.

A produção do primeiro livro, intitulado *Como eu vou*, teceu-se a partir de um trabalho multidisciplinar que contou com várias mãos: pedagogas, especialistas em Tecnologias Assistivas (TA), audiodescritores, designers e consultoras/visoras em braille, com e sem deficiência visual. Também fizeram parte do grupo mestrandos e alunos da graduação dos cursos de

Letras, Física, Design de Produto e Design Visual, que se orientam a partir da educação especial na perspectiva inclusiva.

O grupo encontrava-se semanalmente e, nesses fóruns, o livro foi sendo construído e tomando forma. Para que isso acontecesse muitos aspectos precisaram ser levados em consideração na confecção do livro enquanto produto físico, tais como: material de suporte do livro, configuração das imagens, método de produção e de localização do texto em braille nas páginas, escolha da fonte e do tamanho para a impressão do texto em tinta em fonte ampliada, material das imagens táteis, história a ser contada, a faixa etária das crianças às quais se destinaria o livro, entre outros.

Do mesmo modo, houve muita discussão para definir o melhor formato e o meio de disponibilização dos recursos digitais: audiolivro com audiodescrição; vídeo com a narração da história em Língua Brasileira de Sinais. Desta forma, para além do suporte físico, o livro também está disponível virtualmente no site do grupo <https://www.ufrgs.br/multi/>, com audiodescrição em português e italiano, assim como em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Legendas para Surdos e Ensurdidos (LSE).

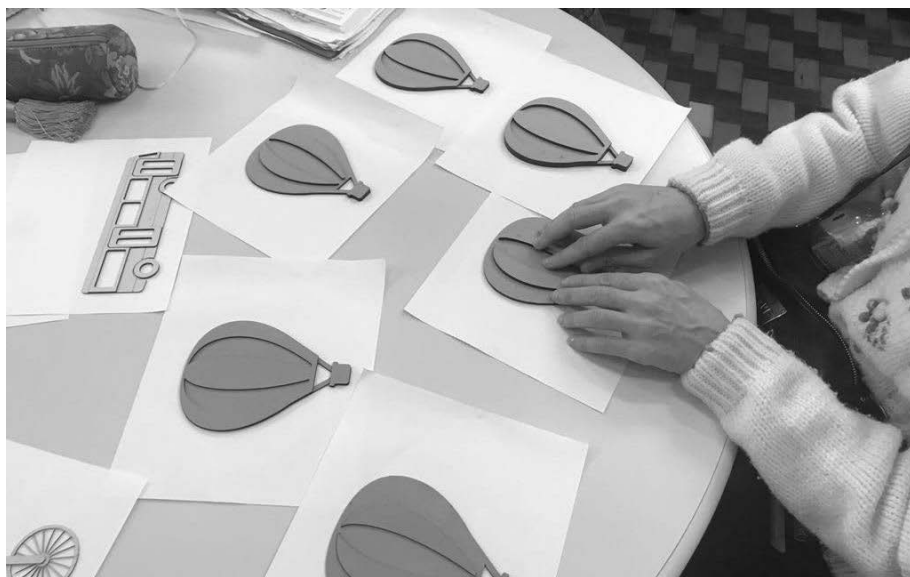
Em relação aos recursos de alta tecnologia empregados, os alunos dos cursos de Design produziram as imagens em alto relevo a partir do corte em máquina a laser, pensando em formas mais acessíveis e seguras ao toque e que pudessem ser desenvolvidas com a fabricação digital, otimizando o processo. Este trabalho passou por diversas fases e modificações e refinou-se com base nas observações feitas pelos consultores com deficiência até chegar à versão final.

Considerando o produto físico e as suas especificações técnicas para impressão, o suporte escolhido foi papel *couché* fosco de 240 g, duplado frente e verso em páginas de 25 cm x 25 cm, com encadernação espiral metálica do tipo *wire-o*, impressos pela Gráfica da UFRGS. O livro conta ainda com uma sobrecapa com aplicação das informações em braille.

A partir da execução das formas táteis em fabrico digital, ou melhor, do devido teste (Figura 1) e da impressão do suporte do livro impresso, realizou-se a montagem manual de cada livro com o encarte do texto em braille numa moldura colada à obra, e a colagem das imagens táteis com dupla face (Figura 2). Cada livro contém ainda um adesivo com código QR, que remete ao conteúdo digital e, também um CD com o mesmo conteúdo caso haja dificuldade de acesso à Internet.

Cada etapa do desenvolvimento do livro se descreve com vistas à verificação do processo enquanto sistematização para uma possível reprodução noutras obras, respetivamente: o desenvolvimento dos materiais táteis; a impressão em braille e em tinta em fonte ampliada; a audiodescrição; e a escrita com símbolos pictográficos de comunicação para versão em CAA (Figura 3). Além desses processos de desenvolvimento e de produção dos recursos para a confecção do livro, apresentam-se os procedimentos para a criação de um roteiro e a gravação da narração da história em língua de sinais (Figura 4) e locução em italiano.

Figura 1. Teste das figuras táteis por pessoa com deficiência visual



Fonte: Acervo dos autores.

Descrição da imagem: Fotografia horizontal, a cores, onde é possível observar uma mesa vista de cima com várias folhas brancas com diferentes figuras táteis de um balão de ar quente. À esquerda, mais folhas com outras formas, como a de um autocarro. As figuras táteis estão recortadas em papel bege escuro. À direita, uma pessoa toca nas formas, vendo-se apenas os seus braços e as suas mãos sobre uma das formas de balão.

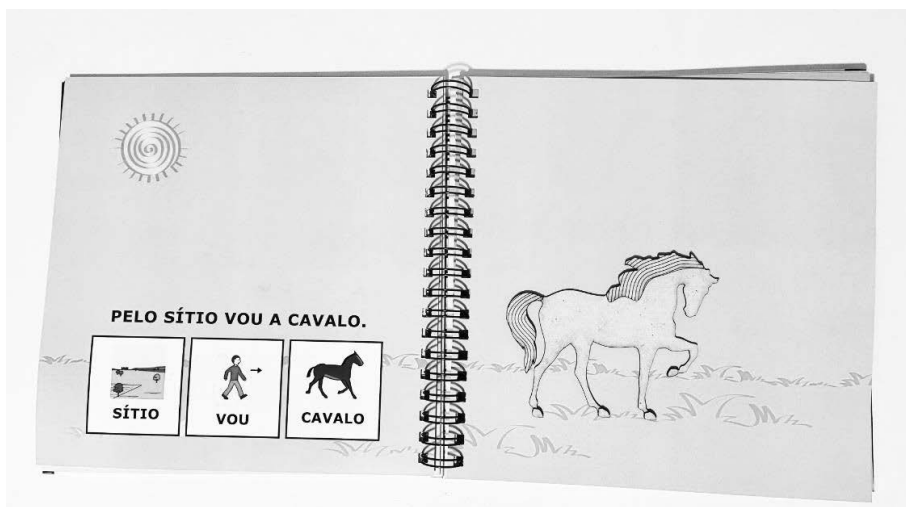
Figura 2. Livro com impressão em braille e em tinta em fonte ampliada



Fonte: Acervo dos autores.

Descrição da imagem: Fotografia do livro aberto sobre uma superfície branca. Na página da esquerda, o texto em braille encaixado numa moldura branca do tamanho da página do livro. Na página da direita, uma ilustração de um parque com uma figura em relevo de uma bicicleta e, no topo, em preto, o texto, em letras maiúsculas e em fonte ampliada, «pelo parque vou de bicicleta».

Figura 3. Livro com símbolos pictográficos de comunicação



Fonte: Acervo dos autores.

Descrição da imagem: Fotografia do livro aberto. Na página da esquerda, os símbolos pictográficos e o texto: «pelo sítio vou a cavalo». Na página da direita, a figura tátil de um cavalo visto de perfil.

Figura 4. Fragmento da obra *Como eu vou*



Fonte: www.ufrgs.br/multi/como-eu-vou/.

Descrição da Imagem: Sobre a ilustração de fachadas de prédios de uma rua, à esquerda, um carro vermelho. No canto superior esquerdo o texto na cor preta: «ao shopping vou de carro» e, à direita, a intérprete de Libras recortada sobre a ilustração. Ela é branca, tem longos cabelos castanhos e usa camisa preta.

Os primeiros protótipos foram testados durante o processo de pesquisa de pós-doutoramento de uma integrante do grupo. Nove crianças com deficiência visual e idades entre os 4 e os 9 anos tiveram contacto com o livro (Figura 5). A maior parte tinha baixa visão e algumas eram cegas. Todas estavam em fase de letramento, sendo uma delas alfabetizada e leitora de braille. Para todas elas foi a primeira experiência com um livro multiformato. Mesmo as crianças não alfabetizadas prestaram atenção às letras (ampliadas). Algumas teceram relações com letras dos seus nomes e de algumas palavras que conheciam. Constatou-se que todas as crianças perceberam a existência do braille, apesar de nem todas o conhecerem.

Figura 5. Momento de interação na escola com manuseio do livro e de objeto concreto



Fonte: Acervo dos autores.

Descrição da Imagem: Fotografia horizontal, a cores, de uma sala de aula. Ao centro, um menino manuseia o livro aberto sobre uma mesa verde clara. Com a mão esquerda toca o braille e com a direita tateia a figura do avião em relevo. Ainda sobre a mesa está outro avião sobre uma folha branca. À esquerda uma mulher observa o menino.

Nos momentos de intermediação do adulto entre o livro e a criança, também estavam disponíveis brinquedos da mesma temática da narrativa contada no livro. Manusear esses brinquedos revelou-se muito importante para que os pequenos fizessem a relação daquele objeto tridimensional (que representa o objeto real) com as figuras em duas dimensões que aparecem nas páginas do livro, pois trata-se de uma abstração bastante significativa, em especial, para as crianças cegas ou com dificuldades de visão.

Através da mediação realizada, também se estabeleceram relações entre o tema do livro e as experiências vividas pelo público leitor. Esse processo é fundamental para que a criança, com ou sem deficiência visual, construa as imagens mentais dos objetos para, futuramente, ter um repertório que lhe permita fazer as abstrações necessárias no processo de alfabetização.

Para além das experiências de leitura pelas crianças com deficiência, efetivaram-se narrações da história numa escola para turmas de alunos onde houvesse crianças com e sem deficiência, com vista a promover a interação entre todas elas. O momento provocou curiosidade e encantamento por parte de todas as crianças, registando-se que as perguntas e o envolvimento levaram-nas a produzir, de forma espontânea e autónoma, novos livros, na maioria táteis. A reação das crianças, possibilitou pensar em alguns ajustes nas imagens, na configuração das páginas, no sistema de encadernação, nas cores utilizadas e noutros detalhes como cantoneiras e numeração das páginas.

Considerações finais

O grupo de pesquisa MULTI/UFRGS considerou a premissa de Bateson (1986) de que todos pensamos em termos de história quando se propôs a construir um livro infantil com o tema da utilização dos meios de transporte,

mas que vai além, pois à medida que a sua estrutura apresenta vários recursos de acessibilidade, também conta a história de que há diversas formas de aceder a um livro, atendendo às peculiaridades dos leitores.

Depois dos testes e do refinamento, tivemos como resultado a publicação do primeiro livro multiformato produzido em dois volumes. O projeto teve como intenção, de igual modo, o desenvolvimento de um livro ilustrado tátil possível de ser produzido em série em número suficiente que permitisse a sua multiplicação e socialização. Isso se efetivou com uma tiragem de 200 exemplares que foram entregues a escolas públicas, ressaltando que isso só foi possível graças aos recursos de pesquisa da CAPES e da PROEXT (Pró-reitora de Extensão) da UFRGS.

De entre os desafios encontrados destaca-se a procura de formas para tornar o livro acessível a todas as crianças que, por motivos variados, não têm acesso à escrita tradicional em tinta e imagens estampadas a cor. Muitos foram os testes e as avaliações feitas por especialistas e crianças, ambos com e sem deficiência, para, então, chegar a um modelo que pudesse ser desenvolvido por meio do fabrico digital e que pudesse ser replicado em obras futuras, segundo uma sistematização que possibilite a viabilidade técnica e económica de publicações multiformato.

O livro *Como eu vou* teve como direção a inclusão de dispositivos culturais acessíveis e esse é um ponto no qual ainda é preciso avançar. O livro é um artefacto muito importante da nossa cultura e o acesso à história não pode ser restrito às crianças alfabetizadas e que leem braille. Desde pequena, a criança precisa de «ler» com as pontas dos seus dedos, inaugurando as suas experiências do mundo e interagindo com outras crianças, educadores e familiares.

As experiências com o primeiro livro desenvolvido e distribuído para escolas públicas indicaram que, para além da produção de um objeto livro, é necessário definir uma ética inclusiva, texturizada em papel, que se orienta a partir de diretrizes de acessibilidade. Visto que a leitura e os dispositivos culturais são direitos que precisam de ser assegurados a todos, os livros, por serem artefactos muito importantes em todas as sociedades, não podem ter o seu acesso restrito a apenas uma parcela da população. A literatura e os objetos culturais precisam de estar disponíveis para todos.

Referências Bibliográficas

- Bateson, G. (1986). *Mente e natureza: a unidade necessária*. RJ, Brasil: Francisco Alves Editora.
- American Speech-Language-Hearing Association [ASHA]. (2004). *Roles and responsibilities of speech-language pathologists with respect to augmentative and alternative communication*: Technical Report. ASHA Supplement 24.
- Brasil. (2007). *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília.
- Bonotto, R. C. S. (2016). *Uso da comunicação alternativa no autismo: um estudo sobre a mediação com baixa e alta tecnologia*. Tese (Doutorado em Informática na Educação) — Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Caldin, R. (2006). *Con occhi nuovi*: Disabilità visiva tra rischi e incertezze. In Caldin, R. *Percorsi educativi nella disabilità visiva: Identità, famiglia e integrazione scolastica e sociale* (pp. 17–43). Erickson.
- Caldin, R. (2007). *Lo sguardo atteso: Genitori, figli con deficit visivo e intervento formativo*. In Canevaro, A (Org.), *L'integrazione scolastica degli alunni con disabilità: Trent'anni di inclusione nella scuola italiana* (pp. 103–119). Erickson.
- Chartier, R. (1998). *As aventuras do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP.
- Claudet, P. (2011). *Quando i libri si leggono anche con le dita: intervista a Philippe Claudet*. Di.To Disabilità Torino. <https://dito.areato.org/interviste-ericerche/interviste/quando-i-libri-si-leggono-anche-con-le-dita-intervista-aphilippe-claudet/>
- Ekarv, M. (1994). *Combating redundancy: writing texts for exhibitions*. In: GREENHILL, Eileen Hooper (Ed.). *The Educational Role of the Museum*. London: Routledge, 1994/1999. p. 201–204.
- Freitas, C.; Cardoso, E.; Tezzari, M. L; Assis, M.; Santos, I. B.; Oppermann, G. L. (2020). *Livro Infantil Multiformato. Livro de Resumos da VI Conferência Internacional para a Inclusão — 2020* (pp. 347–353). Leiria: Instituto Politécnico de Leiria.
- Linden, S.V. (2011) *Para ler o livro ilustrado. Tradução: Dorothee de Bruchard*. São Paulo: Cosac Naify.

- Maturana, H. (2001) *Emoções e linguagem na educação e na política*. Editora UFMG.
- Motta, L. M. V. M. (2010). *A audiodescrição vai à ópera*. In: MOTTA, Livia Maria Vilella de Mello; ROMEU FILHO, Paulo (org). *Audiodescrição — transformando imagens em Palavras*. São Paulo: Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado de São Paulo.
- Munari, B. (2013) *Prelibri*. Edizioni Corraini. IT.
- Nuernberg, A. H. (2010). *Ilustrações táteis bidimensionais em livros infantis: considerações acerca de sua construção no contexto da educação de crianças com deficiência visual*. Rev. Educ. Espec., Santa Maria, v. 23, n. 36, p. 131–144, jan/abr.
- Passerino, L. M.; Pereira, A. C.C. (2014). *Educação, Inclusão e Trabalho: um debate necessário*. Educação e Realidade, v. 39, p. 831–846.
- Piccardi, F. (2011). *I libri tattili illustrati nel processo di educazione all'immagine del bambino con déficit visivo*. Disponível em: [www. https/libritattili.prociechi.it/appfondimenti/francesca-piccardi/](http://www.https/libritattili.prociechi.it/appfondimenti/francesca-piccardi/). Acesso em 15 de abril de 2020.
- Polato, E. (2017) *Per immaginare, la mente ha bisogno di immagini. L'importanza dei libri illustrati tattilmente come mediatori per l'alfabetizzazione e la relazione nei bambini in età prescolare* — Contributo in occasione della manifestazione “Libri che prendono forma” (Roma 17 marzo 2010, MiBAC — FNIPC).
- Polato, E. (2013) *La lettura di un TIB (Tactile Illustrated Book) come contesto per l'espressione di domande da parte dei bambini con deficit visivo.: Una ricerca esplorativa* Una ricerca esplorativa. Università degli Studi di Padova. http://paduaresearch.cab.unipd.it/6204/1/Polato_Enrica_tesi.pdf.
- Sousa, C. M. A. O. A. (2017). *Literatura para todos*. In: *Curso Cultura e Acessibilidade: Pesquisa, Formação e Produção*, Porto Alegre: Brasil.
- Vasconcellos, S. C. (2014). *Contação de histórias como recurso na inclusão social e cultural do surdo*, In: *ARTEREVISTA*, n.º 3, p. 85–98.

ESCRIVÃES DA CORTE DE TERMINOLOGIAS E MODISMOS: O FOCO É INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA PRÁTICA!

Paulo Mauá

Coordenador e Regente do projeto Música Transformando Vidas PROMUVI

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar classificações, rótulos, termos, modismos, atitudes e responsabilidades do uso das nomenclaturas dos agentes envolvidos com a inclusão e a acessibilidade dentro do tempo e da comunidade em que vivemos. Além disso, discorre um breve histórico da terminologia no Brasil e no mundo e exemplifica com as manifestações vivenciadas nas atividades de acessibilidade comparando teoria e prática a favor ou contra a inclusão eficaz pelas pessoas com deficiência visual no projeto Música Transformando Vidas — Promuvi.

Palavras-chave: terminologia; inclusão; acessibilidade; música; deficiência visual.

Abstract: This study aims to analyze classifications, labels, terms, fashions, attitudes and responsibilities of using the nomenclatures of the agents involved with inclusion and accessibility within the time and community that we live in. In addition, it discusses a brief history of terminology in Brazil and in the world and exemplifies the manifestations experienced in accessibility activities comparing theory and practice for or against effective inclusion by people with visual impairments in the Music Transforming Lives Project — Promuvi.

Keywords: terminology; inclusion; accessibility; music; visual impairment.

Introdução: um pequeno histórico¹

A sociedade brasileira, de geração em geração, ainda se confunde com as terminologias e ações de inclusão e acessibilidade. García & Sánchez (2004) afirmam que existem pessoas que pensam e agem da mesma maneira, do outro lado do planeta, através de velhas concepções. Vivemos em pleno século XXI com pesadelos dos demónios medievais. E os maiores responsáveis pela situação são os «escrivães da corte» e os porta-vozes.

Escrivão, por definição do Dicionário Priberam, é o oficial que escreve autos judiciais (os teóricos) e que por determinação, merece o respeito dos cidadãos. Escrivão também é, no ramo da zoologia (entomologia), o nome popular do inseto que ataca a videira (árvore bíblica da vida). Entre os cidadãos, existem vários porta-vozes de tais escrivães que atacam a videira pensando que estão a construir um mundo melhor. A partir de termos escritos e da postura conjunta dos porta-vozes, são estabelecidos os conflitos e perigos no uso das terminologias e práticas de inclusão e acessibilidade atuais.

Integração, inclusão e acessibilidade entram em conflito com os valores sociais do «politicamente correto» e mesmo em tempos de globalização e modernidade, a sociedade continua com dificuldades em lidar com as diferenças. A sociedade é caracterizada justamente por pessoas diferentes em crenças, cores, géneros, aspectos sociais e físicos e, como lembra Castro (2010), as pessoas muitas vezes agem como se não pertencessem a um grupo heterogéneo, demonstrando atitudes de marginalização e posturas segregacionistas.

Como enfatiza Amiralian (2005), na área de educação muito se tem falado sobre os novos paradigmas em termos de inclusão e acessibilidade, mas a compreensão é ainda «nebulosa e encontra-se envolta em postulações por vezes ambíguas» (Amiralian, 2005, p. 59).

Por outro lado, as pessoas envolvidas em trabalhos em que a inclusão tem sido colocada como meta a ser alcançada precisam entender melhor os procedimentos que essa proposta implica. Nesse cenário, pode-se observar que muitas coisas têm sido feitas em nome da inclusão. Mas o que realmente ela

¹ O artigo é uma ampliação (versão alargada) do resumo publicado em livro de resumos do INCLUDIT VI — Conferência Internacional para a Inclusão, pp. 70 a 79, realizada nos dias 20 e 21 de novembro de 2020, através de plataforma na Internet.

propõe e busca? O que se deve fazer para que a inclusão se torne um facto na nossa comunidade? (Amiralian, 2005, p. 59).

Uma das coisas que o «escrivão da corte» deve fazer: não atrapalhar a boa prática da inclusão.

O papel do «escrivão da corte» torna-se fundamental no processo de desmistificação dos termos, mas infelizmente está preso ao seu tempo e localidade. Com isso, a mediação corre perigo, pois o escrivão não tem noção de quem será o porta-voz. Por exemplo, a barreira atitudinal da *cor-tina da negação* (Louro, 2012, p. 39) impede que familiares percebam a deficiência com clareza, obstruindo o progresso no desenvolvimento e na independência das pessoas com deficiência. O testemunho das pessoas com deficiências do projeto Música Transformando Vidas — PROMUVI (pessoas com deficiência visual parcial ou total) é notório: precisam de lidar com o mundo externo, mas principalmente com a realidade dentro de casa. Teoria *versus* prática. Sala de aula de musicalização *versus* lar.

A cultura da vergonha exposta vem da Antiguidade. Amiralian (2005) lembra que as pessoas com deficiência eram deixadas para morrer ou isoladas em «casas de pessoas loucas», pois eram consideradas malditas, castigo divino e vergonha social. Não existia na época uma consciencialização da reabilitação ou adaptação das pessoas com deficiência à família e à sociedade e ainda hoje precisamos constantemente de cobrar tal procedimento à sociedade.

Segundo Castro (2010), apenas na Era Moderna surgem dispositivos de apoio que possibilitam os meios de locomoção e trabalho para as pessoas com necessidades especiais: muletas, bengalas, próteses e cadeiras de rodas. No mesmo período, o francês Louis Braille criava o sistema braile que proporciona às pessoas com deficiência visual a possibilidade da leitura e da escrita através de células de seis pontos para os caracteres e, por conseguinte, a musicografia braile, notação musical para cegos.

O compromisso efetivo citado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos da UNESCO, em 1990, na Tailândia, determina como superar as disparidades para os grupos considerados *excluídos* e que são: pessoas de baixos rendimentos (meninos e meninas de rua, população de periferia), povos indígenas, minorias étnicas, refugiados e pessoas que sofram discriminação, como as pessoas com deficiência.

Rotineiros casos de estudo de manifestações

O projeto Música Transformando Vidas — PROMUVI trabalha a musicalização para pessoas com deficiência visual, total ou parcial, leigas no uso de qualquer instrumento musical. Atualmente tem cerca de 50 alunos ativos nas mais diversas aulas musicais e desde 2009, ano da criação do projeto, já passaram mais de 300 pessoas pelo projeto.

A maioria das pessoas com deficiência possuem cegueira adquirida, ou seja, tinham boa visão e perderam-na por motivos diversos (doença, cirurgia, acidentes domésticos).

O texto detalha, a partir de agora, dois casos de estudo ocorridos com o Projeto Música Transformando Vidas em relação ao conflito de «estar certo em termos de terminologia» e «o fazer correto», primeiramente na concepção do cartaz do Concerto com Acessibilidade de 2018 e sobre o tema da palestra inclusiva que leva o grupo a percorrer as cidades da região para divulgação das iniciativas sobre acessibilidade.

Caso de estudo 1: o cartaz do Concerto de Acessibilidade de 2018.

Figura 1. Cartazes dos concertos de acessibilidade realizados pelo PROMUVI em 2018 e 2019



Descrição da imagem: À esquerda, o cartaz do primeiro concerto acessível do projeto, com fundo azul e marca d'água de claves de sol e o número «1.º» em grande formato na cor laranja para destacar que se tratava do primeiro concerto de acessibilidade do PROMUVI. Logo a seguir, os dizeres em cores amarelas de «Concerto com acessibilidade do PROMUVI — Música Transformando Vidas, Acessibilidade Total com Audiodescrição e Libras». Ao lado do texto, as figuras que simbolizam a audiodescrição (letras AD) e as mãos simbolizando a língua de sinais. Ainda no cartaz, a informação de que haveria a «entrega dos DVDs do Concerto da Concha Acústica de 2017» em letras amarelas também. No rodapé do cartaz, em letras menores, os contactos do projeto no *facebook*, *Instagram* e *e-mail*.

Uma especialista, que se identifica como doutora em educação inclusiva, entra em contacto com os responsáveis pelo projeto e pelo concerto para informar que o cartaz de divulgação do evento (Figura 1), já impresso e distribuído por diversos locais da cidade, apresenta falhas, relatadas a seguir:

«o texto do cartaz está errado: não é “concerto *com* acessibilidade”, mas sim “concerto *de* acessibilidade”;
 as cores estão fora do padrão;
 o cartaz deveria ter uma parte do texto em braile;
 as letras estão fora do tamanho padrão para pessoas com baixa visão;
 não pode utilizar acessibilidade total, pois é um termo abrangente”»

Agradecemos as observações e aproveitamos para convidar a profissional para que participasse na produção do Concerto *com ou de* Acessibilidade, inédito na cidade, pois os conhecimentos partilhados seriam de grande valia. A profissional não apareceu.

Detalhe: o cartaz já estava finalizado e não tínhamos como realizar novas impressões com as correções sugeridas, em termos de custo e de logística.

Muitas vezes os «escrivães da corte» estão mais dispostos a criticar do que a agregar esforços. A especialista em audiodescrição sabia do evento há muito tempo e em nenhum instante ofereceu ou comercializou os «conhecimentos de inclusão e acessibilidade» para o espetáculo inclusivo.

Se o título do cartaz estava escrito de maneira incorreta ou não, a responsabilidade seria assumida. O foco era a inclusão, a possibilidade de levar ao

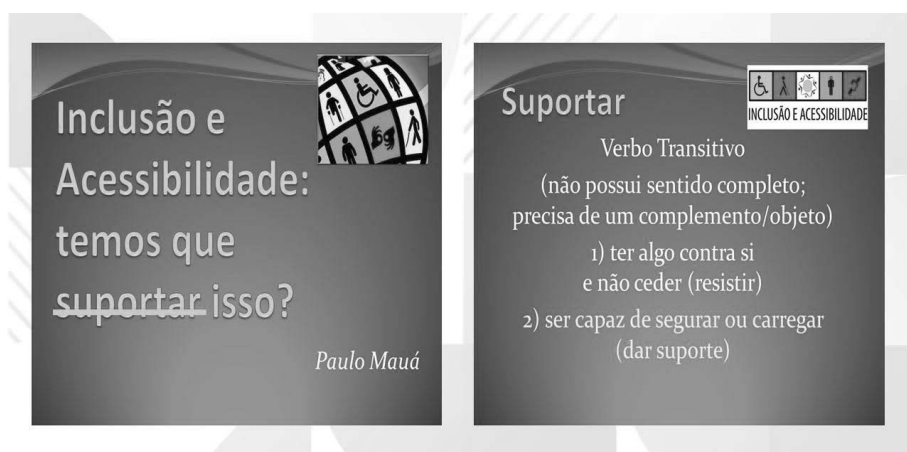
Teatro Coliseu, na cidade de Santos — SP, o maior número de pessoas com deficiência visual para que pudessem assistir a um espetáculo executado artisticamente por pessoas com deficiência para uma plateia com a mesma característica, pela primeira vez.

Na fala de abertura do Concerto *com* Acessibilidade (vide Figura 1) deixamos claro que éramos inexperientes na ousada empreitada, além de voluntários engajados para o sucesso de um evento inclusivo inédito na cidade: «Talvez nem tudo tenha sido perfeito hoje, afinal é o nosso 1.º Concerto com Acessibilidade. Então basta seguir três regras para tudo dar certo: divirtam-se, divirtam-se e divirtam-se. E tenham a certeza de que o concerto foi feito com muito carinho para todos».

Para o Concerto de Acessibilidade de 2019 (imagem que aparece à direita na Figura 1) resolvemos tirar o termo “acessibilidade” do texto para evitar futuros traumas para os «escrivães da corte» e não trabalhamos mais com papel impresso. Utilizamos apenas as mídias sociais para a divulgação do evento musical, com descrição das fotos e dizeres nas legendas das imagens propagadas pela Internet.

Caso de estudo 2: Palestra sobre Inclusão e Acessibilidade

Figura 2. Diapositivos (*slides*) da palestra sobre inclusão e acessibilidade



Descrição da imagem:Do lado esquerdo, em fundo azul escuro, o diapositivo (*slide*) que abre a palestra com o tema «Inclusão e Acessibilidade: temos que suportar isso?» escrito em letras azuis claras, seguido do nome do autor da palestra (Paulo Mauá) e no canto superior direito, uma pequena figura retirada da Internet simbolizando várias pessoas com deficiência. No diapositivo de abertura da palestra, a palavra «suportar» possui um tracejado laranja embaixo para destaque. Na imagem à direita, com o mesmo fundo azul escuro, uma pequena figura retirada da Internet no canto superior direito com imagens de pessoas com deficiência visual e o texto «inclusão e acessibilidade» por baixo. Os dizeres do diapositivo estão em azul mais claro: «Suportar: verbo transitivo (não possui sentido completo; precisa de um complemento/objeto)»,seguidos de duas definições: «1) ter algo contra si e não ceder (resistir) e 2) ser capaz de segurar ou carregar (dar suporte)», apresentando a observação 2 em cores amarelas para dar destaque ao real tema da palestra.

Depois do agendamento da palestra com o tema «Inclusão e Acessibilidade: temos que suportar isso?» (Figura 2), uma mulher entrou em contacto telefónico com o palestrante, diretamente na sua residência, informando-o que considera o título da palestra ofensivo. Chega a questionar se o palestrante tem parente com deficiência, pois a contatante, como mãe de uma menina com síndrome de Down, informa que a palavra «suportar» é difícil de ser tolerada, considera-a triste e que o título não deveria tratar as pessoas de maneira danosa.

O responsável pela palestra preferiu omitir que tem uma sobrinha com síndrome de Down e que coordena o projeto Música Transformando Vidas — PROMUVI com pessoas com deficiência visual há mais de dez anos. Nem discute com a reclamante que os integrantes do projeto ensinam constantemente os envolvidos, em processo de «aprender a aprender», as devidas terminologias e expressões temporais sobre inclusão e acessibilidade.

O palestrante convida a mulher para assistir à palestra e que faça a pertinente colocação durante a exposição dos tópicos envolvidos, pois abriria debate envolvendo o público presente, constituído por educadores e interessados no tema. O autor da palestra aproveitou para explicar que o verbo «suportar» do título possui justamente duplo sentido como forma provocativa e convidativa para os interessados analisarem até quando devemos assistir ou agir de maneira eficaz em relação à inclusão. A mulher, mais

acalma, pareceu compreender o real significado do título da palestra em abrir oportunidades de discussão saudável e confirma que estará presente na palestra. Mas não foi.

Os dois exemplos de casos de estudo mostram que pessoas com conhecimento teórico e prático sobre o assunto poderiam contribuir para uma inclusão mais eficaz se não ficassem apenas na análise do «certo ou errado escrito literalmente».

Exclusão ou inclusão: bifurcação de ideias e ideais

Amiralian (2005) destaca que algumas pessoas se sentem excluídas de suas interações sociais e entram em processo de «busca de soluções dos seus problemas pessoais». O autor afirma ainda que «a inclusão não é um processo que não se refere apenas às pessoas com deficiência» (p. 60).

Optar pelo verbo transitivo «suportar» no título da palestra não é simplesmente colocar o real significado da palavra em frente ao ouvinte e espectador. O estudo de termos adequados para definir a própria deficiência, a inclusão e a acessibilidade está longe do ideal, pois não consegue acompanhar nem definir a pessoa dentro do tempo e do local onde vive.

Louro (2012) lembra que Sasaki (2009) sugere que as palavras usadas estão relacionadas com a «evolução alcançada mundialmente por determinado conceito» (Louro, 2012, p. 29). O amadurecimento cultural de uma comunidade está ligado ao período dentro da história. Ser chamado de «quatro-olhos» na década de 1960 (perante a necessidade do uso de lentes e óculos) ou «gordinho» na década de 1970 (por estar acima do peso em termos de saúde ou padrões estigmatizados pela sociedade) significava *bullying* (quando a expressão não existia ainda no vocabulário). Alguns sobrevivem à situação, mas outros carregam sequelas irreversíveis das situações enfrentadas na infância e na juventude.

Como aglutinar um melhor desenvolvimento social com a inclusão? Os relatos dos «escrivães da corte» do tópico anterior de casos de estudo constataam que muito do que se fala, até por pessoas qualificadas e/ou vividas no assunto, em vez de contribuir ou agregar, dispersa o objetivo principal de inclusão social.

Segundo García & Sánchez (2004), a deterioração causada pelo uso da terminologia com inclusão e deficiência exige revisão constante: «A rotulagem de qualquer tipo, das pessoas com deficiência e da desvalorização dos termos utilizados, mesmo que provenham do campo científico, provoca uma constante mudança neles» (pp. 18–19). Tal situação pode provocar instabilidade e inquietação nos escritórios do meio científico e na população em geral. Palavra dos próprios autores.

Os conceitos de inclusão precisam de ser preservados, independentemente da forma como se manifesta o evento ou atividade de acessibilidade.

Segundo Veríssimo (2001), precisamos de manter os conceitos inclusivistas de:

- *autonomia* (domínio do ambiente físico e social, preservando ao máximo a dignidade de quem a exerce);
- *independência* (decidir sem precisar de outras pessoas, sejam familiares, amigos ou profissionais);
- *empoderamento* (usar o seu poder pessoal para fazer escolhas e tomar decisões independentemente da sua condição de pessoa com deficiência);
- *equiparação de oportunidades* (os sistemas das sociedades são acessíveis a todos, sem exceção);
- *inclusão social* (a sociedade adapta-se para incluir nos seus sistemas as pessoas com necessidades especiais e estas preparam-se para assumir os seus papéis).

Para isso, a sociedade precisa de se adaptar para incluir nos seus sistemas as pessoas com necessidades especiais e estas precisam de se preparar para assumir os seus papéis. Falamos de barreiras e acessibilidade na sua totalidade, independentemente do programa, serviço ou proposta apresentada. As bases teóricas da inclusão precisam de ser mantidas e a prática torna-se necessária. A sociedade como um todo, além de se modificar em termos de conceção, precisa de compreender que a inclusão é um conceito ético que caminha com a evolução da própria sociedade, como ressalta Veríssimo (2001).

Terminologia temporal

Como adjetivo, a palavra «inválido» era utilizada como rótulo para pessoas na segunda metade do século passado. Segundo o Dicionário Priberam, a palavra inválido, oriunda do latim *invalidus*, determina que as pessoas possuíam características físicas ou mentais doentias. Como substantivo masculino (enaltece ainda mais o estudo dentro do texto) aparece como indivíduo impossibilitado de trabalhar ou exercer determinado ofício ou atividade.

Para Louro (2012), o inválido não tinha valor, visto que o deficiente era considerado inútil. Na análise de Sasaki (2009) sobre temporalidade e modismos, o termo «inválido» foi substituído no Brasil por «incapacitado». Posteriormente ficou mais emblemático: «indivíduo com capacidade residual». No estudo de Louro (2012), a autora explora vários termos de 1960 até 1980: «defeituoso», «deficiente» e «excepcional» e conclui que tais expressões continuavam a não definir a deficiência e segregavam cada vez mais as pessoas, em vez de as incluir.

Segundo Sasaki (2009), «excepcional» foi o termo utilizado nas décadas de 1950 a 1970 para rotular as pessoas com deficiência mental, mas com o aparecimento de estudos e práticas educacionais na área de altas habilidades nas décadas seguintes (1980 e 1990), o termo passou a referir-se a pessoas com inteligência lógico-matemática abaixo ou acima da média. Em consulta ao Dicionário Priberam, a palavra «excepcional» mostra a relação direta com o termo «exceção», ou seja, tudo aquilo que está em desvio de uma regra geral, um ponto qualquer fora da curva.

A partir da década de 1980 a palavra «indivíduo» é substituída por «pessoa» e com isso humanizam-se as pessoas com deficiência. Louro (2012) destaca que a mudança auxiliou de forma significativa uma mudança na sociedade em termos de postura. Até o termo «pessoa portadora de deficiência» (muito utilizado, nessa época, no Brasil) desaparece, pois a ninguém é dado o poder de portar uma deficiência quando e onde quiser. A pessoa *possui* deficiência, não a carrega.

E assim, a sociedade vai explorando novos saberes teóricos de como incluir.

Educação para todos — cuidado com a generalização

Há uma necessidade de promover a equidade e universalizar o acesso à educação, como salienta o artigo três da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990). É difícil exigir conhecimento mergulhado numa sociedade globalizada que está a descobrir o que é viver a *inclusão-em-transição*, ou seja, está a colocá em prática sem preparação e adaptações necessárias estabelecidas.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos de 1990 destaca que «as pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial e que é preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte do sistema educativo» (item 5 — artigo três). O «escrivão da corte» telefonaria para os autores informando-os que a expressão «portadores de deficiência» está incorreta e não se preocuparia com o mais importante: o verdadeiro conteúdo do artigo três da declaração: o da garantia de igualdade de acesso à educação.

Outro ponto a destacar em terminologias: as palavras integração e inclusão promovem confusão de entendimento. Segundo Bonilha (2006), o modelo de integração está a ficar ultrapassado e a ser substituído pela inclusão social. Na prática, não existe tal procedimento nas escolas e faculdades, nos órgãos públicos, nos projetos arquitetónicos da maioria das cidades brasileiras, e mesmo no relato diário dos integrantes do projeto Música Transformando Vidas.

García & Sánchez (2004) enaltecem as diferenças entre integração e inclusão, destacando que a base que norteia a integração, principalmente na área da educação, está sobre o sujeito. A pessoa com deficiência é que se deve adequar ao sistema já existente, mesmo com dispositivos criados e disponíveis em termos de acessibilidades arquitetónicas.

O modelo de inclusão, por ser recente e estar a gerar polémica em vários segmentos políticos, académicos e sociais, gera uma diversidade de abordagens e com isso os «escrivães da corte» aproveitam para realizar um desserviço à comunidade através de polémicas infrutíferas, entaves à lei e debates desnecessários, em vez de colocarem a inclusão em prática. O número de conferências, congressos, assembleias e fóruns sobre defi-

ciência e inclusão supera a quantidade de práticas de boa conduta para as pessoas necessitadas.

Bohn (2008), que inclusive cita Bonilha (2006) no belo trabalho de ensino de violino com pessoas com deficiência visual, destaca com clareza a diferença de integração como uma forma condicional de pessoas com deficiência num sistema regular e a inclusão na inserção de uma forma incondicional, ou seja, o sistema precisa de se adaptar às particularidades de todos.

Com a inevitável transformação social que atravessamos, as pessoas precisam de se sentar à mesa, discutir e traçar metas de melhoria constante em relação à inclusão. Em 2001, durante a Assembleia da Organização Mundial da Saúde (OMS), foi aprovada a atualização da CIF — Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.

Segundo García & Sánchez (2004) no próprio título da CIF encontramos uma declaração de intenções com o objetivo principal do documento:

Prover linguagem unificada e padronizada, e uma estrutura conceitual para a descrição *saúde* e *estados* relacionados à saúde. A OMS abandona a abordagem primitiva das «consequências da doença» para focar o objetivo para «a saúde e os estados relacionados com a saúde». Trata-se, portanto, de colocar a terminologia em positivo desde o primeiro momento (o termo «doença» não é mais usado e em troca o novo termo aparece: «estado de saúde») (García & Sánchez, 2004, p. 7).

Com isso, os «escrivães da corte» da OMS acertam e encontram definições positivas: mudam a palavra «doença» para «estado de saúde». Uma luz no fundo do túnel, com paciência e inteligência.

García & Sánchez (2004) destacam que o documento sintetiza o «estado de saúde» em três níveis:

- *funcionamento* (termo genérico para determinar as funções do corpo, a capacidade de desenvolver e participar em atividades);
- *deficiência* (descrição nas funções e estruturas corporais, limitações na capacidade de realizar atividades e restrições à participação social);
- *saúde* (fator-chave que relaciona os dois itens anteriores, funcionamento e deficiência).

García & Sánchez (2004) ressaltam que em Espanha, como nas etapas anteriores do uso das terminologias, houve uma generalização do princípio de «inclusão» e foi trazido para todos os níveis sociais, além da área educacional.

Com a adoção da «nova inclusão», os aspectos sociais ficam focados em:

- princípios de não discriminação baseados nas condições da deficiência da pessoa (na educação, já não existem segmentos «separado ou exclusivo», pois tudo é considerado ensino «geral ou ordinário»);
- fornecer sempre as melhores condições e oportunidades para todas as pessoas (na educação, os alunos);
- envolver todos nas mesmas atividades, apropriadas para a sua idade.

Verificamos que a «rotulação» aparece em diversos trabalhos excelentes espalhados pelo mundo. Rodrigues (2010) cita a classificação (apud Masini, 1993) dos «portadores» de deficiência visual em dois grupos: cegos e portadores de visão subnormal. Verifica que com essa «classificação», a «realidade das pessoas com visão subnormal (ou baixa visão) é diferente da realidade dos cegos e, com isso, essas duas classes de alunos apresentarão limites de aprendizagem musical diferentes» (Rodrigues, 2010, p. 303). O limite de aprendizagem é regido pela deficiência, mas está também diretamente ligado ao esforço individual de cada pessoa e à vontade de querer aprender. Essa é a tônica vivenciada dentro do projeto Música Transformando Vidas.

Com rotulação ou não, somos indivíduos e, portanto, diferentes. Como relata Castro (2010), algumas pessoas, inclusive com deficiência, realçam que não importa o termo utilizado, mas que a sociedade precisa de se comportar com ações adequadas perante a inclusão.

Resultados práticos com as pessoas com deficiência

Amiralian (2005) coloca que algumas pessoas se sentem atraídas à corrente temática de inclusão apenas para compartilharem os valores da maioria ou os benefícios e valores que acompanham a onda política defendida intensamente por certos setores da sociedade em determinados momentos

que passam, e as necessidades de acessibilidade das pessoas com deficiência permanecem.

A deficiência afeta atualmente um número elevado de pessoas da sociedade, como lembram García & Sánchez (2004) e, por isso é motivo de estudo e preocupação de quem trabalha com a inclusão. A necessidade de teoria serve de referência dentro do tempo e do espaço, mas os autores enfatizam que não precisa de ser estática e completamente aceite. As teorias precisam de evoluir.

Durante a metodologia de pesquisa da Investigação-Ação do Mestrado em Comunicação Acessível para a Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria (IPL), em Portugal, com orientação da Professora Doutora Sandrina Milhano, com o título *Ensino de Música para Cegos sem Braile: Desafio ou Loucura?*² os integrantes do PROMUVI foram consultados sobre termos utilizados na sociedade e no quotidiano, por eles próprios e pelas pessoas que interagem com o grupo.

A expressão que despertou mais interesse e discussão no grupo foi «ceguinho». Segundo Sasaki (2009), a palavra «ceguinho» colocada no grau diminutivo denota que a pessoa cega não é encarada como uma pessoa completa. Falta-lhe algo.

Gráfico 1. Grupo de Pessoas Entrevistadas no PROMUVI



Descrição do Gráfico 1: — gráfico circular com o total de pessoas entrevistadas do Projeto Música Transformando Vidas — PROMUVI, destacando 24 (vinte e

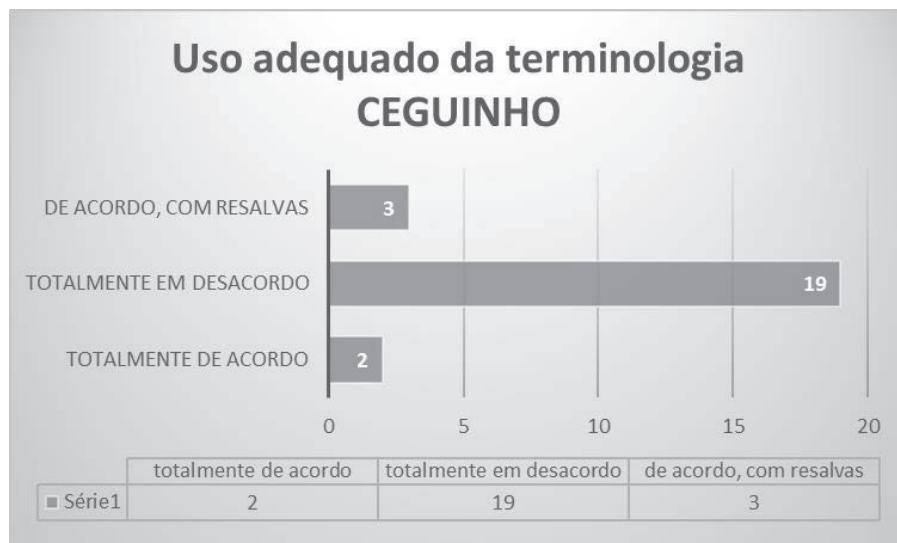
² Documento disponível em <https://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/2968>,

quatro) pessoas com deficiência visual no sector circular a azul e 13 (treze) pessoas sem deficiência, no sector circular laranja.

A pesquisa qualitativa dos termos de inclusão e acessibilidade envolveu 24 (vinte e quatro) pessoas com deficiência visual, sendo 7 (sete) pessoas com baixa visão e 17 (dezassete) com cegueira total, ao longo do primeiro semestre de 2018 (vide Gráfico 1). A metodologia adotada foi de entrevista aberta e coletiva.

Para o termo «ceguinho», obtivemos respostas para as alternativas pré-selecionadas de *totalmente de acordo*, *totalmente em desacordo* e *de acordo, com ressalvas* para os casos em que os entrevistados não consideravam acordo ou desacordo total ou quando não se incomodavam com a expressão (vide Gráfico 2).

Gráfico 2. Pesquisa do uso da terminologia em consulta às pessoas com deficiência visual



Descrição do Gráfico 2: gráfico de barras em duas dimensões sobre os eixos X e Y. No eixo X está representada a quantidade de pessoas que responderam à pesquisa e no eixo Y as respostas encontradas. O fundo da imagem do gráfico está em cor cinza. De cima para baixo, em cores azuis, aparece a primeira barra com o valor

e tamanho de 3 (três) pessoas, representando a resposta *de acordo, com ressalvas* para o questionamento do uso adequado do termo «ceguinho» aos integrantes do PROMUVI. Logo a seguir, a barra intermédia da mesma cor, aparece com o tamanho equivalente ao número 19 (dezanove) pessoas, representando a quantidade de pessoas que estão *totalmente em desacordo* com o termo «ceguinho». A última barra, ainda em azul, apresenta o tamanho e número 2 (duas) pessoas, representando a resposta *totalmente de acordo* com a expressão «ceguinho» utilizada para as pessoas com deficiência visual.

Os integrantes do PROMUVI que se mostraram *totalmente em desacordo* com a palavra «ceguinho» (19 pessoas) realçaram a expressão como pejorativa e com sentido desfavorável. As duas pessoas que optaram pela resposta *totalmente de acordo* correspondem a uma pessoa com baixa visão e uma pessoa cega (ambas mulheres). Os três entrevistados que estavam *de acordo, mas com ressalvas*, corresponderam a duas pessoas cegas e uma com baixa visão.

Outro questionário sobre o mesmo termo: como seria recebida a expressão «ceguinho», utilizada noutro momento por um familiar ou conhecido, com «toques de calor humano» e carinho? A resposta foi diferente, com unanimidade para *totalmente favorável*. Uma das integrantes destacou: «o problema não está no termo a ser utilizado, mas como ele é falado». Portanto, o problema não está totalmente no «escrivão da corte», mas na forma como o porta-voz compartilha a expressão com a pessoa com deficiência visual.

Na mesma pesquisa foi questionada a expressão «deficiente» em comparação a «pessoa com deficiência». Apenas um dos entrevistados (com cegueira total) se mostrou contra a palavra «deficiente». Todos os demais não consideraram relevante a diferença para a expressão «pessoa com deficiência». Existe uma diferença significativa e isso precisa de ser destacado. Sasaki (2009, p. 2) lembra que alguns «profissionais não pertencentes ao campo da reabilitação acreditam que as deficiências físicas são divididas em motoras, visuais, auditivas e mentais. Para eles, *deficientes físicos* são todas as pessoas que têm deficiência de qualquer tipo».

Quando foi feita a consulta à palavra «cego», apenas uma das integrantes do projeto (baixa visão severa) disse que «no início o termo incomodava-me, mas hoje já me habituei à condição e expressão». Sasaki (2009) destaca que a palavra «cego» é o termo correto a ser utilizado em vez de «ceguinho».

Outros termos, segundo Sasaki (2009), a serem considerados como corretos para «cego» são pessoa cega, pessoa com deficiência visual e deficiente visual. Quando se destaca a palavra *visual* à palavra *deficiente*, a expressão fica completa, ou seja, indica onde a pessoa possui a deficiência.

A pesquisa de terminologia foi realizada ao longo de quatro semanas, em grupo (com uma média presencial de dezoito alunos nas aulas de prática de conjunto), com uma discussão ampla das expressões utilizadas na rotina diária das pessoas com deficiência visual. Apenas oito integrantes foram entrevistados *a posteriori* por telefone, *e-mail* e áudios de *WhatsApp* para completar a investigação.

Com as respostas obtidas observa-se que precisamos de nos adequar constantemente aos valores culturais e sociais, para que a sociedade permissiva acolha com adequação as pessoas com deficiência e para que possamos (educadores ou não) realmente saber como lidar firmemente com a inclusão e a acessibilidade com atenção, amor e dedicação.

No final da Declaração Mundial de Educação para Todos de 1990, o artigo dez esclarece que para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem (e vivência social) basta uma responsabilidade comum e universal a todos e solidariedade e relações honestas e equitativas.

Conclusões

Em termos de inclusão e acessibilidade, não existe o absoluto e nada está consolidado. Ninguém é «escrivão da corte» juramentado ou leigo desprovido de inteligência. Como o artigo sete da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) enfatiza, novas e crescentes alianças e articulações são necessárias em todos os níveis e sectores, entre os órgãos de governo, sectores sociais, organizações governamentais e não governamentais, sector privado, comunidades, grupos religiosos e familiares.

A sociedade tem por obrigação transmitir e expressar bons valores das pessoas com deficiência através de nomenclaturas coerentes, segundo Castro (2010). Ainda segundo Castro (2010), um dos passos para a real inclusão é a preocupação com a terminologia na hora de escrever, dizer e se dirigir a uma pessoa com deficiência.

Precisamos de estar atentos para não cairmos na tentação de sermos reducionistas, pois estamos a lidar com seres humanos e preocuparmo-nos com os aspectos psicossociais envolvidos. Prática, antes da teoria.

Uma prova é o sucesso do concerto com acessibilidade. Além da lotação expressiva (Figura 3), a cidade nunca viu tantas pessoas com deficiência, seja visual ou auditiva, no palco e na plateia, num concerto *com* ou *de* acessibilidade.

Como relata Castro (2010), algumas pessoas, incluindo com deficiência, realçam que não importa o termo a ser utilizado, mas que a sociedade precisa de se comportar com ações adequadas perante a inclusão.

Vale a pena lembrar que a prática da inclusão social, segundo Veríssimo (2001), reside na aceitação das diferenças individuais, na cooperação e aprendizagem, na convivência com a diversificação humana e na valorização de cada pessoa. Com isso, basta acompanhar o processo evolutivo das transformações sociais para uma sociedade plena e melhor para os seus cidadãos:

- praticar a inclusão;
- dar papel ativo às pessoas com deficiência;
- apoiar atividades de organizações que «suportem» pessoas com deficiência;
- escutar e compartilhar conhecimentos e experiências de acessibilidade.

Figura 3. Palco e plateia do concerto de acessibilidade de 2018



Descrição da imagem: foto tirada a partir do teto do Teatro Coliseu, na cidade de Santos — SP, durante o Concerto de Acessibilidade de 2018. O maestro Paulo Mauá aparece do lado esquerdo da foto, bem à frente do palco, a tocar o instrumento musical bandolim, vestido com calças pretas, camisa do projeto Música Transformando Vidas (branca com mangas azuis) e de chapéu azul. A plateia, à direita na foto, preenche todas as cadeiras do teatro. Na parte A da plateia estão as pessoas com deficiência auditiva, bem em frente à profissional de linguagem de sinais vestida de preto, que está no palco. Na parte B da plateia estão as pessoas com deficiência visual, com os respetivos aparelhos de audiodescrição nos ouvidos.

Quando analisamos as observações da «especialista» sobre o cartaz do Concerto com Acessibilidade citado no tópico de casos de estudo, o facto é que, com ou sem erros de terminologias temporais impressas, a comunicação atingiu o propósito da prática da inclusão. Com isso, o resultado do Primeiro Concerto com Acessibilidade do projeto Música Transformando Vidas — PROMUVI, realizado no dia 7 de abril de 2018 no Teatro Coliseu, na cidade de Santos (SP), Brasil, foi gratificante e apresentou os seguintes números:

- mais de 600 pessoas presentes no espetáculo (a capacidade do teatro é de 700 pessoas);
- 30 músicos no palco (entre alunos iniciantes, intermédios e adiantados na aprendizagem, mais quatro músicos convidados);
- 16 instrumentos utilizados na orquestra de sopros, cordas, teclado e percussão;
- repertório de 14 músicas impresso em braile (o repertório foi enviado antecipadamente para o CRID — Centro de Recursos para a Inclusão Digital da ESECS, IPL, e convertido para arquivos em sistema braile. Após a conversão, os arquivos foram enviados para a Fundação Dorina Nowill, em São Paulo, para que o repertório em braile fosse impresso em papel especial de dupla face);
- uma hora e meia de espetáculo instrumental musical com audiodescrição e língua de sinais (LIBRAS);
- mais de 30 pessoas com deficiência visual e cerca de 15 pessoas com deficiência auditiva na plateia puderam acompanhar o espetáculo com acessibilidade (vide Figura 3);

- ingressos gratuitos graças ao apoio de diversas empresas patrocinadoras e apoiantes, públicas e privadas, do evento (Figura 4).

Figura 4. Programa com repertório do concerto e empresas patrocinadoras



Descrição da imagem: à esquerda, com fundo azul e claves de sol em azul mais escuro, aparece, em letras amarelas, o cartaz do concerto de acessibilidade, com a data e o local, e a lista de músicas do programa (repertório) do espetáculo: *Ovelha de Maria*, *Asa Branca* e *Mulher Rendeira* (Música Tradicional Americana, dos compositores Luiz Gonzaga & Humberto Teixeira, Zé do Norte), *Oh Suzana* e *Marcha dos Santos* (Stephen Foster e Música Tradicional Americana), *Yellow Submarine* (John Lennon & Paul McCartney — The Beatles), *O Trenzinho do Caipira* (Heitor Villa-Lobos), *É Primavera* (Cassiano & Sílvio Rochael), *Somewhere Over the Rainbow* (Harold Arlen & E.Y. Harburg), *Gita* (Raul Seixas & Paulo Coelho), *Scarborough Fair* (Música Tradicional Celta — Simon & Garfunkel), *Guantana-mera* (José Martí & Josito Fernandez), *Oboé de Gabriel* (Enio Morricone), *Como é Grande o Meu Amor por Você* (Erasmio & Roberto Carlos), *Anúnciação* (Alceu Valença), *Hallelujah* (Leonardo Cohen) e *Game of Thrones* (Ramin Djawadi). do lado direito, os logos das empresas patrocinadoras: Projeto Música Transformando Vidas — PROMUVI como realizador do evento, ACMD, Colégio Objetivo, Grupo Yamam, FM Corretora de Seguros, PredCenter Construtora, T-Grão Cargo, Prefeitura Municipal de Santos, Rotary Club de Santos Oeste, Rotaract Club de Santos

Oeste, CAMPS, IPL — Instituto Politécnico de Leiria, Calango Music, Anseven Soluções Audiovisuais, Sangraf, Tagarellas Produções, Cardoso Contabilidade, Leo Rodrigues Designer, Flavio Medeiros Estúdios, Flores Mania, Fundação de Rotarianos de Santos e Sabor em Dobro.

O cartaz poderia ter sido elaborado sem «erros de termos de inclusão» e com isso ter atingido uma plateia maior? Nunca saberemos. O sucesso foi total, com as cadeiras lotadas, e a cidade de Santos pode assistir a uma plateia com pessoas com deficiência envolvida plenamente num concerto *com* ou *de* acessibilidade.

Teoria versus prática.

O projeto Música Transformando Vidas — PROMUVI e seus integrantes sempre optam pela prática, antes da teoria. Seja na música, seja na vida.

Referências bibliográficas

- Amiralian, M. T. L. M. (2005). *Desmistificando a inclusão*. Revista Psicopedagogia 2005, 22(67), pp. 59–66. <https://cdn.publisher.gn1.link/revistapsicopedagogia.com.br/pdf/v22n67a07.pdf>
- Bohn, D. F. (2008). *O ensino de violino voltado para deficientes visuais integrando o método Suzuki e a musicografia braile*. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Música, Centro de Artes — CEART, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000000/000000000000A/00000AFB.pdf>
- Bonilha, F. F. G. (2006) *Leitura musical na ponta dos dedos: caminhos e desafios do ensino de musicografia braile na perspectiva de alunos e professores*. Dissertação apresentada ao Instituto de Artes. Universidade Estadual de Campinas, SP, Brasil. <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/284738>
- Castro, S. A. (2010). *A inclusão dos deficientes: tudo começa nas «entreletras» da terminologia*. [http://files.consie.webnode.com.br/200000011-4b9654c910/Artigo%20Terminologia\[1\].pdf](http://files.consie.webnode.com.br/200000011-4b9654c910/Artigo%20Terminologia[1].pdf)
- García, C. E., & Sánchez, A. S. (2004). *Visión y modelos conceptuales de la discapacidad*. https://www.um.es/discatif/METODOLOGIA/Egea-Sarabia_modelos.pdf

- Louro, V. (2012). *Fundamentos da aprendizagem musical da pessoa com deficiência*. Colaboradores: Luís Alonso e Sidney Molina. São Paulo: Editora Som.
- OMS — Organização Mundial de Saúde (2001). *CIF — Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf
- Rodrigues, M. I. (2010). *Educação musical de deficientes visuais — analisando possibilidades de aplicação de alguns princípios do método Suzuki*. I Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música. XV Colóquio do Programa de Pós-Graduação em Música da UNIRIO. Rio de Janeiro. <http://www.seer.unirio.br/index.php/simpom/article/view/2701>
- Sasaki, R. K. (2009) *Terminologia sobre deficiência na era da inclusão*. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA_DA.pdf?1473203540
- UNESCO (1990). *DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Conferência de Jomtien, Tailândia. <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>
- Veríssimo, H. (2001). *Inclusão: a educação da pessoa com necessidades educacionais especiais — velhos e novos paradigmas*. http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin_constant/2001/edicao-18-abril/Nossos_Meios_RBC_RevAbr2001_Artigo-2.pdf

LITERATURA INFANTIL INDÍGENA: KUBAI, O ENCANTADO

Cláudia Rodrigues de Freitas

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. freitascrd@gmail.com

Raquel Ramos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. raquelramosmao@gmail.com

Sheyla Werner

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. sheylawerner@gmail.com

Mauren Lucia Tezzari

Professora da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre
— RS, Brasil. maurentezari@gmail.com

Isadora Pinheiro

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. isadorawp@gmail.com

Marilena Assis

Professora da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre
— RS, Brasil. professoramarilenaassis@gmail.com

Isabelle Bertaco dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. isabellebsantos@gmail.com

Gustavo Lisboa Oppermann

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. gustavooppermann@outlook.com

Resumo: O presente artigo integra uma pesquisa desenvolvida pelo grupo Multi/UFRGS, com o objetivo de produzir um livro de literatura infantil, cujo conteúdo é uma história mitológica indígena, acessível a todas as crianças, através do uso de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA). Escolheu-se essa história com o intuito de dar visibilidade ao mito indígena de Kubai, realizando-se uma adaptação da tradição oral dessas culturas originárias do Brasil para a escrita em português, com a inserção de Comunicação Aumentativa Alternativa (CAA). Procurou-se, dessa forma, garantir maior acessibilidade às crianças integrantes ou não dessa cultura indígena. A base teórica toma a perspectiva do pensamento sistêmico, fundamentada em Gregory Bateson. Como referências do campo da pesquisa, fazem-se presentes Polato (2010, 2013), Claudet (2011) e Caldin (2006,2007). Em relação à literatura indígena, utiliza-se, prioritariamente, Munduruku (2014 e 2011). A metodologia empregue foi a de Pesquisa-Intervenção. O estudo possibilitou a organização de um livro infantil em Comunicação Alternativa Aumentativa, que se encontra em fase final de edição.

Palavras-chave: literatura infantil; acessibilidade; livro em CAA; inclusão; literatura infantil indígena.

Abstract: This paper is part of a research developed by the group Multi/UFRGS, and aimed to produce a children's literature book, whose content is an indigenous mythological story, accessible to all children through the use of Augmentative and Alternative Communication (AAC). This story was chosen to give visibility to Kubai's indigenous myth, with an adaptation of the oral tradition of these original cultures of Brazil, for writing in Portuguese, with the insertion of AAC (Augmentative and Alternative Communication), thus seeking to ensure greater accessibility to children, members of this indigenous culture or not. The theoretical basis is the perspective of systemic thinking, based on Gregory Bateson. Polato (2010, 2013), Claudet (2011), and Caldin (2006, 2007) are present as references in the field of research. Concerning the indigenous literature, Munduruku (2014 and 2011) is the main reference. The study employs a research-intervention methodology. It enabled the organization of an Augmentative and Alternative Communication children's book, which is in the final phase of publishing.

Keywords: children's literature; accessibility; AAC book; inclusion; indigenous children's literature.

Introdução

A literatura infantil é capaz de projetar, logo na primeira infância, o gosto pela leitura assim como propor novas formas de relacionar a ficção e a realidade, dando asas à imaginação das crianças. Nas suas mentes criativas, cada livro é um mundo capaz de apresentar novas possibilidades. No entanto, existe uma grande escassez de recursos de acessibilidade na produção literária brasileira e, com isso, nega-se a muitas crianças o prazer da leitura. São focos desta pesquisa as crianças com algum tipo de deficiência (visual, intelectual e física), não alfabetizadas, com transtornos globais do desenvolvimento, em situação de imigração, bem como as crianças indígenas, historicamente alijadas de ver histórias escritas na sua língua mãe.

Esta realidade da produção de livros infantis no Brasil teve um papel decisivo para a constituição do MULTI-UFRGS, um grupo de pesquisa que tem vindo a investigar e desenvolver livros multiformato com o objetivo de democratizar o acesso à literatura através de recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), utilizando diversas formas de comunicação para crianças em fase de letramento com diferentes necessidades.

Outro aspecto, não menos importante, refere-se à produção literária envolvendo a cultura indígena do Brasil. O acesso à literatura infantil indígena é bastante recente quando comparado aos outros livros dirigidos a este público, podendo, inclusive, considerar-se um movimento literário que emergiu na década de 80 e segue até os dias atuais, com autores reconhecidos pelas histórias infantis como Daniel Munduruku (2004; 2011), Roni Wasiry Guará (2020), Tiago Hakity (2018), entre outros. Assim, essa lacuna começa a ser preenchida após séculos de silenciamento dos povos originais do Brasil. Jekupé (2018, p. 46) dá destaque a essa ausência de histórias disponíveis: «Já pensou: faz tantos séculos que o Brasil foi dominado pelos *jurua kuery*, não índios em guarani, e desde aquela época tudo o que se fala sobre nossos parentes é escrito por eles. Eu não via isso como algo interessante, porque nós temos que contar nossas histórias para nossos filhos.»

Hoje podemos encontrar mais de uma centena de títulos escritos por indígenas, mas em português brasileiro. Não em língua indígena. O livro desenvolvido apresenta a história de *Kubai, o Encantado* nas línguas guarani e tukano. É importante considerar que este artigo aprofunda a discussão

sobre o tema debatido num trabalho de título homónimo apresentado na VI Conferência Internacional para a Inclusão — INCLUDIT 2020 (Freitas, Ramos, Freitas, Tezzari, Pinheiro, Santos, Oppermann, 2020).

Nesse processo de aproximação entre as duas temáticas — acessibilidade e literatura infantil indígena — é necessário realçar que esta última precisa de estar relacionada e ser narrada por pessoas indígenas. Assim, ao folhear as dezenas de obras já publicadas por autores de diversas etnias, observa-se que os livros são importantes dispositivos intercultural apresentando o mundo indígena a quem não conhece essa rica cultura. Munduruku (2016) expõe que:

Um dia, eu estava a contar histórias a um grupo de crianças pequenas. Narrava uma que tinha escutado do meu avô. Era uma história comovente. No final, uma menina levantou o dedo e me perguntou: «Tio índio, onde posso encontrar essas histórias para eu ler?». Fiquei sem jeito, pois não sabia o que responder. Mas isso foi como se um interruptor fosse ligado na minha cabeça: eu tinha que difundir aquelas histórias. (Munduruku, 2016, p. 2)

Neste encontro literário e cultural, há um lugar especial para a ancestralidade indígena que, segundo Martins e Gomes (2010), acontece de acordo com o grupo étnico ao qual a história pertence. São os mitos, mistérios de cada cultura que revelam a maneira de pensar e «os pequenos veem e aprendem maneiras de prover seus alimentos», por exemplo. Tais conhecimentos são transmitidos, inicialmente, pela oralidade, como explica Márcia Kambeba quando afirma a importância das narrativas como herança de cada povo transmitida oralmente. Conforme Kambeba (2018), a cultura dos povos indígenas é um verdadeiro livro que tem sido escrito há gerações sobre a qual, hoje, muitos se debruçam para conhecer. Essas narrativas estão presentes de diferentes formas: alguns povos transmitiam os seus conhecimentos pela oralidade e pelos desenhos que faziam nas pedras e nos seus artefactos como vasilhas de cerâmicas, potes, etc. Os grafismos, por sua vez, tinham os seus próprios significados e eram de fácil leitura e interpretação entre todos.

Considerando os aspectos acima mencionados, para esta pesquisa tivemos como objetivo a produção de um livro de literatura infantil, cujo conte-

údo é uma história mitológica do povo indígena Kubeo, a respeito da criação do mundo e acessível em Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA).

A escolha desta história teve a intenção de dar visibilidade à história de Kubai, com adaptação da tradição oral indígena para a escrita, em português, com a inserção de CAA, com o objetivo de garantir maior acessibilidade para crianças integrantes ou não dessa cultura indígena. Passerino e Bez (2013) afirmam que «a CAA engloba as diferentes formas de comunicação como: gestos, língua de sinais, expressões faciais, e até o uso de *softwares* capazes de apoiar a comunicação» (2013, p. 5).

A cultura indígena: uma história proibida/interditada/silenciada

A literatura infantil indígena é parte de uma cultura que historicamente foi silenciada, negada e desvalorizada pela cultura do colonizador. Isso pode ser percebido nas palavras de Potiguara ao referir-se às mulheres indígenas: «No passado, nossas avós falavam forte. Elas também lutavam. Aí chegou o homem branco mau, matador de índio, e fez nossa avó calar» (Potiguara, 2004, p. 69).

Sabe-se que uma das formas de enfraquecer, ou até mesmo destruir, uma cultura envolve a imposição de uma nova língua como aquela que é considerada oficial, a que tem valor. Isso tem sido feito no Brasil há cinco séculos. Numa sociedade como a brasileira, a cultura indígena foi inviabilizada na história oficial. Em 1500, época de início da colonização, os nativos totalizavam 5 milhões de pessoas no território brasileiro (Souza, 2018) e não se pode negar a história desses nativos.

Dados mais recentes a respeito dos números referentes à população indígena no Brasil evidenciam, infelizmente, o quanto as práticas e as políticas dos colonizadores foram eficientes:

Segundo o censo do IBGE de 2010, os mais de 305 povos indígenas somam 896 917 pessoas. Dessas, 324 834 vivem em cidades e 572 083 em áreas rurais, e correspondem a aproximadamente 0,47% da população total do país. Uma boa parte dessa população vive fora das terras indígenas. Estes são hoje conhecidos como indígenas urbanos ou urbanizados. É importante notar que

existem aproximadamente 53 grupos que ainda vivem isolados, isto é, não têm contacto com a população não indígena. (Munduruku, 2019, p.11).

O modelo de Educação é citado por Daniel Munduruku nas suas pesquisas, por exemplo, «enquadrava os povos indígenas num ideal civilizatório de integração nacional para que pudessem deixar a condição de “selvagem”, atrasado e preguiçoso» (Pinto, 2018, p.149).

Por consequência, os povos originários têm sido expulsos das próprias terras, gradativamente, desde a colonização. É relevante apontar que «até à Constituição de 1988, os indígenas estavam submetidos ao regime tutelar no plano da lei. Posteriormente foi imposta uma política de integração à restante da população brasileira» (Baniwa, 2011, p. 42).

Fernanda Kaingang (2017), analisa a importância de conhecer as culturas historicamente inferiorizadas no contexto brasileiro e poder então refletir sobre o processo de superação das desigualdades. Segundo Fernanda Kaingáng, num depoimento gravado durante o evento Mekukradjá:

As pessoas no Brasil desconhecem a realidade dos povos indígenas, a inserção no currículo escolar da obrigatoriedade do ensino das culturas indígenas é positiva, mas é importante o incentivo da produção de material de escritores indígenas para que não se transmita novas ideias errôneas sobre indígenas como a romantização dessas culturas (Kaingang, 2017).

No livro *Histórias que eu gosto de contar* (editora Callis, 2005), Munduruku apresenta os indígenas como grandes contadores de histórias. Segundo o escritor:

As histórias que os indígenas contam falam das origens do universo, da humanidade e de como uma sociedade se pode organizar. Eles são grandes contadores de histórias e para conhecermos mais os povos indígenas, nada melhor do que sabermos algumas de suas histórias (Munduruku, 2019, p. 33).

A participação efetiva do movimento indígena na produção de histórias sobre culturas indígenas reivindica o espaço da autoria na voz que foi silenciada ao longo da história. Por consequência, passa a haver discrepância

entre a forma em que os personagens declarados indígenas eram anteriormente descritos na Literatura Indianista, principalmente nos textos literários escritos durante a Primeira Geração Romântica brasileira, que ainda integram o cânone da Literatura Brasileira. Podemos tomar como exemplo *Iracema*, de José de Alencar, obra na qual o povo indígena é retratado sob a ótica europeia e colonizadora do «bom selvagem».

A visão colonizadora colocava a cultura indígena como inferior à cultura europeia. Nos seus textos, alguns autores descreviam os povos originários como seres primitivos. Em contraponto, atualmente, os textos pertencentes à literatura indígena contemporânea são escritos pelos próprios indígenas.

A literatura nativa parte de uma estética que busca recusar, sobretudo, as articulações no campo do discurso, da cultura, da política e da linguagem que ora reservavam uma posição estereotipada ou subalterna ao modo de existir de uma ampla gama de civilizações (Rosa, 2018, p. 257).

A literatura infantil indígena contemporânea brasileira existe e tem sido socializada em livros impressos, com a finalidade de manter e de preservar a cultura dos povos de diferentes etnias. Segundo Ely Ribeiro de Souza (2018) ou, como é conhecido no ativismo indígena, Ely Macuxi, «as produções da literatura indígena das décadas de 1980 e 1990, foram primeiramente dirigidas aos próprios grupos étnicos para a sua formação nas aldeias» (Souza, 2018, p. 52).

As consequências das violências coloniais em relação às línguas nativas são praticamente irreparáveis. Entre os grupos remanescentes, atualmente«[existem] 375 povos originários, falando 275 línguas, portadores de saberes milenares e administradores de 13% do território nacional.» (Baniwa, 2019, p. 174).

Dessa forma, torna-se urgente pensar em livros para todos. A partir desta concepção, tem-se a atuação do Multi/NEPIE/UFRGS, grupo que está a produzir este livro.

O mito de Kubai: uma divindade indígena

Os mitos indígenas no Brasil preservam as culturas de diferentes povos originários e fazem parte das narrativas ancestrais, de modo que foram documentados por pesquisas etnográficas e por instituições que visam assegurar os direitos e a memória desses grupos étnicos. Historicamente, os diferentes grupos étnicos têm como característica a relação intercultural entre si e de outros territórios até aos dias de hoje no Brasil. Nesse sentido, não se torna uma dificuldade dialogar com a cultura não-indígena.

A história de Kubai tem vindo a ser transmitida oralmente desde o começo do mundo conforme a tradição do povo Kubeo, particularidade que deu origem à transmissão da sabedoria dos antigos e da cultura como é conhecida hoje e, sob a responsabilidade dos pajés, chega a uma geração contemporânea.

Segundo a etnografia do povo Kubeo, uma etnia indígena da região do Alto Uaupés que se encontra entre o Brasil e a Colômbia, sob o ponto de vista da cosmologia Kubai representa a categoria de «heróis míticos cujos atos ou com cuja ajuda a ordem do cosmos foi estabelecida» (Correa, 1997, p. 23).

Assim, as formas de organização e as histórias de grupos como este mostram como as sociedades indígenas se movem pela magia dos mitos, pela sua ancestralidade.

O mito de Kubai faz parte da narrativa de um dos povos indígenas do Alto Rio Negro que abrange também os povos da Colômbia chamados povos Kubeo. Esta história trata das divindades da cosmologia indígena, os Kubai, que também podem ser chamados de Encantados. Esses seres com poderes são protetores e transmissores dos saberes ancestrais, dos rituais e das festas, assim como são os responsáveis por grande parte das criações que oferecem sustento aos homens.

Outra característica importante sobre as narrativas indígenas é que, dependendo do território de determinados povos, o multilinguismo está presente e os grupos aprendem diferentes línguas indígenas e, em certa medida, dependendo de seus interesses e de suas necessidades, a língua portuguesa.

Kubai é um ser diferente dos seres humanos, possui apenas um olho, chega à terra e participa na criação de elementos importantes da natureza

como os rios e, na sua interação com as pessoas do povo Kubeo, apresentam alguns elementos culturais, tais como o formato de moradias, o modo de vestir, celebrar, comer e beber. Kubeo é, portanto, uma figura com características divinas dos seres encantados integrantes da vida cotidiana do povo indígena na maloca — equivalente à moradia—, que constrói, planta e festeja ao seu lado. As vivências na maloca e na floresta constituem-se como um ponto forte da transmissão dos costumes.

As histórias indígenas dirigidas ao público infantil apresentam esse mundo indígena às crianças. Neste encontro literário e cultural, há um lugar especial para a ancestralidade indígena e isso acontece conforme o grupo étnico ao qual a história pertence:

São importantes para essa cultura princípios como: conhecimento, sabedoria — diferentes hábitos e tradições ensinados de pai para filho; mitos, mistérios — histórias que revelam sua maneira de pensar, morada — perto do rio e da mata para garantir alimento e subsistência a toda a comunidade; caça, pesca, coleta — desde pequenos veem e aprendem maneiras de prover seus alimentos (Martins e Gomes, 2010, p. 164).

Tais conhecimentos transmitem-se pela oralidade. Márcia Kambeba — autora indígena, cantora e contadora de histórias — afirma a importância das narrativas orais, tendo em vista a transmissão da herança de cada povo às novas gerações. Conforme expressa Kambeba (2018):

A cultura dos povos indígenas é um verdadeiro livro que tem vindo a ser escrito há gerações e que muitos se debruçam em querer conhecer. Os povos transmitiam os seus conhecimentos pela oralidade e pelos desenhos que faziam nas pedras e em seus artefactos como vasilhas feitas de cerâmicas, potes, etc. Os grafismos tinham o seu significado e eram de fácil leitura e interpretação entre todos. (Kambeba, 2018, p. 39).

Aspectos metodológicos

Nesta pesquisa, tem-se como base teórica a perspectiva do pensamento sistêmico com Bateson (2001). Como referências específicas aos livros acessíveis estão presentes Polato, Claudet e Caldin (2006; 2007). A metodologia utilizada foi a de Pesquisa-Intervenção. Para pensar a referência cultural indígena, foram consultados Munduruku (2004; 2011), Martins e Gomes (2010) e Kambeba (2018), entre outros.

O desenvolvimento do livro *Kubai, o Encantado*, gerou um grande desafio: conciliar a representação da rica cultura Kubeo com as normas de acessibilidade. Para a Comunicação Aumentativa e Alternativa, o sistema de pictogramas escolhido apresentava uma visão europeia para as representações de diversos termos-chave da história, incoerentes com a cultura de origem do mito. Assim, tornou-se necessário desenvolver novos pictogramas para que houvesse coerência, seguindo sempre as regras de acessibilidade e procurando manter a unidade de estilo com os demais pictogramas oficiais do sistema.

O livro e a produção de imagens

Para a produção das imagens, procurou-se a geometrização das formas, característica da cultura indígena, que acabava por entrar em conflito com os requisitos de realismo na proporção e na rigidez da figura. Portanto, utilizamos os grafismos nas imagens para que a relação dessa cultura com a natureza fosse representada sem comprometer o alto contraste necessário para crianças com baixa visão.

Durante a pesquisa, encontramos inspiração em grafismos de crianças da etnia Kaingang que colaboraram de forma imprescindível na criação das imagens que se foram organizando. Segundo Gonçalves (2007), os Kaingangs são hoje considerados um dos cinco povos indígenas mais populosos da Brasil, com aproximadamente 30 mil pessoas distribuídas por cerca de 30 áreas indígenas diferentes entre os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Figura 1. Grafismos

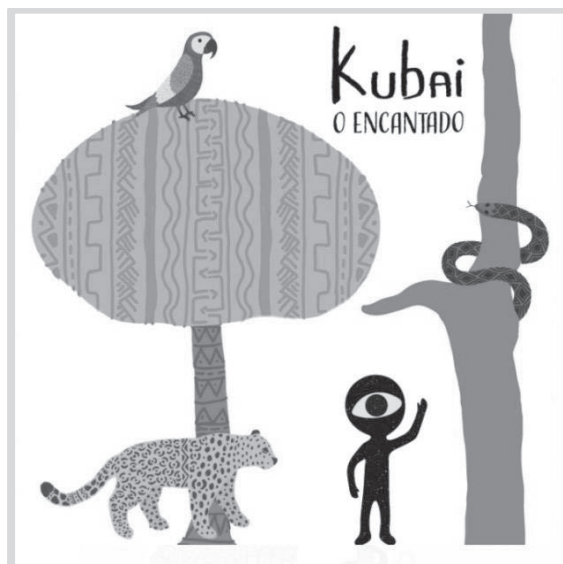


Fonte: Multi/UFRGS

Descrição da Imagem: Imagem vertical, numa folha de caderno pautada com fundo branco, com as linhas horizontais em tom claro. No primeiro plano, grafismos vermelhos desenhados e distribuídos sobre toda a extensão da folha. Na zona lateral superior esquerda da página, lê-se a palavra «en kepe».

O livro registra uma produção cultural indígena em diferentes formatos e apresenta traduções para o Guarani, o que possibilita a socialização cultural desse povo, que tem como representatividade o povo Kubeo, ampliando o acesso a uma bela história e, ao mesmo tempo, propondo um exercício de alteridade.

Figura 2. Capa do Livro *Kubai, o Encantado*



Fonte: Multi/UFRGS

Descrição da Imagem: Imagem com fundo branco. À esquerda, uma arara vermelha em cima de uma árvore de folhas verdes e tronco castanho com grafismos. Em frente à árvore, uma onça pintada virada para a direita da imagem. Ao lado da onça, Kubai olhando para frente. Kubai, um ser todo preto, com uma grande cabeça e um único olho grande. À direita da imagem, ao lado de Kubai, um tronco de árvore que vai além da página de tão alto. No tronco, está entrelaçada uma anaconda em tom castanho-escuro, com grafismos.

O livro foi estruturado a partir do suporte em papel couché fosco de 240 g, duplado, frente e verso, em páginas de 25 cm x 25 cm, com encadernação espiral metálica do tipo *wire-o*. Para além do suporte físico, o livro também está disponível através de QRcode com audiodescrição em português, assim como em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e legendas para surdos e ensurdecidos (LSE).

Figura 3. Contracapa do Livro *Kubai, o Encantado* em CAA



Fonte: Multi/UFRGS

Descrição da Imagem: Fotografia da contracapa do livro. Com fundo rosa e grafismos indígenas, em marca d'água. No centro da imagem, o nome da história: *Kubai, o Encantado*. Abaixo, três caixas com pictogramas, unindo o nome da história à imagem.

A história: *Kubai, o Encantado*

A história de Kubai recebeu a tradução em Guarani pela imersão que se deu com as artesãs Guarani Mbya das aldeias de Cantagalo e Itapuã, no coletivo de mulheres indígenas artesãs do Centro de Referência Afro-Indígena do Rio Grande do Sul.

A tradutora foi Neusa Poty Quadros, indígena da etnia Guarani Mbya, professora de língua e cultura Guarani da Mbya Aldeia Tekoa Palmeirinha e integrante da comissão Guarani Yvyrupá.

Os Guaranis possuem grande diversidade na organização dos subgrupos, sendo reconhecidos no Brasil em três deles pelos nomes: Mbyá, Kaiowá

e Ñandeva. Durante a pesquisa para a produção do livro, procurou-se a aproximação da cultura Mbya, presente no estado do Rio Grande do Sul. Destaca-se que os Guaranis Mbya também estão na Região Sudeste do Brasil, desde o Litoral até à Mata Atlântica, e também no Paraguai.

A história de Kubai também recebeu a tradução em Tukano, dado o vínculo da pesquisadora com a etnia, como já dito. Foi pensada a adequação da história, visando abranger o maior número de pessoas, sendo acessível também a falantes da língua Tukano, junto com as línguas Nheengatu e Baniwa. Tukano e os que estão em fase de letramento na língua tukano terão a possibilidade de audiodescrição.

A história de *Kubai, o Encantado* foi traduzida do português para duas línguas indígenas e também em CAA, usando o português. Esse projeto faz parte da intenção de tornar acessível a leitura às crianças que não dominam o português e, ao mesmo tempo, têm contacto com a escrita da língua tukano e/ou guarani. São recursos que viabilizam o trabalho de professores de alfabetização na perspectiva de educação intercultural.

Considerações finais

De acordo com Gregory Bateson (1986), todos pensamos em termos de história. O grupo de pesquisa MULTI/UFRGS considerou essa premissa quando se propôs a construir um livro infantil cujo tema é uma história ancestral do povo Kubeo, que explica a origem de todas as coisas do mundo como um presente desse ser encantado para os seres humanos.

A ideia de abordar o bilinguismo para a história de Kubai associa-se ao respeito enquanto direito constitucional, autonomia e autodeterminação dos povos originários no Brasil. Além disso, envolve o reconhecimento da sua grande importância para a identidade e para a cultura do país, o que pode ser considerado recente na história do Brasil. Igualmente, conecta-se com as bases do grupo MULTI/UFRGS, que procura valorizar e dar visibilidade à diversidade e à sua riqueza.

A história de Kubai tem vindo a ser transmitida oralmente desde o começo do mundo conforme a tradição do povo Kubeo, aspecto que deu origem à transmissão da sabedoria dos antigos e da cultura como é conhecida hoje e, sob a responsabilidade de pajés, chegam até nossos dias.

O resultado esperado a partir da oferta da história de Kubai, de forma bilíngue, poderá permitir um novo significado às formas que os leitores podem ter acesso à literatura. Garantir o direito à leitura e o direito à preservação das culturas de povos originários do Brasil é algo que se adequa bem a todos os públicos.

A literatura dos povos indígenas e a perspectiva da revitalização das línguas indígenas na concepção da interculturalidade desta pesquisa são importantes para o acesso à história indígena infantil. Tal iniciativa abre caminhos possíveis para um intercâmbio cultural que envolve diferentes modos de comunicar. Através da história *Kubai, o Encantado* oferecida em CAA, é possível, ainda, que crianças, indígenas ou não, possam aproximar-se dessa cultura milenar. Outro aspecto a ser destacado refere-se à importância de as crianças indígenas terem contacto com um livro cuja história faz parte da sua cultura, dos seus mitos e das suas tradições, o que lhes dá visibilidade e reconhece o seu valor e importância. Até pouco tempo atrás, as crianças indígenas não se viam na literatura infantil, inclusive nas escolas, que, historicamente, baniram a cultura dos povos originários do discurso oficial.

A etapa de aplicação, ou de apresentação do livro às crianças, ainda não aconteceu em função do afastamento social devido à COVID-19. Assim que as escolas retornem o ensino presencial, haverá a oportunidade de oferecer o livro a crianças que falam português assim como a crianças que usam o guarani.

Como resultado da pesquisa, foi produzido um livro: *Kubai, o Encantado*. O resultado esperado a partir da oferta da história de Kubai, em formato bilíngue, está relacionado com o processo de redefinir a forma como os leitores podem ter acesso à literatura. Ao passo que garantir o direito à leitura e o direito à preservação das culturas de povos originários do Brasil consequentemente, é algo que beneficiará a todos os públicos.

Referências bibliográficas

- Baniwa, G. (2019). *Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos*. Rio de Janeiro: Mórula, Laced.
- Bateson, G. (2001). *Verso un'ecologia della mente*. Adelphi Edizioni.

- Caldin, R. (2006). *Con occhi nuovi: Disabilità visiva tra rischi e incertezze*. In Caldin, R., *Percorsi educativi nella disabilità visiva: Identità, famiglia e integrazione scolastica e sociale* (pp. 17–43). Erickson.
- Caldin, R. (2007). Lo sguardo atteso: Genitori, figli con deficit visivo e intervento formativo. In Canevaro, A (Org.), *L'integrazione scolastica degli alunni con disabilità: Trent'anni di inclusione nella scuola italiana* (pp. 103–119). Erickson.
- Claudet, P. (2011). *Quando i libri si leggono anche con le dita: intervista a Philippe Claudet*. Di.To Disabilità Torino. <https://dito.areato.org/interviste-e-ricerche/interviste/quando-i-libri-si-leggono-anche-con-le-dita-intervista-a-philippe-claudet/>
- Correa, F. (1997). *Los Kuwaiwa: Creadores del universo, la sociedad y lla cultura*. Quito: Ediciones Abya-Yala.
- Freitas et al. (2020). *Livros ilustrados táteis: acesso à literatura para crianças com deficiência visual em fase de letramento*. Revista electrónica de investigación y docencia, 37(7), pp. 115–129.
- Freitas, C.; Ramos, R. C. R.; Freitas, S. W.; Tezzari, M. L.; Pinheiro, I. W.; Santos, I. B.; Oppermann, G. L. (2020). *Literatura infantil indígena: Kubai o encantado. Livro de Resumos da VI Conferência Internacional para a Inclusão — 2020* (pp. 340–346). Leiria: Intituto Politécnico de Leiria.
- Guará, R. W. (2020). *Caminho do Porto* In: DORRICO, J; DANNER, L. F; DANNER, F. (Orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020
- Gonçalves, S. A. (2007.) *Aspecto no Kaingang / Solange Aparecida*.
- Gonçalves, C. (2007) Campinas, SP: [s.n.], Orientador: Wilmar da Rocha D'Angelis. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. pp. 119–128. Disponível em: <https://www.editorafi.org/765indigena>.
- Hakity, T. (2018). *Literatura indígena — a voz da ancestralidade*. In: DORRICO, J; DANNER, L. F; DANNER, F. (Orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção* [recurso eletrônico] / Julie Dorrigo; Leno Francisco Danner; Heloisa Helena Siqueira Correia; Fernando Danner (Orgs.) — Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. Disponível em: <https://www.editorafi.org/438indigena>.
- Jekupé, O. (2018). *Literatura Nativa* In: DORRICO, J; DANNER, L. F; DANNER, F. (Orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. pp. 37–38.

- Kaigang, F. (2017). *Culturas indígenas*. Produção: Itaú Cultural. Gravação de Mekukradjá — Círculo de Saberes: Língua, Terra e Território. São Paulo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=a66oSL8bsTU&t=2s&ab_channel=Ita%C3%BA Cultural
- Kambeba, M. (2018). *Literatura indígena: da oralidade à memória escrita*. In dorrico et al (Eds), *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea* (pp. 39–44). Editora Fi.
- Martins, A. Bez, M (2013). *Scala: Tecnologia Assistiva de Comunicação Alternativa*. Seminário de Games e Tecnologia. (pp. 1–17)
- Martins, A. Bez, M. (2010). *Literatura infantil/juvenil e diversidade: a produção literária atual*. In Rangel, E.G.O.N & Rojo, R (Org.), *Coleção explorando o ensino: Língua Portuguesa* (pp. 141–170). Ministério da Educação.
- Martins, A. A. e Gomes, N. L. (2010). *Literatura infantil/juvenil e diversidade: a produção literária atual*. In Rangel, E.G.O.N & Rojo, R (Org.), *Coleção explorando o ensino: Língua Portuguesa* (pp. 141–170). Ministério da Educação.
- Munduruku, D. (2014). *Coisas de índio: versão infantil*. (3 ed.). Callis.
- Munduruku, D. (2016). *Memórias de índio: uma quase autobiografia*. Porto Alegre: Edelbra.
- Munduruku, D. (2011). *Histórias que eu li e gosto de contar*. Callis.
- Munduruku, D. (2019). *Coisas de índio: versão infantil*. 3. ed. São Paulo: Callis.
- Passerino; Bez, 2013. *SCALA: Tecnologia Assistiva de Comunicação Alternativa*. GamePad, v. 1, p. 1-16.
- Polato, E. (2010). *Per immaginare, la mente ha bisogno di immagini. L'importanza dei libri illustrati tattilmente come mediatori per l'alfabetizzazione e la relazione nei bambini in età prescolare — Contributo in occasione della manifestazione Libri che prendono forma* (Roma, 17 marzo 2010, MiBAC — FNIPC).
- Polato, E. (2013). *La lettura di un TIB (Tactile Illustrated Book) come contesto per l'espressione di domande da parte dei bambini con deficit visivo: Una ricerca esplorativa* Università degli Studi di Padova. http://paduaresearch.cab.unipd.it/6204/1/Polato_Enrica_tesi.pdf.
- Potiguara, E. (2004). *Metade cara, metade máscara*. São Paulo: Global.
- Rosa, F; M. (2018). *A literatura nativa e suas linhas de fuga*. Tekoa.
- Souza, E. R. (2018). *Literatura indígena e direitos autorais*. In: DORRICO, J; DANNER, L. F; DANNER, F. (Orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre: Editora Fi, pp. 37–38. Disponível em: <https://www.editorafi.org/438indigena>.

DESIGN PARTICIPATIVO COM MIGRANTES E DOCENTES DA LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Javier Díaz Uzcategui

Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Brasil. franciscou@alunos.utfpr.edu.br

Bernardo Alves Villarinho Lima

Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Brasil. berlim@alunos.utfpr.edu.br

Nayara Stelmach de Melo

Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Brasil. nayaramelo@alunos.utfpr.edu.br

Leander Cordeiro de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Brasil. leanderdeoliveira@gmail.com

Marília Abrahão Amaral

Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Brasil. mariliaa@utfpr.edu.br

Leonelo Dell Anhol Almeida

Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Brasil. leoneloalmeida@utfpr.edu.br

Resumo: Este artigo propõe uma abordagem participativa para a cocriação de um repositório de materiais didáticos abertos destinados ao ensino e à aprendi-

zagem da Língua Portuguesa. A participação no projeto é guiada pela perspectiva da migração, procurando construir artefactos computacionais para o acolhimento humanitário de migrantes no Brasil, incluindo a sua reestruturação económica e social. O artigo descreve: a perspectiva da migração no Brasil; a construção de uma agenda de pesquisa sobre participação, inclusão e não-determinismo tecnológico informada pelos estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade; e a descrição e relatório de duas oficinas participativas realizadas para a articulação e co-projeto do sistema de repositório. A análise dos resultados das oficinas propicia a construção de protótipos que têm em consideração as visões criativas e projetuais de diversos grupos, incluindo docentes da Língua Portuguesa para falantes de outras línguas, discentes migrantes de diversas partes do mundo, e da nossa equipa de pesquisa.

Palavras-chave: migração; ensino-aprendizagem do português; inclusão; design participativo.

Abstract: This paper proposes a participatory approach for the co-design of an open repository for open educational resources designed for the learning of Portuguese. Participation in the project is guided by the perspective of migration, seeking to build computational artifacts for the humanitarian reception of migrants in Brazil, including their economic and social restructuring of migrants. The article describes: an overview of migration in Brazil; the construction of a research agenda on participation, inclusion, and non-determinism of technology informed by Science Technology and Society Studies; and the description and report of two participatory practices carried out for articulating and collaboratively designing the repository system. The analysis of practice results enable the construction of prototypes which account for the creative and design visions of diverse groups, including Portuguese language teachers, migrant students, and our research team.

Keywords: migration; teaching and learning portuguese; inclusion; participatory design.

Introdução

O fluxo migratório para o Brasil no século XXI é constituído, maioritariamente, por pessoas do hemisfério sul, com migrantes originários da Bolívia, Paraguai, Peru, Colômbia e Argentina, bem como pessoas de Cuba, Senegal, Angola, Congo, entre outros (Cavalcanti *et al.*, 2019). A diversificação de procedências de pessoas que, por diferentes circunstâncias, migram para o país é evidenciada, por exemplo, pelo crescente número de pedidos de asilo de cidadãos da Síria, China, Índia e Bangladesh (Bataglia *et al.*, 2020). Segundo dados da Organização das Nações Unidas, até 2019 o Brasil registou cerca de 807 mil imigrantes internacionais, sendo equivalente a 0,4 % da população total do país (ONU, 2019). De 1990 a 2010, o universo de migrantes internacionais manteve-se por volta das 100 mil pessoas; no entanto, nos últimos anos, há dois movimentos migratórios muito importantes: (1) após o terremoto que atingiu o Haiti em 2010, o Brasil foi o principal destino dos haitianos; e (2) devido à grave situação sociopolítica e económica da Venezuela, desde o ano de 2016, centenas de pessoas cruzam diariamente a fronteira terrestre pelo Estado de Roraima. Isso gerou, entre 2010 e 2018, uma ascensão no número de migrantes, na maioria oriundos da Venezuela, Haiti, Colômbia, Bolívia e Uruguai, chegando, segundo o Governo Federal, a um total de 774,2 mil pessoas (Ministério da Justiça, 2019). Embora os fluxos migratórios tenham causas diferentes, são semelhantes em relação aos desdobramentos que produzem em diferentes estágios da realidade brasileira e, especialmente, à emergência e à necessidade de atendimento humanitário que é necessário construir a partir de uma conceção inclusiva.

Considerando esta perspetiva da migração, universidades federais do Brasil propuseram iniciativas na área de Educação, com o objetivo de proporcionar um acolhimento humanitário para estes migrantes portadores(as) de visto humanitário. O contexto deste artigo trata de ações dos projetos Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), que têm como premissa a constituição do processo de ensino-aprendizagem como uma das mediações indispensáveis para o contexto de «(re)construção

identitária e reestruturação económica e social» (Gabriel *et al.*, 2020). Nestes projetos, a dinâmica das aulas de ensino de português para migrantes requer a construção contínua de materiais destinados às pessoas que estão a aprender, pois os materiais devem abordar tópicos do quotidiano dos aprendizes. A necessidade de partilhar os materiais criados pelo PBMIH e PFOL com outras iniciativas semelhantes pelo Brasil, e a demanda da criação de uma plataforma para que aprendizes de português possam desenvolver os seus estudos sem mediação docente, motivaram o desenvolvimento de um Repositório Educacional Aberto para o ensino de português para migrantes. Para tal, os projetos PBMIH e PFOL estabeleceram uma parceria com o PPGTE a fim de desenvolverem, de maneira inclusiva e participativa, tal Repositório, considerando os valores de preceitos humanitários.

Este texto relata o andamento de uma abordagem participativa (Simonsen & Robertson, 2012) para a construção inclusiva (Mantoan, 2004), não determinista e não neutra (Winner, 1986; Feenberg, 2010) de um repositório que tem a finalidade de ampliar o acesso ao conhecimento compartilhado. O texto está organizado da seguinte forma: a primeira secção apresenta os caminhos para uma abordagem participativa, inclusiva, não determinista e não neutra neste projeto; e a segunda secção expõe as escolhas metodológicas realizadas no planeamento das oficinas de Design Participativo e apresenta os resultados das oficinas, discutindo em profundidade uma categoria de análise que emergiu das oficinas com questões sobre o acesso do repositório noutras línguas, dado o contexto cultural e multiterritorial dos participantes.

Caminhos para uma abordagem participativa, inclusiva, não determinista e não neutra

A abordagem construída neste projeto tem como princípio a participação democrática das partes interessadas, promovendo a inclusão de docentes, pesquisadores, migrantes, tutores, entre outras pessoas, no processo de construção e de tomada de decisão. Para isso adota-se o referencial do Design Participativo (a seguir DP), que é oriundo de um movimento político pelos direitos dos trabalhadores nos países da Escandinávia, e que teve início entre

as décadas de 1970 e 1980. A abordagem possui como objetivo realizar mudanças sociais, culturais e políticas, através do projeto de artefactos e tecnologias, com as pessoas que mais seriam afetadas por essas mudanças (Ehn & Kyng, 1987) e de forma a promover a fala e a atuação democrática durante os processos de projeto de tecnologia, que historicamente excluem as ideias criativas de usuários e outras partes interessadas além de projetistas (Sundblad, 2011). Neste sentido, em tradução livre, «os praticantes do design participativo compartilham um compromisso com as visões de mundo que reconhecem as pessoas como participantes ativos na formação do mundo ao seu redor» (Simonsen; Robertson, 2012, p. 65). Sendo o DP uma união de duas práticas, aqui entendemos primeiramente o design da mesma forma, uma ciência construída com base nas necessidades da nossa sociedade e que «sempre esteve ligado à tecnologia do seu tempo, dependendo dela para poder desenvolver a sua linguagem» (Royo, 2008, p. 13). Já em relação à participação, ela se dá como uma visão de que os processos de construção de qualquer conjunto tecnológico possa ter participação ativa das pessoas que são afetadas ou se interessam por ele tornando-se, nesse caso, uma abordagem de pesquisa-ação e co-projeto, que promove a construção de espaços de autonomia para a escolha tecnológica das comunidades parceiras sobre os rumos do projeto e sobre quais as escolhas mais adequadas para abordar os problemas em questão.

Nesta abordagem emprega-se oficinas participativas como espaços de fala e atuação que, além do propósito da co-construção do repositório, atuam principalmente na promoção de um relacionamento horizontal envolvendo as partes interessadas, como docentes que ensinam português para migrantes, estudantes migrantes e a nossa equipa de pesquisa. As oficinas também propiciam momentos de diálogo sobre as vivências das várias comunidades envolvidas. A partir do reconhecimento e da exploração desses espaços é possível projetar em conjunto, propiciando condições para o empoderamento e a escolha tecnológica consciente sobre situações vividas por essas pessoas.

Até o momento foram realizadas duas oficinas participativas em conjunto com as equipas dos projetos de ensino da Língua Portuguesa para migrantes. A primeira foi realizada em novembro de 2019 e a segunda em agosto de 2020. Na primeira, estiveram envolvidos quatro docentes dos projetos PBMIIH e PFOL e um estudante migrante há três anos no Brasil; na

segunda participaram cinco docentes dos projetos (sendo um deles migrante) e quatro estudantes migrantes. A segunda oficina participativa foi realizada por videoconferência devido à situação de isolamento social provocada pela pandemia do Coronavírus (COVID-19), sendo mais um desafio à construção de espaço de atuação democrática e inclusiva (Mantoan, 2004) de forma distribuída (Beynon & Chan, 2006; Danielsson *et al.*, 2008). A equipa de pesquisa foi facilitadora da abordagem participativa e é composta por três docentes, dois doutorandos, uma mestranda e três estudantes de graduação.

Nestes dois momentos, de maneira transversal às questões de inclusão e participação, houve a preocupação de considerar os valores culturais, sociais e económicos dos participantes e da possibilidade de uma construção democrática da tecnologia, corroborando com os conceitos de não neutralidade da tecnologia e não determinismo tecnológico defendidos por Winner (1986) e Feenberg (2010).

Langdon Winner (1986) argumenta a importância de compreender a tecnologia a partir da sua relação direta com os meios, tanto nos processos de conceção, como nas utilizações e apropriações decorrentes. Ela passa a ser compreendida como um artefacto que, entre a sociedade e a cultura, se desenha e redesenha mutuamente com estas esferas. Revela-se, assim, os aspectos políticos inerentes à tecnologia. Para Andrew Feenberg (2010) a construção democrática da tecnologia pressupõe a negação do fatalismo tecnológico, em que o desenvolvimento da tecnologia molda a sociedade. Essa construção abre a possibilidade de escolhas com controles mais participativos e democráticos, considerando contextos em que as tecnologias serão apropriadas. Pensar no processo de criação de um repositório também apresenta esta relação diretamente política, social e cultural, e é desta conceção que parte a abordagem apresentada neste artigo.

Co-projeto e co-construção valorizam as interações entre as partes interessadas de forma a compartilhar as suas expectativas, anseios, necessidades e problemáticas relacionadas com o projeto, definindo metas a serem alcançadas através do diálogo e da discussão. O repositório poderá ser, desta forma, compreendido num caminho de apropriação desde as suas concepções iniciais até aos seus usos futuros. Através do co-design de novas tecnologias com pessoas que são mais afetadas por eles, a abordagem procura ser não determinista, não neutra e inclusiva, de forma a relacionar os referenciais

apresentados por Winner (1986), Mantoan (2004) e Feenberg (2010), com o projeto de artefactos, procurando a construção conjunta e resultados que promovam princípios democráticos e participativos. A abordagem de projeto do repositório através da co-construção procura reforçar as perspetivas da inclusão, da participação democrática e de uma visão crítica da tecnologia.

Vale salientar que dado o carácter de diálogo da abordagem, os registos foram realizados em forma de notas de campo e foram a base para os relatos aqui apresentados. Em termos de passos metodológicos pode-se apresentar, para as duas oficinas participativas, as seguintes etapas: 1) preparação da oficina (adaptação das técnicas do Design Participativo e do ambiente inclusivo para tais oficinas); 2) envio do convite e do termo de consentimento livre e esclarecido para as pessoas participantes (envio realizado por e-mail e mediado pelas duas docentes dos projetos PBMIH e PFOL); 3) realização da oficina participativa; 4) análise dos dados obtidos segundo a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011) com as etapas de pré-análise, codificação, categorização, interpretação; 5) partilha dos resultados com as pessoas participantes.

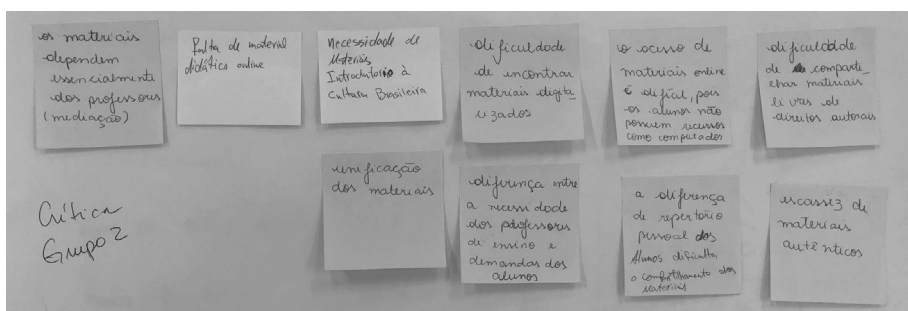
Oficinas participativas envolvendo partes interessadas

Práticas participativas são compreendidas como procedimentos metodológicos para o co-projeto de tecnologias, servindo como um espaço para o diálogo sobre as realidades das pessoas participantes e para a informação sobre o desenvolvimento tecnológico, envolvendo também a tomada de decisão sobre situações-problema relevantes ao quotidiano das comunidades parceiras (Muller *et al.*, 1997). Nesta pesquisa chamamos oficinas participativas às instâncias de práticas participativas. Muller *et al.* (1997) apresentam uma compilação de práticas participativas para o desenvolvimento de *software*. A partir dessa compilação foi realizada a seleção das práticas que seriam apropriadas e adaptadas às oficinas participativas. As duas oficinas participativas já realizadas foram:

Oficina do Futuro (realizada em novembro de 2019): baseada na técnica de *workshop* apresentada por Greenbaum e Madsen (1993). A oficina envolveu a criação de um espaço de participação democrática para discussão

das necessidades atuais dos projetos PBMIH e PFOL, e de como a tecnologia pode propiciar condições para o acesso dos participantes suprir essas necessidades. Os objetivos da prática foram: a) Aproximar a comunicação entre as partes interessadas através da construção de um espaço inclusivo e democrático de fala e atuação; b) Compartilhar relatos sobre os materiais criados e suas possibilidades de apropriação às aulas, incluindo as necessidades e visões de um possível repositório desses materiais; c) Formular um plano de implementação desse repositório, assim como as etapas subsequentes do desenvolvimento, empregando a técnica de prototipação. A Oficina envolveu três etapas de discussão sobre como seria possível construir um repositório que atendesse às necessidades das pessoas envolvidas na prática. A etapa de crítica envolveu três subgrupos constituídos, no máximo, por quatro pessoas que discutiram de que forma os materiais para as aulas são atualmente compartilhados entre docentes e discentes, e que questões dificultam essa partilha. A Figura 1 apresenta um dos resultados da etapa de crítica, realizada por um subgrupo (denominado Subgrupo 2) que incluía uma professora do PFOL, um migrante (ex-aluno do PBMIH e atualmente professor) e um estudante membro da equipe de pesquisa. A crítica reúne uma enumeração de todos os problemas que foram discutidos na oficina por este subgrupo, mas também apresenta algumas esperanças e expectativas dos co-projetistas em relação ao sistema de repositório.

Figura 1. Exemplo de resultado da fase de crítica



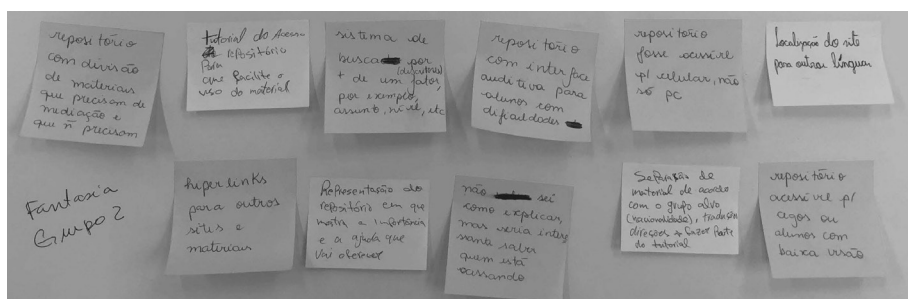
Fonte: Autoria própria. Recolhida *in situ* durante a oficina.

Descrição da Imagem: A imagem apresenta o resultado do Subgrupo 2, para a fase de crítica. São apresentadas 10 questões-problema organizadas em notas autoade-

sivas de cor amarela e alaranjada, com escrita em tinta preta, cada uma contendo uma questão diferente. As questões são: «os materiais dependem essencialmente dos professores»; «a partilha de material didático *online*»; «necessidade de materiais introdutórios à cultura brasileira»; «dificuldade de encontrar materiais digitalizados»; «o acesso de materiais é difícil, pois os alunos não possuem recursos como computador»; «dificuldade de partilhar materiais livres de direitos autorais»; «unificação dos materiais»; «a diferença entre as necessidades dos professores de ensino e demandas dos alunos»; «diferença de repertório pessoal dos alunos dificulta o compartilhamento dos materiais»; «escassez de materiais autênticos». Para o propósito de organização, as notas adesivas estão coladas numa folha de papel onde está escrito *Crítica Grupo 2*.

Enumerados os problemas, cada subgrupo construiu um cenário de fantasia em que podem co-construir uma solução ideal e irrestrita. A Figura 2 apresenta um exemplo de resultado da etapa de fantasia, também do Subgrupo 2, apresentando um cenário de futuro fantástico em que todos os problemas apresentados anteriormente no resultado da fase de crítica são mitigados ou resolvidos; e em que as expectativas e perspectivas para um cenário considerado melhor pelo subgrupo são realidade.

Figura 2. Exemplo de resultado da fase de fantasia



Fonte: Autoria própria. Recolhida *in situ* durante a oficina.

Descrição da Imagem: A imagem apresenta o resultado do Subgrupo 2 para um cenário de fantasia. A fantasia do Grupo 2 é apresentada em 11 notas amarelas e alaranjadas em tinta preta, cada uma expressando uma ideia de como um artefacto ideal precisa de ser e de se comportar para auxiliar nos problemas elencados na

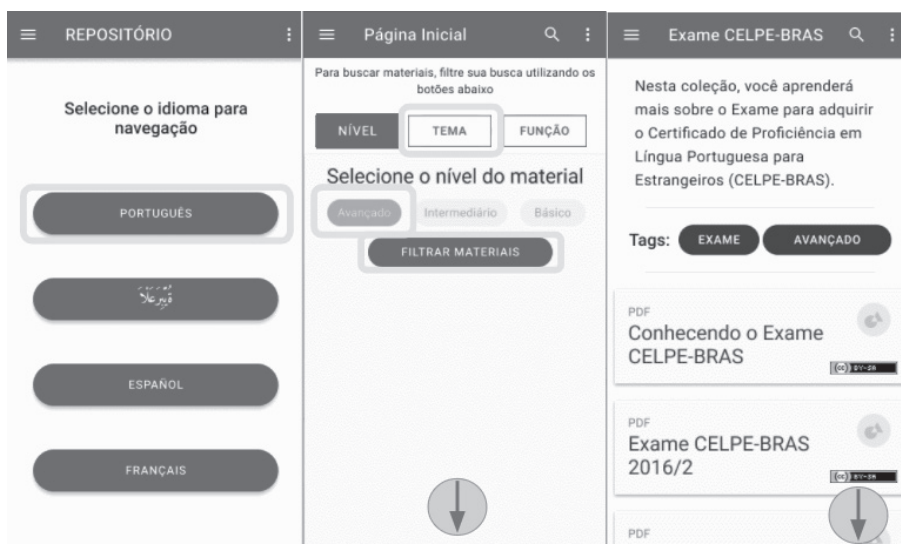
crítica. As ideias apresentadas são: «repositório com divisão de materiais que precisam de mediação e que não precisam»; «tutorial de acesso ao repositório para que facilite o uso do material»; «sistema de busca (por descritores) com mais de um factor, por exemplo assunto, nível, etc.»; «repositório com *interface* auditiva para alunos com dificuldades»; «repositório acessível para celular (telemóvel), não só PC»; «localização do *site* para outras línguas»; «*hiperlinks* para outros *sites* e materiais»; «representação do repositório em que mostra a importância e a ajuda que vai oferecer»; «não sei como explicar, mas seria interessante saber quem está acessando»; «separação de material de acordo com o grupo alvo (nacionalidade), traduções e direções + fazer parte do tutorial»; «repositório acessível para cegos ou alunos com baixa visão». Para o propósito de organização, as notas adesivas estão coladas numa folha de papel onde está escrito *Fantasia Grupo 2*.

A última etapa da Oficina do Futuro foi a da implementação, iniciada com a socialização entre os subgrupos das fantasias criadas anteriormente, pois como não havia prescrição na forma que as fantasias e críticas poderiam ser realizadas, havia a possibilidade de as fantasias apresentadas serem abstratas e de difícil análise sem a mediação dos participantes do subgrupo que co-construiu o material. Por fim, foi realizada uma discussão entre todas as pessoas envolvidas na oficina sobre as possibilidades de tornar realidade cada um dos cenários.

Após a análise, considerando Bardin (2011), o resultado da oficina foi a definição conceitual do repositório (aspectos sobre idiomas e culturas, navegação, mecanismos de pesquisa de materiais, agrupamento dos materiais em torno de temas do quotidiano, entre outros). A partir disso, foi construído um protótipo de baixa fidelidade do repositório. Com a Oficina do Futuro, foi possível: a) Promover o engajamento do grupo de participantes através do esclarecimento sobre a abordagem proposta; b) Idealizar o repositório através do compartilhamento das questões-problema relacionadas com a partilha de materiais didáticos sobre Português para migrantes, que envolvem aspectos sociais (inclusão e exclusão, seja por questões de língua ou identidades culturais), económicos (moradia e renda), de acesso à educação, de acesso à tecnologia computacional (priorizar o acesso através de telefones móveis, com os materiais disponíveis em diversas medias, incluindo aqueles que demandam baixa transferência de dados), entre outros; c) Apresentar a

oficina participativa como uma alternativa para a produção democrática de tecnologia. Neste sentido, as participantes foram convidadas a contribuir para a implementação do repositório, através da participação nas tomadas de decisão ou do design do repositório.

Figura 3. Exemplos de ecrãs do protótipo de baixa fidelidade construído a partir da Oficina do Futuro, utilizado como assunto da segunda oficina participativa do projeto



Fonte: Autoria própria. Captura de ecrã.

Descrição da Imagem: A imagem apresenta três capturas de ecrã da primeira versão do protótipo de baixa fidelidade. Os três têm cabeçalhos e botões roxos com fonte branca, e outros conteúdos apresentam-se em fonte preta com fundo branco. o primeiro ecrã exhibe um cabeçalho onde está escrito «REPOSITÓRIO»; no corpo do ecrã está o texto explicativo: «Selecione o idioma para navegação», e quatro botões com idiomas, sendo possível escolher «Português», «Árabe» (que está escrito ao contrário no botão devido a um problema na configuração da fonte árabe), «Espanhol» e «Francês». No cabeçalho do segundo ecrã está escrito «Página Inicial», no corpo estão três divisões: uma que mostra o texto explicativo «Para buscar materiais, filtre sua busca utilizando os botões abaixo»; outra com os

botões «Nível», «Tema», e «Função»; e a última divisão apresenta o texto explicativo «Selecione o nível do material» e os botões «Avançado», «Intermediário», «Básico» e «Filtrar materiais». Também apresenta um botão de voltar para o ecrã anterior. No terceiro ecrã está escrito no cabeçalho «Exame CELPE-BRAS» e na parte central há três divisões: 1) «Nesta coleção você aprenderá mais sobre o Exame para adquirir o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-BRAS)»; 2) «Tags:» e os descritores «Exame» e «Avançado»; 3) dois arquivos em PDF («Conhecendo o Exame CELPE-BRAS», «Exame CELPE-BRAS 2016/2») com indicação de ícones das respectivas licenças. Neste ecrã há um botão de rolagem para a visualização da lista completa de arquivos.

A Figura 3 apresenta os ecrãs de *seleção de idioma, filtragem dos materiais e visualização de uma coleção de materiais* no protótipo, ecrãs que foram construídos a partir dos resultados obtidos com a análise das discussões realizadas durante a etapa de implementação da Oficina do Futuro. o primeiro ecrã apresenta a seleção do idioma para navegação, sendo que os botões de seleção de idioma estão escritos nas línguas que eles representam respetivamente. O segundo ecrã apresenta uma visão da filtragem de materiais pelo múltiplos descritores (oriundos da primeira oficina participativa) que são: nível de proficiência na Língua Portuguesa — básico, intermediário e avançado — tema — descritor para possibilidades dos conteúdos do material, por exemplo *Trabalho, Brasil, Exame* — e função — descritor que agrega os aspectos gramaticais e as funções comunicativas abordados por cada material. o terceiro ecrã apresenta uma vista de uma coleção de materiais sobre um dos conteúdos do ensino da língua portuguesa para migrantes no Brasil. A coleção do exemplo é sobre o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa (CELPE-BRAS), indexada por duas *tags* («» e «avançado»), seguida pela relação dos arquivos que a compõem.

Os ecrãs apresentam pautas que foram consideradas essenciais num consenso dos três subgrupos da Oficina do Futuro. Desta forma as fantasias por eles elencadas serviram de base para a construção de um protótipo de repositório. O protótipo foi projetado como uma simulação de uma aplicação para telemóvel, em concordância com as discussões da Oficina do Futuro, que favoreciam o uso dos repositórios idealizados em dispositivos móveis.

Storyboards para Prototipação e Percursos Pluralistas (realizada em agosto de 2020): a segunda oficina participativa articulou e adaptou as técnicas *Storyboard Prototyping* (Andriole, 1989; Madsen e Aiken 1992), *Cooperative Interactive Storyboard Prototyping* — CISP (Madsen; Aiken, 1992) e *Pluralistic Walkthrough* (Bias, 1994). Devido à pandemia de COVID-19, a prática foi mediada por uma ferramenta de videoconferência (Google Meet™). Os objetivos da oficina foram: a) Apresentar os desdobramentos a partir dos resultados da primeira oficina participativa; b) Avaliar cenários de uso do protótipo de repositório de acordo com o contexto dos participantes, seus valores, expectativas e necessidades; c) Dialogar sobre princípios de projeto de interação no contexto do repositório. A dinâmica centrou-se na avaliação do protótipo que tinha sido construído na Oficina do Futuro. Foi proposta a discussão de três casos de uso: (1) visão geral do sistema no ecrã inicial; (2) pesquisa de materiais por um sistema de descritores; (3) *download* de um material. Desta forma, foi iniciado o diálogo sobre a vivência discente a partir do artefacto.

Os resultados da segunda oficina, considerando também as etapas apresentadas por Bardin (2011) foram três versões do protótipo, cada uma com anotações de sugestões do seu subgrupo e um grupo focal realizado com todos os participantes após o encerramento de cada subgrupo para compartilhar impressões e conclusões da experiência participativa em *isolamento social*. Foram apontados problemas sobre a interação sob a perspectiva da apropriação da ferramenta por aprendizes elaboradas em conjunto pelas docentes e migrantes. Com essas versões foi possível, de maneira geral: a) Investigar quais as tecnologias que eles já utilizam e que facilitam o convívio aqui no Brasil (e quais acham que facilitariam) e em que situações eles pesquisam materiais no quotidiano; b) Discutir como este protótipo pode ser compreendido e apropriado em contextos reais das pessoas que participaram na prática; c) Estabelecer parcerias entre a equipa de pesquisa e os participantes da oficina para discutir e elaborar, para além do momento da oficina, ações relacionadas com a disponibilização do repositório em diversos idiomas, uso de cores e organização da informação em consideração às diferenças culturais.

Posteriormente, de maneira específica, realizamos transcrições dos diálogos que aconteceram em cada subgrupo, iniciamos o curso de estudo

visando uma compreensão sustentada das questões manifestadas em cada participação desta segunda oficina, através de um procedimento de análise de conteúdo. Seja de ênfase qualitativa ou quantitativa, Bardin (2011) oferece uma caracterização da análise de conteúdo como um instrumento de diagnóstico para sistematizar o contexto e o volume das informações e realizar inferências e interpretações sobre comportamentos de locutores e perspectivas dos seus enunciados. Neste sentido, começamos o processo de pré-análise, para o levantamento das respectivas *unidades de registo* e *unidades de contexto* (Bardin, 2011) que delimitam as etapas posteriores do processo. A pré-análise foi guiada pela pergunta de pesquisa: *Quais são os interesses de interação dos participantes em relação a um Repositório Educacional Aberto, considerando os elementos comunicacionais manifestados durante a oficina participativa?*

A pergunta de pesquisa utilizada na pré-análise visava a construção coletiva e pluralista do sistema de repositório. A abertura de um mundo fechado e prestigioso como o da tecnologia e seus desenvolvedores no DP (Sundblad, 2011), com o propósito de ir ao encontro das pessoas para o seu empoderamento democrático, pessoas que não necessariamente devem ter alfabetização tecnológica, mas sim as suas próprias destrezas pela experiência vivida, emerge da problematização reflexiva e crítica contra as formas de poder dominantes sobre a tecnologia. Essas problemáticas sobre os âmbitos tecnológicos e as suas dimensões deterministas, vinham –precisamente a ser discutidas noutras perspectivas críticas nas humanidades, como por exemplo o campo CTS (Winner, 1986, Cutcliffe, 2013). A perspectiva dos estudos CTS de que a ciência é imbuída de valores e realizada por atores sociais é considerada desde os princípios das primeiras agendas de DP, onde o design era considerado um campo de disputa político e, através da participação, é possível visualizar propostas democráticas e plurais (Simonsen; Robertson, 2012).

Durante a prática participativa, a discussão permitiu-nos estabelecer um primeiro conjunto de índices para as categorizações. Assim, consideramos, a partir de uma análise exploratória das transcrições, que os interesses de interação dos participantes poderiam ser diagnosticados em: (1) Ações sobre a vivência dos participantes na perspectiva da migração no Brasil; (2) Ações sobre a visão dos participantes sobre o protótipo; (3) Ações sobre a visão dos participantes sobre a prática participativa.

Para avançarmos para o próximo passo, alguns cuidados na realização do procedimento de análise de conteúdo da oficina de Design Participativo foram: rever aos pares e unificar análises realizadas por várias pessoas de formações diversas que compõem a equipa de pesquisa, levando em conta a pluralidade e heterogeneidade de cada subgrupo que participou na Oficina *Storyboards* para Prototipação e Percursos Pluralistas; E a definição das unidades de registo e de contexto que poderiam permitir a eliciação de requisitos para a próxima versão do sistema de repositório que possa ser útil para a comunidade parceira.

As unidades de registo foram sugeridas a partir da discussão sobre quais, de entre as unidades elaboradas durante a pré-análise, agrupavam as ações comunicativas na sua totalidade, de maneira a evitar sobreposições entre as unidades de registo. A elaboração das unidades de registo permitiu associar um conjunto de categorias que resultaram na delimitação: (1) *Acessibilidade Linguística*, que englobaria os grupos de estudantes migrantes atendidos até o momento pelo PBMH e o PFOL, e que se refere ao registo das ações comunicativas para as quais surgiram diversas sugestões, perguntas e observações (sobre as opções que o repositório poderia oferecer em diversos idiomas, dada a diversidade de contextos culturais e linguísticos dos participantes, contextos enfatizados pelos próprios nos diálogos dos diferentes subgrupos). Neste sentido, quando falamos de acessibilidade linguística nesta análise, referimo-nos a uma contextualização ampla e interdisciplinar que correlaciona os temas de internacionalização, localização, tradução, adaptação cultural e linguística (Sánchez, 2005, Esslink, 2004). Essa contextualização é muito importante para os processos de integração, ressignificação e integração das pessoas migrantes. Neste sentido, as línguas e culturas inseridas pela multiterritorialidade das pessoas participantes do projeto são: Português, Árabe, Espanhol, Inglês, Francês e o Crioulo; (2) *Navegação*, relacionada com as estratégias possíveis para selecionar, organizar e aceder aos conteúdos no repositório; (3) *Visualização*, que considera a apresentação das informações no artefacto e a sua compatibilidade com as necessidades dos vários grupos que compõem a comunidade parceira; (4) *Contexto de Uso e Acesso*, que compreende possibilidades no que diz respeito às formas de acesso, perfis de usuário, formato da ferramenta, entre outros pontos relacionados; e (5) *Processo Participativo*, que considera a

importância e o diferencial do Design Participativo na construção de um repositório aberto para o uso da comunidade parceira e de outros grupos.

O registo das ações relacionadas com o processo participativo possibilita o planeamento das próximas ações da equipa de pesquisa, fundamentando, por exemplo, discussões sobre os benefícios da realização de práticas em conjunto para as comunidades envolvidas. Depois da elaboração das unidades de registo e da sua revisão por toda a equipa de pesquisa, a etapa final do procedimento de análise consistiu na seleção das ações comunicativas referentes a cada unidade para a problemática situada nos interesses de interação dos participantes, como foi levantada na nossa pergunta-guia para o procedimento da análise. As ações comunicativas relacionadas com a unidade de registo Acessibilidade Linguística:

1. P1 (professora de Língua Portuguesa): «[...] eu acho *importante o crioulo haitiano*, porque é a língua materna do Haiti, né? Você só aprende francês se você for pra escola [...] se não tiver uma boa escolarização você não domina o francês, sua língua materna é o crioulo, não é o francês».

P2 (equipe de pesquisa): «Você acha que precisa de algum outro idioma ou algo assim? [...]»

P1: «Não, não, eu acho que esses são os grandes grupos, tipo português, árabe, espanhol, inglês e francês, porque tem muitos africanos que são de francófono, aí os haitianos decidirem se eles queriam francês ou crioulo haitiano, com qual eles ficariam, é importante devido às muitas comunidades africanas serem de base. Esses são os principais, a comunidade venezuelana, aí tem o espanhol, tem o francês, aí tem o inglês para os outros parâmetros de árabe [...]».

2. P3 (estudante migrante): «O que seria a segunda opção, é árabe?»

P4 (da equipe de pesquisa): «Sim, sim».

P3: «Mas não está escrito correto».

P5 (professora de Língua Portuguesa): «Antes, posso dar uma sugestão que pensei agora? Não sei se dá para fazer isso, mas colocar uma caixinha de sugestão para outras línguas [...] Não sei se dá para fazer isso direto, mas, talvez se tiver um grande número de uma mesma língua que não está presente talvez dê para pensar um pouco nisso no futuro».

3. P5: «Eu como professora gosto que esteja tudo em português... mas talvez fosse legal ter um tutorial de como usar ele nas línguas e deixar em português? É uma possibilidade».
- P6 (da equipe de pesquisa): «É, então precisa de gente pra fazer um tutorial pra todo mundo saber usar».
- P4: «Eu vou falar como migrante, acho que preciso talvez que... ele até em português seja melhor no sentido de estar mais perto da língua, certo, mas eu lembro que quando eu cheguei no ano passado eu precisava pelo menos de alguma informação em espanhol, sabe?»
- P6: «Entendo».
- P4: «Então, a ideia do tutorial acho muito boa P5. Não sei a P4, você acha que a ferramenta poderia ter um tutorial em árabe, por exemplo?»
- P5: «Sim».
4. P7 (equipe de pesquisa): «Eu fiquei pensando agora porque assim né, a ideia é que quando a pessoa entrar lá no menu ela vai selecionar a língua pelo menos pra aparecer essas funções né, daí claro que os materiais vão estar em português, então eu ia falar uma coisa mas agora acho que não faz sentido é porque pra quem não compartilha do mesmo alfabeto romano essa coisa de letras minúsculas, a formatação do “a” e de algumas vogais ela pode dificultar, mas como de verdade essas instruções vão estar na língua que o aluno selecionar então eu imagino que o aluno que selecione o português ele entende que ele vai conseguir entender as instruções de ali uso ali em português e se ele não conseguir ele vai clicar em espanhol, ou em árabe, ou em crioulo, né? [...]»

É possível perceber que existem diferentes dimensões relacionadas com as ações comunicativas registradas a partir da unidade de Acessibilidade Linguística. As falas do primeiro espectro (apresentadas nos itens 1 e 2 da lista) dão indícios para trabalhar sobre a necessidade de um processo de localização para diferentes idiomas, considerando a diversidade de nacionalidades que estão envolvidas nos projetos PBMH e PFOL. A questão da localização traz as diferentes dimensões culturais e sociais que estão na construção do idioma. As falas apresentadas demonstram a necessidade de

um cuidado em adequar a ferramenta às diferentes demandas que foram elencadas por professoras dos projetos, bem como à necessidade de inclusão futura de novos grupos linguísticos.

No espectro (2), a fala de P3 demonstra a necessidade de maiores adaptações, conforme a língua a ser trabalhada no processo de localização, como é o caso do árabe, por exemplo. A necessidade de espelhar na escrita e leitura é um cuidado importante que precisará de ser considerado no processo de desenvolvimento futuro da ferramenta e está alinhada com o processo de localização.

É possível perceber que estas questões perpassam também a metodologia de ensino de Língua Portuguesa no contexto dos projetos, sendo que foi discutida a necessidade de um processo de localização ou se a construção de tutoriais nos diferentes idiomas seria suficiente para propiciar a aprendizagem mediada pelo repositório. É possível perceber esta questão no espectro (3), com uma das professoras a destacar as suas preferências. Ainda assim, a intervenção de um dos estudantes migrantes que destaca a necessidade de ter, em alguns momentos, o seu idioma presente na ferramenta aponta que essa é uma questão complexa e que envolve diferentes perspectivas, dependendo do contexto de uso do repositório. Ainda nesse espectro da metodologia de trabalho dos projetos, em (3) é possível perceber indicações de P7 sobre a necessidade de uma outra adaptação na questão linguística, pois devido aos diferentes idiomas de origem dos migrantes, a escrita e leitura em caixa alta é um recurso didático utilizado por docentes para pessoas de grupos linguísticos cujo alfabeto não tem diferenciação de caixa.

Ao observar estas ações comunicativas, fruto da prática participativa, é possível perceber a importância de avaliar cenários de utilização da ferramenta em conjunto com a comunidade parceira, pois isso apresenta um diferencial na qualidade da localização da ferramenta desde o primeiro estágio da prototipação, fornecendo perspectivas de docentes da Língua Portuguesa sobre a sua metodologia e de migrantes sobre a sua cultura. Além disso, percebemos que a relação entre língua e cultura constitui o pano de fundo da *localização* que estaria relacionada com a *adaptação cultural*. Essa adaptação, em sentido amplo, visa o idioma não só no sentido gramatical, semântico e pragmático, mas também a cultura, em sentido de história, valores, conteúdos, perspectivas, estilos e experiências de vida, incidindo na

construção participativa feita na base do DP. Uma dinâmica de acessibilidade plural aos sistemas, ferramentas, processos e intercâmbios de informações nos modelos tecnológicos, envolvendo diretamente as pessoas migrantes.

A partir dessa prática, fica concretizado para o grupo que o artefacto resultante da Oficina do Futuro contribuiu para a construção de um espaço de fala e atuação para participantes intervirem na prototipação antes da implementação da ferramenta, para que o repositório seja alinhado às necessidades e realidades de cada vez mais pessoas que compõem a comunidade parceira. A nova etapa do desenvolvimento procura identificar caminhos para direcionar as ideias expostas pelas comunidades parceiras para uma nova versão que novamente será avaliada por essas comunidades. O sistema de repositório será lançado quando houver um consenso sobre suas condições de utilização e acesso, emergente do diálogo e intercâmbio democrático de ideias entre todos os participantes, na linha de ideias que propõe Mantoan (2004), da interseção e participação dos grupos envolvidos.

Nesse sentido, o DP neste projeto tem como questão de agenda que as pessoas relacionadas a um processo ou artefacto tecnológico, tenham a aptidão — além do direito — de decidir sobre o seu desenho, o seu funcionamento e a sua forma através das práticas de projeto (Joshi e Bratteteig, 2016), o que enfatiza o compromisso da equipa de pesquisa em construir de forma democrática, visando contextos inclusivos e de capacitação para as pessoas que possam não ter letramento digital e que necessitam usar essas tecnologias.

Considerações finais

Por fim, como desdobramento deu-se início à construção de um protótipo de alta fidelidade. Para tal, os próximos passos desta co-participação são a produção de versões de alta fidelidade do repositório e a realização de oficinas que envolvam mais migrantes e docentes. Em ambas as oficinas a inclusão deu-se, principalmente, pela propiciação de um espaço de co-construção entre os participantes, seja através dos relatos pessoais sobre cultura, idioma e processo migratório de cada participante ou pela experiência vivida no contexto brasileiro e sua relação com os projetos PBMiH

e PFOL. As próximas oficinas devem envolver o planejamento da interação das pessoas co-produtoras com o repositório, criando um ambiente favorável para a inclusão das pessoas da comunidade parceira não só no sentido de possibilitar a pesquisa e apropriação de materiais, mas também promovendo o exercício, por parte dessas pessoas, do controle democrático (Feenberg, 2010) sobre como essas tecnologias podem e devem ser utilizadas.

O processo de co-construção envolve uma constante reflexão e reconstrução de práticas e abordagens conforme vão sendo desveladas as necessidades do contexto. Pensar a tecnologia por vias participativas (Simonsen & Robertson, 2012), inclusivas (Mantoan, 2004), não deterministas e não neutras (Winner, 1986) (Feenberg, 2010), embora essencial, não é trivial, ainda mais num contexto relacionado com as migrações, acolhimento humanitário e tecnologias.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq (Código do Projeto: 40106120191; Código da Bolsa: #141847/2020-4) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001. Agradecemos ao PPGTE, ao PET-CoCE e a todas as pessoas envolvidas no PBMIH e no PFOL.

Referências bibliográficas

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bataglia, M. B., Camargo, M. S. R. de, Maschke, A., & Honório, A. B. V. B. (2020). *Refugiados e pandemia no Brasil: quais as ações nesse contexto?* Cadernos Eletrônicos Direito Internacional Sem Fronteiras, 2 (1), e20200110. <https://www.cadernoseletronicosdisf.com.br/cedisf/article/view/75>
- Beynon, M., & Chan, Z. E. (2006). *A conception of computing technology better suited to distributed participatory design*. In *NordiCHI Workshop on Distributed Participatory Design*, Oslo, Norway.

- Bias, R. G. (1994, June). *The pluralistic usability walkthrough: coordinated empathies*. In *Usability inspection methods* (pp. 63–76). John Wiley & Sons, Inc.
- Cavalcanti, L., Oliveira, T., Macêdo, M., & Pereda, L. (2019). *Resumo Executivo. Imigração e Refúgio no Brasil. A inserção do imigrante, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal*. Observatório das Migrações Internacionais, Ministério da Justiça e Segurança pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral, Brasília, OBMigra. <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>
- Danielsson, K., Naghsh, A. M., Gumm, D., & Warr, A. (2008). *Distributed participatory design*. In *CHI'08 extended abstracts on Human factors in computing systems* (pp. 3953-3956).
- Ehn, P., & Kyng, M. (1987). *The collective resource approach to systems design*. In *Computers and democracy* (pp. 17–58). Gower Publishing.
- Esselink, B. (2000). *A practical guide to localization* (Vol. 4). John Benjamins Publishing.
- Feenberg, A. (2010). *Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia*. Trad. Anthony T. Gonçalves. In: Neder, Ricardo T. (Org). *A Teoria Crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social da América Latina / CDS / UnB / CAPES. pp. 69–95.
- Gabriel, M; Albuquerque, J; Bordini, M., Lira, M., & Puchalski, V. (2020). *Migração e hospitalidade. Ações e reverberações na diluição de fronteiras. Ressonâncias*, 1 (1), pp. 8–17.
- Greenbaum, J., & Madsen, K. H. (1993). *Small changes: Starting a participatory design process by giving participants a voice* (pp. 289–298). Lawrence Erlbaum Associates: Hillsdale, New Jersey.
- Joshi, S. G., & Bratteteig, T. (2016). *Designing for prolonged mastery. On involving old people in participatory design*. *Scandinavian Journal of Information Systems*, 28 (1).
- Kelly, J. (2013). *Designing Artefacts that Enquire with Sensitivity*. In *Proceedings of IASDR2013, Tokyo*. <https://radar.gsa.ac.uk>
- Mantoan, M. T. E. (2004). O direito de ser, sendo diferente, na escola. *Revista CEJ*, 8(26), 36-44.
- Ministério da Justiça (22 de agosto de 2019). *O Brasil registra mais de 700 mil migrantes entre 2010 e 2018*. Ministério da Justiça e Segurança Pública. <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1566502830.29>

- Muller, M. J., Haslwanter, J. H., & Dayton, T. (1997). *Participatory practices in the software lifecycle*. In *Handbook of human-computer interaction* (pp. 255–297). North-Holland.
- Muller, M. J. (2003). *Participatory design: The third space in HCI*. In Jacko, J. A. & Sears, A. (Org.), *The Human-computer Interaction Handbook* (pp. 1051–1068). L. Erlbaum Associates Inc. <http://dl.acm.org/citation.cfm?id=772072.772138>
- Royo, J. P. (2008). *Design Digital — Col. Fundamentos do Design*. São Paulo: Edições Rosari.
- Sánchez, M. T. (2005). *Aspectos culturales en la localización de productos multimedia*. Revista de traducció (n.º 12 pp. 151–160), Barcelona: Quaderns, Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/QuadernsTraduccio/article/view/25480>.
- Schuler, D., & Namioka, A. (Eds.). (1993). *Participatory design: Principles and practices*. CRC Press.
- Simonsen, Jesper & Toni Robertson (2012). *Routledge International Handbook of Participatory Design* (Abingdon: Routledge, 06 ago 2012). Routledge Handbooks Online.
- Sundblad, Y. (2010). *UTOPIA: participatory design from Scandinavia to the world*. In *IFIP Conference on History of Nordic Computing* (pp. 176–186). Springer, Berlin, Heidelberg.
- United Nations (2019). *International Migrant Stock 2019: Country Profile*. Department of Economic and Social Affairs. <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/countryprofiles.asp>
- Winner, L. (1986). *Do Artifacts have Politics?* In *The Whale and the Reactor — A Search for Limits in an Age of High Technology*. Chicago: The University of Chicago Press. pp. 19–39.

OS CIDADÃOS QUEREM SER INFORMADOS: ESTUDO DE CASO SOBRE O PAPEL DO DESIGN NO ACESSO E USO DE DADOS ABERTOS DO GOVERNO

Maria Morais

Universidade do Minho

Alison Burrows

Universidade do Minho

Paula Trigueiros

Universidade do Minho

Resumo: Governos em todo o mundo têm vindo a disponibilizar, gradualmente, os seus dados não confidenciais em plataformas online, para facilitar o acesso público a essas informações. Porém, a maior parte das plataformas de Dados Aberto do Governo (DAG) não são tão inclusivas quanto se propõem pois, apesar da ênfase política no «envolvimento do cidadão», os seus verdadeiros usuários são profissionais técnicos. Este trabalho usa abordagens de Design Participativo e é feito em parceria com o poder público, para identificar modos de envolver o público na cocriação de valor e significado para os DAG, estabelecendo boas práticas para a promoção e uso desse material. Este artigo discute os resultados preliminares das duas primeiras fases, de três planeadas: entrevistas com integrantes das duas instituições públicas estudadas e o Mapa do Sistema dos dados de ambas. Essas ferramentas contribuem para perceber nuances dos serviços e os objetivos da instituição. Isto é importante para alinhar as expectativas do poder público e dos cidadãos sobre o projeto, aquando da realização de dinâmicas participativas

com a comunidade. A terceira fase da pesquisa, que ainda será desenvolvida, será guiada pelos princípios de Design Inclusivo, procurando contribuir para soluções apropriadas e desejáveis para um leque variado de pessoas.

Palavras-chave: Dados Abertos do Governo (DAG); Design Participativo; inclusão; mapa do ecossistema.

Abstract: Governments worldwide are gradually making their non-confidential data available online, to facilitate public access to that information. However, research shows that most Open Government Data (OGD) platforms are not as inclusive as they propose because, despite the political emphasis on “citizen involvement”, their real users are technical professionals. This study uses participatory design approaches and is conducted in partnership with public authorities, to identify ways of involving the public in the co-creation of value and meaning for OGD, in order to establish a best practice for the dissemination and use of such materials. This article discusses the preliminary results of the first two of three planned research phases: interviews with members of the two partner public institutions and the Ecosystem Map of the government data of both. These tools contribute to understanding the nuances of the services and the objectives of the institution. This is important to align both the government and citizens’ expectations of the project, when carrying out participatory design initiatives with the community. The third phase of the research, which is yet to be developed, will be guided by Inclusive Design principles, thus seeking to contribute to appropriate and desirable solutions for a wide range of people.

Keywords: Open Government Data; participatory design, inclusion; ecosystem map

Introdução

Os órgãos públicos estão entre os maiores criadores e coletores de dados em muitos domínios diferentes (K. Janssen, 2011). Na última década, de acordo com o relatório do *Open Data Barometer* (World Wide Web Foundation, 2018), governos em todo o mundo estão, aos poucos, a disponibilizar

os seus dados não pessoais e não confidenciais em plataformas online para facilitar o acesso público a essas informações. Eles são motivados principalmente por valores como maior transparência do governo, inovação, colaboração e participação dos cidadãos (Gascó-Hernández et al., 2018). Esse fenómeno é possível devido aos Dados Abertos do Governo (DAG), que segundo Jurisch et al. (2015) são os dados publicados, produzidos ou comissionados por um governo, disponibilizados gratuitamente para uso, reutilização e redistribuição por qualquer pessoa. Podemos citar como exemplo desta abertura o portal do *European Data Portal* e o Portal de Dados Abertos da Administração Pública Portuguesa.

Um dos objetivos centrais dos dados abertos é permitir que os cidadãos participem no processo de governação (Alatta, 2019), possibilitando gerar modelos de interação governo-cidadão, vistos comovantajosos sobre o modo tradicional de fornecimento de serviços pelo governo (Yildiz, 2007). Os DAG podem ajudar os cidadãos a monitorizar os gastos públicos, fiscalizar as ações dos órgãos institucionais, verificar informações fornecidas pelos media, mapear problemas e possíveis negócios, além de facilitar o esclarecimento de questões sociais complexas. É o caso da iniciativa promovida recentemente pela Casa do Brasil de Lisboa. Esta ONG lançou o projeto *Migra Myths*, que faz uso dos dados do governo português para desmistificar preconceitos sobre a imigração no território lusitano. O material analisado esclarece que os imigrantes representam apenas 5% da população atual do país, segundo dados fornecidos pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (*SEFSTAT — Portal de Estatística*, 2019), contrariando a impressão popular de que Portugal está a ser «invadido» por estrangeiros (Henriques, 2020). Ou seja, os dados, quando fornecidos de forma acessível, podem ajudar a esclarecer factos e a construir novas perceções baseadas na realidade e não em hipóteses ou em *fake news*, tornando-se uma fonte de conhecimento importante para uma sociedade mais esclarecida e consciente de seus direitos e deveres.

Entretanto, algumas pesquisas (Dawes et al., 2016; Safarov et al., 2017; Susha et al., 2015) mostram que o desenvolvimento de plataformas e repositórios para aceder a esse conjunto de informações não tem resultado em soluções tão inclusivas quanto se propõem. Apesar da ênfase política no envolvimento dito «do cidadão», os verdadeiros usuários de DAG geral-

mente não são «cidadãos comuns; são profissionais como analistas de dados tecnologicamente qualificados, ou desenvolvedores de aplicações que podem usar dados nos formatos técnicos em que se apresentam» (Dawes et al., 2016). Para Susha et al. (2015), o uso de dados abertos exige conhecimentos estatísticos avançados e competências técnicas avançadas, limitando o seu uso a determinados grupos, gerando uma tensão entre o fornecimento de conjuntos de dados abrangentes e a satisfação das necessidades dos usuários com níveis variados de conhecimento e competências técnicas. Além de exigir que os cidadãos possuam competências específicas, muitas vezes os dados oferecidos não são aqueles que parecem relevantes ou importantes para a maioria das pessoas — um fenómeno que Snow (2019) denomina como «barreira de relevância». Várias barreiras já foram identificadas na literatura (Cranefield et al., 2014; Gascó-Hernández et al., 2018; M. Janssen et al., 2012; Martin, 2014; Safarov et al., 2017; Snow, 2019) a fim de compreender melhor os motivos que dificultam tanto o fornecimento, como o acesso e a utilização dessas informações pelo público em geral.

A colaboração entre a sociedade civil e o governo é crucial para fazer com que os dados abertos funcionem para as pessoas (World Wide Web Foundation, 2018). Mas, de acordo com Janssen, Charalabidis, e Zuidervijk (2012), ainda nos primórdios das pesquisas com DAG sobre a importância de estudar o usuário como elemento fundamental para o sucesso dos dados abertos, a visão do usuário é largamente negligenciada pela literatura. Safarov et al. (2017) dizem que se sabe muito pouco sobre quais os cidadãos que usam DAG, mas o mais importante é que não se sabe o tipo de utilização em que estariam interessados. Isto é confirmado mais recentemente por Purwanto et al. (2020) que dizem quase não haver investigação sobre o envolvimento do cidadão com os DAG. Com isso podemos perceber que este campo ainda está pouco explorado. Nessa questão, as abordagens inclusivas e participativas do design podem acrescentar perspectivas relevantes sobre a temática, trazendo o usuário para o centro do processo de análise e de criação, de forma que a sua contribuição no processo seja, de facto, construtiva para a promoção e uso dos dados abertos.

Cada decisão de design tem o potencial de incluir ou excluir pessoas. O Design Participativo é uma força de mudança na criação e gerenciamento de ambientes para as pessoas (Sanoff 2011). Simonsen e Robertson (2013)

dizem que o Design Participativo dá prioridade à ação humana e aos direitos das pessoas de participarem na formação dos mundos em que atuam, ou seja, é importante que a atuação do cidadão seja de facto participativa e não apenas passiva no processo de construção de uma solução (Arnstein, 1969). Um dos valores que orientam estrategicamente o Projeto Participativo é a importância de fazer com que o conhecimento tácito dos participantes entre em jogo no processo de criação do design (Bjögvinsson, Ehn, e Hillgren 2012). Este conceito baseia-se no facto de que os membros da comunidade são especialistas nas suas situações particulares e podem ajudar a encontrar possíveis soluções. Ehn (2008) recomenda que o processo de cocriação deve soar familiar ao participante, transcendendo os limites da formalização, para que as suas competências sejam aproveitadas da melhor forma possível. Num sentido geral, o objetivo da participação do cidadão é envolvê-lo na solução de problemas, o que acrescenta legitimidade a uma decisão e a percepção de que ela foi justa, aberta e democrática (Sanoff, 2011). Nesse sentido os métodos de Design Participativo serão adequados para dar voz e incluir grupos distintos de usuários, que não estão a ser ouvidos pelos órgãos governamentais.

O pensamento estratégico, não apenas administrativo, mas sustentável em termos de «crescimento inteligente», defendido pela agenda económica e social da União Europeia (2011/833/UE, 2011) reforça a preocupação da divulgação de dados e informações governamentais pelos signatários, de uma forma ampla e preocupada com o desenvolvimento social, suportado por estatísticas e diversas questões sobre o desenvolvimento básico relativo à saúde, ambiente, criminalidade, dados económicos, entre outros. No entanto, tornar dados acessíveis não pode ser apenas entendido pela pura divulgação de informações em rede pública, não levando em consideração a sua formatação digital ou a sua relevância para sociedade. É fundamental estudar de que forma se pode quebrar com as práticas correntes de «empilhamento de dados», procurando antes torná-los mais compreensíveis e intuitivos, ao alcance dos diversos grupos de usuários que uma plataforma de dados poderá ter; nomeadamente porque usuários diferentes pertencem a comunidades diferentes, usam tecnologias diferentes e têm objetivos diferentes quando se trata de usar dados (Susha et al., 2015). A inclusão está, pois, no centro dos temas que queremos abordar e é também a principal motivação deste projeto de investigação.

Contexto

A pesquisa foi realizada com duas instituições públicas do município de Guimarães, no norte de Portugal: a Divisão de Sistemas Inteligentes e de Informação (DSII) da Câmara Municipal e o Laboratório da Paisagem. A DSII faz parte do Departamento de Administração Geral da Câmara e tem a função de dinamizar a adoção de tecnologias e processos inovadores no âmbito da gestão inteligente do território e da relação com os cidadãos. Já o Laboratório da Paisagem é uma associação privada sem fins lucrativos, resultante da parceria entre a Câmara Municipal de Guimarães e duas Universidades nortenhas, que se dedica ao desenvolvimento de projetos no âmbito da sustentabilidade ambiental. Devido à sua origem, com fortes referências académicas, a instituição funciona como um instrumento de suporte científico para ações que devem ser tomadas nas decisões políticas do concelho. Este posicionamento técnico da entidade confere aos dados por eles coletados um carácter diferenciado em relação a outros órgãos governamentais, pois os dados, quando recolhidos, já seguem um padrão para a coleta, armazenamento e gestão, amenizando algumas das barreiras recorrentes em instituições públicas para o fornecimento dos dados abertos do governo ao público (Conradie & Choenni, 2014; Cranefield *et al.*, 2014; Martin, 2014; Ruijer & Huff, 2016). Esse facto facilitou o foco e o direcionamento da pesquisa para entender quem são os potenciais usuários e que tipo de dados estarão interessados em utilizar. Para além da vocação científica, eles também têm um lado social e de interação com a sociedade civil, o que lhes confere um carácter de laboratório vivo que tem como missão promover o conhecimento e a inovação, a investigação e a divulgação científica, contribuindo para uma ação integrada e participada das políticas ambientais (Laboratório da Paisagem, 2014).

Este estudo foca apenas um dos projetos em que ambas as instituições intervêm, mais precisamente uma plataforma de dados abertos contendo alguns indicadores ambientais da cidade de Guimarães. Os dados que serão oferecidos na plataforma serão recolhidos em tempo real por sensores instalados em pontos estratégicos do município, sendo assim possível mensurar alguns parâmetros em tempo real e saber como está a qualidade ambiental da região.

Método

O objetivo geral da pesquisa é estudar o papel do design na promoção do acesso aos dados abertos do governo para criação de significados úteis para a sociedade. Este trabalho visa estudar, através de abordagens de Design Participativo e em parceria com o poder público, modos de envolver o cidadão na co-criação de valor e significado para os DAG, tendo em conta seus interesses e capacidades, a fim de criar uma base de referência para promoção e uso desse material. O estudo foca-se num conjunto específico de dados, uma vez que os dados públicos têm uma grande variedade de características que podem resultar em diferentes benefícios e barreiras (Janssen, Charalabidis, e Zuiderwijk, 2012). Essa abordagem contextual e direcional do estudo é reiterada pelo relatório do *Open Data Charter* (Davies, 2018) que recomenda fornecer pequenos conjuntos de dados, ao invés de os disponibilizar em grande quantidade, com o objetivo de gerar benefícios tangíveis para os cidadãos.

Além de identificar a necessidade de investigar a visão do cidadão em relação aos DAG, com a revisão de literatura também foi possível perceber que muitas vezes as instituições públicas não estão aptas para fornecer o material de forma estruturada (Conradie & Choenni, 2014; Martin, 2014; Meijer, 2015; Yildiz, 2007), pois os processos presentes nas organizações do sector público podem beneficiar ou impedir os dados de serem abertos (Conradie & Choenni, 2014). Logo, percebemos a importância de compreender, em primeiro lugar, em que condições se encontra a instituição que irá fornecer os dados para posteriormente investigar a relevância que determinado conjunto de dados poderá ter para os cidadãos. Com base nessa premissa, a investigação será composta por três fases (Figura 1).

Figura 1. Diagrama das fases da pesquisa

Fonte: Desenvolvido pelas autoras.

Descrição da Imagem: A imagem mostra as três fases sequenciais da pesquisa. A Fase 1 equivale às entrevistas com integrantes das duas instituições. A Fase 2 corresponde ao Mapeamento do Ecossistema para capturar as funções-chave que influenciam os serviços. E por fim, a Fase 3, de Design Participativo, visa envolver o cidadão para cocriar valor e significado para um conjunto específico de dados.

A primeira etapa corresponde às entrevistas, que procurou entender o contexto e os objetivos das entidades fornecedoras dos dados. A estrutura do conteúdo abordado foi concebida através de pesquisas em documentos oficiais, além de levar em consideração quatro tópicos relevantes da pesquisa: dados abertos do governo, participação pública, valores públicos e as barreiras existentes relativas aos três primeiros pontos.

A entrevista semiestruturada foi dividida em duas partes. A primeira procurou compreender a percepção dos funcionários sobre a relação da instituição com quatro tópicos relevantes da pesquisa. A segunda etapa foi direcionada para recolher informações conceituais sobre a plataforma que será desenvolvida como, por exemplo, quais os objetivos e valores pretendidos com a proposta, além de questões técnicas acerca dos dados fornecidos e as suas métricas.

No total foram entrevistadas seis pessoas das duas entidades, que foram divididas em dois grupos: o primeiro é composto por membros do corpo diretivo, com uma função mais política dentro da instituição e o segundo é formado pelos técnicos responsáveis pelos projetos e pela construção e implementação da plataforma.

Em seguida, com as informações recolhidas, foi desenhado um Mapa do Ecossistema que é uma ferramenta que auxilia a capturar todas as funções-chave que influenciam o usuário, a organização e o ambiente de serviço, com base na troca de valor que geram entre si (Giordano et al., 2018). Esse mapeamento ajudará a perceber as nuances dos serviços e entender os objetivos pretendidos pela instituição. Isto é muito importante para alinhar as expectativas, tanto do poder público quanto dos cidadãos, sobre o projeto, na etapa da realização da dinâmica participativa com a comunidade. A terceira fase da pesquisa, que ainda será desenvolvida, será guiada pelos princípios de Design Inclusivo, procurando assim uma representação de perspectivas equitativas para contribuir para soluções apropriadas e desejáveis para um leque variado de pessoas.

Resultados preliminares

No momento de publicação deste artigo a pesquisa encontra-se no final da fase 2. A fase 1, das entrevistas, teve início com o Laboratório da Paisagem. Os entrevistados expuseram três conjuntos de dados distintos, todos de cunho ambiental, que são os dados da Biodiversidade Vimaranense, os dados do Rio Ave e os dados do Rio Selho. Além do conteúdo, esses conjuntos de dados diferem entre si pela forma de coleta. Os dois primeiros são coletados através dos pesquisadores da instituição e dos cidadãos (*Citizen Science*), e o do Rio Selho será coletado por sensores automatizados. Optamos por tomar como caso de estudo o projeto dos dados do Rio Selho. Isto conduziu-nos à DSII, uma vez que esses dados farão parte de uma Plataforma interna operacionalizada pela Divisão, composta por outros dados também recolhidos por sensores espalhados por vários pontos da cidade e que fornecerão a informação em tempo real. Devido à conexão desses conjuntos de dados com o Projeto Guimarães mais Verde, também nos foi recomendado entrevistar a Estrutura de Missão que coordena o projeto. Com o material recolhido nas entrevistas foi possível desenhar o Mapa do Ecossistema correspondente à fase 2, que apresentamos abaixo. Este mapa foca-se no fluxo de dados que ocorre entre as duas instituições, outras entidades governamentais e os cidadãos.

1. Entrevistas

As entrevistas foram realizadas com amostragem em «bola de neve». No total foram entrevistadas seis pessoas de três entidades governamentais (ver Tabela 1), que incluem membros das duas instituições e integrantes (Laboratório da Paisagem e DSII) do corpo técnico e diretivo. O material recolhido está a ser analisado no sentido de nos ajudar a perceber as ações que as instituições já realizam, além de oportunidades de intervenção do design para o aprimoramento dos serviços que serão prestados. Este processo corresponde à fase 2 do projeto.

Tabela 1. Nomenclatura dos participantes, função e instituição a que pertence

Participantes	Função	Instituição
D1	Corpo diretivo	Laboratório da Paisagem
D2	Corpo diretivo	Estrutura de Missão
D3	Corpo diretivo	DSII
D4	Corpo diretivo	DSII
T1	Técnico	Laboratório da Paisagem
T2	Técnico	DSII

O principal valor aferido dos dados abertos para os cidadãos, segundo os entrevistados, é o do direito à informação. De acordo com D1, os cidadãos querem ser informados, mas de nada adianta se a informação fornecida não é compreendida; então, é importante encontrar a melhor forma de traduzir esse material para que seja relevante para comunidade. T2 também resalta a importância da formatação dos dados que estarão disponíveis, pois «informação demasiada é má informação e o conteúdo tem que ser o mais objetivo possível». É evidente que, para uma instituição, o que importa é a conformidade e adequação dos valores numéricos aos padrões de qualidade; já para a população é importante que esses valores numéricos sejam apropriados e compreensíveis (D1). T2 diz que «os dados são os mesmos, mas diferem conforme aquilo que eu quero mostrar e a forma que eu quero mostrar». Essa afirmação mostra-nos a plasticidade e versatilidade que um conjunto de dados pode ter, devendo ser trabalhado para se adequar às mais

diversas necessidades dos vários grupos de usuários, tornando a informação fornecida o mais inclusiva possível.

Quanto à promoção da participação, D2 falou sobre a realização de oficinas participativas que foram realizadas com os cidadãos para mapear as situações de vulnerabilidades em relação ao meio ambiente e possíveis soluções para os problemas relatados. Para D2, a participação dos cidadãos acontece de forma inclusiva, pois o Município disponibiliza vários canais de comunicação e atuação para os diversos grupos que compõem a sociedade local, como estudantes, comerciantes, empresários, cientistas e outros. Esse contacto que a instituição possui com o público poderá facilitar o recrutamento de integrantes para a etapa posterior de Design Participativo desta investigação.

Um caso interessante sobre a participação e o interesse dos cidadãos sobre os dados no município foi relatado por D4, no qual um Professor da Escola das Taipas solicitou a instalação de uma Estação Meteorológica para fins educacionais. Segundo D4, em 2016 houve uma escola que, no Orçamento Participativo das Escolas, solicitou a aquisição de uma estação ambiental. Essa foi a primeira solicitação deste Município. A partir daí começou a desenrolar-se o processo e foram feitas mais três estações meteorológicas, que vão alimentando o interesse pela evolução local do estado do ambiente e outras problemáticas ambientais — e tudo isso surgiu integrado na candidatura de Guimarães a capital Verde Europeia (D4).

Mesmo tratando-se de instituições ativas e conscientes do seu papel e da importância do envolvimento e participação dos cidadãos, observamos a falta dessa mesma participação, de facto, na conceção de plataformas, mesmo quando se destinam expressamente àquele mesmo objetivo. Os entrevistados informaram-nos que não foram feitas pesquisas sobre ou com os usuários, mas reconhecem que seria relevante. Tal como nos disse D1:

No caso do projeto da qualidade da água, efetivamente nós temos uma ideia daquilo que nós achamos que pode ser importante para as pessoas terem acesso em termos de informação, mas nós não fizemos nenhuma análise do ponto de vista das pessoas no sentido de perceber se elas querem ter, e que tipo de informação que elas querem ter. (D1)

Além disso, os dados que serão fornecidos foram todos definidos internamente pelo grupo técnico que compõe o projeto, sem ter em conta outros pontos de vista. Esse facto é interessante pois, assim como vimos referido na literatura, aqui também os utilizadores ainda são pouco investigados nestes processos. Com isto podemos perceber oportunidades de intervenção direcionada a essa questão.

«Eu não sei ao certo o que são os dados abertos, e o que isso significa» (T1). Quando indagados sobre a sua experiência com os Dados Abertos do Governo D1, T1 e T2, não souberam inicialmente como desenvolver a resposta. Isso mostra-nos como a percepção do termo ainda não está consolidada no léxico e no imaginário social, uma vez que até os técnicos que lidam com dados tiveram dificuldades iniciais em identificá-lo e discorrer sobre o tema.

Em relação às barreiras institucionais no acesso aos dados, não ocorreram muitos relatos uma vez que a maior parte dos dados dessas instituições são recolhidos, tratados, armazenados e manuseados por elas próprias. Entretanto, T2 comentou sobre a dificuldade de conseguir tornar públicos os dados que advêm de empresas privadas como, por exemplo, o consumo energético. Ele relatou que mesmo quando esses dados são fornecidos, vêm em formatos não compatíveis, o que dificulta o manuseio da informação. D1, D3, D4 e T1 falaram sobre a privacidade dos dados e como esta deve sempre ser tida em conta. D3, D4 e T1 discorreram sobre o alto custo de instalação dos sensores e programas operacionais, além do seu custo de manutenção. D4 e T2 teceram comentários sobre o mercado emergente de dados; segundo T2 os «negócios com os dados podem matar um bocadinho à partida a política de dados abertos».

Já em relação às barreiras para o cidadão, os entrevistados remeteram a questão da informação e de como ela é passada, tal como nos disse D2:

As pessoas têm barreiras quando os dados são apresentados a elas de uma maneira que elas não compreendem. Por isso cabe-nos a nós produzir informação que possa ser percebida pela maior parte das pessoas, significa que muitas vezes tem que transformar um número em uma cor, pois toda gente sabe que o vermelho é mau, o amarelo é mais ou menos, e verde é bom. Então, ao invés de ter lá uma numeração específica, posso ter lá um gradiente por cores que exemplifica a qualidade da situação. Portanto tem que perceber que existem

vários níveis de informação que se podem produzir com os resultados de cada projeto.” (D1)

D2 também alerta sobre a importância de educar o cidadão para aprender a manusear os dados. D4 e T2 falaram do excesso de plataformas e aplicativos que, muitas vezes, dificulta encontrar informação: «Tudo vai crescendo, provocando problemas de gestão — as pessoas vão ficando com as informações dispersas. Fica mais difícil conseguir perceber os serviços que existem. Ou seja, o serviço existe, mas fica difícil encontrá-lo» (D4). D4 também comenta sobre a qualidade do serviço prestado e que, se o serviço não for bem estruturado e o cidadão não for bem assistido, por melhor que seja a intenção, o serviço falha. T1 traz um ponto de vista interessante sobre a relevância da informação para o cidadão. Ele comentou que existe muito mais informação interessante disponível e, para que os dados façam sentido para os cidadãos, eles devem estar interligados com outros projetos governamentais para serem utilizados como ferramentas de avaliações dos projetos do governo.

D3 e D4 comentaram a importância de o poder executivo reconhecer o valor dos dados para a gestão municipal. Segundo D3 já é possível ver o valor de usar os dados na tomada de decisão do Município; embora perceba o alto custo desse investimento para a Câmara, ainda não tem previsão para o ROI (Retorno sobre o Investimento). Ele comentou o exemplo de um sensor instalado na Av. Dom João IV, através do qual foi possível descobrir qual era o sentido da via em que passavam mais carros; curiosamente, os dados levantados eram diferentes da percepção que os próprios técnicos tinham desse facto, o que deixa evidente a importância de a informação a prestar se basear em dados reais e não em hipóteses ou percepções parciais.

Em relação ao grupo de utilizadores, D2 alerta para a importância de eles serem contextualizados: «temos que relacionar as coisas todas dentro de um contexto, e não podemos analisar indicadores nem dados se não forem devidamente contextualizados». Este participante comentou que quando se trata da realidade vimaranense temos um contexto urbano que se mescla com o rural, logo a população local pode possuir alguns hábitos distintos, dependendo da zona em que vive, e isso pode influenciar os seus interesses e hábitos. T2 comentou sobre a questão da literacia digital e a importância

de os dados poderem ser acessíveis às pessoas que não usam a Internet, por qualquer razão. D1 e D2 também falaram sobre os grupos de idosos e dos trabalhos que realizam para inseri-los dentro da comunidade; também comentaram sobre projetos que desenvolvem em parceria com as escolas do município. D4 falou sobre a importância de parcerias das instituições públicas com empresas e universidades para o desenvolvimento do município: «muitas vezes há projetos, mas não há dados — no [nosso] caso, nós temos dados e as pessoas têm projetos».

A grande abertura e disponibilidade dos técnicos e decisores, demonstradas no modo como colaboraram com esta fase do trabalho e o interesse genuíno que todos os participantes atribuíram à promoção de medidas que promovam o envolvimento dos cidadãos a quem respeitam os dados e informação, permite-nos antever uma grande oportunidade para este trabalho de investigação em design.

2. Mapa do ecossistema

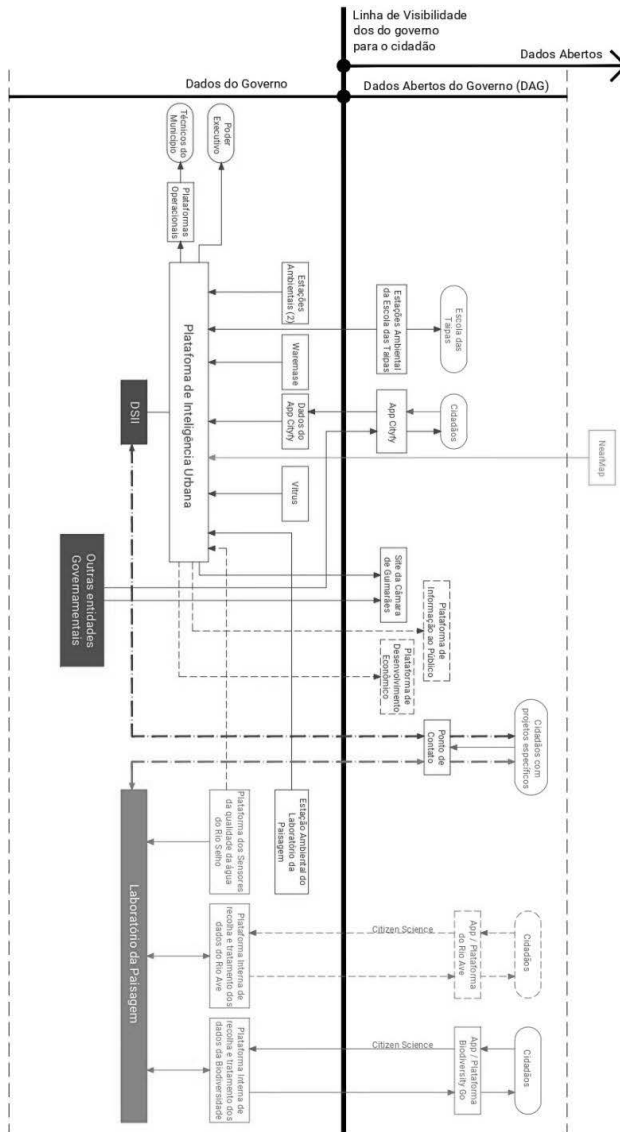
O Mapa do Ecossistema (Figura 2) foi desenvolvido com base nas entrevistas. Com ele procuramos mostrar visualmente os diferentes atores e artefactos envolvidos no sistema, assim como as relações entre eles. Devemos salientar que o universo dessas instituições é muito mais amplo e o que vamos expor aqui é apenas um pequeno recorte relacionado com o conteúdo desta pesquisa.

O mapa está dividido em duas partes por uma linha de visibilidade: acima desta linha estão os elementos visíveis e acessíveis para o público, ou seja, os Dados Abertos do Governo (DAG) e abaixo desta linha estão os elementos internos que são acessíveis apenas aos integrantes do poder público, ou seja, são apenas Dados do Governo. Na parte superior, além dos Dados Abertos do Governo, temos também os Dados abertos, conjunto do qual os Dados Abertos do Governo fazem parte.

O Mapa mostra as duas instituições — a DSII a azul e o Laboratório da Paisagem a verde — as demais instituições do governo, representadas de forma generalizada na cor vermelha, e os cidadãos na cor cinza. Os conjuntos de dados e as plataformas presentes no mapa recebem as cores das instituições a que pertencem. Os atores que interagem com o sistema

são representados por uma forma diferenciada, uma forma capsular, mas também recebem as cores de acordo com o grupo a que pertencem.

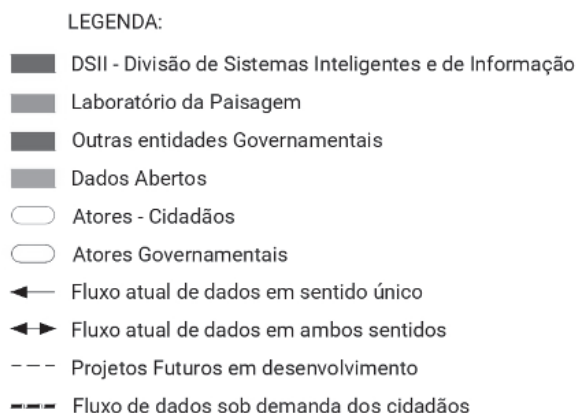
Figura 2. Mapa do Ecossistema dos Dados do Governo



Fonte: Desenvolvido pelas autoras.

Descrição da Imagem: Mapa do Ecossistema das duas entidades governamentais pesquisada com foco no fluxo de dados do governo. O mapa está dividido em duas partes por uma linha de visibilidade: acima desta linha estão os elementos visíveis e acessíveis para o público e abaixo desta linha estão os elementos internos que são acessíveis apenas aos integrantes do poder público.

Figura 3. Legenda do Mapa do Ecossistema dos Dados do Governo



Fonte: Desenvolvido pelas autoras.

Descrição da Imagem: Legenda dos componentes do Mapa do Ecossistema. (cor azul) DSII — Divisão de Sistemas Inteligentes e de Informação. (cor verde) Laboratório da Paisagem. (cor vermelha) Outras entidades Governamentais. (cor laranja) Dados Abertos. (Forma de Cápsula na cor cinza) Atores — Cidadãos. (Forma de Cápsula na cor vermelha) Atores Governamentais. (Linha preenchida com uma seta em um sentido) Fluxo atual de dados em sentido único. (Linha preenchida com setas em ambos os sentidos) Fluxo atual de dados em ambos sentidos. (Linha tracejada) Projetos Futuros em desenvolvimento. (Linha traço ponto) Fluxo de dados sob demanda dos cidadãos.

Lembre-se, sempre, que tudo que você sabe, e tudo que todos sabem, é apenas um modelo. Mostre seu modelo onde ele possa ser visto. Convide outras pessoas a desafiar suas suposições e adicionar as suas próprias. (Meadows, 2009)

Uma vez que o modelo que desenvolvemos é apenas uma representação do que conseguimos capturar nas entrevistas, achamos por bem apresentar as nossas suposições e, como diz (Meadows, 2009), convidar os entrevistados a acrescentar as suas próprias, uma vez que eles são partes importantes que compõem o sistema. No momento em que estamos a escrever o artigo, o Mapa foi enviado para todos os entrevistados e estamos à espera das suas respostas para construir, de maneira participativa, a próxima fase deste Mapa, que será utilizado como base para uma intervenção localizada de Design Participativo.

Com o desenho do Mapa e a leitura dos resultados das entrevistas já podemos constatar alguns pontos interessantes. O ecossistema de Dados Abertos do Governo de ambas as instituições envolvidas é recente e está em plena expansão. Os pontos de contacto com o cidadão ainda estão em formação, assim como a formatação dos serviços que serão prestados. Três das plataformas abertas ao público ainda não foram lançadas. Uma delas, a Plataforma da Biodiversidade, foi lançada recentemente — no início de 2020 — e ainda está na fase de avaliação.

As instituições têm contactos estabelecidos com os cidadãos, empresas e universidades para fornecimento de dados específicos, solicitados sob demanda. Vale a pena salientar que os dados requeridos à partida não são considerados Dados Abertos do Governo (DAG), são apenas Dados do governo. O caso da Escola das Taipas mostra como o interesse de um grupo de cidadãos pode ajudar a fomentar um ecossistema. Ele aparece isolado no mapa, mas demonstra o potencial que a participação dos cidadãos pode ter.

Reflexões a respeito do estado atual da pesquisa

A pesquisa permitiu constatar e corroborar algumas práticas recorrentes na literatura como, por exemplo, a falta de foco nos utilizadores finais das plataformas de dados e como a perceção do termo Dados Abertos do Governo (DAG) ainda não está consolidada no léxico e no imaginário social.

A participação do cidadão no desenvolvimento de um governo mais inclusivo, de acordo com os entrevistados, é uma prática existente nas instituições estudadas, mas, como disse D2, ainda não pode ser considerada plena. Muitas das tomadas de decisões ainda acontecem de cima para baixo, tendo o cidadão apenas um papel secundário e consultivo no processo. Entretanto, iniciativas como o Orçamento Participativo e a App *My City*

demonstram que o governo começa a entender o cidadão como um parceiro no processo de governança. Nesse ponto, o design pode ter um papel importante e disruptivo, pois segundo Bason (2017) as abordagens de design podem lançar uma nova luz sobre o relacionamento entre o estado e os cidadãos, além de ajudar os gestores públicos a enfatizar o usuário sobre o sistema e os resultados sobre o processo, remodelando assim a prestação de serviço público, deixando de ser de um modo de produção para os cidadãos e passando à produção com os cidadãos, ou seja, uma coprodução.

T2 afirma: «Para mim, não percebo barreiras por parte do governo». Esta não percepção das barreiras por parte de alguns dos participantes pode significar que o ecossistema em questão acontece de forma fluida, mas, por outro lado, também pode ser considerada uma barreira ao obstar uma avaliação mais crítica do sistema, dificultando a percepção de outros impedimentos. Por exemplo, a falta de conhecimento por parte dos técnicos do que são os Dados Abertos do Governo traz um alerta. Se os responsáveis pelo seu manuseamento não sabem de forma consciente o que esse conteúdo significa, qual será a percepção dos cidadãos? Se de facto um determinado governo deseja investir na abertura dos dados, seria importante investigar o conhecimento da comunidade sobre o termo e, caso seja preciso, criar campanhas informativas direcionadas tanto para os cidadãos como para os funcionários públicos. Além disso, a não percepção do termo DAG pode implicar diretamente na falta de conhecimento sobre a filosofia emergente que engloba a abertura dos dados, ignorando práticas que fazem parte da sua essência, como a participação e colaboração dos cidadãos e a *accountability*, que apesar de não ter um consenso para a tradução do termo em português, diz respeito à fiabilidade e/ou consistência das práticas governamentais.

As barreiras no acesso aos dados sob demanda atuam diretamente sobre um dos possíveis potenciais dos DAG citados pelos entrevistados, o de que «as pessoas podem criar novos conjuntos de dados, a partir de dados fornecidos» (D1). O facto de os dados não estarem abertos de forma acessível pode gerar um ponto de atrito na jornada do uso e reduzir o número de projetos que poderiam ter sido criados à partida. Outro ponto interessante sobre essa barreira é que, se já existe uma demanda estabelecida, também existe um grupo de utilizadores pré-definidos que não só vê, mas também cria valor com esses dados e que poderia ser um bom ponto de partida para

uma plataforma de dados abertos. Isso não significa que deveria existir uma plataforma apenas para tal uso, mas sim que, apesar dos entrevistados comentarem que o foco das plataformas são os cidadãos, existe um público ativo que está a ser negligenciado quanto ao direito da abertura dos dados do governo.

A percepção dos Técnicos sobre o que dificulta o acesso dos cidadãos é um bom começo para se aprofundarem certas questões que podem ou não ser validadas após uma pesquisa centrada no utilizador. Inclusive alguns tópicos que eles reportam remetem a questões ligadas a características dos utilizadores, como a literacia digital, a acessibilidade digital e a incapacidade de manusear dados brutos e extrair valor deles, questões que precisam ser mais aprofundadas. Eles também levantaram questões sobre a fiabilidade dos dados e a desconfiança no governo, que são barreiras reais e já reportadas na literatura. Entretanto, como os próprios entrevistados falaram sobre a importância do contexto, é preciso investigar o contexto local e como é a relação atual da comunidade com as autarquias, para que a abertura dos dados seja feita de forma a acrescentar e não a trazer mais desconfiança, como dizem Janssen et al. (2012) pois, devido à complexidade, benefícios como a criação de confiança no governo podem não se tornar realidade e más experiências com a tentativa de usar dados abertos podem até gerar o oposto.

O formato como os dados são disponibilizados nas plataformas foi uma das barreiras identificadas pelos técnicos e que também pode gerar uma péssima experiência de interação com os DAG. A forma como a informação é fornecida é muito importante, pois o seu principal objetivo é o de melhorar a percepção visual do ser humano para ajudar a identificar tendências, padrões e ocorrências incomuns em conjuntos de dados (Yi et al., 2008). Quando oferecidos em formato bruto, o trabalho de encontrar um padrão é remetido para o usuário; já quando é fornecida uma *interface* para o utilizador interagir indiretamente com os dados, o desenvolvimento da plataforma é mais complexo e demanda um estudo aprofundado dos interesses dos cidadãos. Logo, a visualização de dados deve ir além de um apelo estético superficial, explorando a criação de sentido e comunicação de dados de forma útil e eficaz (Few, [s.d.]). Ou seja, não se trata apenas do design visual da informação, de «transformar um número em uma cor» (D2), mas também diz respeito ao formato disponibilizado e à relevância da informação fornecida

e como funcionam para os utilizadores, se geram valor ou não. Dependendo do contexto, disponibilizar apenas gráficos bonitos sem possibilidade de uma interação com os dados pode frustrar a expectativa de quem interage com a plataforma, por isso é tão importante entender os objetivos dos vários grupos de utilizadores ao usar o artefacto.

Se os dados são os mesmos, mas diferem conforme aquilo que se quer mostrar e a forma como se quer mostrar, como disse T2, faz todo o sentido entender o contexto em que determinada informação será exposta, pois a experiência do usuário de qualquer produto não existe no vácuo, mas num relacionamento dinâmico com outras pessoas, lugares e objetos (Sleeswijk Visser, 2009 apud Buchenau e Fulton Suri, 2000). Então é fundamental estudar de que forma podemos tornar um determinado conjunto de dados mais compreensíveis e intuitivos, ao alcance dos diversos grupos de usuários que uma plataforma de dados poderá ter, assim como também é essencial ver o desenho do serviço como um todo, para reduzir as falhas no sistema ao assistir os cidadãos.

Norman (2006) diz que a experiência do usuário não pode ser controlada, prevista ou projetada, mas os *designers* podem ter consciência da complexidade de como as pessoas experimentam as coisas e usar essa percepção como ponto de partida para o design de produtos. E se o cidadão quer ser informado, nada mais justo do que ir ao seu encontro e co-construir com ele o universo em formação de Dados Abertos do Governo, para que esse conteúdo possa ter valor real para a comunidade. O Design Participativo é uma forma comprovada de tecer a complexidade de visões necessárias para criar uma plataforma inclusiva, garantindo que a maior quantidade de vozes podem ser escutadas e representadas nos serviços que serão criados — prática que fica em aberto para ilustrarmos nos desenvolvimentos futuros deste trabalho de investigação.

Referências bibliográficas

2011/833/UE: Decisão da Comissão, de 12 de Dezembro de 2011 , relativa à reutilização de documentos da Comissão, Pub. L. No. 32011D0833, 330 OJ L (2011). <http://data.europa.eu/eli/dec/2011/833/oj/eng>

- Alatta, J. (2019). *User Perception of the U.S. Open Government Data Success Factors*. 197.
- Arnstein, S. R. (1969). A Ladder Of Citizen Participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Bason, C. (2017). *Leading Public Design: How Managers Engage with Design to Transform Public Governance*. Copenhagen Business School (CBS).
- Conradie, P., & Choenni, S. (2014). On the barriers for local government releasing open data. *Government Information Quarterly*, 31, S10–S17. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2014.01.003>
- Cranefield, J., Robertson, O., & Oliver, G. (2014). Value in the mash: Exploring the benefits, barriers and enablers of open data apps. *Tel Aviv*, 15.
- Davies, T. (2018). *Open up field guides Methodology*. Open Data Charter. https://drive.google.com/file/d/1itEjUOzSdn35K0o7VLoxrYzKHEwASYKV/view?usp=embed_facebook
- Dawes, S. S., Vidiasova, L., & Parkhimovich, O. (2016). Planning and designing open government data programs: An ecosystem approach. *Government Information Quarterly*, 33(1), 15–27. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2016.01.003>
- Ehn, P. (2008). *Participation in Design Things*. 92–101. <https://doi.org/10.1145/1795234.1795248>
- Few, S. ([s.d.]). Data Visualization for Human Perception. In *The Encyclopedia of Human-Computer Interaction* (2^o ed). Interaction Design Foundation. <https://www.interaction-design.org/literature/book/the-encyclopedia-of-human-computer-interaction-2nd-ed/data-visualization-for-human-perception>
- Gascó-Hernández, M., Martín, E. G., Reggi, L., Pyo, S., & Luna-Reyes, L. F. (2018). Promoting the use of open government data: Cases of training and engagement. *Government Information Quarterly*, 35(2), 233–242. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2018.01.003>
- Giordano, F., Morelli, N., Götzen, A. D., & Hunziker, J. (2018). *The stakeholder map: A conversation tool for designing people-led public services*. 16.
- Henriques, J. G. (2020). *Casa do Brasil lança projecto para combater estereótipos sobre imigrantes*. PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2020/08/19/sociedade/noticia/casa-brasil-lanca-projecto-combater-estereotipos-imigrantes-1928517>
- Janssen, K. (2011). The influence of the PSI directive on open government data: An overview of recent developments. *Government Information Quarterly*, 28(4), 446–456. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2011.01.004>

- Janssen, M., Charalabidis, Y., & Zuiderwijk, A. (2012). Benefits, Adoption Barriers and Myths of Open Data and Open Government. *Information Systems Management*, 29(4), 258–268. <https://doi.org/10.1080/10580530.2012.716740>
- Jurisch, M. C., Kautz, M., Wolf, P., & Krcmar, H. (2015). An International Survey of the Factors Influencing the Intention to Use Open Government. *2015 48th Hawaii International Conference on System Sciences*, 2188–2198. <https://doi.org/10.1109/HICSS.2015.262>
- Laboratório da Paisagem. (2014). *Missão e Visão*. <https://www.labpaisagem.pt/missao/>
- Martin, C. (2014). Barriers to the Open Government Data Agenda: Taking a Multi-Level Perspective: Barriers to the Open Government Data Agenda. *Policy & Internet*, 6(3), 217–240. <https://doi.org/10.1002/1944-2866.POI367>
- Meadows, D. H. (2009). *Thinking in systems: A primer*. Diana Wright.
- Meijer, A. (2015). E-governance innovation: Barriers and strategies. *Government Information Quarterly*, 32(2), 198–206. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2015.01.001>
- Norman, D. (2006). *O Design do Dia-a-dia*. Rocco.
- Open Data Barometer Leaders Edition: From Promise to Progress*. (2018). World Wide Web Foundation.
- Purwanto, A., Zuiderwijk, A., & Janssen, M. (2020). Citizen engagement with open government data: Lessons learned from Indonesia’s presidential election. *Transforming Government: People, Process and Policy*, 14(1), 1–30. <https://doi.org/10.1108/TG-06-2019-0051>
- Safarov, I., Meijer, A., & Grimmelikhuijsen, S. (2017). Utilization of open government data: A systematic literature review of types, conditions, effects and users. *Information Polity*, 22, 1–24. <https://doi.org/10.3233/IP-160012>
- SEFSTAT — Portal de Estatística. (2019). <https://sefstat.sef.pt/forms/evolucao.aspx>
- Sleeswijk Visser, F. (2009). *Bringing the everyday life of people into design*. s.n.
- Snow, T. (2019). *You can lead a person to data, but you can’t make them use it*. Nesta. <https://www.nesta.org.uk/blog/you-can-lead-person-data-you-cant-make-them-use-it/>
- Susha, I., Grönlund, Å., & Janssen, M. (2015). Organizational measures to stimulate user engagement with open data. *Transforming Government: People, Process and Policy*, 9(2), 181–206. <https://doi.org/10.1108/TG-05-2014-0016>
- Yi, J. S., Kang, Y., Stasko, J. T., & Jacko, J. A. (2008). Understanding and characterizing insights: How do people gain insights using information

visualization? *Proceedings of the 2008 Workshop on BEyond time and errors: novel evaLuation methods for Information Visualization*, 1–6. <https://doi.org/10.1145/1377966.1377971>

Yildiz, M. (2007). E-government research: Reviewing the literature, limitations, and ways forward. *Government Information Quarterly*, 24(3), 646–665. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2007.01.002>

RELAÇÃO DO DESIGN COM A PARTICIPAÇÃO CÍVICA DIGITAL PARA PESSOAS COM DIVERSIDADES FUNCIONAIS: ESTUDO EXPLORATÓRIO

Rafael Marques de Oliveira Mathias

Universidade do Minho

Paula Trigueiros

Universidade do Minho

Alison Burrows

Universidade do Minho

Resumo: Este artigo apresenta e discute os resultados de um estudo exploratório sobre a contribuição da tecnologia digital para a participação cívica, baseado na experiência de pessoas com diversidade funcional, de profissionais e de pesquisadores da área. A Participação Cívica Digital aproxima o governo e os cidadãos, favorecendo a democracia. Neste cenário a inclusão digital e social é imperiosa e a acessibilidade fundamental. Nesta pesquisa optou-se por uma pesquisa qualitativa através de entrevistas semiestruturada junto a 16 participantes divididos em três perfis: seis pessoas com diversidade funcional, cinco profissionais da área e cinco pesquisadores da área. As entrevistas foram realizadas online e analisadas tematicamente através de um diagrama de afinidades. Os resultados revelam sete temas: Características dos participantes, Vantagens, Problemas, Soluções, Interação, Pertença e Participação cívica. Foi possível constatar que nenhum participante tinha sentimentos de exclusão total, sinal de que a pessoa não se sente ouvida. Todos os participantes mencionaram interagir presencialmente e virtualmente; porém,

as pessoas com diversidade apresentaram uma preferência pela relação presencial em detrimento das virtuais, mesmo sendo o grupo que destacou mais vantagens da interação virtual. Em conclusão pode-se perceber que o design tem um papel indispensável para a Participação Cívica Digital.

Palavras-chave: inclusão; participação cívica digital; tecnologia; interação virtual.

Abstract: This article presents and discusses the results of an exploratory study on the contribution of digital technology to civic participation, based on the experiences of persons with functional diversity, professionals, and researchers in the field. Digital civics brings government and citizens closer, and favours democracy. In this context, digital and social inclusion are imperative and accessibility is fundamental. In this research, a qualitative approach was taken using semi-structured interviews with 16 participants grouped as three profiles: six people with functional diversity, five professionals in the field and five researchers in the field. The interviews were conducted online and analyzed thematically through an affinity diagram. The results revealed seven themes: Characteristics of the participants, Benefits, Problems, Solutions, Interaction, Belonging, and Civic participation. The study showed that none of the participants had feelings of total exclusion, where the person does not feel heard. All participants mentioned interacting in person and virtually; however, people with diversity showed a preference for in person relationships over virtual ones, even though they were the group that highlighted the most benefits of virtual interaction. In conclusion, it is clear that design plays an indispensable role in digital civics.

Keywords: inclusion; Digital Civics; technology; virtual interaction.

Introdução

O projeto tem como foco a exploração do tema *Digital Civics* ou, segundo a nossa tradução, «Participação Cívica Digital». Optou-se por utilizar este termo para evitar a ambiguidade gerada pela tradução literal de *Digital Civics*, que seria «Civismo Digital». A Participação Cívica Digital consiste

numa área emergente que procura entender como a tecnologia digital ajuda a população no suporte a modelos de «prestação de serviços, organização e capacitação dos cidadãos» (Vlachokyriakos et al., 2016, p. 1096). Traz consigo o aspecto muito importante de projetar para o cidadão e não para o consumidor, além de promover o verdadeiro empoderamento dos cidadãos (Olivier & Wright, 2015). A Participação Cívica Digital traz uma nova configuração de governo e cidadania, mais relacional do que transacional, sendo o pensamento político e a ação coproduzidos e coproprietários através do diálogo entre experiências diferentes, valores e conhecimento (Olivier & Wright, 2015). Tendo como base o trabalho em conjunto, pode-se criar um cenário participativo no qual possam explorar o valor de um modelo alternativo de prestação de serviços, tendo assim uma alternativa para o posicionamento tradicional do governo com suas prestações de serviços públicos — onde os cidadãos são consumidores de serviços, o governo local é produtor de informações e a tecnologia digital é apenas um meio de transmissão de informações (Olivier & Wright, 2015).

Um aspecto importante para uma participação cívica digital plena e inclusiva prende-se necessariamente com a promoção da inclusão digital e social, uma vez que «estar incluído na sociedade é condição vital para o desenvolvimento de qualquer cidadão» (Martini, 2005, p. 22). O mundo digital tem o potencial de facilitar o acesso à informação a todas as pessoas e, em particular, pode mudar favoravelmente o cotidiano das pessoas com diversidade funcional. Por exemplo, uma plataforma digital pode fornecer espaços para que os cidadãos possam desempenhar um papel mais ativo na definição de agendas, tomar decisões sobre a prestação de serviços e sua administração, e desempenhar um papel central na tomada de providências sustentáveis e resilientes. Sendo devidamente projetadas e acessíveis, essas plataformas têm potencial para abrir novas possibilidades e formas de interação entre as partes interessadas (cidadãos, conselhos locais, ONG e empresas) sobretudo com base no diálogo e nas necessidades dos indivíduos (Vlachokyriakos et al., 2016). Tomemos como exemplo uma aplicação (app) lançada pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro (Brasil) em 2011, a ‘1746’. Esta app permite que os utilizadores registem problemas que encontrem na sua freguesia e enviem fotos em tempo real para solicitar a sua reparação (Neno, 2011). A app contém as 13 secretarias e órgãos

públicos cadastrados (disque sinal; disque luz; teleburaco; disque IPTU; nota carioca; disque transporte; defesa civil; telessaúde; disque dívida ativa; teleordem; disque ordem; disque patrulha; telecomlurb) (Neno, 2011). Esta plataforma facilita a vida dos cidadãos, oferecendo uma opção de fácil acesso para reportar os problemas que encontrem na cidade, mas também para os próprios funcionários de cada sector, agilizando o processo para descobrir onde há problemas que necessitam de solução.

Hoje em dia a opção de utilizar apps é mais fácil de realizar, pois as pessoas estão em qualquer lugar e a todo momento conectados à Internet, interagindo entre si e com o mundo através do espaço digital (Arenhardt et al., 2017) it is essential that the basic premises of digital accessibility are implemented on homepages. This question is even more relevant when related to government websites. This study checked the adequacy of electronic sites of Federal Institutions of Education of Brazil for digital accessibility standards established by the Accessibility Model of Electronic Government (eMAG. Estamos na era das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), em que as conexões começaram a libertar-se dos computadores domésticos e de trabalho, passando a ser móveis através de máquinas portáteis e de smartphones (Gomes, 2019). E com muita informação acessível apenas online, torna-se ainda mais relevante tornar acessíveis as informações publicadas na Internet a todos os cidadãos, independentemente das suas limitações perceptivas, motoras ou cognitivas. As TIC são atualmente essenciais para a qualidade de vida dos cidadãos, pois elas são ferramentas únicas para fornecer um conjunto de possibilidades, que seria muito difícil atingir de outra forma (Gonçalves et al., 2015). O termo acessibilidade é muitas vezes associado a características físicas de objetos ou edifícios, mas quanto às TIC, Cavender e Bigham (2011) referem-se à criação de *interfaces* perceptíveis que podem ser facilmente utilizadas por pessoas com características diversas. Segundo Arenhardt *et al.* (2017), para atingir uma estrutura de acessibilidade, deve-se começar por reconhecer os direitos fundamentais em igualdade de condições, tentando evitar situações de discriminação que possam levar à exclusão. Apesar de nestes últimos anos terem ocorrido avanços na legislação sobre a inclusão de pessoas com deficiência, é fundamental notar que sendo importante, a edição de leis e decretos não é o suficiente para romper as barreiras da inclusão digital (Arenhardt et al., 2017) it is essential that

the basic premises of digital accessibility are implemented on homepages. This question is even more relevant when related to government websites. This study checked the adequacy of electronic sites of Federal Institutions of Education of Brazil for digital accessibility standards established by the Accessibility Model of Electronic Government (eMAG).

Este artigo descreve uma investigação que pretende contribuir para o empoderamento de pessoas com diversidade funcional através da exploração do conceito de Participação Cívica Digital. Abaixo descreve-se a abordagem tomada à exploração inicial deste tema, com participantes de características diversas, e apresenta-se a discussão dos resultados deste trabalho.

Método

O objetivo desta investigação foi compreender a perceção de participação cívica de e para pessoas com diversidade funcional, procurando identificar qual a importância da tecnologia digital neste processo. A fim de atingir este objetivo geral, o trabalho foi guiado pelos seguintes objetivos específicos: (i) compreender os contextos de uso atuais do público alvo a fim de identificar as suas reais necessidades; (ii) explorar o uso de soluções digitais (apps), visando perceber as suas limitações atuais bem como o seu potencial para dar mais voz a pessoas com diversidade funcional; e (iii), a longo prazo, conectar vários tipos de potenciais utilizadores (por exemplo, pessoas com diversidade funcional, as instituições que as representam e investigadores que trabalham em áreas relevantes) para fomentar a sua colaboração e empoderamento em processos de intervenção cívica. Optou-se por uma investigação qualitativa, em que se procurou auscultar uma variedade de perspetivas através de entrevistas semiestruturadas. Focamo-nos especificamente em três perfis de pessoas que acreditamos serem pertinentes sobre o assunto: pessoas com diversidades funcionais (PCD), profissionais que trabalham com PCD (como representantes de associações de PCD e profissionais de saúde) e investigadores da área. A seleção destes três grupos foi influenciada por uma ambição de conectar vários tipos de potenciais utilizadores (pessoas com diversidade funcional, as instituições que as representam e investigadores que trabalham em áreas relevantes) para fomentar

a sua colaboração e empoderamento em processos de intervenção ou participação cívica. O recrutamento de participantes foi realizado inicialmente através de amostragem por conveniência, sendo distribuída uma folha de informação sobre o projeto através das nossas redes profissionais e sociais e posteriormente, por bola de neve, à medida que recebemos indicações de outras pessoas que poderiam ter interesse em participar na investigação.

As entrevistas foram feitas e gravadas através do *Skype*, sempre com o consentimento prévio do participante. Entre outras vantagens, o próprio programa disponibiliza a gravação no histórico da conversa individual durante 30 dias, possibilitando tanto ao investigador como aos participantes fazerem o *download* da sua entrevista gravada. A entrevista seguiu um modelo semiestruturado, dividida em três partes. A primeira parte incluiu os dados demográficos e de identificação da pessoa, que serviram para caracterizar a amostra e organizar a anonimização individual dos participantes. A segunda parte focava em perceber se os participantes consideram ter uma «participação cívica» e, para tal, começa por averiguar aspectos como a sua percepção de pertença relativamente a grupos sociais e de terem uma voz ativa (sentirem-se ouvidos) perante os membros desse grupo e perante a sociedade. A terceira parte explorou o papel da tecnologia em relação às comunidades mencionadas anteriormente e a sua importância para a capacitação de pessoas com diversidade funcional. O tempo previsto de duração de cada entrevista era de 30 a 60 minutos, a ser realizada de forma individual.

As entrevistas foram transcritas pelo investigador e considerando que se tratava de um vídeo as expressões faciais dos entrevistados enriqueceram o processo de transcrição. O processo de transcrição adotado favoreceu a aproximação e a apropriação dos dados por parte do investigador principal, visto que foi possível observar detalhes verbais e não-verbais de modo repetido e detalhado, estabelecendo significados na interpretação. O registo escrito das transcrições permitiu partilhar e sustentar as inferências elaboradas.

Resultados e discussão

As entrevistas transcritas foram analisadas através de um diagrama de afinidades. Esta técnica é uma ótima maneira de compreender o utilizador,

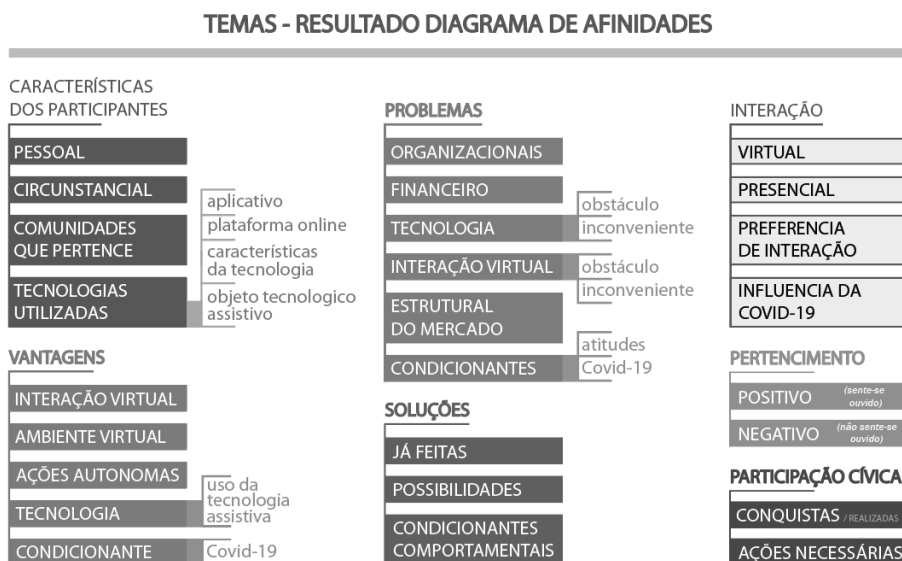
organizando tematicamente os resultados obtidos através de uma pesquisa qualitativa (Naylor, 2019). O diagrama de afinidades é uma adaptação do método de análise temática, que é uma técnica comumente usada nas ciências sociais para detectar padrões e fazer inferências empíricas a partir de dados qualitativos (Braun & Clarke, 2006). Os temas tanto podem emergir através do cruzamento dos dados coletados (temas indutivos) ou com base nos objetivos pré-determinados para a pesquisa (temas *a priori*). A vantagem particular do diagrama de afinidades é que o uso de *post-its* torna o processo mais visual e facilita a iteração da análise, permitindo ao investigador criar facilmente novos temas e perceber a sua importância relativa através do tamanho do aglomerado de *post-its*. O diagrama de afinidades é habitualmente feito com o mínimo de suporte tecnológico possível (Harboe et al., 2012), porém nesta pesquisa foi exclusivamente digital através de uma ferramenta de colaboração virtual chamada *Lucidchart*.

Seguindo as etapas estabelecidas para uma análise por diagrama de afinidades, realizaram-se anotações em *post-its* (virtuais) das informações mais importantes obtidas através da leitura das entrevistas. Depois de reunir alguma quantidade de dados de várias entrevistas, começaram a formar-se grupos de dados/*post-its* que representassem afinidade entre si. Estes foram sendo analisados iterativamente e separados em subgrupos, quando apropriado. No final, nomeou-se cada grupo de acordo com a característica em comum e assim se gerou o nome dos temas. O uso do *Lucidchart* permitiu a participação em simultâneo dos vários elementos da equipa de investigação durante o processo de análise, permitindo a mesma interação que acontece ao realizar o processo presencialmente.

Uma grande vantagem de utilizar o diagrama de afinidades foi possibilitar a iteração da composição dos temas e subtemas através do reposicionamento dos conteúdos registados. Durante a análise das entrevistas, ao inserir novas citações no diagrama e estudar onde incluí-las, acabou-se por observar a disposição de todas as outras já feitas, gerando uma interpretação mais aprimorada do resultado, conforme a pesquisa foi avançando e também quando finalizada. Por se tratar de *post-its*, neste caso virtuais, tornou-se mais fácil realizar a troca das posições de citações entre temas, subtemas ou até mesmo criar um conjunto novo, caso houvesse necessidade. A Figura 1 representa os temas e subtemas que emergiram a partir deste processo

de análise, sendo que apenas o tema «Participação Cívica» e o subtema «Comunidades» foram pré-definidos.

Figura 1. Temas e subtemas resultantes do diagrama de afinidades



Descrição da Imagem: A figura 1 apresenta os sete temas encontrados e seus subtemas: 1 — Características dos participantes: Pessoal, Circunstancial, Comunidades que pertence e Tecnologias utilizadas: Aplicativo, Plataforma online, Características da tecnologia e objeto tecnológico assistivo; 2 — Vantagens: Interação virtual, Ambiente virtual, Ações autónomas, Tecnologia: Uso da tecnologia assistiva, Condicionante: COVID-19; 3 — Problemas: Organizacionais, Financeiro, Tecnologia: obstáculos e inconvenientes, Interação virtual: Obstáculos e inconvenientes, Estrutura do mercado e condicionantes: Atitudes e COVID-19; 4 — Soluções: Já feitas, Possibilidades, Condicionantes comportamentais; 5 — Interação: Virtual, Presencial, Preferência de interação e Influência da COVID-19; 6 — Pertença: Positivo (sente-se ouvido) e Negativo (não se sente ouvido); 7 — Participação cívica: Conquistas (realizadas) e Ações necessárias.

Características dos participantes

No total, foram entrevistadas 16 pessoas em Portugal e no Brasil. A Tabela 1 contém uma descrição dos participantes de acordo com os grupos estipulados no início da investigação. No texto que se segue, usamos os seguintes códigos: DIV para participantes do grupo com diversidade funcional; INV para participantes do grupo de pesquisadores e TRB para participantes do grupo de profissionais. Todas as pessoas no grupo com diversidade funcional (PCD) se identificavam como tendo algum tipo de incapacidade, mas de perfil variado, tendo representantes de pessoas com hemiparalisia cerebral, deficiência física, auditiva, intelectual e baixa visão. Os participantes mostraram ser ativos e independentes (apenas um era parcialmente independente) e todos tinham atividade profissional, incluindo professores, técnico em turismo, radialista (voluntário).

Tabela 1. Descrição dos participantes por grupo

Grupos	Idade dos participantes		Considera ter diversidade		Nível acadêmico	
Pessoas com diversidade funcional (Total: 6 participantes)	De 20 a 30	1	Sim	6	Básico	1
	De 30 a 40	3			Técnico	1
	De 40 a 50	2	Não	0	Superior	4
	De 50 a 60	0				
Pesquisadores (Total: 5 participantes)	De 20 a 30	0	Sim	1	Básico	0
	De 30 a 40	0			Técnico	0
	De 40 a 50	3	Não	4	Superior	5
	De 50 a 60	2				
Profissionais (Total: 5 participantes)	De 20 a 30	2	Sim	0	Básico	0
	De 30 a 40	1			Técnico	0
	De 40 a 50	1	Não	5	Superior	5
	De 50 a 60	1				

Descrição da Tabela: A Tabela 1 apresenta a descrição das características dos participantes. Na primeira coluna apresenta os grupos. A segunda coluna apresenta a idade dos participantes de cada grupo. A terceira coluna informa quantos participantes consideram ter diversidade ou não no respetivo grupo. A quarta coluna demonstra o nível académico das pessoas do grupo. Na primeira linha, descreve-se o grupo das pessoas com diversidade funcional, composto por seis participantes: um participante com idade de 20 a 30 anos, três participantes de 30 a 40 anos e dois participantes

de 40 a 50 anos. De entre estes, todos consideraram ter algum tipo de diversidade. Em termos de nível académico, dividem-se em: um com ensino básico, um com ensino técnico e quatro com ensino superior. Na segunda linha descreve-se o grupo de investigadores, composto por cinco participantes: três participantes com idade de 40 a 50 anos e dois participantes de 50 a 60 anos. De entre estes, um considerou ter algum tipo de diversidade e quatro nenhum. Sobre o nível académico, todos declararam ter ensino superior. Na terceira e última linha, descreve-se o grupo dos profissionais, com cinco participantes: dois participantes com idade de 20 a 30 anos, um participante de 30 a 40 anos, um participante de 40 a 50 anos e um participante de 50 a 60 anos. De entre estes, nenhum considerou ter algum tipo de diversidade. Sobre o nível académico, todos reportaram ter ensino superior.

Através da desagregação das características foi possível perceber o quão disseminada está a tecnologia, independente do nível académico ou emprego das pessoas. As três categorias de participante citaram a mesma plataforma de comunicação online para conversas, a aplicação *WhatsApp*, quer fosse para conversas em grupo ou individuais; esta app foi mencionada principalmente entre os investigadores e profissionais. Apesar de um dos critérios para a participação dos interessados ser ter acesso a um smartphone, tablet ou PC com acesso à Internet, procurámos incluir participantes de todas as classes socioeconómicas. Isto foi possível por o recrutamento ter ocorrido em certa medida por indicação de outra pessoa que já havia participado na investigação (método bola de neve); alguns participantes indicaram alguém que achavam importante convidar para fazer parte desta investigação.

De entre as características pessoais, houve um participante que citou algo interessante: DIV05 descreveu que a perda da sua audição foi gradual e que ele demorou a conhecer as opções de acessibilidade existentes no mercado, exatamente por não perceber claramente que ele já não escutava praticamente nada do seu ouvido direito. Isto ocorreu porque o seu ouvido esquerdo ainda estava a funcionar bem e compensava o ouvido direito, mas à medida que este também foi perdendo audição o participante percebeu o quanto a falta do direito já o atrapalhava. Afirmou que, se se tivesse apercebido mais cedo, muitas situações que passou não teriam sido tão problemáticas, como por exemplo assistir às aulas na faculdade. DIV05 alegou que, por não ter conhecimento de que a sua audição estava muito

comprometida as suas notas estavam baixas. Ele não conseguia compreender as aulas e por consequência não estudava corretamente em casa. Porém ele acreditava que não estava a concentrar-se o suficiente, estava a ficar relaxado e decidiu parar de estudar por um tempo. Após a inserção do implante coclear percebeu que o problema não estava na falta de empenho, mas sim na perda de audição já elevada e com o implante ele voltou à universidade e a conseguir ter boas notas.

Vantagens

As pessoas com diversidade funcional, comparando com os grupos de pesquisadores e profissionais, foram as que destacaram grandes vantagens sobre o ambiente virtual e as interações virtuais. Destacamos os exemplos de DIV04 sobre a possibilidade de enriquecer o conhecimento através da interação virtual, e de DIV03 sobre conseguir visibilidade e poder mostrar a outras pessoas que é eficiente mesmo tendo diversidade, através de divulgações no *Facebook*. Este participante comentou que nesta plataforma encontrou outras pessoas na mesma condição que ele, servindo de inspiração para si, além de também servir de inspiração a outras pessoas. DIV05 corroborou ambos os relatos anteriores ao contar que utiliza o meio online para manter o seu conhecimento atualizado e que descobriu ter direito ao suporte financeiro do SUS, no Brasil, para realizar a cirurgia do implante coclear. O relato de DIV05 é um bom exemplo que vai ao encontro da descrição de Vlachokyriakos *et al.* (2016) a respeito do potencial das plataformas digitais poderem fornecer espaços para que os cidadãos possam desempenhar um papel mais ativo e tomar decisões informadas.

Em relação à percepção dos outros grupos (pesquisadores e investigadores) sobre as pessoas com diversidade, foi possível perceber que estão bem alinhados e atentos. Um exemplo externo às pessoas com diversidade, mas alinhados com os seus interesses, que queremos destacar ocorreu na categoria de pesquisadores. INV02 descreveu vantagens da interação virtual para pessoas com diversidade funcional e afirmou dois pontos interessantes: «Pessoas com deficiência podem criar grupos e partilhar experiências» e «Pessoas com deficiência podem ajudar-se umas às outras a destacar-se

perante a sociedade». Isto pode ser comprovado, neste estudo, pelos próprios relatos dos participantes com diversidade, descritos anteriormente. INV02 também relatou que aproveita estas interações virtuais no seu quotidiano, partilha com os seus amigos as ações que realiza, seja por vídeo ou por foto através da aplicação *WhatsApp*. Estes relatos foram ao encontro das descrições de Arenhardt *et al.* (2017) sobre as pessoas estarem conectadas à Internet em qualquer local e momento, seja para interagir entre si ou com o mundo através do meio digital.

Problemas

Os pesquisadores e profissionais foram os que mais relataram situações a respeito da relação de pessoas com diversidade a algumas dificuldades ou problemas. De entre os participantes com diversidade, poucos tiveram esta percepção de problemas que têm para resolver ou direitos que ainda lhes faltam, embora alguns deles tivessem essa consciência e relatassem certos problemas (principalmente relacionados com organizações governamentais). Isto mostrou como os pesquisadores e profissionais estão informados e almejam uma qualidade de vida melhor para estas pessoas.

Como exemplo do tipo de problemas citados pelas pessoas com diversidade, DIV02 relata alguns relacionados com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Este participante julga que hoje a organização já não está mais em contacto com quem deveria representar; contou que houve reuniões em que nenhuma pessoa com diversidade foi chamada, sendo que bastava contactar o representante do grupo que estes teriam comparecido. A gestão deste grupo também já tomou atitudes consideradas desnecessárias, principalmente porque não escutou os alunos com diversidade. Com isto, DIV02 afirma que a gestão do NAI na verdade quer «mostrar que tem pessoas com deficiência, mas não se preocupa com a sua inserção», que deveria ser o seu papel principal. Este relato acaba por estar alinhado com a descrição de Pase *et al.* (2020) ao afirmarem que (algumas) das políticas públicas estão desligadas das reais necessidades das pessoas com diversidade, apesar de existirem tentativas neste sentido nas esferas do governo.

Outros problemas que tiveram organizações governamentais envolvidas foram relatados por TRB01 e TRB05. Um grave problema descrito por TRB01 foi que há uma disputa entre organizações simplesmente com o intuito de ver «quem consegue mais financiamentos do governo», sem uma real busca na sociedade para aferir o que realmente é interessante ou necessário realizar. TRB05 relata problemas em relação à organização pública brasileira, mostrando que não é tão diferente da portuguesa. Relata que a prefeitura (câmara municipal) da sua cidade cede alguns computadores portáteis já ultrapassados, por vezes até usados, para a escola em que trabalha. Isto atrapalha um pouco no dia a dia pois as baterias por vezes estão gastas, o que perde o sentido da portabilidade que ele traz, além de que alguns deles já possuem um *hardware* ultrapassado (o que faz com que o trabalho realizado nele seja mais demorado).

Soluções

As possíveis soluções para os problemas apresentados foram exclusivamente descritas por pesquisadores e profissionais, mostrando novamente que estes dois grupos estão atentos a estas questões. Isto demonstra também uma oportunidade para estimular PCD a refletir de forma crítica sobre as tecnologias que usam e para envolvê-las no processo de design através de métodos participativos. Um exemplo sobre essas possibilidades é dado por INV01 sobre a acessibilidade aos *sites* hoje em dia, que descreve ser muito importante fornecerem a opção de ativar a transcrição para língua gestual pois possibilita a navegação para os cegos e surdos que não conheçam a língua escrita passam a ter um acesso facilitado ao site. INV01 também descreve algumas atitudes que são importantes para facilitar a comunicação e diminuir o ruído em conversas online. Dá como exemplo as suas próprias atitudes como: alocar um tempo para organizar as mensagens dos e-mails por categoria e organizar-se para limitar as horas de trabalho, sempre deixando claro para as pessoas se/quando está ou não disponível para trabalhar online.

Em relação ao ambiente escolar, INV03 propõem algumas soluções. Este participante diz que os alunos com diversidade devem ser incluídos nas turmas «normais», pois ajuda a fomentar a inclusão entre os miúdos. Ele

afirma também que é muito importante que as escolas se consciencializem a respeito da necessidade de contratar tutores para acompanhar os alunos com diversidade nos estudos em casa. INV05 traz um outro ponto sobre as questões educacionais, dizendo que nas escolas os professores têm de ter conhecimento acerca de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para que os alunos surdos possam manter o foco neles e não no tradutor, o que irá melhorar muito a experiência do aluno durante as aulas. TRB05 diz que a criação de uma plataforma unificada entre os alunos, as escolas e os profissionais iria ajudar no desenvolvimento dos alunos, porque mesmo que uma criança muda de escola ou de profissional ainda se poderia manter o acompanhamento deste aluno. Em relação à situação específica da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), TRB05 diz que a conexão entre a instituição e outras empresas tem de ser mais institucional, fazendo com que se desvincule da pessoa que gere o local.

Interação

Quanto aos modos de interação, todos os participantes mencionaram comunicar tanto presencialmente como virtualmente, porém as PCD manifestaram uma clara preferência pela relação presencial, em detrimento das virtuais. Um destes participantes afirmou que numa interação presencial é «mais fácil transmitir uma ideia» (DIV01) comparada com a virtual. Entretanto, foi possível perceber que a pandemia de COVID-19 influenciou as preferências de interação das pessoas que participaram neste estudo. A maior influência que se pode notar é que mesmo se a preferência for pela interação presencial, a pessoa entende e aceita a prioridade pela interação virtual nas circunstâncias em que estamos. A mesma pessoa que destaquei anteriormente reforçou que, por causa da pandemia, entende as vantagens da interação virtual e que neste momento faz sentido aproveitar estas ferramentas, como se pode observar em seu argumento «[...] dadas essas circunstâncias, o melhor é prevenir» (DIV01).

Corroborando este pensamento, INV02 afirmou que as videoconferências se tornaram mais comuns durante a pandemia de COVID-19 e DIV02 disse que as reuniões presenciais do grupo Coletivo, a que pertence, passa-

ram a ser realizadas virtualmente. TRB01 deu um exemplo desta abordagem no âmbito de trabalho, informando que as avaliações dos utilizadores passaram a ser por modo virtual, a entrega dos materiais necessários passou a ser efetuada via correios e o suporte aos utilizadores passou a ser exclusivamente via *Skype* e *Teamviewer*. TRB02 comentou que realizou a sua primeira conferência em vídeo com um grupo de amigos por causa da COVID-19; as suas interações com este grupo passaram a ser exclusivamente por *Skype*, *WhatsApp* e *Messenger*, e ainda aproveitaram para realizar uma compra conjunta de máscaras de proteção online, em busca de um melhor preço unitário. Uma das pessoas do grupo realizou a compra, recebeu a encomenda em casa, e posteriormente enviou para as outras pessoas.

Um destaque que ocorreu entre as diversas interações presenciais citadas durante a análise foi de DIV06, que comentou gostar de ter pessoas de confiança, como os seus amigos mais próximos, que a acompanhavam na rua à noite ajudando-a por conta de sua baixa visão (de dia ela já não necessita deste auxílio), e que para ela é melhor do que qualquer tecnologia pois há uma interação durante a própria ajuda. Também citou gostar destas interações presenciais como as «sociais» com os amigos em bares, cafés, jantares, almoços, etc. (DIV06). Outros exemplos de interações presenciais destacados pelo grupo de PCD foram: reuniões para debates de situações a respeito do grupo Coletivo no qual a DIV02 fazia parte; a participação de DIV05 em eventos dedicados ao grupo de pessoas com o mesmo tipo de diversidade funcional, que oferecia palestras com profissionais específicos; a do DIV04 que realizava muita interação na universidade durante as aulas do curso, conversava com pessoas de outros cursos nos pátios, nos bares, antes e depois das aulas, e participava em encontros na vizinhança com familiares mais próximos.

Ao comentar sobre a interação virtual, os participantes trouxeram um contexto mais abrangente. Nos três grupos foi dito que já utilizavam este meio, mesmo antes da pandemia, para contactar parentes e amigos distantes através do *Facebook*, *WhatsApp* e outros (DIV04, DIV03, TRB05). Uma informação interessante partilhada por INV05 foi que as pessoas surdas foram pioneiras a utilizar essa interação virtual para comunicação. Utilizavam desde o *Pager* para enviar e receber mensagens, até às mensagens de telemóvel, tendo em consideração a tecnologia de cada época. Os partici-

pantes também citaram existir um proveito profissional desta interação e estes foram: compartilhar o resultado de uma reunião por e-mail ou realizar um telefonema para entrar em contacto com a outra escola do grupo e trocar informações (DIV06); ter conversas através de mensagens e e-mails com o grupo de trabalho (INV01); realizar a troca de informações através do *WhatsApp*, e-mail ou telefone (INV03); utilizar plataformas online e e-mail para compartilhar ficheiros (TRB02); através do *WhatsApp*, telefone e e-mail poder discutir emergências, marcar as reuniões presenciais, atualizar as pessoas que não puderam ir a alguma reunião e adiantar questões que estariam na pauta da reunião agendada (TRB04); um uso específico relatado por TRB01 foi o de suporte para utilização de plataformas digitais ou programas às PCD registadas na empresa em que trabalha.

Pertença

Os dados revelaram que nenhum participante tinha sentimentos de exclusão total, como sinal que a pessoa não se sinta ouvida. Apenas três participantes (duas com diversidade e um pesquisador) relataram algumas situações específicas que causaram um sentimento negativo a respeito de se sentir ouvido.

Entre os participantes com diversidade, DIV02 relatou problemas principalmente relacionados com a universidade, como o de já ter presenciado desvio de verbas e sentir que a própria universidade por vezes não dá importância ao NAI. Sobre o NAI relatou a dificuldade de entrar em contacto após a mudança de gestão e que esta toma decisões sem pesquisar as reais demandas dos alunos que deveria representar e defender. DIV04 também citou outros problemas com o NAI, dizendo que este não deu continuidade à solicitação que fizera, dando a entender que não lhe deu a devida importância. Relatou problemas com alguns professores e, assim como no caso anterior, acabaram por não atender a algumas solicitações feitas. No contexto social, conta que algumas pessoas o ignoram quando ele chega ao encontro de um grupo na universidade. Elas acham que ele não as percebeu por ser cego e, por exemplo, ao chegar a um grupo e falar (como dizer um «bom dia») nem todos lhe respondem. Este participante consegue perceber isso

pois distingue quantas pessoas tem um grupo pela diferença na entonação da voz de cada um, enquanto ele ainda está a chegar ao seu encontro.

A única participante dos pesquisadores que mencionou sentimentos negativos de pertença foi INV03, que relatou situações onde não se sente ouvida com a devida atenção. Isto ocorre tanto dentro do grupo de pesquisa quanto no contexto familiar, porém com o mesmo foco: a empatia do próximo com as suas necessidades. Dentro do contexto de família afirmou ser escutada e sentir-se ouvida. Outras vezes não levam a sério as suas necessidades, acreditam ser «bobagem» ou algo simples de resolver, e acabam por não lhe dar a devida importância. Em relação ao grupo de pesquisa, o que a incomoda é não ter respostas (*feedback*) proveitosas acerca de anseios pessoais.

Participação cívica

A descrição de conquistas no âmbito de participação cívica não foi evidente em todos os participantes de PCD. Porém, de entre todo o grupo de entrevistados, foi o de maior representação, com três pessoas. Dos profissionais, apenas duas pessoas relataram algumas situações que consideram conquistas cívicas obtidas por PCD e no grupo de pesquisadores apenas uma pessoa.

Entre as conquistas mencionadas, houve um relato de contacto direto do PCD com um partido político, sendo a esposa do voluntário a responsável por iniciar o contacto; isto fez com que ele ficasse mais ativo na luta pelos seus direitos (DIV04). Este relato exemplifica a importância de os cidadãos partilharem as soluções alcançadas através do diálogo, neste caso, junto do próprio governo. Este resultado confirma a posição de Olivier e Wright (2015) que propõem uma alternativa para o posicionamento tradicional do governo com as suas prestações de serviço público, enaltecendo o pensamento político com base em diferentes experiências, valores e conhecimento. Outro relato significativo foi de DIV05, que descreveu a sua felicidade quando soube de que a empresa *Facebook* investiu financeiramente no grupo de surdos que ele fazia parte nessa mesma plataforma.

Tratando-se de ações necessárias à participação cívica das pessoas com diversidade, as pessoas que mais relataram situações foram do grupo de

pesquisadores (três pessoas). Na categoria de PCD, os mesmos três que relataram as conquistas, destacaram menos situações do que os pesquisadores. E na categoria de profissionais somente uma pessoa relatou alguma ação. De entre as ações necessárias destaco o relato de DIV04, pois reitera a importância de criar leis para dar respaldo às PCD e do investimento público para dar mais acesso a todas as pessoas e mostrar que cada pessoa com diversidade é única pelo que as soluções devem ser individualizadas.

Discussão

A partir do exposto, a fim de realçarmos o atendimento de cada objetivo traçado neste artigo, ilustramos a discussão dos resultados com o recorte de algumas citações das pessoas com diversidade funcional (DIV) entrevistadas.

O panorama do contexto de uso atuais

Sobre o primeiro objetivo específico — compreender os contextos de uso atuais do público-alvo a fim de identificar as suas reais necessidades — todos os participantes da pesquisa indicaram sentir-se inseridos em algum grupo social, quer seja de amigos, familiares ou profissionais, vivenciando o sentimento de pertença. Pode-se perceber a existência de necessidades das PCD e estas demandam ser reconhecidas e respeitadas nas suas especificidades não apenas pelos grupos em questão, mas num contexto mais amplo. Foram destacados problemas reais que são colocados em segundo plano, sem levar em consideração as reais demandas e com isso reforça-se a importância de garantir a vez e a voz de todos na participação democrática. Como exemplo, destacamos a fala «[...] tu já vais fazendo um monte de preconceitos, que na verdade são importantes, mas têm de ser vencidos. Com o quê? Com aproximação [...]» (DIV04). Entendemos com isso que o reconhecimento do preconceito existente pode inspirar ações em direção à sua superação. Isto vai ao encontro do pensamento de Cobigo *et al.* (2012) sobre a compreensão e o respeito pela diversidade.

O uso de soluções digitais para dar voz a PCD

Sobre o segundo objetivo específico — explorar o uso de soluções digitais (apps), visando perceber as suas limitações atuais bem como o seu potencial para dar mais voz a pessoas com diversidade funcional — os participantes da pesquisa descreveram usos de soluções digitais e apontaram algumas limitações, tais como: alto custo dos equipamentos e serviços, a necessidade de aprimoramento quanto à acessibilidade, e a falta do contacto direto com as pessoas. Já como potencial destacam a maior projeção da voz da pessoa com diversidade, a rutura das distâncias geográficas, a agilidade e maior facilidade ao acesso às informações. Todos os participantes mencionaram comunicar presencialmente e virtualmente. Porém, as pessoas com diversidade tinham uma clara preferência pela relação presencial. Como exemplo, destacamos os relatos de DIV04 «[...] porque, eu fiquei cego há 13 anos, eu não tenho como me educar, não tenho como ler, não tenho como me desenvolver se não tiver acessibilidade. [...]» e «[...] o computador, um celular bem, bem preparado é a minha garantia de educação [...] Universidade é só a tecnologia, quem não tem um computador nem adianta entrar na universidade [...]». Nestas citações fica claro o potencial que as tecnologias trazem para o quotidiano e vai ao encontro do posicionamento de Gonçalves *et al.* (2015).

Potenciar a colaboração e o empoderamento em processos de intervenção cívica

Sobre o último objetivo específico — a longo prazo, conectar vários tipos de potenciais utilizadores (por exemplo, pessoas com diversidade funcional, as instituições que as representam e investigadores que trabalham em áreas relevantes) para fomentar a sua colaboração e empoderamento em processos de intervenção cívica — constatou-se que cabe ao design criar e avaliar as diversas técnicas visuais, funcionais e de comunicação inerentes e adequadas a favorecer a experiência de uso de qualquer nova tecnologia, mas também aprofundar modelos inclusivos de interação e comportamento humano. Além disto, tem um papel de intervenção oportuno, não só no

desenvolvimento de produtos e serviços que promovam uma participação cívica relevante, mas também na aplicação de processos de participação inclusiva e cocriação dessas mesmas soluções. Como exemplo, destacamos o relato de DIV03 «[...] Eu escrevi o Dia Internacional da Vida, um abaixo-assinado, e consegui bastantes assinaturas [...] Passei em escolas, igrejas, faculdades, pedi nas rádios [...] Eu registei esse projeto lá no cartório da cidade [...] aos poucos já está sendo comemorada em outras famílias [...] é no dia 15 de setembro [...]». Este exemplo permite perceber que, ao ser voluntário numa rádio, este participante conseguiu um tempo destinado para compartilhar os seus contos e os seus ideais. Este relato vai ao encontro do argumento de Olivier e Wright (2015) acerca da relação de empoderamento e participação cívica, pois esta situação mostrou que há um empoderamento através da informação, e DIV03 conseguiu aproveitar a comunicação virtual para se relacionar com outras pessoas.

A discussão dos resultados em função dos objetivos que orientaram esta investigação aponta que a participação cívica ainda não é uma conquista plena. Algumas vezes a própria pessoa não tem noção de que sua ação caracteriza a sua participação cívica na sociedade. Observou-se que a comunicação fruto da associação entre pertença e tecnologia contribuiu para o aumento de poder das pessoas com diversidade funcional.

Considerações sobre fazer investigação centrada no ser humano durante a pandemia de COVID-19

Estava prevista a realização desta pesquisa de modo presencial. Porém, devido à pandemia (COVID-19) e ao período de confinamento, as entrevistas foram realizadas online usando principalmente ferramentas de videochamada como o *Skype*. Pode argumentar-se que isto foi uma forma de promover a inclusão, uma vez que permitiu ampliar a área geográfica de recrutamento de pessoas interessadas em participar na pesquisa. De facto, a entrevista online está a ser cada vez mais utilizada, sendo que difere da presencial pois pode ser realizada de modo síncrono ou assíncrono, requer estratégias distintas para captar sujeitos de pesquisa e as instruções aos participantes também são diferentes das presenciais (Flick, 2009).

A entrevista pode ser desenvolvida online (Flick, 2009; Mendes, 2009). Esta escolha tem de ser bem analisada, pois existe a possível dificuldade de encontrar participantes que tenham acesso à Internet e estejam dispostos a usar as tecnologias necessárias. Verificou-se esta dificuldade com algumas pessoas contactadas neste estudo, mas não se tornou um impedimento para as entrevistas em geral. No total foram contactadas 21 pessoas; destas, 17 disponibilizaram-se e aceitaram participar. Porém, no caso de uma delas, que chegou até a assinar o consentimento informado, optou-se por não dar continuidade à sua participação pois apresentou problemas técnicos para estabelecer uma conexão estável com a Internet, por vários dias. Ao fim de algumas tentativas, esta compreendeu o motivo de não ser possível a sua participação e aceitou deixar de ser participante.

Um ponto interessante que ocorreu durante as entrevistas foi, em alguns casos, de se obter mais informação depois da «entrevista formal» ser finalizada, ou seja, ao informar o participante que não havia mais perguntas. A partir desse momento aproveitava para perguntar ao participante se gostaria de saber mais sobre o investigador principal e a respeito de sua história. O facto de já estarem a conversar há aproximadamente uma hora criou um certo à-vontade e fomentou uma conversa mais descontraída com o investigador. Na maioria dos casos, essas conversas geraram mais informações através de perguntas que emergiam organicamente, mas que agregaram as respostas das questões do guião da entrevista.

Assim como numa entrevista presencial, o investigador principal adotou uma postura personalizada com cada participante de forma a refletir a sua diversidade individual. Apesar disso, as entrevistas iniciavam-se com uma apresentação curta e rápida do investigador, dando ênfase à explicação sobre a pesquisa num esforço para criar um ambiente descontraído com o participante. As entrevistas foram quase sempre realizadas individualmente, havendo apenas dois casos no grupo das pessoas com diversidade funcional nos quais ocorreu interação com familiares. No primeiro foi devido à necessidade de ajuda do participante a preparar o *Skype*; no segundo, além da ajuda na configuração do programa, a esposa ficou atenta caso houvesse algum problema de conexão para poder reconectá-lo, o que chegou a ocorrer uma vez. Por causa disto, no início da conversa, ao perguntar a respeito de algo que ele quisesse falar sobre si, hesitou por um instante; a sua esposa

aproveitou para dar uma opinião. Neste momento o participante ficou com mais confiança e acabou por validar a afirmação. Esta situação acabou por criar um ambiente descontraído entre o participante e o investigador, que se manteve até o encerramento da entrevista.

Reflexões a respeito do estado atual da pesquisa

Esta pesquisa valorizou a participação cívica de todos, mostrando a relevância da percepção das pessoas com diversidade e realçando a importância de ouvir todos para a construção efetiva de uma sociedade democrática. Ainda existem barreiras a serem derrubadas e conquistas de direitos a serem alcançadas com a população de pessoas com diversidade. Posteriormente, pretendemos averiguar junto dos participantes a relativa importância das várias barreiras e oportunidades de design descobertas nesta fase, bem como as áreas cívicas de interesse na ótica de cada indivíduo. Este estudo, pretende contribuir para o desenvolvimento de ferramentas que possam facilitar a participação cívica digital de forma inclusiva e significativa para a sociedade.

As entrevistas forneceram elementos para uma hipótese preliminar de que a vivência neste cenário pandémico acelerou a inserção no mundo virtual das pessoas no geral, incluindo as pessoas com diversidade. Embora se tenha referido o “medo” de a tecnologia substituir o contacto presencial, além do uso das redes sociais já conhecidas, os participantes demonstraram nesta experiência uma oportunidade a explorar como ferramenta que atende a necessidades pessoais, académicas, profissionais e socio-culturais.

Conclusão

A respeito da relação do design com a participação cívica digital para pessoas com diversidades funcionais, concluímos que o design tem um papel de intervenção oportuno, não só no desenvolvimento de produtos e serviços que promovam uma participação cívica relevante, mas também na aplicação de processos de participação inclusiva e cocriação dessas mesmas soluções.

Este estudo permite ampliar o entendimento de designers sobre o real processo de projetar produtos e serviços para o cidadão, tendo os seus anseios e especificidades como centro para o desenvolvimento criativo. Uma forma de atingir isto, é seguindo um processo de Design Centrado no Usuário (ISO 9241-210, 2019). Esta mudança faz com que os designers se preocupem menos com o que será feito e se foquemr mais no que realmente precisa de ser feito. Isto contribui para que o desenvolvimento de um produto ou serviço cumpra o seu papel com uma maior eficácia e relevância, quando comparado com um processo de design que não utilize este processo de diálogo e co-criativo.

Referências bibliográficas

- Arenhardt, D. L., Franchi, T. S., Costa, V. M. F., & Grohmann, M. Z. (2017). Acessibilidade digital: Uma análise em portais de Instituições Federais de Educação do Brasil. *education policy analysis archives*, 25, 33. <https://doi.org/10.14507/epaa.25.2639>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Figueiredo, R. V., Rocha, S. R. da M., & Poulin, J. R. (2019). Contribuição da inclusão digital na afirmação de sujeitos com deficiência intelectual. *Revista Diálogo Educacional*, 19(61), 809–825. <https://doi.org/10.7213/1981-416X.19.061.AO05>
- Gomes, W. (2019). *A democracia no mundo digital: História, problemas e temas*. Sesc.
- Gonçalves, R., Pereira, J., Martins, J., Branco, F., & Peixoto, C. (2015). *AcessWeb — Uma Perspetiva Sobre a Acessibilidade Web em Portugal*. 16.
- Harboe, G., Minke, J., Ilea, I., & Huang, E. M. (2012). Computer support for collaborative data analysis: Augmenting paper affinity diagrams. *CSCW '12*.
- ISO 9241-210. (2019). *ISO 9241-210*. ISO. <https://www.iso.org/cms/render/live/en/sites/isoorg/contents/data/standard/07/75/77520.html>
- Martini, R. (2005). Inclusão Digital & Inclusão Social. *Inclusão Social*, 1(1). <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1501>

- Mendes, C. M. (2009). *A PESQUISA ONLINE: potencialidades da pesquisa qualitativa no ambiente virtual*. 9.
- Naylor, Z. (2019, Setembro 30). *How to create an affinity diagram for UX Research*. Medium. <https://medium.com/@zacknaylor/how-to-create-an-affinity-diagram-for-ux-research-cdc08489952d>
- Neno, M. (2011, Setembro 19). Aplicativo permite enviar reclamações em tempo real para Prefeitura do Rio. *Rio de Janeiro*. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/09/aplicativo-permite-enviar-reclamacoes-em-tempo-real-para-prefeitura-do-rio.html>
- Olivier, P., & Wright, P. (2015). Digital Civics: Taking a Local Turn. *interactions*, 22(4), 61–63. <https://doi.org/10.1145/2776885>
- Rendón-Rojas, M. A., & García-Cervantes, A. (2012). El sujeto informacional en el contexto contemporáneo. Un análisis desde la epistemología de la identidad comunitaria-informacional. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 17(33), 30–45. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2012v17n33p30>
- Vlachokyriakos, V., Crivellaro, C., Le Dantec, C. A., Gordon, E., Wright, P., & Olivier, P. (2016). Digital Civics: Citizen Empowerment With and Through Technology. *Proceedings of the 2016 CHI Conference Extended Abstracts on Human Factors in Computing Systems*, 1096–1099. <https://doi.org/10.1145/2851581.2886436>

A PRESTAÇÃO SOCIAL PARA A INCLUSÃO COMO CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS DOS CIDADÃOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Mário Simões Barata

Professor Adjunto, Politécnico de Leiria, Portugal. mario.barata@ipleiria.pt

Resumo: O artigo pretende analisar a prestação social para a inclusão instituída pelo Decreto-lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro, como concretização dos direitos sociais dos cidadãos portadores de deficiência consagrados no n.º 2 do Artigo 71.º da Constituição da República Portuguesa (CRP). Para tanto, considera os seguintes aspectos dos direitos fundamentais: o sistema do direito constitucional positivo; as funções dos direitos fundamentais; o regime dos direitos económicos, sociais e culturais. De seguida, analisa o Artigo 71.º da CRP, nomeadamente o modo como o Estado/legislador concretiza o n.º 2 do preceito. Por fim, tece algumas considerações relativamente ao decreto-lei adotado pelo Governo que cria a prestação social para a inclusão bem como os meios financeiros que lhe estão alocados.

Palavras-chave: direitos fundamentais; direitos sociais; cidadãos portadores de deficiência; prestação social para a inclusão.

Abstract: The article intends to analyze the social benefits for inclusion instituted by Decree-law n.º 126-A/2017, of the 6th of October, as a realization of the social rights of citizens with disabilities enshrined in section 2 of Article 71 of the Portuguese Constitution. To this end, it considers the following aspects pertaining to fundamental rights: the system that was adopted in the constitution; the functions

of fundamental rights; the legal regime regarding economic, social, and cultural rights. Next, it analyzes Article 71, namely the way in which the State/legislator fulfills section 2 of the constitutional precept. Finally, it makes some considerations regarding the decree-law that was adopted by the Government which creates the social benefit for inclusion as well as the financial means allocated to it.

Keywords: fundamental rights; social rights; citizens with a disability; social inclusion payment.

I. Introdução

O artigo ora apresentado é uma versão alargada do resumo que foi publicado pela Organização da VI Conferencia Includit (Barata, 2020, pp. 146 e ss.) e pretende analisar a prestação social para a inclusão instituída pelo Decreto-lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro, como concretização dos direitos sociais da pessoa portadora de deficiência consagrados no n.º 2 do Artigo 71.º da Constituição da República Portuguesa (CRP). Para tanto, consideramos os seguintes aspectos dos direitos fundamentais: o sistema do direito constitucional positivo e as funções dos direitos fundamentais; o regime dos direitos económicos, sociais e culturais (i.e., modelos de positivação; dimensões subjetiva e objetiva, direito a prestações; eficácia jurídica). De seguida, analisamos o Artigo 71.º da CRP e o modo como o Estado/legislador concretiza o n.º 2 do preceito. Por fim, tecemos algumas considerações relativamente ao decreto-lei que concretiza o direito fundamental e cria a prestação social para a inclusão, bem como aos meios financeiros que lhe são alocados desde a sua instituição em concreto até ao atual valor inscrito no Orçamento de Estado para o ano de 2021.

II. Direitos fundamentais (positivação constitucional e funções)

Os direitos sociais são, no nosso ordenamento jurídico, direitos fundamentais que se encontram no Título I da lei fundamental portuguesa. Em matéria de direitos fundamentais, a Constituição consagra dois tipos

de classificações. A primeira refere-se aos direitos, liberdades e garantias e abarca os direitos, liberdades e garantias pessoais, os direitos, liberdades e garantias de participação política e os direitos liberdades e garantias dos trabalhadores, ao passo que a segunda se reporta aos direitos económicos, sociais e culturais e abrange os direitos e deveres económicos, os direitos e deveres sociais bem como os direitos e deveres culturais.

Os direitos fundamentais desempenham uma pluralidade de funções. Assim, a doutrina (Canotilho, 2003, p. 407) alude a quatro funções: de defesa e de liberdade; de prestação social; de proteção de terceiros; de não discriminação. A primeira função associada aos direitos fundamentais aponta para uma função de defesa ou de liberdade. Nesse sentido, os direitos fundamentais visam defender a pessoa humana e a sua dignidade perante os poderes do Estado. Diferentemente, a segunda função convoca a ideia do direito a prestações. Assim, os direitos fundamentais apontam para o direito do particular a obter algo através do Estado, designadamente em matéria de saúde, educação e segurança social. A terceira função alude à ideia de proteção perante terceiros. Aqui, estamos perante o facto de que muitos direitos fundamentais impõem um dever ao Estado de proteger os particulares contra terceiros. Por exemplo, a inviolabilidade do domicílio, o direito à proteção de dados informáticos e o direito a associação impõem um dever ao Estado de adotar as medidas destinadas a proteger o exercício de direitos fundamentais. Por último, a quarta função refere-se à não discriminação e exige que o Estado trate os seus cidadãos como cidadãos fundamentalmente iguais.

III. O regime dos direitos económicos, sociais e culturais

Neste ponto, faremos uma breve análise do regime dos direitos económicos, sociais e culturais de acordo com a proposta formulada por Gomes Canotilho (2003, p. 473 e ss.) através da consideração dos seguintes pontos: modelo de positivação; dimensões subjetiva e objetiva; direito a prestações; eficácia jurídica.

a) Modelos de positivação

De acordo com Gomes Canotilho, a doutrina regista quatro possibilidades de conformação jurídica dos direitos sociais. Dito de outro modo, encontramos quatro modelos de positivação: as «normas sociais» como normas programáticas; as «normas sociais» como normas de organização; as «normas sociais» como «garantias institucionais»; e as «normas sociais» como direitos subjetivos públicos. Para o ilustre professor de Coimbra, os direitos fundamentais são direitos subjetivos públicos. Tal significa que «são direitos que os cidadãos podem invocar contra o Estado, quer exigindo uma certa atuação quer impondo limites ao exercício dos seus poderes» (Justo, 2012, p. 55). Partindo desta definição, os direitos sociais são precisamente aqueles direitos subjetivos públicos que exigem uma ação do Estado.

b) Dimensões subjetiva e objetiva

Esta ideia de direito subjetivo público encontra-se, ainda, na análise das dimensões subjetiva e objetiva dos direitos sociais. Em concreto, Gomes Canotilho defende, a propósito da dimensão subjetiva, que os «os direitos sociais são compreendidos como autênticos direitos subjetivos inerentes ao espaço existencial do cidadão, independente da sua justiça e exequibilidade imediatas» (2003, p. 476). O autor defende ainda que os direitos sociais têm a mesma dignidade que os direitos, liberdades e garantias, e nem o Estado nem terceiros poderão agredir as posições jurídicas que estão protegidas nestes direitos. Para além desta, a dimensão objetiva traduz-se em imposições legiferantes e no fornecimento de prestações. A primeira forma de ação aponta para a obrigação do legislador atuar positivamente. Tal significa que o Estado tem o dever de legislar no sentido de criar as condições materiais e institucionais para a efetivação desses direitos. Em segundo lugar, o Estado tem o dever de fornecer prestações aos cidadãos, de modo a concretizar os direitos sociais e cumprir ou executar as imposições constitucionais (Canotilho, 2003, p. 476).

c) Direito a prestações: direitos originários e direitos derivados

A dimensão subjetiva dos direitos sociais fundamenta a existência de direitos originários a prestações. Tal afirmação parte da garantia constitucional dos direitos que geram um dever na esfera do Estado, no sentido de criar os pressupostos materiais ao exercício desses direitos, bem como a faculdade de os cidadãos exigirem imediatamente as prestações constitutivas desses direitos. Nesse sentido, Gomes Canotilho coloca os seguintes exemplos:

- i) a partir do direito ao trabalho pode derivar-se o dever do Estado na criação de postos de trabalho e a pretensão dos cidadãos a um posto de trabalho?
- ii) como base no direito de expressão é legítimo derivar o dever de o Estado criar meios de informação e de os colocar à disposição dos cidadãos, reconhecendo-se a estes o direito de exigir a sua criação? (2003, p. 477).

De acordo com Gomes Canotilho os exemplos oferecidos apontam para o problema dos direitos originários a prestações. Por outras palavras, a garantia da proteção jurídica implica um dever de agir por parte dos órgãos públicos. Tal implicação leva um segmento da doutrina a uma resposta negativa. Contudo, Gomes Canotilho não partilha desta visão das coisas e sustenta que a consagração constitucional dos direitos económicos, sociais e culturais não implica uma resposta uniforme por parte do Estado. Para o autor (2003, pp. 477–478), alguns dos direitos económicos, sociais e culturais são imediatamente eficazes, ao passo que outros dependem da atividade mediadora do Estado (por exemplo, o direito à saúde e o direito ao ensino).

Logo, a compreensão dos direitos económicos, sociais e culturais como direitos originários a prestações suscita questões/problemas conexos com a sua efetivação. Assim, a efetivação dos direitos económicos, sociais e culturais está ligada aos recursos económicos e às disponibilidades financeiras do Estado e a sua insuficiência não pode constituir uma resposta aceitável, dada a imposição constitucional constante da alínea d) do Artigo 9º da CRP que impõe «a efetivação dos direitos económicos, sociais e culturais, e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais» como uma das tarefas fundamentais do Estado.

Consequentemente, cabe ao Estado a responsabilidade de colocar à disposição dos cidadãos prestações de várias espécies (por exemplo, instituições de ensino e de saúde). Assim, na ótica de Canotilho:

à medida que o Estado vai concretizando as suas responsabilidades no sentido de assegurar prestações existenciais dos cidadãos (...), resulta, de forma imediata, para os cidadãos: 1) o direito de igual acesso, obtenção e utilização de todas as instituições públicas criadas pelos poderes públicos (...); 2) o direito de igual quota-parte (participação) nas prestações fornecidas por estes serviços ou instituições à comunidade (...) (2003, p. 478).

Estes pressupostos fundamentam o conceito de direitos derivados a prestações que devem ser compreendidos como o direito dos cidadãos a uma participação igual nas prestações do Estado que foram criadas pelo legislador de acordo com os recursos existentes.

d) Eficácia jurídica: vertical e horizontal

A leitura do n.º 1 do Artigo 18º da CRP parece limitar a «eficácia horizontal» dos direitos fundamentais aos direitos, liberdades e garantias. Por outras palavras, uma interpretação menos cuidada do preceito leva o intérprete a sustentar que os direitos económicos, sociais e culturais têm apenas uma eficácia vertical (i.e., vinculam apenas o Estado, ou seja, as entidades públicas). Contudo, Gomes Canotilho afirma que «o problema da eficácia imediata de direitos fundamentais nas relações jurídicas privadas pode colocar-se também relativamente a direitos sociais» (2003, p. 483). Nesse sentido, o autor defende que «a teleologia intrínseca da Constituição portuguesa aponta para uma eficácia horizontal dos direitos económicos, sociais e culturais. Isto parece indiscutível em relação ao núcleo essencial de direitos ligados à proteção da dignidade humana» (2003, pp. 483–484). Para tanto, o autor afirma que o comércio jurídico privado está vinculado aos direitos fundamentais sociais especialmente quando o núcleo desses direitos está ligado à dignidade da pessoa humana e oferece dois exemplos de contratos para ilustrar a sua posição (i.e., contratos lesivos da saúde humana ou dos interesses dos consumidores).

IV. Os direitos e deveres sociais

A Constituição da República Portuguesa consagra vários tipos de direitos e deveres sociais. Nesse sentido, encontramos: segurança social e solidariedade (artigo 63.º); saúde (artigo 64.º); habitação e urbanismo (artigo 65.º); ambiente e qualidade de vida (artigo 66.º); família (artigo 67.º) paternidade e maternidade (artigo 68.º); infância (artigo 69.º), juventude (artigo 70.º), cidadãos portadores de deficiência (artigo 71.º) e terceira idade (artigo 72.º).

V. O Artigo 71.º da CRP

A Constituição da República Portuguesa de 1976 encerra uma disposição específica relativamente aos cidadãos portadores de deficiência. A norma constitucional encontra-se no Capítulo II referente aos direitos e deveres sociais do Título III que consagra os direitos económicos, sociais e culturais. Contudo, as sucessivas revisões constitucionais introduziram alterações na versão original. Assim, importa tecer algumas considerações sobre a história do preceito desde a redação original até à presente formulação.

a) a redacção original

Em 1975 e 1976 a Assembleia Constituinte redigiu e aprovou uma norma específica relativamente aos cidadãos deficientes: o Artigo 71.º da CRP. O preceito, na sua versão original, era composto por dois números. O n.º 1 do Artigo 71.º da lei fundamental regulava os direitos e deveres dos cidadãos física ou mentalmente deficientes e o n.º 2 disciplinava os encargos do Estado relativamente a este grupo de cidadãos, impondo designadamente a realização de um conjunto de políticas públicas, pedagogias de sensibilização e de respeito, bem como a assunção do encargo da efetiva realização dos direitos. Contudo, a expressão «deficiente» não foi nem a primeira nem a única para qualificar este grupo de cidadãos durante os trabalhos da Assembleia Constituinte. Nesse sentido, António de Araújo alude à multiplicidade de opções consideradas por aquela assembleia na seguinte passagem:

(...) alguns deputados subscreveram uma proposta no sentido de substituir a expressão «diminuídos» por «deficientes». Os projetos de Constituição usavam conceitos como «incapacitados para o trabalho» (projeto do MDP/CDE), «parcialmente inválidos» (projeto do PCP) ou «diminuídos físicos, sociais ou mentais» (projeto do PPD). Ora, não há dúvidas que expressões como «inválido», «incapacitado» ou «diminuído» possuem uma carga semântica negativa, sendo facilmente explicável — e louvável — aquela alteração ocorrida na Constituinte. Considerou-se na altura que a expressão «deficiente» era menos estigmatizante (...) (2001, p. 116).

b) Aditamento do n.º 3

No quadro da segunda revisão constitucional que ocorreu em 1989 o legislador constitucional introduziu um n.º 3 no preceito que estabelecia o seguinte: «O Estado apoia as associações de deficientes».

c) Redação atual

Posteriormente, a quarta revisão constitucional, que ocorreu em 1997, alterou a epígrafe do artigo e a redação dos três números que disciplinam esta matéria. Em concreto, a Lei Constitucional n.º 1/97 abandonou a designação de «deficientes» e substituiu-a pela expressão «cidadãos portadores de deficiência», de modo a sublinhar um direito de igualdade e um duplo direito positivo face ao Estado (Canotilho & Moreira, 2007, pp. 879–880). Esta alteração não se limitou à epígrafe, na medida em que a redação dos três números do Artigo 71.º foram alteradas de modo a refletir uma nova compreensão da pessoa humana que sustenta que «a deficiência não é uma característica “essencial” ou “definitória” da pessoa humana na singularidade do seu devir” e que “os deficientes” não existem como “categoria” una e totalizante, por oposição aos cidadãos “normais”» (Araújo, 2001, p. 117).

De acordo com António Araújo, a introdução do conceito «cidadãos portadores de deficiência» encerra duas virtualidades. A primeira visa contrariar a lógica do «estigma» (i.e., o rótulo que é adscrito em função de pertencer a um determinado grupo social que é marginalizado), ao passo que a segunda está relacionada com a referência à qualidade de «cidadão»,

o que é mais inclusivo (2001, p. 119). Para o autor, esta mudança no texto constitucional refletiu o

abandono de uma perspectiva individual em favor de uma perspectiva «ambiental». Esse abandono foi ditado pelo entendimento segundo o qual uma aproximação individual — ou talvez melhor, médico-individual — «descontextualiza» e «despolitiza» os processos sociais que levam à «invenção» da deficiência e, depois, à sua estigmatização (Araújo, 2001, p. 120).

Em suma, a quarta revisão constitucional acolheu uma transição de paradigma na abordagem das deficiências (i.e., a passagem de um «modelo médico» para um «modelo social») assente num novo modelo que entende a deficiência como um produto do contexto social e não como um atributo individual (Araújo, 2001, p. 122).

VI. Anotação

A atual redação do Artigo 71.º da Constituição da República Portuguesa estabelece o seguinte;

Artigo 71.º

(Cidadãos portadores de deficiência)

1. Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontram incapacitados.
2. O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efetiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores.
3. O Estado apoia as organizações de cidadãos portadores de deficiência.

a) O n.º 1 do Artigo 71.º

O sentido fundamental deste preceito, de acordo com Gomes Canotilho e Vital Moreira, «é o reconhecimento e proteção do direito dos cidadãos portadores de deficiência a gozarem dos mesmos direitos dos restantes e estarem sujeitos aos mesmos deveres. Trata-se, pois, antes de tudo, de um direito de igualdade» (2007, p. 879). Por outras palavras, os cidadãos portadores de deficiência têm o direito a não serem vítimas de uma capacidade diminuída nem privados de qualquer direito ou ver os seus direitos restringidos por causa de serem portadores de uma deficiência. No mesmo sentido, Jorge Miranda e Rui Medeiros escrevem o seguinte:

Do artigo 71, n.º 1, resulta que os cidadãos portadores de deficiência não podem ser privados de direitos para cujo exercício se não encontrem incapacitados. E embora a Constituição se refira apenas aos direitos (e aos deveres) consignados na Constituição, a teleologia do preceito e o princípio geral da proibição de discriminação dos cidadãos portadores de deficiência impõem que se atribua um alcance geral ao princípio que se extrai do referido preceito constitucional (2005, p. 715).

O disposto no n.º 1 do Artigo 71.º da CRP tem ainda, nas palavras de Jorge Miranda e Rui Medeiros, «importantes e imediatas implicações ao nível da legislação ordinária» (2005, p. 716). Neste sentido, os autores apontam para o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 561/95 onde a mais alta instância judicial, em matéria jurídico-constitucionais,

mostrou não ignorar a jurisprudência estrangeira que considera constitucionalmente suspeitas normas legais que impõem restrições à liberdade de correspondência a um inimputável perigoso internado num hospital psiquiátrico ou que o privam de jornais, rádio e televisão por motivos disciplinares que nada tenham a ver com o tratamento (2005, p. 716).

E no mesmo acórdão o Tribunal sustentou que

não é constitucionalmente admissível uma disposição legal da qual resulte que todas as pessoas com deficiência mental, seja qual for o grau de deficiência

de que padeçam, ficam impedidas de terem uma vida sexual normal. Por isso, nos termos do Código Penal, não é por ter cópula com mulher portadora de uma qualquer anomalia psíquica que o agente pratica o crime de violação: só há crime de violação punível se a anomalia psíquica for tal que tire à deficiente a capacidade para avaliar o sentido moral da cópula ou a capacidade para se determinar de acordo com essa avaliação, ou seja, se o consentimento da mulher não existiu, nem podia existir, ou se revela manifestamente irrelevante (Miranda & Medeiros, 2005, p. 716).

Por fim, o n.º 1 do Artigo 71.º da CRP afirma que os cidadãos portadores de deficiência estão sujeitos aos mesmos deveres. A propósito dos deveres o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 9 de março de 2000 sustentou que

os cidadãos física ou mentalmente deficientes só podem ser dispensados de deveres para os quais se encontrem incapacitados, o que é um corolário do princípio constitucional da igualdade, sendo materialmente inconstitucionais todas as normas (...) da lei ordinária que se reconduzem ao estabelecimento de um regime diferenciado para os cidadãos, a nível do cumprimento de deveres, nos termos do qual sejam dispensados do cumprimento de obrigações para que não estejam incapacitados e sejam legalmente impostos à generalidade dos cidadãos.

Diferentemente, António de Araújo (2001, p. 114) considera que o n.º 1 do Artigo 71.º da CRP encerra uma dimensão percetiva. Esta dimensão, que não se encontra apenas naquele número, convoca a ideia de que a «pessoa deficiente é um de nós e participa plenamente da mesma humanidade» expressa na carta encíclica *Laborem Exercens*, de 14 de setembro de 1981.

b) O n.º 2 do Artigo 71.º

O n.º 2 do Artigo 71.º da CRP abarca um duplo direito positivo face ao Estado, na medida em que o cidadão portador de deficiência tem o direito ao tratamento e à reabilitação da sua deficiência e um direito à proteção do Estado para a «efetiva realização dos seus direitos». Assim, o direito dos cidadãos

portadores de deficiência comporta duas dimensões. Por um lado, existe uma dimensão negativa. Os cidadãos portadores de deficiência não podem ser privados ou isentos de deveres. Por outro lado, o direito comporta uma dimensão positiva, na medida em que os cidadãos têm o direito de exigir ao Estado a realização das condições «que permitam tanto o tratamento da deficiência como o efetivo exercício dos direitos e o cumprimento dos deveres dos cidadãos em geral» (Canotilho & Moreira, 2007, p. 880). E é precisamente esta dimensão positiva que permite classificar este direito como direito social.

Jorge Miranda e Rui Medeiros afirmam que o Artigo 71.º da CRP tem uma dimensão programática (2005, p. 717). Em abono da sua posição recorrem às reflexões de António de Araújo (2001, p. 114) que escreve «o Estado tem o dever não apenas de assegurar proteção contra as ameaças à liberdade, mas também de promover as condições para o desenvolvimento da autonomia dos indivíduos portadores de deficiência». Esta dimensão programática encontra-se na possibilidade de o Estado conceder um tratamento preferencial aos cidadãos portadores de deficiência bem como na ampla liberdade de conformação na concretização do programa plasmado no n.º 2 do Artigo 71.º da CRP (Miranda & Medeiros, 2005, pp. 717–718).

No primeiro sentido (i.e., o tratamento preferencial ao cidadão portador de deficiência), o Estado/legislador está constitucionalmente autorizado a adotar políticas de discriminação positiva em relação aos cidadãos portadores de deficiência. Nesse sentido, os Professores Jorge Miranda e Rui Medeiros (2005, p. 717) oferecem vários exemplos que passam pela concessão de benefícios ou isenções fiscais; estabelecimento de quotas no acesso à função pública; atribuição de benefícios fiscais às empresas que ofereçam empregos a cidadãos portadores de deficiência.

No segundo sentido, a doutrina entende que o legislador dispõe de uma ampla liberdade de conformação na concretização do programa vertido no n.º 2 do Artigo 71.º da Constituição. Este entendimento em concreto da norma constitucional em análise é igualmente adotado pelo Tribunal Constitucional, designadamente nos Acórdãos n.º 188/03; n.º 585/03; n.º 570/01; e n.º 543/01, onde reconhece que o legislador pode recorrer a uma pluralidade de meios para realizar o estatuído no preceito.

A dimensão programática do n.º 2 do Artigo 71.º da Constituição suscita ainda uma reflexão que consideramos significativa quando estabelecemos

uma ligação entre a norma constitucional e a criação legal da prestação social para a inclusão (i.e., uma conexão entre a lei fundamental e a lei ordinária). A propósito da dimensão programática e do facto de que a norma se dirige ao Estado em sentido amplo, Jorge Miranda e Rui Medeiros sustentam que não está, no entanto, excluída que se possa extrair do artigo 71.º, n.º 2, conjugado com o princípio do respeito pela dignidade da pessoa humana plasmado no artigo 1.º, uma norma diretamente aplicável que garanta aos cidadãos portadores de deficiência as condições mínimas para uma existência condigna (2005, p. 719).

Por fim, o n.º 2 do Artigo 71.º da CRP obriga o Estado a realizar uma política nacional de prevenção da deficiência. Contudo, a sua realização impõe a observância da Constituição. Nesse sentido, Gomes Canotilho e Vital Moreira afirmam que:

a obrigação pública de realização de uma política nacional de prevenção e de tratamento, de reabilitação e de integração, de respeito e solidariedade a favor dos cidadãos portadores de deficiência insinua claramente que o problema da deficiência não se reconduz apenas a um problema médico (...) mas também a um problema social de inclusão (...), que requer soluções concretas, pluralmente diversificadas e transversais (...), consoante as deficiências ou incapacidades que são portadores alguns cidadãos (...) (2007, p. 881).

Dito de outro modo, há duas dimensões que importa considerar: a dimensão médica e a dimensão social.

c) O n.º 3 do Artigo 71.º

Conforme já referimos, o n.º 3 do Artigo 71.º da CRP foi acrescentado à Constituição aquando da segunda revisão constitucional em 1989 e reflete «a importância do movimento associativo e do princípio da participação na defesa e resolução dos problemas dos deficientes» (Canotilho & Moreira, 2007, pp. 881–882). Apesar do legislador ainda não ter concretizado em termos legais os direitos destas associações, Gomes Canotilho e Vital Moreira (2007, p. 882) defendem que lhes devem ser reconhecidos os direitos gerais das associações de defesa de interesses e os direitos específicos ao escopo da sua atividade que passam pela participação e intervenção na definição

da política dos cidadãos deficientes, estatuto de parceiros sociais junto da administração pública, direito de consulta junto dos órgãos da administração regional ou local sobre projetos e programas de reabilitação e de integração, legitimidade judicial ativa na defesa dos seus associados, direito ao apoio técnico, direito de antena e isenções fiscais.

d) Considerações finais

Por fim, importa considerar o âmbito da titularidade do direito fundamental vertido no Artigo 71.º da Constituição. O preceito em questão não se aplica apenas aos cidadãos portugueses. Apesar de utilizar o termo «cidadãos» tal não significa que o direito social não se aplica aos cidadãos estrangeiros e apátridas que se encontram ou residem em Portugal. Neste sentido, os Professores Jorge Miranda e Rui Medeiros (2005, p. 722) afirmam que o Artigo 71.º deve ser conjugado com o determinado no n.º 1 do Artigo 15.º da CRP que estabelece que «os estrangeiros e apátridas que se encontrem ou residem em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português». Posição idêntica é sustentada pelos Professores Gomes Canotilho e Vital Moreira (2007, p. 882) que defendem que nada permite excluir os estrangeiros residentes da titularidade destes direitos. Por fim, tal entendimento da questão foi acolhido no Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República (PGR) n.º 65/82 bem como no Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 423/01.

VII. A prestação social para a inclusão como concretização dos direitos sociais dos cidadãos portadores de deficiência

Através do Decreto-lei n.º 126–A/2017, de 6 de outubro, o Governo, no uso das suas competências legislativas conferidas pelo artigo 198.º da CRP, concretizou o seu dever de adotar medidas legislativas ao criar o regime jurídico da prestação social para a inclusão (PSI). Este regime visa concretizar o direito social do cidadão portador de deficiência, na medida em que o Estado paga mensalmente uma prestação em dinheiro aos cidadãos portadores de deficiência com grau de incapacidade igual ou superior a 60%

à data da apresentação do requerimento, devidamente instruído, com vista a promover a sua autonomia e inclusão social.

VIII. O regime jurídico da prestação social de inclusão

A prestação social para a inclusão visa «compensar os encargos acrescidos no domínio da deficiência com vista a promover a autonomia e a inclusão social da pessoa com deficiência». Esta prestação foi instituída pelo Decreto-lei n.º 126–A/2017. O ato legislativo que pretende concretizar o n.º 2 do Artigo 71.º da Constituição está dividido em seis capítulos que disciplinam o seguinte: o objeto, natureza e âmbito da prestação; condições de atribuição; determinação do montante da prestação; duração da prestação; acumulação da prestação; processamento e administração; alterações legislativas; disposições complementares, finais e transitórias.

A prestação social de inclusão é constituída por três componentes: base; complemento e majoração. A componente base visa compensar encargos não específicos da pessoa com deficiência. A componente complemento pretende ir ao encontro das situações de falta ou de insuficiência económica e pretende reforçar a solidariedade. Finalmente, a componente relativa à majoração visa compensar os encargos específicos da pessoa com deficiência. O Artigo 15.º do Decreto-lei n.º 126–A/2017 regula as condições de atribuição. Assim, a atribuição da componente-base depende de a pessoa com deficiência reunir as seguintes condições: ser residente em Portugal; ser portador de uma deficiência da qual resulte um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, devidamente certificada; e ter uma deficiência da qual resulte um grau de incapacidade igual ou superior a 80%, no caso de ser titular de pensão de invalidez. O ato normativo do Governo regula, ainda, as condições de atribuição desta prestação às pessoas com mais de 55 anos de idade no mesmo preceito.

A atribuição do complemento é concedida mediante o preenchimento de determinadas condições legais. Assim, o complemento é atribuído à pessoa com direito à componente base que: tenha uma idade igual ou superior a 18 anos (i.e., a maioridade); esteja em situação de carência ou de insuficiência económica; não se encontre numa de três situações constantes do Artigo

16º do diploma (i.e., institucionalizada em equipamento financiado pelo Estado, em família de acolhimento, em situação de prisão preventiva nem a cumprir pena em estabelecimento prisional).

O legislador permite a acumulação da prestação social para a inclusão com outros benefícios. Assim, de acordo com o Artigo 29º do diploma, a prestação pode acumular com: pensões do sistema previdencial, do regime de proteção social convergente e pensões de regimes estrangeiros; pensões de viuvez; prestações por encargos familiares, exceto com a bonificação do abono de família para crianças e jovens com deficiência; subsídio de educação especial; complemento por dependência; complemento por cônjuge a cargo; rendimento social de inserção; prestações substitutivas de rendimentos de trabalho do sistema previdencial; prestações de desemprego e de parentalidade do subsistema de solidariedade; indemnizações e pensões por acidentes de trabalho e doença profissional; indemnizações por responsabilidade civil de terceiros; subsídio por morte do sistema previdencial; pensão de orfandade; subsídio de apoio ao cuidador informal principal.

Contudo, há um conjunto de situações onde a legislação não permite a referida acumulação. Nesse sentido, a prestação não pode acumular com: bonificação do abono de família para crianças e jovens com deficiência; subsídio por assistência de 3.^a pessoa; complemento solidário para idosos; pensão social de invalidez, do regime especial de proteção na invalidez; pensão social de velhice.

IX. Análise financeira

Conforme já referimos no ponto anterior, a prestação social para a inclusão é constituída por três componentes: base; complemento e majoração. Apesar do ato legislativo datar de outubro de 2017, o Estado não financiou todas as componentes desde o início. A primeira componente a entrar em vigor foi a componente base. De seguida entrou em vigor a componente complemento. Finalmente, a terceira e última componente relativamente à majoração entrou em vigor em 2019.

Atualmente, a prestação social de inclusão é atribuída a mais de 100 000 (cem mil) beneficiários. O valor da componente base está fixado em 273,39

euros mensais e o valor máximo da componente referente ao complemento é de 438,22 euros mensais. Em termos de financiamento, o Estado tem alocado, ao longo dos últimos anos, recursos significativos à prestação social de inclusão. Assim, no ano da sua criação o Estado gastou apenas 12,3 milhões de euros com a prestação. Esse montante subiu para 264,5 milhões de euros em 2018 e para 338,2 milhões de euros em 2019. A previsão de execução no Orçamento de Estado para 2020 situa-se em 402,2 milhões de euros. Por último, o valor inscrito no Orçamento de Estado para 2021 para esta prestação, em particular no quadro da segurança social é de 426 milhões de euros.

A análise dos dados referente à execução orçamental permite concluir que o Estado está a concretizar o n.º 2 do Artigo 71.º da CRP no que diz respeito à integração e efetivação dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. Contudo, o aumento dos recursos alocados aos direitos sociais dependerá sempre das condições económico-financeiras do Estado ou da necessária modernização económica com vista à obtenção de recursos. Assim, a crise sócio-económica e financeira conexas com a COVID-19 poderá abrandar, no futuro próximo, a transferência de maiores recursos financeiros para esta prestação social em concreto.

X. Conclusão

Em suma, a CRP acolhe dois tipos de classificações de direitos fundamentais: os direitos, liberdades e garantias e os direitos económicos, sociais e culturais. Os direitos económicos, sociais e culturais são direitos subjetivos públicos que comportam duas dimensões: subjetiva e objetiva. A primeira fundamenta, ainda, direitos originários a prestações, bem como direitos derivados. Em termos de eficácia, os direitos económicos, sociais e culturais têm uma eficácia vertical (i.e., vinculam os poderes públicos) e uma eficácia horizontal, especialmente quando está em causa o núcleo essencial desses direitos. A Assembleia Constituinte redigiu e aprovou uma norma específica para regular os direitos e deveres dos cidadãos portadores de deficiência, assim como os encargos do Estado: o artigo 71.º da CRP. Em concreto, a norma constitucional encerra uma dimensão precativa e uma

dimensão programática. Porém, este preceito foi alterado nas sucessivas revisões constitucionais que tiveram lugar desde 1976, de modo a apoiar as associações dos cidadãos portadores de deficiência e a refletir a evolução no paradigma da abordagem da deficiência (i.e., do modelo médico para o modelo social). A criação da prestação social para a inclusão através do Decreto-lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro, deve ser vista como uma concretização dos direitos sociais dos cidadãos portadores de deficiência consagrados no n.º 2 do Artigo 71.º da CRP. Ao longo dos últimos anos, o Estado tem transferido recursos significativos para esta prestação, de modo a promover a autonomia e a inclusão social deste círculo de pessoas. Contudo, a crise económica e financeira associada à pandemia poderão colocar em causa a capacidade do Estado para aprofundar a inclusão social nos próximos anos.

Referências bibliográficas

- Araújo, A. (2001). *Cidadãos portadores de deficiência — o seu lugar na Constituição*. Coimbra Editora.
- Barata, M. S. (2020). *A Prestação Social de Inclusão como Concretização dos Direitos Sociais dos Cidadãos Portadores de Deficiência*, VI Conferência Internacional para a Inclusão: Livro de resumos (pp. 146–152). Politécnico de Leiria.
- Canotilho, J. J. G. (2003). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Almedina.
- Canotilho, J. J. G., & Moreira, V. (2007). *Constituição da República Anotada: Artigos 1.º a 107.º*. Coimbra Editora.
- Departamento das Prestações. (2019). *Guia Prático: Prestação Social para a Inclusão (componente base e complemento)*. Instituto da Segurança Social, IP.
- Justo, A. S. (2012). *Introdução ao Estudo do Direito*. Almedina.
- Miranda, J. (2019). *Direitos Fundamentais: 3.ª edição, revista e atualizada*. Almedina.
- Miranda, J., & Medeiros, R. (2005). *Constituição da República Anotada e Comentada, Tomo I*. Coimbra Editora.
- Vaz, M. A., et al. (2015). *Direito Constitucional: O Sistema Constitucional Português, 2.ª edição*. Universidade Católica Editora.

OS MEIOS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO QUADRO DO DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA: AS (100) REGRAS DE BRASÍLIA E A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA¹

Susana Sardinha Monteiro

ESECS — IJP-IPLeia, Portugal. susana.monteiro@ipleiria.pt

Cátia Marques Cebola

ESTG — IJP-IPLeia, Portugal. catia.cebola@ipleiria.pt

Resumo: O direito de acesso à justiça constitui um direito fundamental que encontra consagração expressa nas Constituições e leis fundamentais dos modernos Estados de Direito democráticos, assim como nos principais textos internacionais de proteção dos Direitos Humanos. Neste texto defendemos uma visão atualista e alargada do predito direito de acesso à justiça, que engloba a justiça dita tradicional e os meios extrajudiciais de resolução de conflitos no sentido da construção de um novo modelo de administração da justiça que se pretende mais humana e humanista, mais amigável e participativa, mais responsável e responsabilizadora.

Propomo-nos desenvolver uma breve caracterização do direito de acesso à justiça, focando a atenção em dois textos de cariz internacional onde esse direito se corporiza, a saber, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência proclamada pela Organização das Nações Unidas, em dezembro de 2006 e as «Regras de Brasília» sobre o acesso à justiça das pessoas em situação de vulnerabilidade,

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04112/2020.

proclamadas pela Assembleia Plenária da XIV Edição da Cimeira Judiciária Ibero-Americana, realizada em Brasília, nos dias 4 a 6 de março de 2008.

Palavras-chave: direito de acesso à justiça; meios extrajudiciais de resolução de conflitos; convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência; regras de Brasília.

Abstract: The right of access to justice is a fundamental right that is enshrined in the Constitutions and fundamental laws of modern democratic states of law, as well as in the main international texts for the protection of human rights. We support a broader and updated view of the predicted right of access to justice which includes the so-called traditional justice and alternative dispute resolution methods to create a new model of justice administration. One that would be more humane and humanitarian, more amicable and participatory, more responsible, and empowering.

We will begin this article by developing a brief description of the right of access to justice focusing our attention on two international texts, namely, the Convention on the Rights of Persons with Disabilities proclaimed by the United Nations in December 2006 and the “Brasilia Regulations” regarding access to justice for vulnerable people, proclaimed by the Plenary Assembly of the XIV Edition of the Ibero-American Judicial Summit, held in Brasilia, on March of 2008.

Keywords: Right of access to Justice; Alternative Dispute Resolution; Convention on the Rights of Persons with Disabilities; Brasilia Regulations.

Apresentação

O presente texto intitulado «Os meios extrajudiciais de resolução de conflitos no quadro do direito de acesso à justiça: as (100) “Regras de Brasília” e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência» é o resultado da compilação e ampliação dos textos sumários publicados num livro de resumos da INCLUDIT VI. Os referidos textos dedicados às temáticas «As (100) “Regras de Brasília” e o acesso à justiça das pessoas em situação de vulnerabilidade» (Monteiro, 2020, pp. 534–538) e «Os

meios extrajudiciais de resolução de conflitos no quadro do direito de acesso à justiça e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência» (Monteiro e Cebola, 2020, pp. 539–546) foram apresentados ao Congresso Internacional INCLUDIT VI que decorreu em formato online, nos dias 20 e 21 de novembro de 2020.

Este texto tem como propósito discorrer sobre o direito humano de acesso ao direito e à justiça, e essencialmente sobre a interpretação ampla do referido direito humano que pressupõe, não apenas o direito de acesso aos tribunais judiciais, mas também a meios extrajudiciais assentes num ideal de justiça mais «justa», mais desburocratizada, mais acessível e flexível, mais humana e humanista. De entre os diversos textos internacionais aplicáveis prestamos atenção a dois que diretamente se relacionam com a temática do Congresso Internacional — a Inclusão, a saber: a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e as «Regras de Brasília».

1. O direito de acesso à justiça: consagração legal

O direito de acesso à justiça constitui um direito fundamental que encontra consagração expressa nas Constituições e leis fundamentais dos modernos Estados de Direito democráticos, bem como nos principais textos internacionais de proteção dos Direitos Humanos. De entre estes, destacamos, a nível universal e com carácter geral, o artigo 8.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) adotada a 10 de dezembro de 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e, a nível regional, o artigo 6.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH), adotada pelo Conselho da Europa, em 1950, bem como o artigo 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE).

A nível específico, e já na primeira década deste século, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), adotada sobre os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU), na cidade de Nova Iorque, a 13 de dezembro de 2006, reconhece o direito de acesso à justiça das pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais.

Defendemos uma interpretação ampla do direito de acesso à justiça presente nos preditos textos internacionais de proteção dos Direitos Humanos.

Uma interpretação que engloba a justiça dita «tradicional» (concretizada no recurso aos tribunais judiciais) e os meios extrajudiciais de resolução de conflitos, como forma de promoção de uma cidadania ativa e participativa no quadro de um moderno Estado de Direito democrático. Sustentamos que o modelo tradicional de Administração da justiça, assente num quase monopólio da atuação dos Tribunais, não se coaduna com o atual conceito de Estado de Direito democrático nem com um novo modelo de cidadania. Uma cidadania ativa, participativa e responsável, que reclama uma maior intervenção no espaço público e, conseqüentemente, no acesso à justiça.

Em estreita articulação e concretização do princípio da igualdade, o acesso à justiça deve estar ao alcance de todos, sem a imposição de limitações ou qualquer tipo de discriminação, nomeadamente no que concerne às pessoas portadoras de deficiência.

As pessoas com deficiência são sujeitos de direitos, cidadãos plenos — que gozam e exercem os direitos civis, políticos, económicos, culturais e sociais — proibindo-se qualquer presunção de incapacidade. Conseqüentemente, todas as pessoas com deficiência possuem, entre outros, o direito à igualdade e à proibição da discriminação em razão da deficiência; o direito à autonomia e à acessibilidade; o direito à autodeterminação podendo de forma independente decidir sobre a sua vida; o direito à igualdade de oportunidades; o direito ao trabalho e à educação e o direito de acesso à justiça.

1.1. A evolução conceptual do direito de acesso à justiça

O conceito de acesso ao direito e à justiça foi ganhando diferentes densificações por influência das ideologias políticas e sociais vigentes ao longo da sua concretização prática. Seguindo de perto o estudo de Cappelletti e Garth (1978, pp. 6–7), nos Estados Liberais do final do século XVIII e do século XIX, o direito de acesso à justiça era concebido como um direito natural, não necessitando de intervenção do Estado, sendo suficiente que este não permitisse a sua violação.

Após a II Guerra Mundial, consolidou-se uma nova tendência de reconhecimento de direitos e obrigações sociais que os governos deveriam concretizar, sendo frequente a alusão ao Estado Providência ou *Welfare State*.

Neste contexto, o direito de acesso à justiça torna-se uma obrigação estatal que deve ser assegurado a todos os cidadãos, exigindo-se a eliminação de quaisquer barreiras que impeçam a sua realização.

A promoção do direito de acesso à justiça conduziu a um enorme crescimento da litigiosidade a que os tribunais judiciais não conseguiram dar adequada resposta, desde logo pela crescente e evidente morosidade na resolução das demandas colocadas pelos cidadãos (Cebola, 2013, pp.44–48). Começa então a florescer a ideia de que, juntamente com os tribunais, devem emergir e ser implementadas outras vias de resolução de conflitos. Surge, assim, uma nova tendência de implementação de meios alternativos aos tribunais que assume nos EUA a designação *Alternative Dispute Resolution* (ADR) e que hoje tem adesão e repercussão em todo o mundo.

O direito de acesso à justiça deixou paulatinamente de se restringir à possibilidade de qualquer cidadão poder recorrer a um tribunal judicial, para se concretizar na realização da justiça do caso concreto, devendo garantir-se a efetiva igualdade das partes e a imparcialidade na administração da justiça, seja qual for a via seguida para a resolução de um conflito. Verificou-se, portanto, a necessidade de se construir um novo modelo de justiça, integrando todos os meios legítimos de resolução de conflitos jurídicos.

1.2. O direito de acesso à justiça no quadro do Estado de direito democrático e de uma cidadania participativa

Socorremo-nos das doutas palavras de Gomes Canotilho que caracteriza o Estado de direito como «(...) um Estado ou uma forma de organização político-estadual cuja atividade é determinada e limitada pelo direito» (Canotilho, 1999, p. 13) e que se caracteriza por um

governo de leis (e não de homens!) gerais e racionais, organização do poder segundo o princípio da divisão de poderes, primado do legislador, garantia de tribunais independentes, reconhecimento de direitos, liberdades e garantias, pluralismo político, funcionamento do sistema organizatório estadual subordinado aos princípios da responsabilidade e do controlo, exercício do poder estadual através de instrumentos jurídicos constitucionalmente determinados. (Canotilho, 1999, p. 22)

Na caracterização do Estado de direito, e relacionado com o objeto deste nosso estudo, importa fazer uma menção particular aos tribunais, órgãos de soberania, independentes, imparciais e passivos, aos quais compete, em cumprimento do princípio da separação de poderes e no exercício da função jurisdicional «administrar a justiça em nome do povo». Gomes Canotilho precisa a este propósito que «[n]um Estado de direito pertence aos tribunais, através de juizes independentes, *dizer o direito*. Num Estado de direito democrático cabe aos magistrados judiciais *dizer o direito em nome do povo*» (Canotilho, 1999, p. 71).

Neste mesmo sentido Bacelar de Vasconcelos sustenta ser possível descortinar na justiça um sentido mais técnico, com um núcleo mais restrito de funções, na medida em que «(...) a justiça se ocupa de certos conflitos que os cidadãos não são capazes de resolver sozinhos e que, por isso, o Direito submeteu à decisão de uma autoridade incontestável, imparcial e tecnicamente apetrechada: o poder judicial» (Vasconcelos, 1998, p. 10).

Assim, no tradicional modelo de Administração da justiça cabe aos tribunais o exclusivo da função jurisdicional que se traduz na «(...) atividade que o Estado desenvolve, normalmente a solicitação dos interessados, para resolver os conflitos de interesses» (Fernandes, 2010, p. 114).

Mas hoje, e cada vez menos, os cidadãos se revêm neste modelo de Justiça. Uma justiça dominada por terceiros, advogados e juizes, assente num modelo impositivo e na dialética entre direitos e deveres. Um modelo que não integra os cidadãos, que reduz ao mínimo a sua participação, levando-os a questionarem a respetiva legitimidade e autoridade (do poder judicial). Uma justiça que assenta na igualdade absoluta entre os cidadãos, em matérias como os Direitos Humanos e o acesso aos tribunais, mas que enferma de uma contradição de base decorrente das desigualdades de acesso à justiça (tradicional) determinadas pela riqueza e pelo poder.

Um modelo que está afastado dos cidadãos, daquilo que é a essência da cidadania — a participação. Cidadãos que reclamam uma maior intervenção na justiça; que estando mais conscientes dos seus direitos, reclamam o seu cumprimento (ainda que nem sempre de forma informada e esclarecida); que exigem uma justiça mais eficaz e mais próxima das suas necessidades.

A justiça não é, e não pode ser, «um desígnio exclusivo dos tribunais. (...) A justiça é tarefa comum do parlamento, do governo, do poder local,

da administração central e das polícias. Das autoridades públicas e também dos cidadãos» (Vasconcelos, 1998, p. 9).

Sustentamos a necessidade de desenvolver e implementar um novo modelo de Administração da Justiça que, ao contrário do tradicional, não só envolva eficazmente os cidadãos, mas estimule a sua participação direta, efetiva e responsável. Um modelo integrado e integrador (com os MRAL), responsável e responsabilizador (dos diversos intervenientes judiciais e inclusivamente dos cidadãos). Um modelo no seio do qual os cidadãos sejam, não só parte interessada num processo, mas participantes diretos no seu andamento, desde o início até ao resultado final. (Monteiro e Cebola, 2019, p. 218)

1.3. Os meios extrajudiciais de resolução de conflitos no quadro do novo modelo de administração da justiça

A sociedade moderna gera conflitos de complexidade crescente, sendo que uma larga maioria desses conflitos é resolvida por terceiros, com destaque aqui para a via judicial. Esta via enferma, contudo, de alguns males antigos atravessando uma crise de credibilidade devido, entre outras causas, à insuficiência dos recursos de que dispõe para fazer face aos elevados níveis de conflitualidade, com consequências diretas na eficácia das suas decisões e na imagem que os tribunais têm e deveriam ter, enquanto garantes do Estado de direito democrático, junto dos cidadãos.

Gouveia sintetiza os antecedentes dos MARL em

(...) dois lugares diferentes. Em primeiro lugar, na crise do direito e da justiça oficial [que segundo as suas palavras decorre, não apenas da sobrecarga dos processos em tribunal — crise de quantidade ou de morosidade — mas essencialmente uma crise de qualidade da justiça] e, em segundo lugar, no crescente desejo do cidadão em participar na resolução dos seus conflitos. (Gouveia, 2015, p. 31)

Perante a impossibilidade e o irrealismo de querer erradicar os conflitos — na medida em que a conflitualidade faz parte da vida social — e

na busca de uma solução para a proclamada crise da justiça, para além da necessidade de intervir internamente, reformulando o próprio sistema judicial, impõe-se desenvolver um novo modelo de administração da justiça. Um modelo que conjugue vários meios para dirimir a conflitualidade, meios estes que não pretendem substituir-se ao sistema de justiça tradicional, mas antes complementar a oferta da justiça através de diversas modalidades de a oferecer e obter.

Wilde & Grabos acreditam que o sistema de justiça tradicional «tem capacidade para incorporar, regulamentar ou controlar mais do que um único meio de resolução de litígios; por outras palavras, para além do processo judicial, existem outros meios alternativos de resolução de litígios» (Wilde & Grabos, 2007, p. 18).

Nestes termos, convém frisar que os objetivos de cada um não se esgotam nem podem limitar-se a modificar as instituições do clássico pleito, que decorre entre autor e réu e que termina com uma sentença proferida por um juiz, a qual converte um em vencedor e outro em vencido — quando não ambos em perdedores — e na qual a coisa julgada é simplesmente uma verdade formal com a qual fica concluída a tarefa de obter a paz social (Wilde & Grabos, 2007, p. 19).

Ao conjunto destes meios de resolução de conflitos convencionou-se designar por Resolução Alternativa de Litígios (RAL) numa tradução da designação inglesa *Alternative Dispute Resolution* (ADR). Em causa estão

mecanismos extrajudiciais de solução de diferendos, surgindo como resposta de complementaridade aos meios tradicionais de Justiça (como os tribunais). Tal como noutros países, o surgimento de RAL em Portugal não é alheio à crise na Justiça. Os meios tradicionais começaram a revelar-se insuficientes e ineficientes, sendo necessário procurar outro tipo de resposta, mais adequada a determinados litígios. A tutela jurisdicional efetiva já não passa necessariamente por um acesso aos tribunais. Este novo paradigma de acesso à justiça passa, muitas vezes, por evitar a própria jurisdição. Ou seja, o acesso à justiça não significa um acesso direto e imediato aos tribunais. Podem e devem desenvolver-se instâncias que permitam uma eventual antecâmara de acesso

ou um novo foro, sendo imperioso fomentar uma visão integrada da Justiça como pilar de um Estado de Direito (Cruz, 2018, pp. 12–15).

Em Portugal têm vindo a ser ensaiadas e implementadas diferentes formas extrajudiciais de resolução de conflitos pese embora a sua aplicabilidade estar muito aquém daquilo que são as suas virtualidades e imensas potencialidades. Sem querer entrar nas diferentes classificações destes meios de RAL, vamos caracterizá-los tendo como critério distintivo «el sujeto que ejerce la actividad de composición de conflictos» (Cebola, 2013, p. 29) distinguindo-os em meios heterocompositivos, como a arbitragem e auto-compositivos, como a negociação, a mediação e a conciliação.

Para Cebola

[e]n los medios autocompositivos, los sujetos activos de la composición son los propios individuos que se encuentran en conflicto. Es decir, quien va a resolverlo son las propias partes. (...) [E]l criterio relevante debe ser el sujeto que decide la composición del conflicto. Así, si el conflicto es zanjado por las partes que acuerdan su composición, estamos ante la figura de la autocomposición. Si, al contrario, la decisión es función de un tercero, lo que existe es heterocomposición. Consecuentemente, en los medios heterocompositivos, los sujetos activos de la composición ya no se identifican, ni representan a los sujetos activos de las pretensiones. La solución del conflicto es llevada a cabo por alguien externo al mismo, dotando por tanto de lo que podremos denominar poder compositivo heterónimo. (Cebola, 2013, pp. 29–30)

Não obstante as especificidades de cada um dos métodos enunciados *supra* e focando-nos nos autocompositivos, entendemos que o verdadeiro sucesso destes procedimentos reside, precisamente, nas suas vantagens. De entre estas destacamos o permitirem uma maior economia de tempo e de dinheiro, garantirem a confidencialidade das informações prestadas, serem procedimentos informais e flexíveis, que se adaptam às pessoas e aos conflitos, em concreto. Promovem a comunicação e a reflexão dos cidadãos envolvidos como fator de construção dos acordos, possibilitando, mesmo, a obtenção de acordos criativos, adequados às respetivas realidades e vivências. São métodos participativos e inclusivos que se centram nas pessoas,

nos seus interesses e nas suas necessidades, promovendo a participação ativa das partes na resolução das disputas em que estejam envolvidas. Promovem o *empowerment* responsabilizando as partes pelos compromissos assumidos. São métodos amigáveis, mais humanos e humanistas.

Após esta breve caracterização do entendimento do sentido e alcance do direito de acesso à justiça, é chegado o momento de atendermos à sua caracterização em dois textos internacionais específicos: a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e as Regras de Brasília. Com critério meramente cronológico, começamos com o primeiro, a CDPD.

2. A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência

Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que impedem a sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as outras pessoas, as Nações Unidas proclamaram, em Nova Iorque, a 13 de dezembro de 2006, uma Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). Meses mais tarde, a 30 de março de 2007, foi adotado o Protocolo Opcional à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A CDPD constitui um marco histórico na garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos e em particular das pessoas com deficiência. Não resistimos a partilhar as palavras de António Guterres, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, que sobre a importância da proclamação da CDPD defende que esta «pretende assegurar um lugar central para as pessoas com deficiência no quadro dos direitos humanos» (Guterres, 2020, p. 9).

A adoção desta Convenção internacional resultou do consenso generalizado da comunidade internacional (governos, ONG e cidadãos) sobre a necessidade de garantir, efetivamente, o respeito pela integridade, dignidade e liberdade individual das pessoas com deficiência e de reforçar a proibição da discriminação destes cidadãos através de leis, políticas e programas que atendam especificamente às suas características e promovam a sua participação na sociedade. É um «tratado de Direitos Humanos e de

desenvolvimento» (Pinto, 2017, p. 16) que integra a questão da deficiência em todos os sectores. Dotado de natureza vinculativa, tem como objetivo, logo enunciado no seu artigo 1.º «promover, proteger e garantir o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente».

Neste mesmo sentido destacamos as palavras de Palacios e Barifi que, a propósito do objeto da CDPC, sustentam que ela não tem como propósito

criar novos direitos; antes, pressupõe e promove a análise acerca de quais os cuidados adicionais que devem ser considerados e levados a cabo para se adaptar cada um dos direitos nela previstos e já respaldados, *mutatis mutandis*, em outros documentos internacionais de direitos humanos ao contexto específico da pessoa com deficiência, assim assegurando que os mesmos podem ser exercidos em plano de igualdade e de forma não discriminatória por esta. (Palacios e Bariffi, 2007, p. 55)

A Convenção reafirma os princípios universais (dignidade, integralidade, igualdade e não discriminação) em que se baseia, e define as obrigações gerais dos Governos relativas à integração das várias dimensões da deficiência nas suas políticas, bem como as obrigações específicas relativas à sensibilização da sociedade para a deficiência, ao combate aos estereótipos e à valorização das pessoas com deficiência.

Com o objetivo de garantir eficazmente os direitos das pessoas com deficiência, é instituído um sistema de monitorização internacional de aplicação da Convenção, através da criação do Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência, no âmbito das Nações Unidas, ao qual, nos termos do Protocolo Opcional anexo à Convenção, se reconhece de forma inovadora o direito de os indivíduos ou grupo de indivíduos apresentarem queixas individuais.

Entre outras matérias, a CDPD aborda o conjunto das diversas barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam. Destacamos a questão fundamental da acessibilidade, exortando-se os países a identificarem e eliminarem os obstáculos e as barreiras à acessibilidade.

A propósito do âmbito subjetivo de aplicação da Convenção importa destacar a opção dos redatores pela utilização da expressão «pessoas com

deficiência» em detrimento de outras como pessoas portadoras de deficiência. Esta opção radica na necessidade de

valorizar a diferença, evitando camuflar ou esconder a deficiência, bem como afastar a utilização do substantivo «portador/a», que pouco se coaduna com uma «condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa», ou de outras denominações pouco desejáveis, como «inválidos», «indivíduos com capacidade residual», «incapazes» ou «excepcionais. (Guedes, 2012, p. 88)

Pese embora a ausência de uma definição de deficiência, reconhece-se que a «deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que impedem a sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as outras pessoas» [Considerando e) do Preâmbulo]. Adota-se uma visão alargada e abrangente da deficiência, porquanto se incluem todos aqueles que «têm incapacidades duradouras físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, que em interação com várias barreiras podem impedir a sua plena e efetiva participação na sociedade em condições de igualdade com os outros» (art. 1.º da CDPD). Neste particular Figueiredo e Pereira reconhecem que este preceito da CDPD

simboliza uma autêntica mudança de paradigma no modo como a deficiência tende a ser encarada e compreendida à luz do direito internacional dos direitos humanos. Assim sendo, superou-se o anterior «modelo reabilitador» ou «clínico-terapêutico» de deficiência, baseado na ideia de que a mesma se traduz numa enfermidade ou condição de saúde que requer cuidados médicos prestados por profissionais para normalizar a pessoa e (re)integrá-la na sociedade. (...) A CDPD veio, portanto, consagrar um «modelo social» ou «socio-antropológico» de deficiência, que encara a pessoa com deficiência como um sujeito de direitos que, mais do que afetado pelas suas limitações individuais, se vê diariamente condicionado pelas múltiplas limitações da própria sociedade em prestar-lhe serviços adequados, assegurar as suas necessidades específicas e garantir a sua efetiva participação no plano societário. (Figueiredo e Pereira, 2020, p. 38)

Importa precisar que a Convenção assenta na ideia de que não é a pessoa que é deficiente, mas sim a sociedade e o ambiente porque estes não estão adaptados não só às pessoas com deficiência, mas a todas as pessoas, na sua pluralidade e diversidade. Para Ribeiro, a Convenção partiu «para a construção de um conceito de deficiência em termos sociais, afastando-se da mera noção médica ou funcional» (2016, pp. 11–12).

Esta mesma ideia é desenvolvida por Paz para quem

o anterior **modelo médico da deficiência** encarava a deficiência como um problema de saúde do próprio indivíduo, cujas limitações (físicas, mentais ou outras) teriam de ser por si ou por outrem (médico) resolvidas. Para este modelo, encontrava-se plenamente justificada a discriminação da pessoa com deficiência, pois ela constituía um fator «perturbador» da sociedade. [Pelo contrário, o atual] **modelo social da deficiência**, [encara] a deficiência como questão relacionada com fatores estruturais, sociais e culturais da própria sociedade, devendo esta adaptar-se à pessoa com deficiência e não o contrário. Este modelo exige que seja dado todo o apoio possível às pessoas com deficiência, a fim de lhes permitir viver como membros de pleno direito da sociedade. (Paz, 2017, p. 37)

Esta nova conceção da deficiência surge e evolui associada às mudanças de conceção do ser humano, às alterações na noção e alcance do conceito de igualdade e de direitos humanos e aos movimentos sociais em prol dos direitos das pessoas e contra a discriminação. A pessoa deficiente deixa de ser uma pessoa quase desprovida de existência e necessitando da caridade alheia para ser entendida «simplesmente» como pessoa, como sujeito de direitos e deveres.

Pinto defende que a CDPD operou uma mudança de paradigma reconhecendo a dignidade inerente de todas as pessoas com deficiência assumindo que «a pessoa não é a sua deficiência»; reconhecendo as pessoas com deficiência como sujeitos de direito e não «objetos de (caridade, de proteção social ou judicial ou de tratamento médico)» e que são capazes de fazer e realizar escolhas; reconhecendo a «deficiência como parte da diversidade humana» devendo promover-se «as condições e os meios necessários para garantir o acesso e o exercício dos direitos humanos e assegurar a partici-

pação ativa das pessoas com deficiência em todas as decisões e processos que lhe dizem respeito» (Pinto, 2017, pp. 24–25).

2.1. *O direito de acesso à justiça na convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*

No domínio do acesso à justiça, a CDPD, no seu artigo 13.º proclama a obrigação que impende os Estados Partes de assegurar «o acesso efetivo à justiça para pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais, incluindo através do fornecimento de adaptações processuais e adequadas à idade, de modo a facilitar o seu papel efetivo enquanto participantes diretos e indiretos, incluindo na qualidade de testemunhas, em todos os processos judiciais, incluindo as fases de investigação e outras fases preliminares». Por forma a apoiar e garantir o «acesso efetivo à justiça para as pessoas com deficiência, os Estados Partes promovem a formação apropriada para aqueles que trabalhem no campo da administração da justiça, incluindo a polícia e o pessoal dos estabelecimentos prisionais.»

Importa realçar que o direito de acesso à justiça não figurava entre o elenco dos direitos humanos a incluir no texto da Convenção. Só num momento já avançado dos trabalhos preparatórios veio a ser equacionada a sua consagração. Gomes distingue neste percurso, que qualifica como sinuoso, três momentos distintos. Assim:

Num primeiro momento não se percebia muito bem a sustentabilidade e o significado deste direito. Num segundo momento, e ultrapassadas estas dúvidas, passou a haver alguma incompreensão na sua inserção sistemática, que radicava mais na sua razão de ser, do que propriamente na sua ordenação normativa. Num terceiro momento, a compreensão da existência de específicas barreiras para as pessoas com incapacidade, tanto orgânicas, como arquitetónicas, processuais ou outras, bloqueadoras do acesso à justiça em geral, bem como a necessidade de acomodações razoáveis para o efeito, necessitava de um claro suporte normativo. E neste havia que estabelecer um quadro jurídico congruente e estimulador, para se ter um caminho de procedimentos conducente à realização substantiva dos direitos proclamados, afastando-se de carreiros

labirínticos ou trilhos com inusitados precipícios, os quais não conduzem a uma justiça efetiva, mas antes defetiva. (Gomes, 2020, p. 240)

Para uma correta aferição do sentido e alcance do disposto no artigo 13.º da CDPD impõe-se atender ao texto da Declaração das Nações Unidas do Estado de Direito a nível nacional e internacional, aprovada pela Assembleia Geral (A/Res/67/1 — *Declaration of the High-level Meeting of the General Assembly on the Rule of Law at the National and International Levels*) a 24 de setembro de 2012 e na qual se reafirmam os princípios do Estado de Direito, da relação entre o Estado de Direito, a democracia e os direitos humanos, mas também se enfatiza o direito de acesso à justiça para todos e num plano de igualdade, incluindo para as pessoas que integram grupos vulneráveis.

Gomes sintetiza que o artigo 13.º, n.º 1, da CDPD «não se limita a reconhecer apenas o direito de participar, mas também o direito de influenciar, conferindo às pessoas com incapacidade um autêntico direito de ingerência no sistema judiciário, a todos os níveis e nas mais diversas eventualidades». Em estrito cumprimento pelos princípios da igualdade e da não discriminação, prevê-se a possibilidade da inclusão de discriminações positivas que atendem a particular condição de deficiência ou incapacidade, assim como prever as medidas adequadas e torná-las exequíveis. Prossegue o referido autor que

não chega o reconhecimento dessa acessibilidade em termos meramente formais, mas que a mesma seja uma realidade, num duplo sentido: i) tornando operativos os mecanismos jurídicos que estão disponíveis à realidade da incapacidade; ii) acomodando os mesmos à diversidade dessas mesmas incapacidades. Isto permite perceber que os ajustamentos legais não são suficientes, se os mesmos não forem acompanhados de uma mudança cultural, designadamente de mentalidades (n.º 2 do artigo 13.º), abrangendo todo o sistema judiciário incluindo os órgãos de polícia criminal e prisionais, não só as suas organizações, mas também os seus agentes. (Gomes, 2020, pp. 144–145).

3. As Regras de Brasília sobre o acesso à justiça das pessoas em situação de vulnerabilidade

Por ocasião da Assembleia Plenária da XIV Edição da Cimeira Judiciária Ibero-Americana, os Presidentes das Cortes e Tribunais Supremos ou Superiores de Justiça e os Conselhos da Magistratura, do Principado de Andorra, da República Argentina, da República da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República da Colômbia, da República da Costa Rica, da República de Cuba, da República do Chile, da República Dominicana, da República do Equador, da República de El Salvador, do Reino de Espanha, da República da Guatemala, da República das Honduras, dos Estados Unidos Mexicanos, da República da Nicarágua, da República do Panamá, da República do Paraguai, da República do Peru, da República Portuguesa, do Estado Livre Associado de Porto Rico, da República Oriental do Uruguai e da República Bolivariana da Venezuela, reunidos na cidade de Brasília, nos dias 4 a 6 de março de 2008, aprovaram as *Regras de Brasília*, sobre o Acesso à Justiça das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Uma década depois, a Assembleia Plenária da XIX Edição da Cimeira Judiciária Ibero-americana, realizada em São Francisco de Quito (Equador), entre os dias 18 e 20 de abril de 2018, aprovou uma atualização das ditas Regras de Brasília. Foram modificadas 73 das 100 Regras com o claro propósito de fazer das Regras de Brasília um texto mais preciso técnica e juridicamente, conformando-as com os documentos internacionais de referência e erigindo-as a «instrumento normativo, programático e técnico de alcance geral para todos os países signatários», tal como expressamente reconhecido na «Exposição de Motivos».

Inspirados pelos valores e princípios que constituem o acervo Ibero-americano e conscientes da importância central, em qualquer sociedade de direito democrática, do direito de acesso à justiça consubstanciado, não apenas no recurso aos tribunais, mas também no recurso a outras vias alternativas para a resolução pacífica de conflitos, assim como no exercício pacífico e pleno dos direitos e, em especial, dos direitos fundamentais, afirmaram o solene compromisso com um modelo de justiça integrador, aberto a todos os sectores da sociedade, e especialmente sensível com os mais desfavorecidos ou vulneráveis.

As 100 «Regras de Brasília» sobre o acesso à justiça das pessoas em condição de vulnerabilidade encontram-se divididas em quatro capítulos dedicados ao «Efetivo acesso à justiça para a defesa dos direitos», à «Celebração de atos judiciais», à «Eficácia das regras», antecedidos de um primeiro capítulo intitulado «Preliminar» e de uma importante «Exposição de motivos». Logo na «Exposição de Motivos» se reconhece o importante papel que o sistema de justiça pode e deve desempenhar na «redução das desigualdades sociais, favorecendo a coesão social». Reconhece-se que o «sistema judicial deve configurar-se, e está a configurar-se, como um instrumento para a defesa efetiva dos direitos das pessoas em condição de vulnerabilidade». Não obstante, pouca ou nenhuma «utilidade tem que o Estado reconheça formalmente um direito se o seu titular não pode aceder de forma efetiva ao sistema de justiça para obter a tutela do dito direito». Se essas dificuldades são gerais e comuns à generalidade dos cidadãos, fazem sentir-se, contudo, com mais acuidade «quando se trata de pessoas em condição de vulnerabilidade dado que estas encontram obstáculos maiores para o seu exercício. Por isso, dever-se-á levar a cabo uma atuação mais intensa para vencer, eliminar ou mitigar as ditas limitações». Daí que as Regras de Brasília não se limitem a «estabelecer bases de reflexão sobre os problemas do acesso à justiça das pessoas em condição de vulnerabilidade, mas também recolhem recomendações para os órgãos públicos (...). Não somente se referem à promoção de políticas públicas que garantam o acesso à justiça destas pessoas, mas também ao trabalho quotidiano de todos os servidores e operadores do sistema judicial e quem intervém de uma ou de outra forma no seu funcionamento». Com este propósito o Capítulo IV contém um conjunto de medidas destinadas a fomentar a eficácia das regras, que englobam, entre outras, a necessidade de uma estreita colaboração entre os diferentes destinatários nacionais, o estabelecimento de cooperação internacional, a promoção de estudos e investigações científicas sobre a matéria e a constituição de uma Comissão de Acompanhamento cujas competências se encontram enunciadas precisamente na Regra n.º 100.

Os princípios contidos na «Carta de Direitos das Pessoas perante a Justiça no Espaço Judicial Ibero-americano», proclamados no México em 2000, constituíram uma importante fonte para a elaboração das Regras de Brasília, nomeadamente os incluídos na parte intitulada «Uma justiça que

protege os mais débeis» (secções 23 a 34) considerando aqui os mais débeis como as vítimas, as populações indígenas, as crianças e os adolescentes, assim como as pessoas com incapacidades.

As Regras de Brasília enunciam o conceito das pessoas em situação de vulnerabilidade no que concerne ao acesso à justiça. Nos termos do disposto na secção 2 relativa aos beneficiários das Regras, apresenta-se o conceito de pessoas em situação de vulnerabilidade como

aquelas pessoas que, por razão da sua idade, género, orientação sexual e identidade de género, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, económicas, étnicas e/ou culturais, ou relacionadas com as suas crenças e/ou práticas religiosas ou a sua ausência encontram especiais dificuldades em tornar efetivos, perante o sistema de justiça, os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico. (Regra n.º 3)

Após a atualização operada em 2018 foi aditado um primeiro parágrafo na predita Regra n.º 3 com «una **cláusula general** que define cuando las personas se encuentran en condición de vulnerabilidad» (Martín, 2019, p.22). Neste sentido, «[u]ma pessoa ou grupo de pessoas encontra-se em condição vulnerável, quando a sua capacidade para prevenir, resistir ou superar um impacto que os coloca em situação de risco, não está desenvolvida ou se encontra limitada por circunstâncias diversas, para exercer plenamente, perante o sistema de justiça, os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico». Para Martín

De esta manera, junto a la persona también se introduce una alusión al grupo de personas en condición de vulnerabilidad; e inserta asimismo la referencia a la capacidad de la persona o grupo, de tal forma que conecta la condición de vulnerabilidad con la presencia de una insuficiente capacidad para prevenir, resistir o sobreponerse a un impacto que les sitúa en situación de riesgo, bien por no estar desarrollada o por encontrarse limitada. (Martín, 2019, p. 22–23)

Adota-se um conceito amplo de vulnerabilidade, sendo que se enunciam, com carácter meramente enunciativo, algumas causas de vulnerabilidade, tais como:

(...) a idade, a incapacidade, a pertença a comunidades indígenas, a outras diversidades étnico-culturais, entre elas as pessoas afrodescendentes, assim como a vitimização, a migração, a condição de refugiado e o deslocamento interno, a pobreza, o género, a orientação sexual e identidade de género e a privação de liberdade. (Regra n.º 4)

Algumas destas causas de vulnerabilidade foram aditadas em 2018 conferindo-lhes maior visibilidade e cumprindo o propósito de maior rigor técnico, a saber: a pertença a outras diversidades étnico-culturais, que substituiu a anterior referência a «minorias»; a condição de refugiado; a orientação sexual e a identidade de género. Tendo em conta que a vulnerabilidade é um conceito abstrato que depende, sempre, de contextualização e particularização, a «concreta determinação das pessoas em condição de vulnerabilidade em cada país dependerá das suas características específicas, ou inclusive do seu nível de desenvolvimento social e económico» (Regra n.º 4).

Nas disposições seguintes caracteriza-se, especificamente, cada causa de vulnerabilidade. Cabe destacar o ponto 3 que caracteriza incapacidade como a «situação resultante da interação entre pessoas com deficiências físicas, psicossociais, intelectuais ou sensoriais de longa duração» assim como qualquer tipo de barreira no seu entorno que limite ou impeça a sua participação plena e efetiva na sociedade, em condições de plena igualdade. «Para efeito destas Regras, também se encontram em situação de deficiência, aquelas pessoas que apresentem temporariamente tais deficiências, que limitem ou impeçam o seu acesso à justiça, em igualdade de condições com os demais» (Regra n.º 7). Prevê-se, ainda, que se devem procurar estabelecer «as condições necessárias de acessibilidade para garantir o acesso à justiça das pessoas com incapacidade, incluindo aquelas medidas conducentes a utilizar todos os serviços judiciais exigidos e dispor de todos os recursos que garantam igualdade de tratamento, reconhecimento como pessoa perante a lei, respeito pela sua autonomia, capacidade para agir, segurança, mobilidade, comodidade, compreensão, privacidade e comunicação, seja através de qualquer meio tecnológico» que requeira. Reconhece-se, de seguida, a necessidade de garantir a inclusão laboral das pessoas com incapacidade (Regra n.º 8).

Importa destacar que as Regras n.º 7 e n.º 8 foram profundamente modificadas aquando da atualização de 2018, redefinindo o conceito de incapacidade

dade em termos conformes com o conceito presente em algumas convenções internacionais, em especial na CDPC, de 2006, analisada *supra*.

3.1. *Em torno do conceito de vulnerabilidade*

Na conceptualização do conceito de vulnerabilidade, começamos por destacar as palavras de Ribotta que associa vulnerabilidade a debilidade, a fragilidade e a desproteção frente a um risco ou a um dano (2012, p. 83). Assim, e de acordo com a referida autora

todos los seres vivos somos vulnerables en el sentido de que la misma vida depende de condiciones externas e internas que se encuentran sujetas a condicionamientos variados. Y que, por lo tanto, alguna modificación en éstas puede generar daño o perjuicio en el sujeto animado. La vida misma, entonces, es vulnerable (Ribotta, 2012, p. 83).

Daí que Ribotta faça a distinção entre ser e estar vulnerável. Precisa de seguida que «*ser* vulnerable es la condición general de todo ser vivo por el hecho de serlo, por la posibilidad misma de que al perder la vida se pierde la condición de serlo. Pertenece a una característica identitaria de los seres vivos» (Ribotta, 2012, p. 83).

Nas palavras da referida autora «[l]a vulnerabilidad no solo es un estado en que se encuentran las personas, sino también puede ser vista como una posibilidad de riesgo de volverse vulnerable» (Ribotta, 2010, p. 281).

De acordo com Menéndez os grupos vulneráveis podem ser subsumidos em cinco categorias específicas: o género; as condições psicossomáticas (idade, incapacidade física, orientação sexual); a nacionalidade (estrangeiros e apátridas); a pertença a um grupo diferenciado dentro da população de um Estado (minorias, povos indígenas, entre outros); e a condição socioeconómica das pessoas (pobreza). Para este autor a perceção de que determinada categoria de pessoas ou grupo é «especialmente vulnerável», inclui dois pressupostos implícitos: o de que determinados interesses dessas pessoas ou coletivos terem sido ou estarem a ser comprometidos ou em risco; o de que a especial debilidade e desproteção em que se encontra a classe de pessoas

em questão, exige a adoção de normas e/ou técnicas jurídicas protetoras específicas (Menéndez, 2001, pp. 23–24).

Por seu turno Ribotta, ainda que de forma não exaustiva, identifica os grupos vulneráveis em razão da etnia, do género ou da orientação sexual; da idade (crianças, adolescentes e adultos); do idioma ou da língua; da religião ou ideologia religiosa; da ideologia política; da origem soci-económica; da pobreza em que vivem e da capacidade ou incapacidade económica para satisfazerem as necessidades básicas dos seres humanos (no que respeita a saúde, alimentação, habitação, educação, trabalho, acesso a água potável); do vínculo laboral; da condição de migrante, asilado ou deslocado (por motivos económicos, políticos, ecológicos, ambientais ou sociais); das distintas capacidades/incapacidades de qualquer ser humano; de qualquer condição que limita o exercício da autonomia e da liberdade (quer seja por motivos legais, penais, assistencialistas ou institucionais); da origem nacional; da condição política, jurídica ou internacional do país da nacionalidade; da pertença a comunidades indígenas; da pertença a alguma minoria nacional, étnica, política, religiosa, cultural ou da orientação sexual; do estado de saúde ou da enfermidade; de ser vítima de um delito; da exclusão económica, cultural, política e social; das limitações de que podem ser alvo os seres humanos e bem assim nomeadamente no que respeita ao acesso à justiça; por viver em cenários de guerra ou outros conflitos armados, assim como em ambientes político-sociais desprovidos da organização típica do Estado de Direito democrático; do ambiente ecológico, político ou económico (tais como, catástrofes ecológicas naturais) e, por fim, apresenta um grupo vulnerável *residual* em razão de qualquer outra condição social. (Ribotta, 2012, pp. 84–86).

Retomando a ideia supra da distinção entre ser e estar vulnerável, Ribotta sustenta que para o estado de vulnerabilidade muito contribui o processo pessoal e social que torna uma pessoa ou grupo vulnerável. Daí que as estruturas políticas, jurídicas e administrativas dos Estados podem assumir o papel de garante, de protetor e, simultaneamente, de vulnerabilizador (Ribotta, 2010, p. 357).

Sustentamos que a vulnerabilidade é um conceito contextual e relacional, uma vez que tem sempre de ser precisado num prisma social e cultural definido, sem esquecer que se aplica a algo ou alguém em concreto.

Neste sentido Ribotta desenvolve que os grupos de pessoas vulneráveis que identifica

no presentan las mismas características en todas las sociedades, ni la vulneración es la misma en tipo, grado e intensidad, sino que depende de circunstancias históricas, sociales, económicas y de organización política y jurídica de la sociedad y del Estado de que se trate. Por lo tanto, la vulnerabilidad que presentan no se debe a una debilidad intrínseca del mismo grupo que les hace especialmente vulnerables, sino a cómo hemos organizado las reglas del mundo, normas jurídicas, sociales, económicas, políticas, de forma que algunos grupos se beneficien y otros se perjudiquen sin mediar más razón que su misma existencia como tales. Son grupos que están vulnerables, porque hay quienes los vulneran o pueden vulnerarlos, porque los hemos puesto como sociedad y como mundo en esa situación de vulnerabilidad. Es, por lo tanto, un concepto contextual y relacional, porque siempre tiene que ser determinado en un marco social y cultural definido y porque se predica respecto a algo o alguien. (Ribotta, 2012, p. 87)

Terminamos com a síntese apresentada por Ribotta nos termos da qual

la vulnerabilidad expresa una desigualdad y como tal, se manifiesta en una discriminación, con lo que mientras más profunda sea la vulnerabilidad mayor será la desigualdad sufrida y más amplia la discriminación que se produzca. Y mayor, también, en consecuencia, la violación de derechos que se ocasione y las restricciones y limitaciones para acceder a la administración de justicia en igualdad de condiciones. (Ribotta, 2012, p. 88)

3.2. O acesso à justiça e os meios alternativos de resolução de conflitos no quadro das Regras de Brasília

Quanto ao efetivo acesso à justiça (para defesa dos direitos das pessoas em condição de vulnerabilidade) sustenta-se a necessidade de promover e adotar as «condições necessárias (...) [e as] medidas que melhor se adaptem a cada condição de vulnerabilidade» (Regra n.º 25). Incluem-

-se, aqui, medidas destinadas a promover a cultura jurídica e a informação básica sobre os respetivos direitos; a assistência legal e a defesa pública; as medidas de organização e gestão judicial, assim como a promoção dos meios alternativos de resolução de conflitos. Neste particular, a secção n.º 5 reconhece a necessidade de impulsionar o recurso a formas alternativas de resolução de conflitos, tais como a mediação, a conciliação, a arbitragem quando tal se mostre apropriado, «tanto antes do início do processo como durante a tramitação do mesmo», na medida em que se entende que «(...) podem contribuir para melhorar as condições de acesso à justiça de determinados grupos de pessoas em condição de vulnerabilidade, assim como para otimizar o funcionamento dos serviços formais de justiça» (Regra n.º 43).

Com este propósito, reconhece-se a necessidade não só de promoção, mas também de difusão e informação destes meios alternativos (no que concerne às suas características, princípios, regras de funcionamento e efeitos específicos) entre os grupos de pessoas em condição de vulnerabilidade que sejam os seus potenciais utilizadores (Regras n.ºs 45 e 46). Por outro lado, prevê-se a «capacitação integral e sensibilização dos mediadores, árbitros, facilitadores judiciais comunitários e outras pessoas que intervenham na resolução do conflito» (Regra n.º 44) para que tenham os conhecimentos necessários sobre os meios alternativos de resolução de conflitos, mas também a sensibilidade necessária para lidar com esses particulares grupos de pessoas vulneráveis. Neste sentido, na revisão de 2018, foi aditado um parágrafo à predita Regra n.º 44 que expressamente reconhece a necessidade de garantir formação específica em matéria de «direitos humanos, género, diversidade e interculturalidade».

Ainda no que respeita aos meios alternativos de resolução de conflitos, deve promover-se a adoção de «medidas específicas que permitam a participação das pessoas em condição de vulnerabilidade no mecanismo escolhido de resolução alternativa de conflitos». Especificam-se medidas como a assistência de profissionais, a participação de intérpretes, a intervenção da autoridade parental para os menores de idade quando seja necessária ou a assistência, apoio ou representação legal quando a específica condição da pessoa o exija. Destaca-se, por fim e tendo em conta a vulnerabilidade das pessoas envolvidas, que a «atividade de resolução Alternativa de Conflitos

deve levar-se a cabo num ambiente seguro e adequado às circunstâncias das pessoas que participem» (Regra n.º 47).

Reflexões finais

Impõe-se, hoje, o desenvolvimento de um novo modelo de administração de justiça. Um modelo agregador de diversos meios de resolução de conflitos (sistema jurisdicional e meios extrajudiciais) e assente na existência de um meio adequado para a resolução de cada conflito. Um modelo que responda às exigências dos cidadãos que reclamam (de)ter uma voz mais ativa e participativa na tomada de decisões que os afetam e, desde logo, nas decisões que moldam ou condicionam a sua vida e o seu futuro.

Com este texto propusemo-nos analisar o alcance do direito de acesso à justiça que encontra consagração expressa nos principais textos internacionais de proteção e promoção dos direitos humanos, tendo focado a nossa atenção em dois instrumentos internacionais que visam proteger os mais vulneráveis, a saber, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e as Regras de Brasília. Na Convenção assinada sobre os auspícios da ONU, foi consagrada uma visão tradicional e «conservadora» do direito de acesso à justiça, assente, essencialmente, na necessidade de assegurar a aplicação do princípio da igualdade no acesso à justiça, prevendo-se, para tal, a possibilidade de adoção de medidas de discriminação positiva. Não obstante, a «simples» inclusão deste direito na predita Convenção traduz o reconhecimento da importância do direito (humano) de acesso à justiça para concretização de todos os outros direitos humanos. Por seu turno, nas 100 Regras de Brasília, reconhece-se o papel e a importância dos meios alternativos de resolução de conflitos na garantia da efetividade do princípio da tutela judicial dos direitos. Reconhece-se que estes meios corporizam uma conceção de justiça mais humana, mais participativa, mais inclusiva e que permitem atender às particularidades do caso concreto e às circunstâncias particulares de cada uma das pessoas afetada.

Referências bibliográficas

- Canotilho, J.J.G. (1999). *Estado de Direito*. Lisboa: Gradiva. CasaComum.org. http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_160333
- Cappelletti, M., Garth, B. (1978). *Access to Justice — a World Survey*, vol. I. Milão: Giuffrè Editore.
- Cebola, C.M. (2013). *La Mediación*. Madrid: Marcial Pons.
- Cruz, R. M. (2018). *A mediação familiar como meio complementar de Justiça*. Coimbra: Almedina.
- Fernandes, A.J. (2010). *Introdução à Ciência Política, teorias, métodos e temáticas*, 3.^a Edição, Porto: Porto Editora.
- Francioni, F. (2007). *Access to Justice as a Human Right*. Oxford University Press.
- Gomes, J. C. (2020). 13.º *Acesso à Justiça — Comentário*. In J. C. Gomes, L. Neto; P. T. Vítor (coord.). *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência — Comentário* (pp. 139–145). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Gomes, J. C. (2020). *Preâmbulo — Comentário*. In J. C. Gomes, L. Neto; P. T. Vítor (coord.). *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência — Comentário* (pp. 23–32). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Gouveia, M.F. (2015). *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*. 3.^a Edição. Coimbra: Almedina.
- Guedes, D. M. (2012). *A importância da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como Norma em nossa Carta Magna*, in *Leopoldianum*, n.ºs 104–106.
- Guterres, A. (2020). Prefácio. In J. C. Gomes, L. Neto; P. T. Vítor (coord.). *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência — Comentário* (pp. 9–10). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Marshall, T. H. (1973). *Class, Citizenship and Social Development*. Westport: Greenwood Press.
- Martín, J. D. (2019). *Guía comentada de las Reglas de Brasilia — Comentarios a las Reglas de Brasilia sobre acceso a la Justicia de las personas en condición de vulnerabilidad*, Madrid, Herramientas Eurosocial, n.º 23. https://eurosocial.eu/wp-content/uploads/2020/02/Herramientas_23.pdf.
- Menéndez, F. M. M. (2001). *Introducción y aproximación a la noción de persona y grupo vulnerable en el derecho europeo, La protección de las personas y grupos vulnerables en el derecho europeo*, Fernando M Mariño Menéndez y

- Carlos Ruís Fernández Liesa (coord.), Madrid, Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales (pp. 19–26).
- Monteiro, S. S., Cebola, C. M. (2020). *Os meios extrajudiciais de resolução de conflitos no quadro do direito de acesso à justiça e a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência*. In: Freire, C., Mangas, C., & Sousa, J. *Livro de resumos da VI Conferência Internacional para a Inclusão*. Leiria: Politécnico de Leiria (pp. 539–546). <https://includit.ipleiria.pt/files/2020/11/INCLUDiT-Livro-de-resumos-2.pdf>
- Monteiro, S. S. (2020). *As (100) “Regras de Brasília” e o acesso à justiça das pessoas em situação de vulnerabilidade*. In: Freire, C., Mangas, C., & Sousa, J. *Livro de resumos da VI Conferência Internacional para a Inclusão*. Leiria: Politécnico de Leiria (pp. 534–538). <https://includit.ipleiria.pt/files/2020/11/INCLUDiT-Livro-de-resumos-2.pdf>
- Monteiro, S. S., Carvalho, F. (2019). *A mediação familiar num contexto de vulnerabilidade social*. A. M. Costa e Silva, I. Macedo & S. Cunha (Eds.), *Livro de atas do II Congresso Internacional de Mediação Social: a Europa como espaço de diálogo intercultural e de mediação* (pp. 375–394). Braga: CECS. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/248
- Palacios, Agustina, e Bariffi, Francisco (2007). *La Discapacidad como una Cuestión de Derechos Humanos. Una aproximación a la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad*, 1.^a Edição., Madrid: Ediciones Cinca.
- Paz, M (2017). A capacidade jurídica na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. In M. Paz (org.) *Direitos das Pessoas com Deficiência — 2017*, Col. Formação Contínua (pp. 33–75). Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Pedroso, J.; et al. (2002). *O acesso ao Direito e à Justiça: um direito fundamental em questão. Observatório Permanente da Justiça*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Pinto, P.C. (2017). A Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. In M. Paz (org.) *Direitos das Pessoas com Deficiência — 2017*, Col. Formação Contínua (pp.13–26). Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Ramos, R. M.M. (1983). *Cidadania. Polis — Enciclopédia VERBO da Sociedade e do Estado*. Lisboa: Verbo.
- Ribeiro, G. R. (2016). *Notas sobre as incapacidades jurídicas previstas no código civil à luz do artigo 12.º da Convenção das nações unidas sobre os direitos das*

- peçoas com deficiência*. In M. Paz (org.) *Direitos das Peçoas com Deficiência — 2016*, Col. Formação Contínua (pp. 11–28). Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Ribotta, S. (2010). *Grupos vulnerables*. In Manero S. A. & Díaz B. C. (Eds), *Glosario de términos útiles para el análisis y estudio del espacio iberoamericano de cooperación e integración; comercio, cultura y desarrollo* (p. 278). Madrid: Marcial Pons.
- Ribotta, S. (2012). *Las 100 Reglas de Brasília sobre acceso a la justicia de las personas en condición de vulnerabilidad. Vulnerabilidad, pobreza y acceso a la justicia*. Revista Electrónica Iberoamericana (REIB), Volumen 6, pp.77–114.
- Silva, P. C. (2009). *A nova face da justiça — os meios extrajudiciais de resolução de controvérsias*. Lisboa: Coimbra Editora.
- Wilde, Z. e Garbos, L: M. (2007). *O que é a Mediação*. Lisboa: Agora Comunicação.
- Vasconcelos, P. B. (1998). *A Crise da Justiça em Portugal*, Gradiva, Lisboa, Casa-Comum.org.

TRAZER BRAGANÇA PARA O MAPA DA ACESSIBILIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIAS NO MUSEU DO ABADE DE BAÇAL E NO MUSEU DA TERRA DE MIRANDA

Ingrid Freitas

Universidade de Vigo, Espanha & Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.
ingridfreitas94@hotmail.com

Sarah Almeida

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal. sarahalmeidamoraes@gmail.com

Cláudia Martins

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal, CLLC-UA, CEAUL-GI6. claudiam@ipb.pt

Resumo: O direito ao acesso e à participação ativa de todos é garantido no artigo n.º 27 da Declaração Internacional de Direitos Humanos de 1948. Para a ONU, a definição de acessibilidade é o processo de conseguir a igualdade de oportunidades em todas as esferas da sociedade (online). Dodd e Sandell (1998) e Sasaki (2005) classificam esta ideia em diferentes dimensões para além da acessibilidade física, como a informativa, a cultural, a financeira, a emocional, a intelectual e a sensorial (Dodd & Sandell, 1998), e a arquitetónica, a comunicacional, a metodológica, a instrumental, a programática e a atitudinal (Sasaki, 2005), a serem consideradas em projetos de acessibilidade. Atualmente, a Tradução Audiovisual e as suas modalidades dispõem de recursos que promovem a mediação cultural e, conseqüentemente, a inclusão e a acessibilidade. Um dos principais objetivos do projeto é «trazer» o distrito de Bragança para o mapa da acessibilidade, par-

tualmente no contexto museológico. Assim, descreveremos as fases seguidas na construção dos textos com audiodescrição e em linguagem simples, no Museu da Terra de Miranda, em Miranda do Douro, e no Museu do Abade de Baçal, em Bragança. Paralelamente, refletiremos sobre os pontos fortes dos projetos, as dificuldades mais prementes e as estratégias utilizadas para as ultrapassar.

Palavras-chave: comunicação acessível; acessibilidade museológica; linguagem simples; audiodescrição; tradução intersemiótica.

Abstract: The right to the access and active participation is guaranteed in article no. 27 of the International Declaration of Human Rights from 1948. According to the UN, the definition of accessibility is the process by which one achieves equal opportunities in all dimensions of social life (online). Dodd and Sandell (1998) and Sasaki (2005) organise this concept around different dimensions that surpass the physical one, such as the informative, the cultural, the financial, the emotional, the intellectual and the sensorial (Dodd & Sandell, 1998), and the architectural, the communicational, the methodological, the instrumental, the programmatic and the attitudinal (Sasaki, 2005), all essential when working in accessibility projects. Presently, Audiovisual Translation and its modes use resources that promote cultural mediation and, ultimately, inclusion and accessibility. This project aimed at “putting” the district of Bragança on the map of accessibility, especially for museums. This paper intends to report on the different stages followed in this project, namely in the construction of the texts with audiodescription and in plain language, at the Museum of Miranda, in Miranda do Douro, and the Museum of the Abbot of Baçal, in Bragança. We also wish to reflect upon the strengths of the project, the most notorious difficulties and the strategies used to overcome them.

Keywords: accessible communication; museum accessibility; plain language; audiodescription; intersemiotic translation.

Introdução

A necessidade de fomentar espaços acessíveis encontra-se consubstanciada no discurso outorgado através do artigo n.º 27 da Declaração Inter-

nacional de Direitos Humanos (DUDH) de 1948, onde se sublinha que «todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios» (DUDH, 1948, online). Neste sentido, as preocupações de acessibilidade não se podem centrar somente nas dimensões mais básicas da vida em sociedade, mas antes abranger a plenitude da vida social, incluindo a fruição cultural e de lazer.

A operacionalização de projetos de acessibilidade pode partir de áreas científicas e enquadramentos teórico-metodológicos distintos, ainda que complementares, sendo a multidisciplinaridade assumida como a abordagem preferencial. No caso do nosso projeto, partimos do contexto da Tradução Audiovisual (TAV), em particular a TAV Acessível (ou *Media Accessibility*, de acordo com Romero-Fresco, 2018, e Greco, 2018), considerando igualmente contributos dos Estudos da Deficiência e da Museologia.

Relativamente à TAV, as suas diferentes modalidades desempenham um papel importante no que se refere à mediação cultural, transcendendo o conceito tradicional de tradução ‘palavra por palavra’ para um mais abrangente proposto por Gambier (2003) de ‘*transadaptation*’, ou seja, a tradução é necessariamente acompanhada por um esforço de adaptação, por exemplo, mais evidente na modalidade de legendagem. De facto, um clássico dos Estudos de Tradução, Roman Jakobson (2004 [1959]), propõe três tipos de tradução, entre os quais a *tradução intersemiótica*, a personificação ideal da TAV, uma vez que este autor previa e aceitava a ‘transmutação’ ocorrida de um sistema semiótico para outro.

Ainda que uma disciplina recente, cuja afirmação data dos anos 90 do século XX, esta sempre foi permeável a questões socioculturais que se encontram contempladas por diferentes modalidades de TAV, especialmente a legendagem para surdos ou ensurdecidos (LSE) ou a audiodescrição para pessoas cegas e com baixa visão (AD), daí que muitos autores (e.g. Romero-Fresco, 2018, ou Neves, 2020) encarem o tradutor de TAV como um agente facilitador para as pessoas com deficiência sensorial, seja ela visual seja auditiva.

Partindo da abordagem acima explanada, iremos expor a forma como este projeto de acessibilidade foi desenvolvido em dois espaços museológicos, a saber o Museu do Abade de Baçal (MAB), em Bragança, e da Terra

de Miranda (MTM), em Miranda do Douro. Incidiremos igualmente sobre a descrição dos espaços museológicos em causa, das etapas que compuseram este processo de implementação de recursos acessíveis, bem como os obstáculos encontrados ao longo do desenvolvimento do projeto. Todas estas questões serão alvo da nossa reflexão crítica, de forma a que possamos retirar conclusões válidas para a realização de futuros projetos de natureza similar.

Este trabalho encontra-se dividido em três partes, abordando, em primeiro plano, questões teóricas que compreendem os princípios da TAV e as suas modalidades de mediação cultural, explorando a audiodescrição museológica e a linguagem simples. A segunda parte pretende refletir acerca das práticas que desenvolvemos no projeto no âmbito do «Verão com Ciência» (uma iniciativa financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pela Direção-Geral do Ensino Superior) que objetivou implementar ferramentas que promovessem a acessibilidade nas instituições mencionadas. Nessa segunda parte, apresentaremos a metodologia adotada para implementação deste projeto e, na terceira, teremos uma breve discussão sobre os resultados.

Mediação cultural e tradução audiovisual

O conceito de acessibilidade restringiu-se, até há bem pouco tempo, ao contexto físico, priorizando pessoas com mobilidade reduzida e, consequentemente, excluindo outros grupos minoritários. Esta tendência é notória em numerosos documentos oficiais, mas foi com o novo milénio que se verificou a concretização paradigmática já iniciada na última década do século XX, ou seja, do modelo biopsicossocial da deficiência ou modelo social, segundo o qual o ser humano é uma composição de diferentes dimensões biológicas, mas também, e acima de tudo, sociais e psicológicas que devem ser tomadas em consideração aquando de projetos e ações de acessibilidade.

No entanto, apesar desta obsessão pela dimensão física, autores como Dodd e Sandell (1998) e Sasaki (2005) já mencionam a existência de outras dimensões para além das questões que abrangem a acessibilidade física. Estas são, de acordo com Dodd e Sandell (1998), as barreiras ao acesso à informação, ao acesso cultural, financeiro, emocional, intelectual e sensorial, e à tomada de decisões, enquanto, para Sasaki (2005), os obstáculos

abrangem a acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Esta multiplicidade de dimensões a considerar, incluir e operacionalizar sustenta a necessidade de uma abordagem multidisciplinar em qualquer um destes projetos, dos quais os públicos-alvo não devem ser excluídos, na linha do mote «Nada sobre mim, sem mim», utilizado, em 1993, por Michael Masutha e William Rowland do *Disabled People South Africa* (Charlton, 2000).

No contexto português, convém referir um dos primeiros guias relativos à acessibilidade em museus, «Temas de Museologia — Acessibilidade e Museus» de Colwell e Mendes (2004). De acordo com os autores, as instituições museológicas têm a necessidade de prover o acesso à cultura por parte do público com características específicas. Desta forma, devem «melhorar o acesso à Cultura, aos Museus e suas coleções, por parte dos visitantes com necessidades especiais, constitui objetivo essencial por todos partilhado» (Colwell & Mendes, 2004, p. 5), propondo o guia estratégias e boas práticas, a fim de que o acesso aos museus seja inclusivo, respeitando as particularidades das pessoas com deficiência sensorial, cognitiva, entre outras.

Num outro guia mais recente, designado «Guia de Boas Práticas de Acessibilidade, Comunicação Inclusiva em Monumentos, Palácios e Museus» de Garcia, Mineiro e Neves (2017), as estratégias abordadas permeiam o campo da comunicação acessível e inclusiva, a fim de proporcionar o pleno acesso às exposições, em museus ou outros espaços culturais, aos públicos com deficiência sensorial, cognitiva ou mesmo públicos em que há especificidades linguísticas, culturais, económicas ou sociais.

À vista disso, a TAV pode desempenhar um papel relevante na implementação de projetos de acessibilidade em contexto museológico, especialmente porque pode assumir-se como uma ferramenta de mediação cultural, assegurando a inclusão de pessoas com deficiência sensorial em espaços culturais, através das suas modalidades de acessibilidade, como a LSE ou a AD. Contudo, a ideia de que estas modalidades se dirigem somente a grupos minoritários é altamente restritiva, podendo (e devendo) a implementação de recursos de AD assumir um caráter pedagógico e ser adoptado por outros públicos. Desta forma, podemos contemplar com AD, para além de pessoas com deficiência visual, indivíduos que tenham deficiência cognitiva, pessoas

com baixa literacia, entre outros, ocorrendo o mesmo com outros recursos de acessibilidade.

Neste sentido, a TAV desempenha um papel fundamental no contexto da acessibilidade informativa, cultural e sensorial, por se relacionar com produtos multimédia, tanto no domínio visual, quanto no auditivo. É neste âmbito que o conceito de intersemioticidade e, em última instância, de multidimensionalidade, já previsto por Jakobson (2004 [1959]), assume a sua plenitude. As modalidades de TAV possibilitam a transmutação do sistema auditivo não verbal para o visual verbal, por meio da LSE, assim como do sistema visual não verbal para o auditivo verbal, no caso da AD.

De seguida, iremos explicitar em maior pormenor a modalidade de AD e a sua pertinência na acessibilidade museológica, assim como explorar a importância da utilização de linguagem simples não só nos materiais informativos, como na própria narrativa dos museus e instituições afins.

Audiodescrição

Tal como já foi acima referido, a audiodescrição é uma das modalidades de acessibilidade fomentadas pela TAV que tem por objetivo incluir uma descrição/narração em produtos audiovisuais, como em filmes, séries, documentários e novelas, ou em espaços culturais (e.g. museus, teatros, espetáculos musicais e eventos desportivos), de forma a que estes possam ser apreendidos e fruídos primordialmente pelas pessoas com deficiência visual. Este recurso desempenha um papel fundamental no que tange à mediação, seja no âmbito cultural ou social, estabelecendo um intermédio entre o contexto verbal e o visual.

A AD pode ser apresentada num áudio pré-gravado (como no caso dos filmes) ou ao vivo (tal como ocorre em espetáculos ao vivo) e tem como público-alvo pessoas com deficiência visual, seja ela perda parcial ou total de visão. Entretanto, este recurso pode ser usufruído por todas as pessoas, por exemplo, indivíduos que tenham deficiência cognitiva, pessoas com baixa literacia ou diferentes níveis de informação, especialistas e não-especialistas de arte, ou seja, visitantes comuns, crianças e académicos de estudos artísticos. Torna-se fundamental desestigmatizar a AD como sendo

exclusivamente direcionada para este grupo com deficiência visual, encorajando a sua utilização por todos os indivíduos. Veja-se a opinião de Snyder (2008), para quem as técnicas de AD não só incentivam a acessibilidade e a inclusão, mas também ajudam a desenvolver visitas aos museus que se podem tornar experiências mais expressivas, apaixonantes e imaginativas, em última instância, significativas para todos.

Desta forma, a AD surge como um dos exemplos perfeitos de tradução intersemiótica, na linha de Jakobson (2004 [1959]). Esta é caracterizada por Motta e Romeu (2010) como «uma atividade de mediação linguística (...) que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar» (Motta & Romeu, 2010, p. 11), os quais acrescentam que «além das pessoas com deficiência visual, a AD amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos» (*ibidem*). Por outro lado, Neves (2011) descreve a AD como a «a arte de traduzir, através de uma narrativa descritiva ou outras técnicas verbais, mensagens visuais não perceptíveis apenas através dos sinais acústicos presentes em textos (áudio)visuais (...) a arte de descrever imagens, objetos, realidades com valor comunicativo essencialmente visualista» (Neves, 2011, p. 13).

No âmbito museológico, assim como no cinema, a AD deve seguir normas, recomendações e princípios para a sua elaboração, daí que Neves (2011) afirme que «a estratégia e o estilo de AD serão ditados pela natureza da imagem e a função comunicativa da mesma no contexto em que se encontra. Uma imagem que necessite de audiodescrição raramente aparece descontextualizada» (Neves, 2011, p. 29). Neves (2011) refere ainda que «audiodescrição museológica será condicionada por fatores como a missão do museu, o tipo de acervo (pintura, escultura, artefactos, ...), a filosofia do museu e a dinâmica da sua relação com o meio e com os visitantes» (Neves, 2011, p. 26) e reforça que «a audiodescrição de imagens estáticas obedece aos cânones da audiodescrição em termos genéricos e permite uma pluralidade de abordagens» (Neves, 2011, p. 29).

Não obstante a sua relevância indiscutível no contexto português, o guia de AD de Neves (2011) contempla essencialmente a AD filmica, tal como a norma britânica *ITC Guidance on Standards for Audiodescription* (2000), que enumera algumas diretrizes a serem consideradas aquando do processo

de criação dos roteiros, tais como a importância da utilização dos verbos no tempo presente, o evitar, sempre que possível, a repetição de palavras e o uso de pronomes pessoais, assim como as interpretações subjetivas e condescendentes, e priorizar as informações transmitidas.

Por consequência, devem mencionar-se outras normas e recomendações para a elaboração de AD em museus, nomeadamente as orientações de *Art Beyond Sight* (Axel *et al.*, 1996), que continuam a ser internacionalmente reconhecidas e aplicadas, da UNE (2005), da *Audio Description Coalition* (2009) e do projeto europeu *Audio Description: Lifelong Access for the Blind* (ADLAB). Todas estas orientações foram sistematizadas por Martins (2015), na sua tese de doutoramento onde, para além das necessárias referências à informação básicas, aos contextos histórico e artístico (estilo, movimento), à convocação de outros sentidos, à orientação espacial ou aos materiais táteis, se incluíram outros aspectos, como a sonoplastia, a estrutura sintática, a duração e extensão.

Em suma, um texto de AD museológica deve não só descrever os elementos visuais não apreendidos pelas pessoas com deficiência visual, utilizando uma linguagem acessível, mas vívida, imaginativa e sucinta, mas também criar uma narrativa da obra em causa e do espaço que o recebe, de forma que a instituição ofereça uma história aos visitantes que possa tornar a sua experiência significativa e memorável, potencialmente convidativa a novas visitas.

Linguagem simples

O conceito de linguagem simples não aparece explicitamente associado à TAV, apesar de estar pressuposto na LSE assim como na AD, principalmente na museologia. A título de exemplo, nas recomendações da *Art Beyond Sight* (1996) para a AD museológica, refere-se a necessidade de usar uma linguagem simples, isenta de tecnicismos ou palavras opacas que impeçam a compreensão textual, da mesma forma que na LSE a linguagem a ser usada deve ser fácil e sem complexidade sintática e lexical.

Assim, linguagem simples surge referenciada em diversos guias os quais não somente apresentam técnicas para a composição de um texto em escrita

clara como também o fundamentam como uma ferramenta de acessibilidade. De entre os guias, destaca-se o *Lectura fácil: Métodos de redacción y evaluación*, de García Munõz (2013). Segundo o autor, a capacidade leitora é viabilizada através de três competências básicas, a saber, a linguística, a cognitiva e a comunicativa; para ele, quando ocorre uma limitação em alguma delas, isto pode causar um prejuízo direto à captação da mensagem através da escrita. Desta forma, a leitura fácil surge como uma ferramenta que permite adaptar os textos a uma forma escrita mais simples, com o objetivo de facilitar a compreensão àquelas pessoas que não possuem o hábito da leitura ou que foram privadas em alguma altura da sua vida de fazê-lo, ou até mesmo aquelas que têm deficiência.

Para García Munõz (2013), o acesso à informação, cultura e literatura é um direito fundamental e, para assegurá-lo, é necessário ter ferramentas que promovam a igualdade de acesso a tal direito entre todos indivíduos. Portanto, a leitura fácil pretende ser uma solução facilitadora para este acesso à informação.

Por outro lado, o guia *Redigir com clareza*, da Comissão Europeia (2015), surgiu da necessidade de ter uma redação clara em todos tipos de documentos oficiais da CE, a fim de serem mais explícitos e, assim, proporcionarem melhor compreensão, uma vez que dois dos problemas mais frequentes eram a reciclagem de textos sem adaptação e o célebre «corta-cola». Esta necessidade conduziu à elaboração de um guia de carácter não obrigatório que ressalta três justificações para redigir com clareza: trabalhar em conjunto de forma mais eficaz; evitar mal-entendidos; dispor favoravelmente o leitor.

Este guia faz-se ainda acompanhar de uma metodologia simples nomeada de «método das 7 perguntas», direcionada e aplicável a quase todos textos não literários. Este método consiste numa forma estruturada de seleção de informação pertinente, através de respostas objetivas a sete perguntas (semelhante à estrutura da pirâmide invertida das notícias): 1. O quê? — a mensagem fundamental; 2. Quem? — as partes interessadas; 3. Quando? — dias, horas, calendários, prazos; 4. Onde? — locais; 5. Como? — circunstâncias, explicações; 6. Porquê? — causas e/ou objetivos; 7. Quanto? — valores calculados e dados mensuráveis.

Com base neste método das sete perguntas, pode estabelecer-se uma analogia com a AD, especialmente na necessidade de priorizar as informações,

apresentando-se sempre os aspectos mais relevantes, como o quê (ação), quem (intervenientes), onde (espaço) e quando (tempo), para só depois se passar à inserção de elementos menos necessários e eventualmente dispensáveis para uma compreensão mais básica.

O guia *Federal Plain Language Guidelines* (PLAIN, 2011) foi elaborado nos meados da década de 90 do século XX e é atualizado e revisto regularmente por uma comunidade de funcionários públicos que mantém uma rede de informação e ações direcionadas para a linguagem clara, a fim de atrair a atenção do público-alvo e levar, de facto, a mensagem a ser transmitida. Para estes agentes, os cidadãos têm o direito a comunicações claras por parte do governo.

Segundo este guia, antes de se começar a redigir um texto, é fundamental conhecer quem são os indivíduos que constituem o público-alvo e a informação que eles pretendem obter, isto é, realizar o exercício reflexivo de se colocar no lugar do próximo, pensando nele e escrevendo para ele. Elenca, portanto, uma série de regras gramaticais (sintáticas e de coerência e coesão) e de estilos a serem adotados para alcançar um texto com linguagem clara, promovendo a informação de forma igualitária, dirigida a todos cidadãos.

Por fim, é importante mencionar novamente o *Guia de Boas Práticas de Acessibilidade sobre Comunicação Inclusiva em Monumentos, Palácios e Museus*, de Garcia, Mineiro e Neves (2017), segundo o qual:

A linguagem ou escrita simples está na base de todas as estratégias de comunicação. A técnica da escrita simples é utilizada para apresentar conteúdos de forma clara e de fácil compreensão, usando uma linguagem próxima da linguagem falada sem que, com isso, se minimize a carga informativa ou se desvirtue o rigor científico dos conteúdos. (Garcia, Mineiro & Neves, 2017, p. 39)

As autoras apresentam, neste guia, uma síntese dos conceitos que estão na base desta abordagem à comunicação, elencando os produtos essenciais para promover maior diversidade de oferta e estruturando os posteriores processos necessários para o desenvolvimento de cada um destes produtos. Ressaltamos que estas boas práticas podem ser adaptadas a qualquer espaço cultural que se queira abrir a novos públicos, garantindo, desta forma, a todos indivíduos o acesso a estes espaços.

Com esta secção, pretendemos explicitar o modo como a AD, assim como o recurso à linguagem simples, transversal a diversas modalidades de TAV, se conjugam para contribuir e facilitar a concretização de projetos de acessibilidade em contexto de museus. Na próxima secção, detalharemos o processo de implementação destes recursos e a forma como se conjugam de forma harmoniosa e coerente.

Projeto «Verão com Ciência»

Os projetos de acessibilidade desenvolvidos no MAB e no MTM foram integrados e financiados pelo «Verão com Ciência», ação promovida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia em colaboração com a Direção Geral do Ensino Superior. Os projetos tinham como objetivo promover e implementar diferentes recursos de acessibilidade compreendidos por uma abordagem mais abrangente da Tradução Audiovisual para o contexto museológico, assim como pela área atualmente designada como *Media Accessibility*. Desta forma, pretendia-se trazer o distrito de Bragança para o mapa da acessibilidade, não só divulgando os recursos para a inclusão na região, como também potenciando o acesso à cultura e à informação da população local e visitantes nacionais e estrangeiros.

Nestes espaços museológicos pretendeu-se implementar recursos que promovam a comunicação acessível para pessoas cegas ou com baixa visão através da AD e para pessoas surdas ou ensurdecidas, com baixa literacia ou crianças, por meio de textos com linguagem simples e, por fim, proceder à tradução dos textos das duas tipologias de visitas para línguas estrangeiras, nomeadamente para o inglês e para o espanhol, cujos públicos-alvo serão os visitantes estrangeiros, turistas e eventualmente imigrantes.

No entanto, apesar dos públicos preferenciais destes recursos, não podemos negligenciar as potencialidades que estes encerram, visto que podem também ser usufruídos pelo comum visitante nacional, por especialistas e não-especialistas de arte, história, e outras áreas concomitantes, crianças e académicos de estudos artísticos, entre outros.

De seguida, explicitaremos a metodologia que seguimos no nosso trabalho, assim como discutiremos aspectos merecedores de destaque aquando da implementação destes projetos.

Metodologia de trabalho

O projeto foi desenvolvido com base na metodologia de investigação-ação, isto é, onde o foco está no agir, com o intuito de mudar o atual estado de um determinado objeto de estudo, assim como na pesquisa, para compreender os problemas inerentes, conforme Bogucki (2015) salienta. Segundo ele, a investigação-ação é um processo contínuo em que o investigador trabalha num assunto específico e frequentemente encontra, à medida que avança na sua pesquisa, novas questões não previstas para pesquisar e solucionar.

Também Neves (2015) destaca as características da investigação-ação, a saber, planeamento, implementação, reflexão a partir desta implementação e reinício deste ciclo dentro do projeto como um contínuo. Ela pontua que este ciclo pode, inclusive, desencadear novos projetos e pesquisas. Por fim, em Cravo e Neves (2007), as autoras discorrem acerca da investigação-ação e a possibilidade da sua aplicabilidade na área dos Estudos da Tradução, em particular da TAV.

Desta forma, para desenvolver este trabalho estão a ser elaboradas visitas audiodescritas, a fim de proporcionar o acesso das pessoas cegas ou com baixa visão aos espaços museológicos em causa e aos respetivos recursos. Entretanto, através destas visitas, é possível abranger outros públicos, tal como já foi mencionado.

Para além disto, os textos construídos para os museus estão a ser adaptados para linguagem simples, de forma a torná-los mais próximos da realidade linguística e/ou cognitiva dos visitantes. Com este recurso, elimina-se qualquer tipo de jargão e linguagem rebuscada ou técnica, a fim de disponibilizar textos de leitura fácil para pessoas surdas, ensurdecidas, crianças e pessoas com baixa literacia, entre outros. Com estas duas abordagens, cumpre-se eliminar a barreira da acessibilidade sensorial, assim como os obstáculos comunicacionais, informativos e culturais, na linha de Dodd e Sandell (1988) e Sasaki (2005), patente também na tradução dos textos das visitas para inglês e para espanhol com vista ao público estrangeiro, assim como imigrantes, entre outros.

Além da criação destes textos, este projeto compreende obrigatoriamente etapas de validação por parte dos responsáveis pelos respetivos museus,

assim como a validação pelos grupos de controle, nomeadamente com pessoas cegas ou com baixa visão e com surdos e ensurdecidos. Após a estabilização dos textos, com a integração das críticas apontadas, daremos início à fase mais técnica do projeto que passa pela sonorização dos textos em contexto de estúdio (nas instalações do IPB), com base na utilização de talentos de voz entre alunos voluntários. Depois da edição e respetiva sonoplastia das gravações, com a inclusão de efeitos sonoros e música, fase esta também desempenhada por alunos voluntários, estaremos prontos para armazenar a visita total num espaço virtual e disponibilizá-la, através de um código QR, nos espaços museológicos em causa e nas respetivas páginas *web*.

No que se refere aos textos em linguagem simples, estes serão impressos em letra ampliada e disponibilizados em livros ou roteiros pelas instituições, ponderando-se ainda a possibilidade de virem a ser utilizados para a realização de guias em formato vídeo, com interpretação em Língua Gestual Portuguesa. Este, contudo, terá de ser um projeto independente e com posterior financiamento.

Por fim, estes projetos não poderiam estar concluídos sem que fossem pensadas breves sessões de formação para os funcionários destes museus, através das quais pretendemos não só sensibilizá-los para as questões da diversidade funcional, linguística e cultural, mas também informá-los em profundidade sobre os recursos criados, as especificidades técnicas e as potencialidades que estes oferecem para diferentes públicos. Paralelamente, é nosso objetivo realizar ações de divulgação dos recursos criados e implementados para que um maior número de visitantes possa deles usufruir, assim como sensibilizar outras instituições para replicarem experiências afins.

Discussão do projeto

Apesar de os projetos se encontrarem em avançada fase de desenvolvimento, ainda não foram terminados. Ainda se encontram por concluir as fases mais técnicas, assim como as visitas de validação que prevemos virem a ser das mais profícuas para o trabalho e para a reflexão constante da

investigação-ação. Assim, apresentam-se de seguida algumas das principais reflexões coligidas até ao momento da redação do artigo.

Por se tratar de um museu etnográfico situado na cidade de Miranda do Douro, o Museu da Terra de Miranda (Figura 1) tem como função contar a história e cultura do povo mirandês. Diante disto, encontram-se numerosos casos de terminologia regional presentes nas descrições dos objetos e atividades específicos daquela região que identificamos como um obstáculo a ser ultrapassado.

Figura 1. Museu da Terra de Miranda



Fonte: página Direção Regional da Cultura do Norte, *online*.

Segundo os guias acima apresentados, para se oferecer um texto claro, objetivo e não ambíguo, devem eliminar-se todos os «ruídos», ou seja, as características linguísticas que possam impedir o leitor ou ouvinte de entender a totalidade de um texto, neste caso, a descrição de uma atividade, traje ou peça. Um texto escrito de forma mais simples expande a possibilidade de um maior número de indivíduos o compreender. Com este intuito, afigura-se necessário, não somente pelo aspecto linguístico, mas também pelas questões sociais, proceder à pesquisa de terminologia e consulta técnica para conseguir compreender o que tais termos expressam e «traduzi-los», com o intuito de eliminar qualquer dúvida. Não obstante, neste caso,

optou-se por manter a expressão original acompanhada de um equivalente em linguagem não regional e uma explicação ou paráfrase. Atente-se nos seguintes exemplos: «aguilhada» ou vara para animais; «medas» ou molhos de palha em forma cônica.

Um outro exemplo encontrou-se na sala da tecelagem do MTM, onde está exposto um tear de madeira original (Figura 2), ocupando a quase totalidade da sala. Nele, podem perceber-se inúmeras peças com nomenclatura e funções específicas. Para além dos termos técnicos, devem também ter-se em consideração os regionalismos presentes que tiveram de ser alvo de ‘tradução’.

Figura 2. Tear original da Sala da Tecelagem



Fonte: Ingrid Freitas, 2020.

Na sala «Espaço do Traje» (Figura 3), deparamo-nos com uma outra questão que foi a ordem da audiodescrição dos trajes dos caretos usados nas festas de inverno aqui apresentados. Depois da identificação da nossa dificuldade na organização da informação descrita, uma das etapas com maior grau de complexidade, realizámos a devida pesquisa e consultámos especialistas, tendo concluído que não havia uma padronização na literatura. Neste sentido, com base nos nossos conhecimentos prévios de AD, foi necessário refletir sobre o que descrever primeiro que se afigurou como um exercício enriquecedor. Assim, se para uma pessoa normovisual, o que se destaca nestes trajes são os acessórios de natureza jocosa, para, depois, se aperceber da vestimenta externa, da interna e dos calçados, então a nossa conclusão foi que esta seria a nossa opção. Este exercício de assimilação feito quase instintivamente pareceu-nos uma escolha adequada.

No caso dos trajes, tomou-se a decisão de utilizar esta ordem nas descrições, partindo do que mais se destaca para o que menos se destaca, com o

objetivo de proporcionar elementos que permitam ao ouvinte criar a imagem mental destes caretos e dos seus trajes, o mais similar à experiência de uma pessoa normovisual.

Figura 3. Sala do Traje



Fonte: Ingrid Freitas, 2020.

No que se refere ao MAB (Figura 4), este apresenta-se como um museu de história, antropologia e arte, entre outras áreas, que recebe o nome do seu grande mentor o Abade de Baçal, Francisco Manuel Alves. Foi esta figura que recolheu e colecionou um elevado número de peças que constituem o fundo original do museu, assim como também o dirigiu durante alguns anos.

Figura 4. Museu do Abade de Baçal



Fonte: página da Direção Geral do Património Cultural, *online*.

Para além das visitas audiodescritas e dos textos em linguagem simples, foi necessário proceder à simplificação de um conjunto de textos de sala, que serão colocados nas paredes das várias salas do museu e que servem para fornecer uma breve contextualização aos visitantes. Nestes textos, o desafio foi torná-los acessíveis ao leitor, independentemente da instrução, grau de conhecimento ou especialização, isto é, sem um grupo-alvo em mente. Desta forma, optou-se por usar estratégias da linguagem simples, de natureza lexical e sintática, que permitissem «traduzir» os textos, aproximando-os potencialmente de qualquer público. Este processo não esvazia os textos dos seus significados originais, mas torna-os acessíveis, uma vez que onde outrora se encontravam jargão e termos técnicos, encontram-se agora palavras mais simples que transmitem a ideia original.

Um bom exemplo deste processo foi a alternativa encontrada para a palavra «numismática»: «coleção de moedas» foi selecionada como uma paráfrase possível, o que trouxe, junto a outras escolhas igualmente importantes, fluidez ao referido texto de parede do MAB. Outra estratégia foi a manutenção da ordem direta de sujeito-verbo-complementos para construir tal fluidez, já que nos textos originais a ordem inversa tinha sido usada como recurso de erudição. Adicionalmente, a mudança de construções adverbiais como «estende-se cronologicamente desde» para «abrange o período de» também foi utilizada.

Como ressaltado previamente, o objetivo destes recursos é ampliar o público destes espaços não só por meio da AD, da «tradução» das imagens em narrativas e descrições, como também através da linguagem simples, adaptando o conteúdo dos textos para torná-los mais fáceis e agradáveis de ler. A conjugação destes recursos proporcionará um ambiente mais inclusivo, onde um maior número de pessoas poderá usufruir do que os museus têm para contar.

Conclusões

Neste trabalho, pretendemos apresentar os contributos que a TAV pode aportar ao desenvolvimento de projetos de acessibilidade em contexto de museus. Através da apresentação e descrição dos projetos desenvolvidos no

âmbito dos Museu do Abade de Baçal e do Museu da Terra de Miranda, no contexto do programa «Verão com Ciência» 2020 (FCT & DGES), demonstramos como a audiodescrição e a linguagem simples foram conjugadas para criar visitas direcionadas para pessoas com deficiência sensorial, isto é, visual e auditiva. Não obstante a sua função dedicada a estes grupos minoritários, estes recursos podem ser utilizados com sucesso por outros grupos de visitantes, como idosos, crianças, pessoas com baixa literacia, com outras deficiências, turistas, imigrantes, entre outros.

A par da explicitação do respetivo enquadramento teórico, focamos igualmente na nossa metodologia de trabalho que se centrou na investigação-ação, através da qual podemos identificar obstáculos não previstos atempadamente para os solucionarmos depois das respetivas pesquisas e enquanto desenvolvíamos os referidos projetos. Foram ilustração disto os exemplos que descrevemos sobre a Sala da Tecelagem e do Traje do MTM.

Relativamente ao faseamento dos projetos, somente a fase da elaboração dos textos com AD e em linguagem simples está completa, o que significa que a fase de validação com os responsáveis pelos museus e os grupos de controlo ainda poderá contribuir positivamente para a melhoria dos textos. Somente após esta fase poderemos enveredar pelas fases mais técnicas, desde a sonorização dos textos à sua conversão num código QR e, finalmente, à formação dos atores destes espaços museológicos e à divulgação dos recursos.

Como conclusão, estes projetos tiveram por objetivo não só «trazer» Bragança para o mapa nacional da acessibilidade, região esta periférica, mas também fornecer recursos dedicados às pessoas com deficiência sensorial que acreditamos serem de potencialidades inegáveis para quaisquer outros visitantes, desde as crianças aos turistas.

Referências bibliográficas

Audio Description: Lifelong Access for the Blind (ADLAB). (2014). *Pictures painted in Words: ADLAB Audio Description Guidelines*. URL: <http://www.adlabproject.eu/Docs/adlab%20book/index.html>

- Axel, E. S., Hooper, V., Kardoulias, T., Keyes, S. S. & Rosenberg, F. (1996). *Art Beyond Sight's Guidelines for Verbal Description Adapted from Making Visual Art Accessible to People Who Are Blind and Visually Impaired*, *Art Education for the Blind*. URL: <http://www.artbeyondsight.org/handbook/acs-guidelines.shtml>
- Bogucki, L. (2015). *Areas and Methods of Audiovisual Translation Research*. Suíça: Peter Lang Edition.
- Charlton, J. (2000). *Nothing about us without us — Disability oppression and empowerment*. Berkeley/ Los Angeles/ Londres: University of California Press.
- Colwell, P. & Mendes, E. (2004). *Temas de Museologia: Museus e Acessibilidade*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- Comissão Europeia (EC) (2015). *Redigir com clareza*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- Cravo, A. & Neves, J. (2007). *Action Research in Translation Studies. The Journal of Specialised Translation*, 7, pp. 92–107. URL: https://jostrans.org/issue07/art_cravo.php
- Direção Geral do Património Cultural. *Museu do Abade de Baçal*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-do-abade-de-bacal/>
- Direção Regional da Cultura do Norte. *Museu da Terra de Miranda*. <https://www.culturante.pt/patrimonio/museu-da-terra-de-miranda/>
- Dodd, J. & Sandell, R. (1998). *Building Bridges: Guidance for museums and galleries to develop new audiences*. Londres: Museums and Galleries Commission.
- Gambier, Y. (2003). *Introduction. Screen Transadaptation: Perception and Reception* In Y. Gambier (Ed.), *The Translator — Studies in Intercultural Communication (Special Issue — Screen Translation)*, 9(2), pp. 171–189. Manchester: St. Jerome Publishing.
- Garcia, A., Mineiro, C. & Neves, J. (2017). *Guia de Boas Práticas de Acessibilidade, Comunicação Inclusiva em Monumentos, Palácios e Museus*. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural (DGPC) & Instituto do Turismo de Portugal. URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicos/acessibilidade/guiacomunica_caoacessivel_inclusiva.pdf
- García Muñoz, O. (2013). *Lectura fácil: Métodos de redacción y evaluación*. Real Patronato sobre Discapacidad, Ministerio de Sanidad y Servicios Sociales.
- Greco, G. M. (2018). *The nature of accessibility studies*. *Journal of Audiovisual Translation*, 1(1), pp. 205–232.

- Independent Television Commission (ITC). *ITC Guidance on Standards for Audio Description*. URL: http://www.ofcom.org.uk/static/archive/itc/uploads/ITC_Guidance_On_Standards_for_Audio_Description.doc
- Jakobson, R. (2004 [1959]). *On linguistic aspects of translation*. In L. Venuti (Ed.), *The Translation Studies Reader*. Londres & Nova Iorque: Routledge.
- Martins, C. (2015). *Longe da vista, perto da imaginação — análise de audioguias em museus portugueses*. Tese de doutoramento não publicada. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Motta, L. & Romeu, P. (2010). *Audiodescrição — Transformando imagens em palavras*. Secretaria de Estados dos Direitos das Pessoas com Deficiência & Governo do Estado de São Paulo.
- Neves, J. (2016). *Action Research: so much to account for*. In Y. Gambier & S. Ramos Pinto (Ed.), *Target*, 28(2), pp. 237–247. Amesterdão: John Benjamins.
- Neves, J. (2011). *Imagens que se ouvem — Guia de Audiodescrição*. Leiria: Instituto Nacional para a Reabilitação & Instituto Politécnico de Leiria.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2007). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências*. URL: <http://www.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>
- Plain Language Action and Information Network (PLAIN) (2011). *Federal Plain Language Guidelines*. United States. URL: <https://www.plainlanguage.gov/media/FederalPLGuidelines.pdf>
- Romero-Fresco, P. (2018). *In support of a wide notion of media accessibility: Access to content and access to creation*. *Journal of Audiovisual Translation* 1(1), pp. 187–204.
- Sasaki, K. R. (2005). *Inclusão: o paradigma do século 21. Inclusão — Revista de Educação Especial*. URL: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revis-tainclusao1.pdf>
- Snyder, J. (2008). Audio Description. *The Visual Made Verbal*. In Jorge Diaz-Cintas (Ed.), *The Didactics of Audiovisual Translation* (pp. 191–198). Amesterdão & Filadélfia: John Benjamins Publishing.

OS VISITANTES SENIORES NOS CENTROS DE INTERPRETAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DE UMA COMUNICAÇÃO ACESSÍVEL

Ana Fonseca

Centro de Interpretação da Serra da Estrela — Município de Seia

Jenny Sousa

CICS.NOVA.IPLeiria-iACT, Ci&DEI, ESECS, Politécnico de Leiria, Portugal

Resumo: A acessibilidade nas suas diferentes formas — física, comunicacional e atitudinal — tem vindo a ser objeto de estudo e de implementação de práticas em vários espaços culturais, sendo fundamental para a inclusão dos vários visitantes, com e sem deficiência, nomeadamente para a pessoa sénior.

O presente trabalho centrou-se no tema da acessibilidade do Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE) para o público sénior. Foi um estudo de carácter qualitativo, apresentando-se como um estudo de caso exploratório-descritivo, que pretendeu verificar as características de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal do CISE, de forma a apresentar potenciais soluções que possam melhorar a acessibilidade de centros de interpretação para o público sénior. Para tal, foi realizada a observação direta das diferentes características de acessibilidade do CISE e de três visitas guiadas às exposições, assim como aplicados 87 inquéritos por entrevista estruturada a visitantes seniores, de forma a ser possível analisar as características de acessibilidade do CISE e conhecer a perceção do visitante sénior em relação a essas características.

Os resultados obtidos permitiram verificar a existência de várias lacunas, mas também identificar diversas medidas de acessibilidade que devem ser tidas em conta

aquando da construção ou renovação de um centro de interpretação, apresentando-se um conjunto de potenciais soluções que podem melhorar a acessibilidade de um centro de interpretação, para visitantes seniores.

Palavras-chave: acessibilidade; comunicação; centros de interpretação; pessoa sénior.

Abstract: Accessibility in its different forms — physical, communicational and attitudinal — has been the object of study and implementation of practices in various cultural spaces, being essential for the inclusion of various visitors, with and without disabilities, particularly for seniors.

This research focused on the accessibility of the Serra da Estrela Interpretation Centre (CISE) to senior public. It was a qualitative study, presenting itself as an exploratory-descriptive case study that aimed to verify the physical, communicational and attitudinal accessibility characteristics of CISE, in order to present potential solutions that could improve the accessibility of interpretation centres for the senior audience. To this end, the different accessibility characteristics of CISE and three guided tours of the exhibits were directly observed, as well as 87 structured interview surveys with senior visitors, in order to be able to analyse the accessibility characteristics of CISE and to know senior visitor's perception of those characteristics.

The results obtained allowed to verify the existence of several gaps, but also to identify several accessibility measures that should be taken into account when constructing or renovating an interpretation centre. Finally, we present a set of potential solutions that can improve the accessibility of an interpretation centre for senior visitors.

Keywords: accessibility; communication; interpretation centres; senior person.

Introdução

A acessibilidade é um tema atual, sendo o acesso ao património natural e cultural, incluindo museus, centros de interpretação e outros espaços culturais, um direito de todos (Espinosa & Bonmatí, 2013a). Com efeito, a

preocupação em potenciar a inclusão dos vários visitantes está cada vez mais presente, refletindo-se quer em estudos científicos, quer na implementação de diversas práticas nos vários espaços culturais, destacando-se a importância da inclusão de todos os visitantes, nomeadamente, da pessoa sénior.

No entanto, e quando olhamos mais concretamente para a problemática da acessibilidade em centros de interpretação para o público sénior, são escassos os estudos sobre esta área específica, encontrando-se apenas alguns trabalhos que abordam alguns destes pontos, apesar da atualidade e relevância desta temática.

Na verdade, se tivermos em conta as limitações físicas, sensoriais e/ou cognitivas que a pessoa sénior vai adquirindo (Schneider & Irigaray, 2008) e as cruzarmos com as características do envelhecimento atuais, que potenciam a prática de lazer e turismo dos seniores (Cavaco, 2009; Mineiro, 2017; Teixeira, Faria & Vlachou, 2012) emerge a ideia de que os lugares e recursos patrimoniais, incluindo centros de interpretação e museus, são recursos turísticos e de práticas de lazer com uma potencialidade crescente para o turismo sénior (Seccombe & Lehnes, 2015). Assim, achou-se pertinente, através deste trabalho, apresentar os principais resultados obtidos no âmbito da realização da dissertação do Mestrado em Comunicação Acessível e que passam por dar a conhecer as medidas de acessibilidade adotadas pelos centros de interpretação para o público sénior e analisar quais delas devem ser potenciadas de forma a que este tipo de público usufrua, em pleno, da sua visita. Face ao exposto, e tendo por base o estudo do Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE), pretendeu-se com o presente trabalho: analisar as características do CISE, a nível da acessibilidade; conhecer a perceção do visitante sénior relativamente à acessibilidade do CISE; analisar se as medidas de acessibilidade tomadas pelo CISE permitem o seu pleno uso pelos visitantes seniores e apresentar potenciais soluções que possam melhorar a acessibilidade em centros de interpretação, para visitantes seniores.

O presente artigo é uma ampliação do resumo publicado em livro de resumos da INCLUDIT VI — Fonseca, A. & Sousa, J. (2020). *A acessibilidade para seniores em centros de interpretação: o caso do Centro de Interpretação da Serra da Estrela*. In *Livro de Resumos da VI Conferência Internacional para a Inclusão (INCLUDiT VI)*, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Politécnico de Leiria. ISBN 978-989-8797-55-1

A interpretação do património

A interpretação do património é um meio de comunicação estratégica que se apresenta como uma ferramenta de gestão para a conservação do património natural e cultural. Tem como finalidade explicar, de forma simples e perceptível para todos, o significado e o valor dos lugares patrimoniais, contribuindo para um impacto afetivo e cognitivo no visitante, tornando-o um aliado da conservação do património ambiental, permitindo, simultaneamente, o desenvolvimento humano e a dinamização socioeconómica de uma região (Ham, 2014; Morales, 2001).

A interpretação dirige-se a uma audiência que Ham (2005, 2014) define como não cativa, ou seja, desenvolve-se no tempo livre de um público que visita um sítio de valor patrimonial, que não tem compromisso de tempo e que não se sente obrigado a prestar atenção, sendo livre de participar, ou não, nos programas interpretativos (Fernández Balboa & Taubenschlag, 2007; Ham 2005, 2014; Morales 2007).

A primeira definição formal de interpretação foi feita em 1957 por Tilden e surgiu no seio do Serviço de Parques Nacionais dos Estados Unidos da América (Tilden, 2015). Para este autor, o principal objetivo da interpretação não é a instrução, mas a provocação, ou seja, a interpretação não pretende ensinar, mas sim provocar pensamentos profundos no visitante. É de realçar que, adquirir conhecimento(s) sobre algo não leva, necessariamente, a apreciar e a cuidar. Apenas quando há provocação de pensamento no visitante, este será capaz de criar significados e experiências que promovam atitudes de apreço e só apreciando seremos capazes de cuidar (Ham, 2009; Tilden, 2015).

Assim, e como refere Morales (2007), quase mais importante do que aquilo que é transmitido é a forma como é transmitido, nomeadamente através de uma linguagem clara, dos materiais, do tipo de letra, do tamanho, da cor, do contraste, entre outros, e, no caso da interpretação pessoal, da perícia dos guias. Neste sentido, é fundamental, por um lado, que a mensagem transmitida seja relevante, quer dizer, que tenha já algum significado para quem a ouve e que a consiga relacionar com algo que já é importante para si e, por outro, a utilização de técnicas de interpretação do património como por exemplo: ir do familiar ao desconhecido; utilizar analogias e comparações; exagerar no tamanho e na escala de tempo; mostrar causa-efeito;

entre outras (Ham, 2014). Estes aspectos são particularmente importantes quando se pensa no público sénior.

A prática de turismo e atividades de lazer pela pessoa sénior

Os seniores formam um grupo heterogéneo a nível de idade, atividade, tempo livre e rendimento disponível, entre outros, que Cavaco (2009, p. 35) define como «um universo de limites subjetivos e pouco precisos». Com o passar da idade, o ser humano começa a ter algumas reduções nas suas capacidades físicas, mentais e cognitivas que, no entanto, não ocorrem da mesma forma nem na mesma altura em todas as pessoas, ou seja, o processo de envelhecimento não se relaciona com uma idade cronológica determinada (Schneider & Irigaray, 2008).

Atualmente, as características do envelhecimento conduzem ao aumento da disponibilidade de tempo livre de uma pessoa, potenciando a prática de lazer e turismo dos seniores (Cavaco, 2009; Liz, Ruschamnn, Umbelino, Amorim & Verdinelli, 2012; Mineiro, 2017; Teixeira *et al.*, 2012). Neste contexto, vários autores referem a importância das atividades de lazer e de práticas de turismo no período pós-reforma, uma vez que estas atenuam as diferenças com a idade de pré-reforma, prevenindo o isolamento e aumentando a autoestima, a motivação e a interação social (Araújo & Melo, 2018; Liz *et al.*, 2012; Rosa, 2012; Seccombe & Lehnes, 2015).

Também o estudo realizado por Teixeira *et al.* (2012) sobre os museus e o público sénior, a nível nacional, refere que os museus são espaços importantes que proporcionam aos seniores experiências de convívio e de aprendizagem.

No que diz respeito aos destinos turísticos, os seniores procuram produtos idênticos aos restantes turistas, como cidades patrimoniais, montanhas, áreas naturais e protegidas, entre outros. No entanto, fazem-no «com ritmos e segundo vivências ajustadas às suas sensibilidades e vulnerabilidades, biológicas, culturais, económicas» (Cavaco, 2009, p. 53).

Neste âmbito, o Turismo de Portugal (2014) refere a importância de uma maior oferta turística adaptada e inclusiva, assim como a melhoria na qualificação dos prestadores de serviços, relacionadas com as condicionantes e limitações que as pessoas seniores apresentam.

Segundo Seccombe e Lehnes (2015), os seniores visitam locais patrimoniais por várias razões, designadamente por lazer, considerando estes locais ótimos para o aumento da interação pessoal, ou razões pessoais de ligação ao local que visitam, reavivando memórias e estimulando a ligação às vivências do passado.

Neste contexto é de realçar, ainda, que os lugares e recursos patrimoniais onde a interpretação do património desempenha um papel importante na compreensão do local visitado, nomeadamente centros de interpretação e museus, são recursos turísticos e de práticas de lazer com uma potencialidade crescente para o turismo sénior.

Acessibilidade em espaços e recursos patrimoniais

Todas as pessoas, independentemente da idade, do sexo, da condição social, do perfil linguístico ou das suas competências, deveriam poder ter a oportunidade de desfrutar do património natural e cultural, tanto *in situ*, como num museu ou num centro de interpretação (Mineiro, 2017; Seccombe & Lehnes, 2015). Para tal, a acessibilidade universal, ou para todos, deveria ser norma em quaisquer espaços e recursos patrimoniais, de forma que todas as pessoas, ou a sua maioria, pudesse usufruir deles (Dominguez, García & Lavado, 2015; Espinosa & Bonmatí, 2013a, 2015).

Neste contexto, o termo acessibilidade é visto, hoje em dia, muito para além da eliminação de barreiras físicas, tendo em conta também as intelectuais e as sociais.

No que respeita à acessibilidade física, a lei portuguesa prevê, através do Decreto-lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, a promoção da acessibilidade e mobilidade para todos, definindo as condições de acessibilidade a ter em conta no projeto e construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos, estendendo-as, também, ao edificado habitacional. Por seu lado, Mineiro (2004), Dobaño *et al.* (2013); Rovira-Beleta, Espinosa e Bonmatí (2013), indicam um conjunto de características de acessibilidade física que devem estar presentes num espaço expositivo.

Quanto à acessibilidade comunicacional, são vários os autores que indicam medidas e características que podem ser aplicadas a um centro de interpretação, a nível da sinalética, das exposições, das visitas guiadas (Caputo,

Lewis e Brochu, 2008; Dobaño *et al.* 2013; Espinosa 2002a; Inclusion Europe, S.d.; Leftridge, 2006).

Por outro lado, um dos fatores de sucesso de um centro de interpretação, museu ou outro espaço cultural é a boa atenção ao público por parte dos funcionários. Para tal, de forma a eliminar barreiras atitudinais, é de extrema importância que os funcionários recebam formação específica, para que o acolhimento dos visitantes seja o mais inclusivo possível (Doncel *et al.*, 2013; Lavado *et al.*, 2013; Sarraf, 2012).

A acessibilidade para todos conduz à verdadeira inclusão, uma vez que está pensada para o maior número de pessoas e não apenas para as pessoas com deficiência (Espinosa & Bonmatí, 2013a; Sarraf, 2012), sendo a museologia inclusiva um direito de todos, tendo em vista não apenas o presente, mas também o futuro, uma vez que a população europeia está a envelhecer progressivamente (Espinosa & Bonmatí, 2015).

A chamada *Cadeia de Acessibilidade* de um espaço ou recurso patrimonial, referida por Aragall, Bonet, Espinosa e Bonmatí (2013a), é um fator crucial para uma acessibilidade eficaz. Para estes autores, não pode haver nenhuma interrupção na experiência de visita a um local. A acessibilidade inicia-se na envolvente e vai desde os acessos exteriores e os transportes públicos que levam até ao local, ao interior do equipamento principal, englobando os diferentes espaços físicos, os conteúdos, as atividades e os serviços de um museu ou centro de interpretação. Com o mesmo grau de importância encontra-se a informação atualizada, quer a nível de panfletos ou informação online, quer a nível pessoal, durante a receção e acolhimento num local patrimonial ou posto de turismo (Espinosa & Bonmatí, 2015).

Relativamente à pessoa sénior, como Bonmatí, Espinosa, Soldevida, Lavado e Consuegra (2013) salientam, uma museologia acessível é indicada para este tipo de público, uma vez que ao longo dos tempos, em maior ou menor grau, estas pessoas adquirem limitações físicas, sensoriais e/ou cognitivas. Também o facto de se prever que o turismo sénior tenha um crescimento rápido nos próximos anos (Turismo de Portugal, 2015), torna a acessibilidade um ponto fundamental a ter em consideração aquando do planeamento da oferta para este tipo de público (Rosa, 2012).

Metodologia

O presente estudo desenvolveu-se segundo o paradigma qualitativo, que possibilita um contacto direto com o sujeito de estudo no seu contexto, permitindo compreender o fenómeno a partir do ponto de vista do participante (Bogdan & Biklen, 1994; Ferreira, 1998a; Fortin, 2009). Apresenta-se como um estudo de caso, exploratório-descritivo, tratando-se de uma investigação de um caso atual, no seu próprio contexto, o CISE.

Este centro de interpretação, criado pelo Município de Seia no ano 2000, é um espaço idealizado para promover e valorizar o património natural e cultural da serra da Estrela. No âmbito da interpretação do património, o CISE possui diversas valências que pretendem auxiliar o visitante na compreensão e na interpretação do território. No período em que o presente trabalho de investigação foi desenvolvido, destacavam-se a exposição permanente, a exposição temporária — *Lagoas da Estrela: água, energia e biodiversidade*, a área da receção e o pequeno auditório.

O CISE recebe anualmente um conjunto de visitas variado, de carácter individual, familiar ou de grupo, incluindo visitantes seniores inseridos em qualquer uma destas tipologias, sendo que, na sua maioria, surgem inseridos em grupos organizados.

No contexto deste trabalho de investigação, foram escolhidas diferentes técnicas e instrumentos de recolha de dados, de acordo com os objetivos do trabalho que se pretendeu desenvolver (Fortin, 2009; Quivy & Campenhoudt, 2013). Este aspecto é importante pelo facto de, segundo Ferreira (1998b) e Yin (2015), o estudo de caso recorrer à utilização de várias técnicas e instrumentos de recolha de dados, como entrevistas e observação da situação real, para permitir o cruzamento de informação.

De forma a analisar as características do CISE, a nível da acessibilidade, foi utilizada a técnica de observação que, segundo Yin (2015), é adequada a um estudo de caso, uma vez que se desenvolve no contexto do mundo real. Para tal, foi construída uma grelha de observação semiestruturada, baseada na ficha de diagnóstico elaborada por Tojal (2007), mas reformulada e adaptada à realidade do CISE e aos objetivos do presente trabalho de investigação, tendo em conta, também, outra literatura científica de referência sobre acessibilidade em museus e espaços culturais — Decreto-lei

n.º 163/2006 de 8 de agosto; Espinosa & Bonmatí (2013b), Mineiro (2004, 2017) e Teixeira *et al.* (2012) — e o estudo de Seccombe e Lehnes (2015) sobre a interpretação do património dirigida ao público sénior.

A grelha de observação semiestruturada aplicada incluiu os seguintes pontos principais:

- i. acessibilidade física, que englobou o acesso ao CISE, às áreas exteriores do CISE e ao interior do edifício;
- ii. acessibilidade comunicacional, que incluiu a sinalética, as exposições, o filme de apresentação da serra, as visitas guiadas, o sítio eletrónico e o folheto;
- iii. acessibilidade atitudinal, que abrangeu a capacitação e sensibilização dos funcionários, assim como a sua formação.

Optou-se por estudar desde os acessos exteriores ao CISE, passando pelo espaço exterior do CISE, até ao interior do edifício principal, de forma a verificar a chamada *Cadeia de Acessibilidade* referida atrás. Estes incluem percursos pedonais, transportes públicos, estacionamento, áreas de circulação, espaços expositivos e, ainda, outras áreas como as zonas de descanso, as casas de banho e o pequeno auditório.

No que diz respeito à acessibilidade comunicacional, considerou-se importante incluir a utilização, ou não, de «técnicas de interpretação do património», nomeadamente nas exposições, nas visitas guiadas e no filme de apresentação da serra da Estrela, uma vez que a utilização destas técnicas torna a comunicação mais acessível e inclusiva, como por exemplo ao visitante sénior (Bonmatí *et al.*, 2013).

Foi também realizada observação participante durante três visitas guiadas às exposições, em que a investigadora, não sendo a guia das visitas, esteve presente e interagiu com os participantes de estudo. Segundo Carmo e Ferreira (1998), esta técnica permite que o investigador assuma um papel explícito junto dos sujeitos, possibilitando a participação no contexto de estudo.

Assim, de forma a aprofundar os dados recolhidos durante as visitas guiadas foi utilizado, também, o diário de bordo como instrumento de recolha de dados para registo complementar da grelha de observação, quer da acessibilidade comunicacional, quer da física e da atitudinal. Além das

observações registadas no momento, durante as visitas guiadas observadas foram realizadas gravações áudio, de forma a apoiar as anotações do diário de bordo.

Para concretizar o segundo objetivo deste trabalho, conhecer a perceção do visitante sénior relativamente à acessibilidade do CISE, foram aplicados 87 inquéritos sob a forma de entrevista estruturada, a visitantes seniores do CISE. Privilegiou-se este instrumento de recolha de dados uma vez que possibilita uma interação direta entre o investigador e o entrevistado (Carmo & Ferreira, 1998; Quivy & Campenhoudt, 2013), sendo considerada uma das fontes mais importantes nos estudos de caso (Yin, 2015) e uma técnica muito utilizada em estudos do tipo exploratório-descritivo (Fortin, 2009).

A entrevista estruturada aplicada apresentou, essencialmente, questões fechadas, com uma organização rigorosa, com o objetivo de permitir posteriormente o cruzamento de informação com a grelha de observação construída. A escolha deste tipo de entrevista deve-se, também, ao facto de permitir abranger um número maior de sujeitos de estudo (Carmo & Ferreira, 1998), permitindo alcançar uma maior diversidade de visitantes seniores. Este aspecto é importante dada a grande variabilidade de características dos visitantes seniores, quer a nível do tipo de visita que realizam (individual, familiar ou em diferentes tipologias de grupos), quer a nível das suas próprias características biológicas e sociais.

Com esta entrevista, para além de conhecer o perfil do visitante sénior, as características da visita realizada e o grau de satisfação global da visita, procurou-se saber qual a sua perceção relativamente a: 1) acessibilidade física do CISE, no espaço interior e exterior; 2) acessibilidade na comunicação, relativamente à sinalética, às características da visita guiada e aos conteúdos da exposição; e 3) acessibilidade atitudinal, relativamente à receção dos visitantes por parte dos funcionários do CISE.

A análise dos dados da presente investigação foi efetuada utilizando diferentes técnicas, adaptadas ao instrumento de recolha em causa.

Assim, para a análise dos dados obtidos a partir da grelha de observação, das respostas abertas da entrevista e do diário de bordo aplicou-se a análise de conteúdo, uma vez que permite sintetizar, reduzir e categorizar a informação disponível, de maneira a se poder analisar e interpretar de forma objetiva os textos em questão (Bardin, 2016).

Por seu lado, a análise dos dados obtidos através das respostas fechadas da entrevista foi feita através de uma análise de estatística descritiva de carácter quantitativo, utilizando o programa IMB SPSS Statistics 25.

Apresentação dos dados e discussão dos resultados

Como foi referido na metodologia, as técnicas e instrumentos de recolha de dados utilizados — grelha de observação, diário de bordo e inquérito por entrevista — e as respetivas técnicas de análise de dados — análises de conteúdo e estatística descritiva — foram construídas de forma a possibilitar o cruzamento dos dados obtidos.

Para a referida análise, os diferentes instrumentos foram codificados da seguinte forma: GO corresponde à grelha de observação; DB-VG1, DB-VG2 e DB-VG3 correspondem ao diário de bordo da primeira, segunda e terceira visita guiada, respetivamente; e ENT refere-se à entrevista seguida do número que corresponde a cada participante entrevistado.

Assim, após uma breve análise das características dos participantes entrevistados, apresentam-se os resultados obtidos, organizados em quatro pontos que correspondem aos quatro grandes temas estudados: acessibilidade física, acessibilidade comunicacional, acessibilidade atitudinal e perceção global da visita.

Caracterização dos participantes do estudo

A caracterização dos participantes do estudo foi realizada através da análise da primeira parte do inquérito por entrevista, no caso dos participantes entrevistados, e pela análise do diário de bordo, no caso dos participantes nas visitas guiadas observadas.

Relativamente aos participantes entrevistados, 62,1% ($n = 54$) eram do sexo feminino e 37,9% ($n = 33$) do sexo masculino. A maioria tinha entre 65 e 69 anos (39,1%; $n = 34$) e entre 70 e 74 anos (27,6%; $n = 24$), sendo que 10,3% ($n = 9$) tinham 85 ou mais anos. Desses participantes, 89,5% ($n = 77$) já estavam reformados ou aposentados. No que se refere à proveniência geográfica, 93,1% ($n = 81$) dos participantes entrevistados eram de Portugal

e provinham de diversos distritos, destacando-se Guarda (40,3%; $n = 31$) e Lisboa (29,9%; $n = 23$).

A maioria dos participantes entrevistados fez a visita inserido num grupo organizado (65,5%; $n = 57$), 29,9% ($n = 26$) em família e 4,6% ($n = 4$) individualmente, sendo que a maior parte dos seniores que fez a visita inserido num grupo organizado pertencia a uma Instituição Social (42,1%; $n = 24$) ou a uma Universidade Sénior (26,3%; $n = 15$).

Relativamente às vistas guiadas observadas, os três grupos eram provenientes de lares de idosos do concelho de Seia e eram de tamanho reduzido (entre sete a 12 seniores em cada grupo). Em todos os grupos havia seniores com um maior ou menor grau de dificuldade de locomoção e numa das visitas participou um sénior que já tinha muita dificuldade em ver.

Acessibilidade física

No que respeita à acessibilidade física foram analisadas as características dos acessos ao CISE, do espaço exterior do CISE e do interior do edifício principal.

Relativamente aos **acessos ao CISE**, da análise da grelha de observação verificou-se que não existem percursos pedonais acessíveis na envolvente, tal como definido no Decreto-lei n.º 163/2006.

Quanto aos transportes públicos, o concelho de Seia apresenta uma rede relativamente recente e reduzida, o «Vai e Vem», que raramente é utilizada por não residentes. Os miniautocarros existentes nesta rede têm características acessíveis para cadeira de rodas, no entanto, os percursos pedonais circundantes ao CISE não o são.

Apesar destas lacunas observadas é de referir que, no geral, a análise da entrevista realizada aos participantes seniores raramente refletiu esta observação. Na verdade, verificou-se, ao longo de todo o trabalho de investigação, que apenas os seniores que realmente sentem falta de alguma das características de acessibilidade estudadas a referem, sendo que todos os seniores entrevistados se deslocaram ao CISE em transportes, próprio ou de outrem, e não a pé, e não utilizaram transportes públicos.

No que respeita à acessibilidade física do **espaço exterior do CISE**, existe estacionamento próprio na envolvente do edifício principal, mas ape-

nas para automóveis ligeiros, encontrando-se os dois lugares específicos para pessoas de baixa mobilidade localizados a uma distância muito grande da porta de entrada do edifício principal. No entanto, na área envolvente deste edifício existe «(...) passeio pedonal acessível desde o portão principal do CISE e desde os estacionamentos reservados a veículos com pessoas de baixa mobilidade, até à entrada principal do edifício» (GO).

Mais uma vez se verificou que apenas os seniores com dificuldades motoras sentem falta de determinadas características de acessibilidade. Apesar de mais de metade dos entrevistados referirem «gostei» ($n = 50$) e «gostei muito» ($n = 26$) quanto ao acesso principal do CISE, dois responderam «não gostei» e seis «nem gostei/nem desgostei». Destes últimos, sete indicaram a falta de corrimãos nos degraus de acesso à entrada principal do edifício como causa do seu descontentamento. Na verdade, quando o acesso à porta principal não é feito pela rampa, existem «(...) dois conjuntos de três degraus, separados por um patamar, que deveria ter corrimão, assim como faixas de aproximação» (GO).

Quanto ao **edifício** do CISE, a porta principal dá para o hall, onde se encontra o balcão de atendimento. Pela análise da grelha de observação verifica-se que o hall «é bastante amplo, com acesso direto aos corredores do r/c, às escadas para o primeiro piso e ao elevador» (GO). O balcão de atendimento «(...) está colocado junto a um percurso acessível e tem uma zona livre que permite a aproximação frontal e lateral» (GO), no entanto não tem características acessíveis uma vez que não apresenta a altura legal, de acordo com o Decreto-lei n.º163/2006, nem é aberto por baixo, como Mineiro (2004) recomenda.

Também no que se refere à acessibilidade física do interior do edifício, a análise da grelha de observação mostra que as áreas de circulação, tanto horizontais como verticais, apresentam características acessíveis de acordo com o Decreto-lei n.º163/2006, o mesmo se verificando com as casas de banho existentes.

Relativamente aos espaços expositivos, tanto a distância entre móveis e painéis como a colocação das maquetes, mesas, vitrines, terrários e aquários apresentam as características de acessibilidade referidas por Mineiro (2004) e Rovira-Beleta *et al.* (2013). No entanto, o mesmo não se verifica em relação à altura em que se encontram os textos nos painéis em ambas as exposições (muito altos e muito baixos), nem aos módulos de tecnologia de informação

e comunicação da exposição permanente, não apresentando as características de acessibilidade referidas por Dobaño *et al.* (2013), para estas situações.

Também a iluminação da exposição permanente é deficitária, uma vez que a sala é muito escura: «A sala é escura, com paredes pintadas de azul muito escuro e chão preto» (GO); «Existe apenas iluminação direcionada para os painéis e iluminação própria dos ecrãs» (GO).

É de referir, ainda, que pela análise da grelha de observação se verifica que no CISE «não há zonas de descanso definidas. Existem alguns pufes no hall de entrada, em que alguns são muito baixos e moles» (GO). De maneira a ultrapassar estas dificuldades, durante a segunda e a terceira visita guiada o acolhimento foi feito no pequeno auditório em vez de ser no hall, como habitualmente, e nas salas de exposições «...quando necessário, são colocadas cadeiras» (GO).

Esta situação foi, aliás, referida pela acompanhante da primeira visita — «como negativo [a acompanhante do grupo] realçou a falta (...) de zonas de descanso apropriadas» (DB-VG1) — e por um dos participantes entrevistados — «os bancos são muito baixos e afundam» (ENT-P87).

Quando os participantes entrevistados foram inquiridos sobre as zonas de descanso, menos de metade responderam «gostei» ($n = 22$) e «gostei muito» ($n = 14$), sendo que 28 não tinham opinião sobre este aspecto: cinco referiram «não sei/não respondo» enquanto que 23 referiram «não usei/não precisei». Por seu lado, quatro participantes responderam «não gostei» e 11 «nem gostei, nem desgostei».

É de referir, também, que 12 dos participantes entrevistados indicaram como elemento que lhes fez falta, relacionado com a acessibilidade física, as «zonas de descanso» e dois os «bancos portáteis».

Quanto ao pequeno auditório, local onde se pode visualizar o filme de apresentação da serra da Estrela, «não tem lugares reservados para cadeiras de rodas» (GO), como previsto no Decreto-lei n.º 163/2006.

Acessibilidade comunicacional

Como foi referido na metodologia, relativamente à acessibilidade comunicacional, foram analisadas as características da sinalética, das exposições, do filme de apresentação da serra da Estrela e das visitas guiadas.

No que diz respeito à sinalética, esta é deficitária, tanto no acesso ao CISE, como na área exterior e no interior do edifício. No entanto, foram poucos os participantes entrevistados que referiram este facto.

Relativamente à sinalética nos acessos ao CISE, apenas três participantes mencionaram que é «má» e quatro «muito má», refletindo o facto de a maior parte dos visitantes estar inserido num grupo e não se ter deslocado em carro próprio. Neste âmbito, é de referir, também, que 14 participantes entrevistados indicaram a «orientação no exterior para chegar ao CISE» como elemento que fez falta a nível de sinalética.

Esta situação vai ao encontro do referido por Espinosa (2002a) sobre o facto de uma sinalética pouco legível e deficitária ser um aspeto que faz com que as pessoas cheguem aos locais que visitam com uma predisposição negativa, facto que se verifica em muitos visitantes quando chegam ao CISE.

O mesmo acontece relativamente à sinalética do edifício principal, que apenas dois participantes entrevistados a classificaram como «má». Este aspecto estará relacionado com o facto de as visitas serem sempre guiadas e haver disponibilidade dos guias e dos restantes funcionários do CISE no encaminhamento dos visitantes. Na verdade, pela análise dos dados da entrevista é possível verificar que 37 dos participantes entrevistados responderam «não usei/não precisei» quando inquiridos sobre a sua perceção relativamente à sinalética no edifício principal.

No que se refere às visitas no CISE, é importante realçar que são sempre guiadas e englobam a visualização do filme de apresentação da serra da Estrela, a exposição permanente e a exposição temporária *Lagoas da Estrela: água, energia e biodiversidade*. Deste modo, todos os participantes no estudo realizaram visitas guiadas, pelo que a análise e discussão dos resultados do filme de apresentação da serra, das exposições e das visitas guiadas será feita em conjunto.

Neste âmbito, foram analisados vários aspectos, nomeadamente: sequência temática, linguagem clara, conteúdos relevantes para os seniores, técnicas de interpretação de património, regras tipográficas, informação multiformato e multilingue e, no caso das visitas guiadas, a interação com os visitantes.

No que diz respeito à exposição permanente, verificou-se a não existência de características de acessibilidade em nenhum destes aspectos. Por seu lado, na exposição temporária *Lagoas da Estrela: água, energia e bio-*

diversidade, apenas se verificou a existência de uma sequência temática e o facto de os textos englobarem algumas das características de uma linguagem clara referidas por *Inclusion Europe* (S.d.).

Já relativamente ao filme de apresentação da serra da Estrela, destaca-se pela positiva o facto de estar disponível em três línguas diferentes: português, inglês e espanhol.

Tal como se verificou noutras situações, as lacunas existentes nas exposições e no filme de apresentação da serra da Estrela foram referidas, apenas, por um número reduzido de participantes entrevistados. Este aspeto dever-se-á, provavelmente, ao facto de as visitas serem sempre guiadas.

Na verdade, as visitas guiadas colmatam estas falhas. Este aspecto é verificável tanto pela análise do diário de bordo e da grelha de observação como pelas respostas dos participantes entrevistados, que referiram ser «muito fácil» ($n = 46$) e «fácil» ($n = 38$) entender a linguagem do guia, sendo que um dos participantes realçou, durante a entrevista, que «foi fácil entender o guia porque não aprofundava muito os pormenores» (ENT-P72).

Por outro lado, apesar de nem os textos escritos das exposições, nem a locução do filme de apresentação da serra apresentarem conteúdos relevantes para o público sénior, durante as visitas observadas, como se pode verificar pela análise da grelha de observação, «os conteúdos abordados estavam relacionados com a experiência pessoal dos visitantes, exceto aquando da apresentação das constelações na exposição permanente, na primeira e terceira visitas guiadas, que resultou numa interação quase nula com os seniores» (GO).

Relativamente à presença de técnicas de interpretação do património, através da análise da grelha de observação é notório que nem no filme de apresentação da serra nem nas duas exposições analisadas, se teve em consideração este ponto aquando da sua produção.

Já no que se refere às visitas guiadas observadas, os guias utilizaram várias técnicas de interpretação do património, como se pode verificar tanto pela análise da grelha de observação [«foram utilizadas diferentes técnicas de interpretação do património, por parte dos guias, em maior ou menor grau» (GO), referidas por Caputo *et al.* (2008), Ham (2014); Leftridge (2006) e Seccombe e Lehnes (2015)], como do diário de bordo. Estas incluem: ir do familiar ao desconhecido; utilizar analogias e comparações; utilizar perso-

nificação; utilizar situações imaginárias; exagerar no tamanho e na escala de tempo; mostrar causa-efeito; utilizar fotografias, mapas ou esquemas simples que apoiem os conteúdos mais complexos.

É de realçar que, pela análise do diário de bordo, também se verificou que as técnicas de interpretação do património ajudam a criar diálogo e interação entre o guia e os visitantes.

Na verdade, a interação com os visitantes foi um dos pontos analisados mais evidente das visitas guiadas observadas, estando presente, em maior ou menor grau, em todas elas. Este aspecto era notório, principalmente, quando os conteúdos abordados se referiam à serra da Estrela e eram conhecidos dos participantes: «Nesta parte da exposição, notou-se um pouco mais de interação, uma vez que os próprios visitantes começaram a fazer comentários sobre o que já sabiam e conheciam» (DB-VG1).

Através da análise da grelha de observação e do diário de bordo foi possível, ainda, verificar que os seniores eram convidados pelos guias a participar e a interagir. Este aspecto vai ao encontro do referido por Bonmatí *et al.* (2013), Mineiro (2017), Seccombe e Lehnes *et al.* (2015) e Teixeira *et al.* (2012) relativamente à importância de convidar o visitante sénior a participar, ter paciência e dar tempo para que ele possa partilhar as suas vivências e experiências pessoais.

Acessibilidade atitudinal

Pela análise da grelha de observação e do diário de bordo verifica-se que os funcionários do CISE, desde a receção até aos guias das visitas, acolhem bem o visitante sénior, conversando e tentando perceber as suas necessidades. Também demonstram disponibilidade no encaminhamento aos diferentes espaços, tiram dúvidas e prestam esclarecimentos quando solicitados.

Este aspecto também é refletido na opinião dos participantes entrevistados. Quando foram inquiridos sobre o seu grau de satisfação relativamente aos funcionários do CISE, a grande maioria respondeu «muito satisfeito» quanto à disponibilidade ($n = 72$), simpatia ($n = 76$) e respeito pelos visitantes ($n = 76$).

No que diz respeito às diferentes línguas faladas pelos funcionários do CISE que fazem atendimento ao público, «na receção do CISE há funcio-

nários que comunicam em inglês e/ou espanhol. Um dos funcionários fala francês» (GO).

Esta empatia verificada entre os funcionários e os visitantes é uma mais-valia referida por Espinosa e Bonmatí (2015), contribuindo para a não existência de barreiras atitudinais que, segundo Sarraf (2012), podem inviabilizar a acessibilidade de um espaço cultural.

Apesar do referido sobre este ponto, «apenas a investigadora deste estudo possui formação em acessibilidade e inclusão» (GO) e «nenhum funcionário possui formação na área da receção de pessoas seniores» (GO), o que não reflete o exposto por Doncel *et al.* (2013), Lavado *et al.* (2013) e Sarraf (2012), que destacam a importância da formação contínua de todos os funcionários, de forma a que o acolhimento dos visitantes seja o mais inclusivo possível.

Perceção global da visita

Relativamente ao grau de satisfação dos participantes entrevistados, verificou-se que a grande maioria ($n = 74$) classificou a sua experiência geral de visita ao CISE como «gostei muito» e os restantes ($n = 13$) como «gostei».

Este aspecto também é verificável pela análise do diário de bordo e por comentários feitos por participantes entrevistados: «é muito interessante isto, eu vim às cegas, mas estou a gostar muito» (DB-VG1); «já me consolei a ver coisas bonitas e a sonhar onde andei com o meu marido» (DB-VG1). Também um dos grupos reagiu com palmas várias vezes no decorrer da visita.

Ao longo da entrevista, alguns participantes mostraram gratidão e admiração pela visita realizada e outros fizeram referências a terem gostado muito: «Imensamente grato por ter visto isto» (ENT-P82); «Foi uma visita surpresa que nos arranjaram para vir» (ENT-P83); «A coisa mais bonita que encontrei em Seia» (ENT-P85). Um sénior, inclusivamente, referiu «eu até gostava de cá trabalhar» (ENT-P87).

Esta perceção dos visitantes parece contrariar a análise feita acima, relativamente aos vários aspectos da acessibilidade física e comunicacional do CISE. No entanto, e como também foi sendo referido e se pode verificar pela análise da acessibilidade atitudinal, a presença constante dos guias e dos funcionários do CISE valoriza muito a experiência de visitação por

parte dos participantes entrevistados, facto que explica o grau de satisfação global demonstrada.

Considerações finais

O presente trabalho de investigação procurou verificar as características de acessibilidade de um centro de interpretação, direcionadas ao visitante sénior, tendo como contexto empírico o Centro de Interpretação da Serra da Estrela.

Antes de mais, importa referir que aquando da construção do CISE não foram tidas em conta a maioria das medidas de acessibilidade conhecidas, o que contribui para que existam várias lacunas nos diferentes tipos de acessibilidade. Por outro lado, não foi possível realizar o cruzamento da análise dos resultados da observação direta e do inquérito por entrevista em todas as medidas analisadas, uma vez que não se obteve a perceção do visitante sénior para todas elas (nomeadamente aquando de uma visita autónoma, uma vez que todas as visitas às exposições do CISE são guiadas).

A análise e discussão de resultados realizada no ponto anterior deste trabalho permitiu verificar que existem várias lacunas nos diferentes tipos de acessibilidade: física, comunicacional e atitudinal, mas também identificar diversas medidas de acessibilidade que devem ser tidas em conta aquando da construção ou renovação de um centro de interpretação.

Na verdade, após a análise da grelha de observação, seria de esperar uma apreciação negativa por parte dos participantes no estudo, tendo-se verificado, no entanto, uma perceção global bastante positiva, o que se deverá a dois aspectos: por um lado, apenas os seniores que têm já alguma dificuldade ou limitação física, sensorial e/ou cognitiva sentem realmente falta de determinadas medidas de acessibilidade; por outro, os funcionários do CISE acompanham as visitas e estão sempre disponíveis para qualquer indicação e/ou esclarecimento.

Deste modo, a análise dos resultados obtidos permitiu elencar algumas considerações relativamente à acessibilidade do CISE, das quais se destacam:

- Não existe uma continuidade nos diferentes tipos de acessibilidade.
- Não foi conseguida acessibilidade física na envolvente do edifício principal, na sua plenitude, aquando da sua construção.
- Ausência de zonas de descanso adequadas.
- Iluminação deficitária nos espaços expositivos.
- Os espaços de circulação do edifício e as casas de banho seguem as normas de acessibilidade física, refletida na opinião dos participantes do estudo.
- A sinalética existente é deficitária, tanto no exterior, como no interior.
- Nas exposições existem diversas lacunas que são colmatadas, na sua maioria, com as visitas guiadas, único ponto analisado onde se verificou uma quase totalidade de acessibilidade comunicacional.
- A maioria dos participantes mostrou bastante interesse pelas exposições, especialmente no que diz respeito aos aspectos referentes à visita guiada.
- Não foi possível verificar a verdadeira perceção dos seniores relativamente aos conteúdos das exposições, uma vez que estas são sempre guiadas.
- É importante que os funcionários de um centro de interpretação, para além de possuírem formação sobre acessibilidade e receção do visitante sénior, tenham formação em Interpretação do Património.
- As visitas guiadas são o ponto analisado que mais contribuiu para o usufruto pleno da visita ao CISE.
- A disponibilidade e a empatia dos funcionários aumentam o grau de satisfação e usufruto da visita que os seniores realizam. Também colmata várias lacunas existentes a nível da acessibilidade física e comunicacional.

Tendo em conta os resultados obtidos e a pesquisa bibliográfica realizada, é possível apresentar um conjunto de potenciais soluções que podem melhorar a acessibilidade de um centro de interpretação, para visitantes seniores.

Em primeiro lugar, é necessário que na envolvente do edifício existam percursos pedonais acessíveis e estacionamento, tanto para veículos ligeiros, como para autocarros, e que os lugares reservados para veículos em que um dos ocupantes seja uma pessoa com mobilidade condicionada estejam localizados o mais perto possível da porta de entrada do edifício.

Igualmente, no interior dos edifícios, as diferentes áreas de circulação devem ter características acessíveis de forma a que todos os visitantes se desloquem com a maior comodidade possível.

Também a existência de zonas de descanso adequadas, com características acessíveis, tanto nas áreas comuns, como nas expositivas, e a iluminação dos espaços expositivos, de forma a que os seniores se sintam «confortáveis» e que facilite a leitura dos textos, se apresentam como medidas de acessibilidade muito importantes para o visitante sénior.

Relativamente à sinalética, é essencial que apresente características acessíveis, tanto no exterior como no interior do edifício, para que as seniores se consigam deslocar autonomamente, se assim o preferirem.

A nível das exposições, é importante conseguir relacionar a informação que se pretende transmitir com as experiências pessoais dos visitantes, mesmo tratando-se de informação não conhecida, ou seja, é fundamental utilizar técnicas de interpretação do património, a par de uma linguagem clara, tanto pelos guias que encaminham a visita, como por parte de quem produz os conteúdos expositivos.

Por último, é muito importante a forma como os visitantes são recebidos pelos funcionários dos locais que visitam: acolhimento, disponibilidade e acompanhamento durante a visita. Para tal, é fundamental os funcionários dos centros de interpretação acolherem os visitantes seniores com disponibilidade, respeito e paciência, criando o máximo de empatia e interação, de forma a que o sénior tenha oportunidade de falar e partilhar as suas memórias e experiências pessoais.

Apenas desta forma é possível criar uma continuidade entre os diferentes tipos de acessibilidade — física, comunicacional e atitudinal — implementando a *Cadeia de Acessibilidade* referida por Aragall *et al.* (2013), de forma a que o visitante sénior desfrute plenamente da sua visita.

Referências bibliográficas

Aragall, F.; Bonet, I.; Espinosa, A. & Bonmatí, C. (2013). *Conceptos básicos sobre discapacidad, diversidad humana y diseño para todos aplicados a la museología*. In Espinosa, A. & Bonmatí, C. (eds.) (2013). *Manual de accesibilidad*

- e inclusión en museos y lugares del patrimonio cultural y natural* (pp. 25–39). Gijón: Trea.
- Araújo, L. & Melo, S. (2018). *Relacione-se com os outros*. In Ribeiro, O. & Paúl, C. (Coord.) (2018) *Manual de envelhecimento ativo* (pp. 157–189) Lisboa: Lidel — Edições Técnicas, Lda.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação — uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bonmatí, C.; Espinosa, A.; Soldevida, T.; Lavado, P. & Consuegra, B. (2013). *Inclusión cultural, social e de género, de grupos de edad y otras*. In Espinosa, A. & Bonmatí, C. (eds.) (2013). *Manual de accesibilidad e inclusión en museos y lugares del patrimonio cultural y natural* (pp. 163–182). Gijón: Trea.
- Caputo, P.; Lewis, S. & Brochu, L. (2008). *Interpretation by design — Graphic design basics for heritage Interpreters*. National Association for Interpretation.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação: guia para a auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Cavaco, C. (2009). Turismo Sénior. *Cogitur, Journal of Tourism Studies*, 2(2), pp. 33–64. Recuperado a 3 de abril de 2017 de <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/jts/article/view/515>
- Decreto-Lei nº 163/2006 (2006). *Aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais*. Diário da República I Série. N.º 152 (08-08-2006), 5670–5689. Recuperado a 12 de novembro de 2018 de <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/163/2006/08/08/p/dre/pt/html>
- Dobaño, Á.; Puyuelo, M.; Consuegra, B.; Gil, J.; Lluch, F.; Espinosa, A.; ... (2013). *Comunicación, señalética, diseño gráfico e industrial y TIC inclusivos para museos, exposiciones y lugares del patrimonio cultural y natural*. In Espinosa, A. & Bonmatí, C. (eds.) (2013). *Manual de accesibilidad e inclusión en museos y lugares del patrimonio cultural y natural* (pp. 183–234). Gijón: Trea.
- Dominguez, A.; García, J. & Lavado, P. (2015). *Museos y accesibilidad*. *Her&Mus, Heritage and Museography*, 16, pp. 5–7. Recuperado a 10 de novembro de 2018 de <http://hdl.handle.net/10459.1/58345>
- Doncel, P.; Lluch, F.; Gil, J.; Lavado, P.; Espinosa, A.; Bonmatí, C. & Consuegra, B. (2013). *La atención al público teniendo en cuenta sus limitaciones funcionales*. In Espinosa, A. & Bonmatí, C. (eds.) (2013). *Manual de accesibilidad e*

- inclusión en museos y lugares del patrimonio cultural y natural* (pp. 250–258). Gijón: Trea.
- Espinosa, A. (2002a). *La accesibilidad física e intelectual de todo o tipo de público al patrimonio cultural (I)*. Boletín de Interpretación, 6, pp. 13–15. Recuperado a 4 de abril de 2018 de <https://boletin.interpretaciondelpatrimonio.com/index.php/boletin/article/view/82>
- Espinosa, A. & Bonmatí, C. (2013a). *¿Por qué una museología accesible e inclusiva? (O por qué renunciar a la mitad de sus visitantes)*. In Espinosa, A. & Bonmatí, C. (eds.) (2013). *Manual de accesibilidad e inclusión en museos y lugares del patrimonio cultural y natural* (pp. 17–24). Gijón: Trea.
- Espinosa, A. & Bonmatí, C. (eds.) (2013b). *Manual de accesibilidad e inclusión en museos y lugares del patrimonio cultural y natural*. Gijón: Trea.
- Espinosa, A. & Bonmatí, C. (2015). *Accesibilidad, inclusión y diseño para todas las personas en museos y patrimonio*. Her&Mus, Heritage and Museography, 16, pp. 11–20. Recuperado a 10 de novembro de 2018 de <http://hdl.handle.net/10459.1/58346>
- Fernández Balboa, C. & Taubenschlag, R. (2007). *Metodología y práctica de la interpretación del patrimonio. Con especial referencia a la interpretación personalizada*. In Fernández Balboa, C. (comp.). *La interpretación del patrimonio en la Argentina: Estrategias para conservar y comunicar bienes naturales y culturales* (pp. 25–54). Buenos Aires: Editorial APN.
- Ferreira, M. (1998a). *Métodos quantitativos e métodos qualitativos*. In Carmo, H. & Ferreira, M. (1998) *Metodologia da Investigação: guia para a auto-aprendizagem* (pp. 171–186). Lisboa: Universidade Aberta.
- Ferreira, M. (1998b). *A prática de investigação*. In Carmo, H. & Ferreira, M. (1998) *Metodologia da Investigação: guia para a auto-aprendizagem* (pp. 205–246). Lisboa: Universidade Aberta.
- Fortin, M. F. (2009). *O processo de investigação da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- Fonseca, A. & Sousa, J. (2020). *A acessibilidade para seniores em centros de interpretação: o Caso do Centro de Interpretação da Serra da Estrela*. In Freire, C.; Mangas, C. & Sousa, J. (Org.) (2020) *Livro de Resumos da VI Conferência Internacional para a Inclusão*. Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Politécnico de Leiria
- Ham, S. (2005). *Audiencias cautivas y no-cautivas. Un relato de cómo llegué a esa idea y a qué me refiero con esto*. Boletín de Interpretación, 13, pp. 2–4.

- Recuperado a 4 de abril de 2018 de <https://boletin.interpretaciondelpatrimonio.com/index.php/boletin/article/view/203>
- Ham, S. (2009). *From interpretation to protection: Is there a theoretical basis?*. Journal of Interpretation Research, 14(2), pp. 49–57. Recuperado a 9 de junho de 2018 de <https://www.interpnet.com/nai/docs/JIR-v14n2.pdf>
- Ham, S. (2014). *Interpretación — Para marcar la diferencia intencionadamente*. Asociación para la Interpretación del Patrimonio (AIP).
- Inclusion Europe (S.d). *Informação para todos. Regras europeias para fazer informação fácil de ler e de perceber*. Recuperado a 26 de janeiro de 2019 de https://easy-to-read.eu/wp-content/uploads/2014/12/PT_Information_for_all.pdf
- Lavado, P.; Espinosa, A.; Bonmatí, C.; Consuegra, B.; Gil, J.; Lluch, F.;... (2013). *Planificación y política museística. El personal del museo y su formación*. In Espinosa, A. & Bonmatí, C. (eds.) (2013). *Manual de accesibilidad e inclusión en museos y lugares del patrimonio cultural y natural* (pp. 235–248). Gijón: Trea.
- Leftridge, A. (2006). *Interpretative writing*. National Association for Interpretation.
- Liz, E.; Ruschmann, D.; Umbelino, J.; Amorim, E. & Verdinelli, M. (2012). *Turismo e lazer para a terceira idade: perspectivas e desafios*. Revista Turismo e Desenvolvimento, 17/18, 1659–1688. Recuperado a 28 de novembro de 2018 de <http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/9824/8153>
- Mineiro, C. (coord.) (2004). *Museus e acessibilidades*. (Coleção Temas de Museologia). Lisboa: Instituto Português de Museus. Recuperado a 6 de abril de 2017 de http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/acessibilidades/ipm_2004_museus_e_acessibilidade.pdf
- Mineiro, C. (coord.) (2017). *Comunicação Inclusiva em Monumentos, Palácios e Museus — Guia de boas práticas de acessibilidade*. Lisboa: Turismo de Portugal, I.P. e Direção Geral do Património Cultural. Recuperado a 9 de outubro de 2017 de http://www.acessibilidade.gov.pt/boaspraticas/2017_com_inclusiva_monumentos_palacios_museus.pdf
- Morales, J. (2001). *Guía práctica para la Interpretación del patrimonio*. Junta de Andalucía.
- Morales J. (2007). La interpretación en contexto. In Fernández Balboa, C. (comp.). *La interpretación del patrimonio en la Argentina: Estrategias para conservar y comunicar bienes naturales y culturales* (pp. 15–24). Buenos Aires: Editorial APN.

- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2013). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rosa, B. (2012). *Sénior, o turista do futuro — Um estudo abrangente do turista sénior português* (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Recuperado a 31 de março de 2017 de <http://hdl.handle.net/10400.26/4438>
- Rovira-Beleta, E.; Espinosa, A. & Bonmatí, C. (2013). *Museología inclusiva para las personas con limitaciones funcionales orgánicas y en la movilidad*. In Espinosa, A. & Bonmatí, C. (eds.) (2013). *Manual de accesibilidad e inclusión en museos y lugares del patrimonio cultural y natural* (pp. 59–88). Gijón: Trea.
- Sarraf, V. P. (2012). *Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições: inovação no design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais*. In Cardoso, E. & Cuty, J. (org.) (2012). *Acessibilidade em ambientes culturais*. Porto Alegre: Marca Visual. Recuperado a 25 de maio de 2017 de <https://acessibilidadecultural.files.wordpress.com/2012/05/livro-aac-digital.pdf>
- Schneider, R. H. & Irigaray, T. Q. (2008). *O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais*. Estudos de Psicologia, 25(4), 585–593. Recuperado a 26 de maio de 2017 de <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>
- Secombe, P. & Lehnes, P. (ed.) (2015). *Heritage interpretation for senior audiences — A handbook for heritage interpreters and interpretation managers*. Interpret Europe. Recuperado a 19 de novembro de 2018 de www.interpret-europe.net/hisa/results
- Teixeira, G; Faria, M. L. & Vlachou; M. (2012). *Museus e público sénior em Portugal: Percepções, utilizações, recomendações*. Lisboa: Grupo para a Acessibilidade nos Museus (GAM). Recuperado a 5 de abril de 2017 de <https://gam-acessibilidade.webnode.pt/atividades/estudo-museus-e-publico-senior/>
- Tilden, F. (2015). *La interpretación de nuestro patrimonio*. Asociación para la Interpretación del Patrimonio (AIP).
- Tojal, A. (2007). *Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus* (Tese de Doutoramento). Universidade de São Paulo.
- Turismo de Portugal (2014). *Guia de boas práticas de acessibilidade — Turismo ativo*. Lisboa: Turismo de Portugal, I.P. Recuperado a 19 de novembro de 2018 de <http://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/all-for-all/guia-boas-praticas-turismo-ativo-fev-2014.pdf>

- Turismo de Portugal (2015). *Segmento sénior — documento técnico*. Turismo de Portugal, I.P. Recuperado a 13 de abril de 2019 de <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/desenvolvimentoeinovacao1/Documents/relatorio-tecnico-segmento-senior-nov-2015.pdf>
- Yin, K. (2015). *Estudo de caso — Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman Editora.

TURISMO E ACESSIBILIDADE: ANÁLISE DAS PESQUISAS DESENVOLVIDAS NO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Priscila Melo

Universidade Federal da Paraíba — UFPB

Gabriela Evangelista

Universidade Federal da Paraíba — UFPB

Lucas Tomaz

Universidade Federal da Paraíba — UFPB

Resumo: O turismo tem-se mostrado uma atividade vital à saúde física e psíquica dos indivíduos, uma vez que tem, entre seus benefícios, o descanso, a mudança do cotidiano e o conhecimento de novas culturas. Mas, um dos grandes obstáculos que se coloca ao usufruto do que o turismo oferece são as condições de acessibilidade das atrações turísticas para todos os públicos. Desta forma, observa-se que a acessibilidade turística precisa da contribuição de diversas áreas do conhecimento para desenvolver produtos e serviços eficazes e eficientes. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho foi identificar se os cursos de graduação e pós-graduação do centro de ciências da saúde — CCS, integram as áreas do conhecimento através da interdisciplinaridade para dialogar sobre a acessibilidade no turismo. Este diagnóstico foi realizado através da análise dos trabalhos científicos como trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses do referido departamento. Assim, a pesquisa tem natureza descritiva, adotando a pesquisa quantitativa simples e qualitativa. Como principais resultados, observou-se que apesar do centro

ter nove cursos de graduação e dez programas de pós-graduação, foi encontrado apenas um trabalho acadêmico no Departamento de Terapia Ocupacional que se aproximava do diálogo sobre o turismo e a acessibilidade. Desta forma, pode observar-se a necessidade de ampliar as discussões para além das áreas do turismo e hotelaria, abrangendo assim, outras áreas do conhecimento.

Palavras-chave: acessibilidade; turismo acessível; interdisciplinaridade.

Abstract: Tourism has identified itself as an activity vital to the physical and mental health of individuals, since it has among its benefits, rest, change in daily life and knowledge of new cultures. But one of the great schools that puts itself to the benefit of what tourism offers are as conditions of accessibility of tourist attractions for all audiences. Thus, it is observed that tourist accessibility needs the contribution of several areas of knowledge to develop efficient and efficient products and services. In view of the above, the objective of this work was to identify whether the undergraduate and graduate courses at the health sciences center — CCS, integrate the areas of knowledge through interdisciplinarity to dialogue about accessibility in tourism. This diagnosis was carried out through the analysis of scientific works such as course completion work, dissertations and theses of that aforementioned department. Thus, this research has a descriptive nature, adopting a simple and qualitative quantitative research. As main results, it was observed that although the center has nine undergraduate courses and ten graduate programs, only one academic work was found in the Department of Occupational Therapy that is close to the dialogue on tourism and accessibility. Thus, it is possible to observe the need to expand information beyond the areas of tourism and hospitality, thus encompassing other areas of knowledge.

Keywords: accessibility; affordable tourism; interdisciplinarity.

Introdução

Turismo e acessibilidade são dois conceitos que quando relacionados trazem ganhos para o mercado do turismo, pois proporcionam condições adequadas para atender uma demanda específica e geram oportunidades de

negócios (OMT, sd). Assim, garantir a acessibilidade nas atividades turísticas influencia a competitividade e cumpre com a responsabilidade social de inclusão, ao satisfazer as necessidades dos turistas que possuem algum tipo de necessidades especiais, como deficiência (PcDs) ou em função de limitações impostas pela idade.

Entende-se por acessibilidade a condição de alcance e utilização de forma segura e autónoma dos espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, bem como outros serviços e instalações que sejam abertos ao público, de uso público ou privado, tanto na zona urbana como na rural, por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2015).

Desta forma, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura há no mundo mais de mil milhões de pessoas com algum tipo de deficiência (UNESCO, 2017). No caso do Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) refere mais de 45 milhões de brasileiros com deficiência (IBGE, 2010). Nesse sentido, ressalta-se que um ambiente só pode ser visto como acessível se permitir a utilização por todas as pessoas de forma autónoma e independente. Sendo assim, a inserção da acessibilidade nos bens públicos e privados favorece a sociedade, trazendo possibilidades que permitam a inclusão e o acesso de todos (Sarmiento, Mathias & Costa, 2012). Nesse contexto, percebe-se que ainda existem desafios a superar em diversos sectores da sociedade, principalmente nas atividades turísticas.

O turismo, segundo o conceito da Organização Mundial do Turismo (OMT), pode ser definido como um fenómeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem atividade lucrativa ou remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, económica e cultural (OMT, 1992). Assim, emerge a necessidade de planear o turismo alicerçado nas normas de acessibilidade, de modo a proporcionar um turismo mais acessível, ou melhor, para todos.

O turismo acessível surge como potencial motivador dessa inclusão social de grupos isolados e, muitas vezes, estigmatizados, propondo condições suscetíveis de satisfazer as necessidades dos turistas com mobilidade

reduzida. Do ponto de vista da oferta turística, nomeadamente dos prestadores de serviços turísticos, trata-se de preparar infraestruturas, equipamentos e serviços que permitam o usufruto de viagens, estadias e ocupações sem barreiras particulares (Fontes & Monteiro, 2009).

De acordo com Kiefer e Carvalho (2013), o turismo acessível e inclusivo deve ser guiado pelos princípios da dignidade humana, igualdade, cidadania e democracia, além de ser um meio de garantir o direito ao lazer e deve ser orientado, portanto, pela atuação do Estado e do *trade* turístico. Na prática, poucas iniciativas públicas e privadas demonstram conhecimento em relação à legislação e às políticas necessárias para a acessibilidade desse segmento nas atividades de turismo (Duarte *et al.*, 2015).

Embora a discussão sobre acessibilidade no turismo seja marcada pela Declaração de Manila (Filipinas) em 1980, difundindo para os países a atividade turística como um direito fundamental e necessário para todos os indivíduos (Hoyo & Valient, 2010), foi apenas em 1999 que o Brasil começou a abordar essa temática, com a criação do Decreto N.º 3298, de 20 de dezembro de 1999, cujo objetivo é:

[...] assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e económico. (BRASIL, 1999, [s.p.])

Além disso, embora os dados apontem para um número significativo de pessoas com deficiência, o turismo acessível ainda é uma temática que precisa de aprofundamento teórico, uma vez que existe uma lacuna de estudos na área, assim como em outras áreas que estão associadas diretamente a esta discussão, uma vez que o turismo não é uma atividade isolada, mais sim interdisciplinar (Soares & Sánchez-Fernández, 2019).

Acerca do desenvolvimento académico sobre esta temática, Nascimento (2018) destaca um histórico de exclusão dos grupos de pessoas com deficiência e percebe a relevância da inserção deste público nas atividades turísticas como uma ferramenta que possibilita a acessibilidade em diversas

dimensões. Ao analisar as produções sobre o tema acessibilidade, o autor percebeu pouca produção acadêmica até o final dos anos 2000, sendo as pesquisas voltadas, na sua maioria, para as áreas de arquitetura, urbanismo e design. O autor constatou também que, apesar desses trabalhos acadêmicos sobre a acessibilidade abordarem áreas de conhecimento e assuntos múltiplos e interdisciplinares, existe um padrão nos trabalhos que estudam a acessibilidade, geralmente com abordagens voltadas para a legislação, espaços públicos, inclusão entre outros, facto que posiciona a acessibilidade como um tema de associação entre outras áreas dos saberes. Já as produções acadêmicas sobre turismo acessível vão aparecendo aos poucos e ainda se apresentam muito restritas. Sendo assim, as universidades são percebidas como instituições necessárias para fomentar discussões, diálogo com a sociedade, estudos e pesquisas acerca dos desafios, bem como a inclusão social e profissional de grupos socialmente excluídos.

Sobre as diferentes abordagens bibliográficas, no âmbito do turismo, Farias e Sonaglio (2013) refletem sob as perspectivas da multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, observando a importância que cada disciplina de áreas diversas do conhecimento possui na transmissão, interpretação e compreensão dos conhecimentos da área, sem sobreposição de importâncias de uma área sobre a outra, mas sim com a contribuição de uma totalidade. As autoras completam que todas as abordagens (multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade), em dado momento, são necessárias e importantes no âmbito do conhecimento em turismo, pois possibilitam que o fenómeno seja melhor compreendido diante das várias relações e interações que diversas disciplinas (ciências) possuem e passam a contribuir para o desenvolvimento da atividade turística e do seu ensino (Farias & Sonaglio, 2013).

Sob a perspectiva da interdisciplinaridade, Lenior (2008) discorre que o objetivo dessa modalidade é reunir as várias óticas sobre uma determinada área do conhecimento. Assim, pode entender-se a interdisciplinaridade como a união de várias áreas do conhecimento, através de um problema ou objeto de estudo em comum. Sendo assim, Farias e Sonaglio (2013), explicam que todas as áreas do conhecimento precisarão adquirir conhecimento do turismo para entender determinados fenómenos, uma vez que o turismo influencia

toda a sociedade, e que para o desenvolvimento da atividade turística é necessário entender tudo que impacta e tudo que é impactado por ele.

Desta forma, diante do que foi exposto, torna-se necessário que os estudos associados aos conceitos de Turismo e Acessibilidade, perpassem por diferentes áreas do conhecimento. Assim, este trabalho apresenta a seguinte pergunta de pesquisa: os trabalhos científicos desenvolvidos no centro de Ciências da Saúde (CCS), da Universidade Federal da Paraíba, procuram integrar as áreas do conhecimento através da interdisciplinaridade para discutir a acessibilidade no turismo?

Assim, o objetivo desta pesquisa foi identificar se os cursos de graduação e pós-graduação do CCS, integram as áreas do conhecimento através da interdisciplinaridade para dialogar sobre a acessibilidade no turismo. E, de forma específica: identificar os cursos de graduação e pós-graduação no CCS; realizar um levantamento dos trabalhos científicos sobre acessibilidade e turismo; e verificar a interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento sobre a temática acessibilidade e turismo.

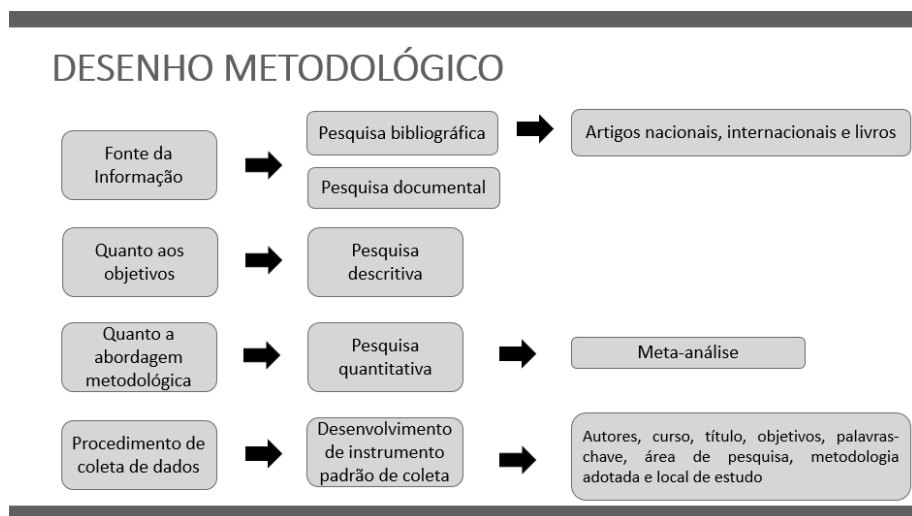
Metodologia

A realização deste trabalho é um resumo de uma pesquisa maior, que abrangeu os 13 centros da Universidade Federal da Paraíba para uma pesquisa de iniciação científica voluntária (PIVIC). Este resumo foi efetuado devido à necessidade de apresentar a forma como o Centro de Ciências da Saúde tem trabalhado a interdisciplinaridade dos seus cursos, uma vez que tem condições de dialogar com as outras áreas do conhecimento para gerar informações interdisciplinares que abordem a temática do turismo e da acessibilidade. Sendo assim, essa pesquisa caracteriza-se, sobretudo, por ser uma pesquisa bibliográfica e documental de natureza descritiva, adotando a pesquisa quantitativa, uma vez que todos os estudos levantados foram classificados estatisticamente (Moreira & Caleffe, 2008). Por fim, o trabalho foi fundamentado na meta-análise, visto que todos os dados levantados e classificados quantitativamente foram organizados numa revisão sistemática (Roscoe & Jenkins, 2005), atendendo ao rigor e objetividade, factores imprescindíveis para o saber científico (Mariano, Cruz & Gaitán 2011).

O centro de Ciências da Saúde (CCS) envolve os cursos de biomedicina, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, odontologia e terapia ocupacional. Todos possuem, nos seus planos curriculares, relação com a qualidade de vida e estilo de vida saudável, associados à prática do turismo acessível, bem como análise as necessidades especiais do ponto de vista fisiológico, uma vez que muitas deficiências são adquiridas através de doenças, por acidentes ou pelo envelhecimento.

Visando compreender questões quantitativas identificadas a partir dos critérios pré-definidos, nas quais foram observados autores, curso, departamento, título, objetivos, palavras-chave, área de pesquisa, metodologia adotada e local de estudo, foram recolhidos os trabalhos acadêmicos sobre acessibilidade e turismo no repositório da instituição. A pesquisa foi realizada online devido à pandemia do COVID-19 que estabeleceu isolamento social, impossibilitando a visita *in loco* ao departamento do CCS da Universidade Federal da Paraíba, sendo realizado apenas o levantamento dos estudos no Repositório Institucional da UFPB. Foram utilizadas como métrica as palavras-chave «turismo e acessibilidade», para criar um banco de dados geral sobre os trabalhos desenvolvidos no CCS, para posteriormente passar a uma seleção mais detalhada.

O marco temporal da pesquisa foi de outubro de 2013 a maio de 2019, que abrangeu os períodos de 2013.1 à 2018.2 conforme calendário acadêmico da UFPB. Essa delimitação de cinco anos foi estabelecida para que a pesquisa pudesse ser realizada, visto que se trata, inicialmente, da catalogação de todas as produções acadêmicas de nível de graduação e pós-graduação. Segue um quadro para melhor compreender o desenho metodológico.

Figura 1. Desenho metodológico

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Descrição da Imagem: A imagem apresenta a metodologia adotada nesta pesquisa. Como fonte de informação adotou-se a pesquisa bibliográfica, através de artigos nacionais, internacionais e livros, e a pesquisa documental; relativamente ao objetivo da pesquisa adotou-se a pesquisa descritiva; quanto à abordagem metodológica utilizou-se a pesquisa quantitativa por meio da meta-análise; e por fim, quanto aos procedimentos de recolha de dados, foi desenvolvido um instrumento de recolha-padrão, para identificar os autores, curso, título, objetivos, palavras-chave, área de pesquisa e metodologia adotada. Cada item apresentado está num retângulo vermelho muito claro e a escrita na parte interna dos quadrados está a preto.

Análise dos resultados

Após o levantamento dos trabalhos científicos que versam de forma conjunta sobre acessibilidade e turismo, observou-se que apesar do CCS ter nove cursos de graduação e dez programas de pós-graduação que abordam sobre práticas de lazer, desporto e cuidados com a saúde, apenas foram identificados cinco trabalhos académicos no Departamento de Terapia Ocupacional e Fisioterapia. Além disso, todos os trabalhos eram de conclusão

de curso, não havendo, neste caso, pesquisas voltadas para dissertações e teses. Todavia, embora os trabalhos desenvolvidos tenham aproximação com a acessibilidade, nenhum contemplou suficientemente o objeto deste estudo, constatando que existe uma lacuna de trabalhos que possam interagir entre turismo, acessibilidade e outras áreas do conhecimento. O Quadro 1 demonstra os resultados obtidos.

Quadro 1. Quantidade de trabalhos identificados no CCS

CURSOS	ANO	TCC	DISSERTAÇÃO	TESE	TOTAL
Terapia ocupacional	2015	3	-	-	3
Terapia ocupacional	2017	1	-	-	1
Fisioterapia	2018	1	-	-	1
TOTAL		5			5

Descrição do Quadro: O quadro está em tons de azul claro e contém a relação dos cursos com o tipo de trabalho encontrado. Desta forma, o quadro mostra que para o curso de terapia ocupacional foram encontrados três trabalhos de conclusão de curso no ano de 2015 e um trabalho no ano de 2017; e para o curso de fisioterapia foi encontrado apenas um trabalho no ano de 2018.

De forma geral, foi possível identificar que a produção de trabalhos acadêmicos no CCS, que tratam das temáticas de Turismo e Acessibilidade, foram insuficientes, uma vez que os demais cursos do CCS não apresentaram trabalhos científicos que abordassem a temática do turismo e acessibilidade, mesmo apresentando cursos relacionados com a saúde e bem estar, e de práticas de lazer e desporto. Esse facto pode estar associado ao período delimitado pela pesquisa e à ausência ou ineficiência de um diálogo entre as áreas do conhecimento, o que pode proporcionar um défice nos avanços da interdisciplinaridade que abrange essa temática.

A acessibilidade no turismo, tanto para pessoas com deficiência e portadoras de necessidades especiais quanto para terceira idade, é uma demanda social e de mercado. García-Caro, Waal e Buhalis (2012) consideram que acessibilidade no turismo é uma forma de promover a inclusão social e o reconhecimento das necessidades dos clientes, nos níveis local, nacional

e internacional, devem ser vistos, assim, como fundamento de qualquer atividade social e económica, incluindo o turismo.

Considerações finais

O turismo e a acessibilidade são temas que devem ser discutidos para além das áreas do turismo e hotelaria para que soluções eficientes e eficazes possam ser desenvolvidas para as pessoas que necessitam dos produtos e serviços oriundos desse esforço. Portanto, criar e ampliar as relações entre as áreas do conhecimento pode ajudar os pesquisadores a observar um fenómeno através de outras lentes teóricas, ampliando o campo de estudo e proporcionando soluções adequadas para as necessidades das pessoas com deficiência, para que as iniciativas não aconteçam de forma intuitiva, mais sim assertiva e direcionada.

Para tanto, sugere-se ampliar o diálogo entre docentes e discentes sobre a importância da interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento como forma de trazer contribuições não apenas para a academia, mas também uma contribuição social, a partir do momento em que as discussões sobre esta temática se projetam para um diálogo entre atores governamentais e não governamentais, apresentando a importância de melhores condições de acessibilidade nos ambientes, para que as pessoas se desloquem de forma autónoma e independente.

Referências bibliográficas

- ABNT. NBR 9050: 2015 (2015). *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT
- Duarte, D. C., Borda, G. Z., Moura, D. G., & Spezia, D. S. (2015). *Turismo acessível no Brasil: um estudo exploratório sobre as políticas públicas e o processo de inclusão das pessoas com deficiência*. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, vol. 9, n.º 3, pp. 537–553, set./dez.
- Farias, M. F. de., & Sonaglio, K. E. (2013). *Perspectivas pluri, inter e transdisciplinar no Turismo*. *Revista Iberoamericana de Turismo — Ritur*, Penedo, vol. 3, n.º 1, pp. 71–85.

- Fontes, A., & Monteiro, I. (2009). *O Projecto «Lousã, Destinos de turismo acessível»: um estudo de caso da aplicação de uma abordagem sistémica ao Turismo Acessível*. Revista Turismo e Desenvolvimento, n.º 11, pp. 61–72.
- García-Caro, S. N., Wall, A. de., & Buhalis, D. (2012). *Special Needs Customer Care Training for Tourism. Best Practice in Accessible Tourism: inclusion, disability, ageing population and tourism*. Channel View Publications.
- Hoyo, M. M.; & Valiente, G. C. (2010). *Turismo accesible, turismo para todos: lasituaciónencataluña y españa 1*. Cuadernos de Turismo, v. 25, pp. 25–44.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *População residente por tipo de deficiência permanente*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>>. Acesso em: 05 mar 2020.
- Kiefer, S. F. W., & Carvalho, M. C. M. H. de. (2013). *Turismo acessível e inclusivo: uma realidade possível. Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência — SEDPCD/Diversitas/USP Legal*. São Paulo: [s.n.]. Disponível em: http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/ebook/Textos/Sandra_Filomena_Wagner_Kiefer.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- Leonir, Y. (2008). *Didática e interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incontestável*. IN: FAZENDA, Ivan. *Didática de interdisciplinaridade*, 13 ed. Papirus, Campinas.
- Mariano, A. M.; Rosario G. Cruz.; & Gaitán, J. A. (2011). *Meta Análises Como Instrumento de Pesquisa: Uma Revisão Sistemática da Bibliografia Aplicada ao Estudo das Alianças Estratégias Internacionais*. Congresso Internacional de Administração — Gestão Estratégica: Inovação Colaborativa e Competitividade: Gest. Anais.
- Moreira, H., & Caleffe, L.G.C. (2008). *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Nascimento, E. D. do. (2018). *Análise da produção teórica brasileira sobre o turismo e acessibilidade de 1987 a 2016*. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Turismo. São Paulo.
- OMT. (1992). *Organização Mundial do Turismo* In: DE LA TORRE, O. P. EL TURISMO.
- Sarmiento, B. R., Matias, E. B. S., & Costa, A. D. L. (2012). *Acessibilidade em sítios históricos: avaliando o centro de João Pessoa — PB*. Revista Urbicentros morte e vida dos centros urbanos, n.º 3, Salvador, 22 a 24 de outubro.

- Soares, J.R.R.; & Sánchez-Fernández, M.D. (2018). *Turismo acessível para todos: um estudo de caso em cambre — España*. In Vanella, E.; Brambilla, A.; Silva, M. F. DA. *Turismo e Hotelaria no Contexto da Acessibilidade*. João Pessoa.
- Roscoe, D. D. & Jenkins, S. (2005). *A Meta-Analysis of Campaign Contributions' Impact on Roll Call Voting*. *Social Science Quarterly*, vol. 86, n.º 1.
- UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2020). *Pessoas com deficiência no Brasil*. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/inclusive-education/persons-with-disabilities/>. Acesso em: 22 fev de 2020.

O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE NA PANDEMIA: AÇÕES DO PROJETO «COMUNICAR SEM BARREIRAS EM TEMPOS DE COVID-19»

Célia Maria Adão de Oliveira Aguiar Sousa

Investigadora Integrada do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Polo do IPEleiria
(CICS.NOVA. IPEleiria), Portugal. celia.sousa@ipleiria.pt

Alessandra Lopes de Oliveira Castellini

Universidade Federal do Piauí/Universidade Feevale, Brasil. alessandralopes@ufpi.edu.br

Luís Ricardo Silva Montez Vicente

CRID® / ESECS / Politécnico de Leiria, Portugal. luis.s.vicente@ipleiria.pt

Resumo: Este estudo socializa ações desenvolvidas no âmbito do Projeto «Comunicar sem barreiras em tempos de COVID-19», com a apresentação de alguns materiais desenvolvidos, tendo como base as estratégias de comunicação, orientação e prevenção, e ressaltando o direito à educação e o acesso à informação enquanto interesse legítimo para promoção da saúde e possibilidades de ação docente permeadas por uma combinação de tecnologias e metodologias com vista a garantir o currículo e a aprendizagem para todos, apoiados em estratégias inclusivas e acessíveis à população. O artigo qualitativo, com processo metodológico ancorado em revisão narrativa de literatura, sistematiza conceitos de comunicação acessível com estratégias da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) relacionado com intervenções e disponibilização de materiais educativos no contexto da pandemia de COVID-19, compreendendo o primeiro semestre de 2020. A recolha

de dados deu-se por meio da pesquisa bibliográfica e documental, com análise de acervo disponível nos sites institucionais como forma de verificar contribuições sobre o tema apresentado. Consideramos que as ações desenvolvidas envolvem recursos de CAA utilizados com foco nas práticas de educação em saúde enquanto propulsoras de ação docente crítica e reflexiva que reconhece na sua realidade a diversidade existente e formas de eliminar barreiras em prol da educação mais acessível e inclusiva.

Palavras-chave: comunicação acessível; pandemia de COVID-19; estudos interdisciplinares; práticas educativas; educação inclusiva.

Abstract: This study presents the actions developed within the scope of the «Communicate without barriers in times of COVID-19» project, with the display of some materials developed, based on communication, guidance, prevention strategies, emphasizing the right of access to information while legitimate interest in health promotion and possibilities for teaching action permeated by a combination of technologies and methodologies in order to guarantee the curriculum and learning for all, supported by inclusive and accessible strategies for the population. The qualitative article, with a methodological process anchored in a narrative literature review, systematizes accessible communication concepts with Augmentative and Alternative Communication (CAA) strategies relating to interventions and provision of educational materials in the context of the COVID-19 pandemic, comprising the first semester 2020. Data collection took place through bibliographic and documentary research, with analysis of the collection available on institutional websites as a way of verifying contributions on the topic presented. We believe that the actions developed involve CAA resources used with a focus on health education practices as drivers of critical, reflective teaching action that recognizes in its reality, the existing diversity and ways to eliminate barriers in favor of more accessible and inclusive education.

Keywords: accessible communication; pandemic COVID-19; interdisciplinary studies; educational practices; Inclusive education.

Introdução

A pandemia de COVID-19 mudou repentinamente o modo de vida da população mundial e tem-se repercutido em desafios sem precedentes (OMS, 2020) sobretudo nos sistemas educacionais, com o encerramento obrigatório das instituições educativas e a necessidade de isolamento social.

Este artigo trata-se de uma versão alargada do resumo publicado no Livro de Resumos da INCLUDIT VI (Sousa, Castelini & Vicente, 2020) e apresenta ações desenvolvidas no âmbito do Projeto Comunicar sem Barreiras em Tempos de COVID-19, realizadas no Centro de Recursos para Inclusão Digital — CRID[®], do Politécnico de Leiria, em Portugal, repercutindo em ações replicadas no Brasil e em Cabo Verde, possibilitando ações de sensibilização na sociedade em prol de práticas educativas interdisciplinares de orientação para a saúde, amplamente divulgadas nos sites institucionais e nas redes sociais (Castelini; Sousa & Cardoso, 2020).

Diante da emergência de saúde pública e prevenção que se instaurou nos primeiros meses de 2020 devido à pandemia mundial de COVID-19, desencadearam-se múltiplas ações ligadas a organizações internacionais e órgãos governamentais, parceiros do sector privado e da sociedade civil, resultando ações articuladas da Organização Mundial de Saúde — (OMS).

Este estudo apresenta as ações desenvolvidas no Projeto «Comunicar sem barreiras em tempos de COVID-19», com a apresentação dos diferentes materiais desenvolvidos no âmbito da comunicação, orientação e prevenção, ressaltando o direito de acesso à informação enquanto interesse legítimo para promoção da saúde e novas formas de ação docente permeadas por uma combinação de tecnologias e metodologias com vista a garantir o currículo e a aprendizagem para todos, apoiados em estratégias inclusivas e acessíveis à população.

De cunho qualitativo (Merriam, 1998), com processo metodológico ancorado em revisão narrativa de literatura (Martins, 2018), este estudo procurou sistematizar conceitos de comunicação acessível com estratégias da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) relacionado com intervenções e disponibilização de materiais educativos no contexto da pandemia de COVID-19, compreendendo os primeiros meses de 2020. A recolha de dados deu-se por meio da pesquisa bibliográfica e documental, com análise de

acervo disponível nos sites institucionais como forma de identificar, recolher e analisar as principais contribuições sobre o tema apresentado e mapear ações desenvolvidas, além da análise dos recursos de CAA utilizados com foco nas práticas de educação em saúde, enquanto propulsoras de ação docente crítica e reflexiva, que reconhece na sua realidade a diversidade existente e formas de eliminar barreiras em prol da educação mais acessível e inclusiva.

O estudo apontou que as ações do projeto «Comunicar sem barreiras em tempos de COVID-19» resultaram em intervenções em espaços de saúde e hospitalares, como centros de saúde e hospitais. Possibilitou a disponibilização de materiais educativos através da produção de 40 *flyers* educativos com estratégias de CAA, proporcionando o uso de tabelas para a comunicação com recursos de acessibilidade adaptados para o contexto da Covid-19, com diferentes conteúdos viabilizados nas redes sociais, sites institucionais e na comunicação social, repercutindo-se em ações replicadas em Portugal, em universidades protocoladas do Brasil e Cabo Verde, demonstrando eficácia nas possibilidades de multiplicação das ações, impulsionando ações de solidariedade nacional e internacional, com possibilidades de replicação em contextos interdisciplinares de educação em saúde com ampla repercussão nos media.

Comunicação acessível na pandemia de COVID-19

Sob a perspetiva expressa no Artigo 26.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) que todo o ser humano tem direito à instrução, lideranças mundiais articuladas às orientações da Organização Mundial da Saúde — OMS (OMS, 2020), procuraram por meio da comunicação investir em campanhas e ações educativas que levem a informação através de diferentes plataformas, enfatizando medidas básicas de higiene e prevenção da COVID-19, assegurando práticas mais acessíveis.

Pereira (2003) considera que a educação e a saúde são áreas de aplicação de saberes destinados ao desenvolvimento humano, visando garantir a formação integral das pessoas. Ao refletir sobre repercussões das medidas preventivas da pandemia de COVID-19, procuramos soluções acessíveis através da comunicação, que podem ser expressas pela fala ou por outros

tipos de linguagens (Vygotsky, 2001), fundamental nos processos de interação e socialização (Nunes, 2001), ampliando a acessibilidade nas orientações de saúde e bem-estar (Freixo, 2013).

Neste paradigma inclusivo, centrado no contexto inclusivo, destaca-se a importância de fomentar condições potenciadoras da comunicação acessível em que:

a CAA resulta da utilização conjunta e coordenada de um sistema de signos e símbolos (gestos, signos, imagens e sinais de significados articulados), de recursos ou de suportes para utilização dos signos e símbolos (tabelas, tablet, *software*, álbum, etc.), com técnicas de uso (apontar, segurar, olhar, gesticular, acompanhar) e estratégias para incentivar a comunicação, criando situações de interação. (Castelini, Sousa & Cardoso, 2020, p.101)

Na CAA também são consideradas técnicas e recursos para ajudar a desenvolver a oralidade e a aprendizagem em sujeitos com défice linguístico (Asha, 2018). Para Von Tetzchner & Martinsen (2000) qualquer pessoa que não consiga comunicar verbalmente pode recorrer ao auxílio de outras formas de comunicação, como a CAA.

No desenvolvimento de produtos e ações educativas mais acessíveis, destacamos neste estudo a utilização de estratégias apoiadas na CAA que, conforme Chun (2009), desfrutam de recursos tecnológicos e técnicas que viabilizam formas de comunicar. Ressaltamos ainda que o planeamento e elaboração dos materiais disponibilizados, fundamentaram-se nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) que tem como lema: o que é essencial para alguns é bom para todos (Cast, 2014), possibilitando dessa forma a ampliação do acesso às orientações de saúde e prevenção, contemplando diferentes necessidades para que todos, sem exceção (Unesco, 2020), possam aprender sem barreiras na comunicação.

Em Portugal, o compromisso com a educação inclusiva corrobora a definição das diretrizes da UNESCO (2009) enquanto processo que visa responder à diversidade de necessidades através do aumento da participação de todos na aprendizagem e ao longo da vida. Com a promulgação do Decreto-lei n.º 54/2018 (DGE, 2018) foi estabelecido como uma das prioridades da ação governativa a aposta numa escola inclusiva.

De entre as diversas orientações expressas pela OMS, em tempos de pandemia da Covid-19, destacamos a importância de viabilizar a comunicação simples e acessível a todos, na divulgação de um guia (OMS, 2020), que disponibiliza orientações para enfrentar as consequências do Covid-19, impulsionando diversos projetos em torno de ações educativas.

Conforme Silva (2020) as taxas de transmissibilidade do vírus são elevadas e a sua letalidade não é baixa, ressaltando a importância de agir com urgência, sob pena de termos um profundo prejuízo econômico e de vidas. Para Boaventura de Sousa Santos «a pandemia e a quarentena estão a revelar que são possíveis alternativas, que as sociedades se adaptam a novos modos de viver quando tal é necessário e sentido como correspondendo ao bem comum» (Santos, 2020, p. 29).

A proliferação do coronavírus pela Europa nos primeiros meses de 2020 desencadeou a rápida decisão dos governantes de Portugal pelo isolamento social, proteção da população e procura de soluções tecnológicas e de produtos para viabilizar o atendimento da população em tempo de crise. Posteriormente, ações intensificadas resultaram na adoção de medidas em busca de promover o distanciamento social e evitar aglomerações, resultando em ações que fecharam as escolas e universidades, seguidos dos serviços do comércio, resguardando apenas o serviço de saúde e os serviços essenciais à população (DN/PT, 2020).

Com o isolamento social, surgiram novas formas de enfrentar a situação de alto risco de contágio, em que foi necessário construir novas estratégias e repensar saberes pedagógicos que viabilizem a situação emergencial e orientar a população para os devidos cuidados com a saúde física, mental e emocional frente à quarentena, garantindo o direito à comunicação e aos cuidados em saúde na pandemia.

O projeto «Comunicar sem barreiras em tempos de COVID-19»

Com o avanço da pandemia nos primeiros meses de 2020, que compreendeu o período de março a junho, houve a necessidade de ampliar ações de comunicação acessível à população conforme as orientações da OMS (OMS, 2020) repercutindo em soluções específicas de orientações e educação em saúde mais inclusivas.

O projeto «Comunicar sem barreiras em tempos de COVID-19» iniciou as suas atividades em Portugal, no Centro de Recursos para a Inclusão Digital — CRID[®], no Politécnico de Leiria, com o propósito de tornar as orientações em saúde e prevenção mais acessíveis, disponibilizadas à população, atingindo um maior número de pessoas, facilitando o atendimento nos cuidados de saúde, comunicando de forma mais eficiente e garantindo o direito das pessoas à comunicação mais acessível.

As ações foram divulgadas através do site institucional do CRID[®] e partilhadas pelas redes sociais com acesso livre, que logo se repercutiram em ações replicadas em universidades do Brasil e Cabo Verde, por meio de uma instituição educativa, ampliando ações do projeto com envolvimento da comunidade e pesquisadores de diferentes instituições e fomentando redes de solidariedade nacional e internacional com ampla repercussão.

Em Portugal, ações elaboradas no projeto «Comunicar sem barreiras em tempos de COVID-19» foram desenvolvidas por uma equipa de profissionais do CRID[®], que desde 2006 promove ações inclusivas e de acessibilidade, compreendendo diversos projetos através de protocolos com vários países, conforme as orientações da ONU (2008, 2015) e contemplando a Educação para Todos, sem exceção (UNESCO, 2020).

Com a pandemia mundial de COVID-19, a mobilização destes profissionais emergiu na realização do projeto que ocorreu de forma remota, viabilizando o desenvolvimento de produtos de comunicação acessível com viés educativo como tabelas para comunicação em espaços de saúde e hospitalares e a produção de *flyers* digitais com estratégias de CAA e informações educativas importantes de prevenção e cuidados com a saúde em tempos de COVID-19, assegurando acessibilidade nas orientações da Direção-Geral de Saúde, pelo Governo de Portugal e pela OMS e tornando a comunicação mais eficiente para todos (Castelini, Sousa & Cardoso, 2020).

Os materiais gráficos produzidos no período de março a junho de 2020, foram disponibilizados gratuitamente no site institucional do CRID[®] e divulgados através das redes sociais (*Facebook*), totalizando 40 *flyers* com diferentes tipos de conteúdo e tabelas de comunicação para as pessoas se expressarem ao nível da saúde e para interagir com as famílias e os profissionais de saúde, planeados com princípios do DUA (Cast, 2006; 2014) e tradução do conteúdo com Sistemas Pictográficos de Comunicação (SPC).

Os produtos de comunicação acessível foram elaborados com a utilização de componentes da CAA como símbolos representados por meio do SPC, operada por meio do *software* Boardmaker® (<https://goboardmaker.com/>) com a devida licença. Nessa perspectiva, a adoção da abordagem DUA justifica-se ao «compreender que a utilização de diversos recursos pedagógicos e tecnológicos, bem como materiais, técnicas e estratégias objetivam atender a diversidade leitora, independente do contexto das deficiências» (Castelini, Sousa & Quaresma Da Silva, 2020, p. 751), procurando ampliar o acesso à informação e facilitar a aprendizagem para todos.

Tais práticas mobilizaram uma resposta imediata e efetiva da população que necessita de estratégias diferenciadas nas formas de comunicar e práticas mais inclusivas, contribuindo na formação de consciência crítica das pessoas e na aquisição de novas práticas (Costa, 2012) visando a promoção da saúde e da comunidade na qual se encontram inseridas.

Discussão dos resultados

Com o intuito de ampliar o acesso à informação no contexto da pandemia de COVID-19, a equipa do CRID® executante do projeto «Comunicar sem barreiras em tempos de COVID-19» planeou a elaboração de tabelas de comunicação para auxiliar profissionais de saúde e familiares na pandemia, conforme a Figura 1 a seguir, como forma de se expressarem ao nível da saúde.

Figura 1. Tabela de comunicação para auxiliar profissionais de saúde



Ficha Técnica

Autora: Célia Sousa (ESECS/CRID/CICS.NOVA. IPEleiria/Politécnico de Leiria)

Fonte: Communication Symbols, 1981-2002 Mayer-Johnson, Inc. All rights reserved. Used with permission.

Mayer-Johnson, Inc. PO Box 1579 Solana Beach, CA 92075 USA Ph: 858-550-0084 Fax: 858-550-0449 www.mayer-johnson.com mayerj@johnson.com



Fonte: Sousa, Castelini & Vicente, 2020, p. 253.

Descrição da Imagem: A tabela apresenta vinte e cinco símbolos pictográficos de comunicação alternativa, dispostos em cinco colunas com cinco linhas para auxiliar familiares e profissionais da saúde a expressar sintomas e desconfortos em partes do corpo, ocasionados pela infeção de COVID-19. Na primeira linha as seguintes imagens com descrição por acima: sinto-me doente, sem dor, com alguma dor, dor forte, sim. Na segunda linha: dor de cabeça, dor de garganta, tosse, corrimento nasal, não. Na terceira linha: cansado, falta de ar, com tonturas, enjoado, não sei. Na quarta linha: calor, frio, com medo, triste, preciso de ajuda. Na quinta e última linha: casa de banho, com sede, com fome, estou bem, obrigado.

Com o propósito de auxiliar profissionais da saúde e familiares, a tabela de comunicação da Figura 1 possibilita formas de comunicar e interação durante o atendimento a pacientes que estejam limitados ou impedidos de realizar a comunicação oral, auxiliando pacientes na comunicação de sentimentos e sensações, além de possibilitar a resposta a questões e nas solicitações simples do quotidiano, ampliando interações com as famílias e os profissionais de saúde no contexto da pandemia de COVID-19. Para usar a tabela, a pessoa com dificuldade de comunicação deve apontar para os símbolos, ou olhar para comunicar. Os profissionais de saúde também podem apontar com os dedos para os símbolos auxiliando os pacientes a expressarem-se de maneira eficaz.

A tabela pode ser impressa e plastificada, utilizada através de smartphone ou tablet, facilitando o acesso ao material que está disponível online no site institucional do CRID[®] em: <https://crid.esecs.ipleiria.pt/>

Conforme Manzini & Deliberato (2006) o ato de comunicar faz parte da natureza humana e não se constitui apenas na fala, é muito mais abrangente, visto que há recursos verbais e não verbais que se complementam nas interações e que integram o corpo todo, a considerar que a maioria das pessoas recorre a diferentes tipos de linguagens e símbolos para comunicar. Quando se fala em práticas inclusivas, Pelosi (2000) destaca a importância de ultrapassar a ideia de integração, enfrentando as dificuldades, no sentido de favorecer e incitar à pessoa com deficiência maior autonomia sobre as escolhas quotidianas.

Além das tabelas para comunicação, a equipa do CRID[®] passou a desenvolver *flyers* com informações importantes a considerar no período de isolamento social, cuidados com a saúde em tempos de pandemia e adaptações nas orientações repassadas pelo governo e OMS.

De entre os materiais produzidos no período de março a junho de 2020, foram encontrados no site do CRID[®] e nas redes sociais 40 *flyers* com diferentes tipos de conteúdos que foram criados e adaptados com SPC.

O material, que tem possibilitado o acesso a informação a um número considerável de pessoas, foi agrupado em quatro categorias para análise: saúde, regras para reabertura, datas comemorativas e entretenimento.

Tabela 1. *Flyers* acessíveis na COVID-19

CATEGORIAS	CONTEÚDO	TOTAL
Saúde	Informações sobre cuidados com o corpo, uso de máscara, higiene das mãos, distanciamento social, estado de calamidade.	15
Regras para Reabertura	Normas na abertura dos museus, nos cabeleireiros e barbeiros, para clientes da restauração e bebidas, atendimento em lojas, regras na praia.	11
Datas Comemorativas	Dia do trabalhador, dia da Mãe, dia da criança e mensagens dos órgãos do turismo e pastoral dos deficientes.	05
Entretenimento	Poesias, brincadeiras, jogos, canções, danças, receitas.	09
Total		40

Diante dos dados expostos na Tabela 1 é possível perceber que os conteúdos disponibilizados em maior número asseguram informações sobre os cuidados com a saúde durante a pandemia de COVID-19. Observamos ainda que 11 *flyers* abordam conteúdos sobre regras/normas que orientam as pessoas para a reabertura de espaços. As mensagens sobre datas comemorativas foram contempladas em cinco *flyers* e nove peças trataram de conteúdos diversos como os voltados às crianças e à interação com os familiares, criando oportunidades de momentos de diversão e aprendizagem, com práticas educativas, de orientação e instrução de receitas e modos de brincar que fazem parte do cotidiano das pessoas e consideram o contexto cultural.

A análise evidenciou que os *flyers* contemplam o emprego coordenado de técnicas da CAA como escrita simples e com pictogramas. A utilização de fonte ampliada ainda beneficia as pessoas com baixa visão. Enquanto isso, a utilização da técnica da escrita simples conforme Martins (2014) consiste numa forma de tornar o texto objetivo de ler e compreender, partindo de conceitos familiares.

A adaptação da escrita com símbolos pictográficos (SPC), pretende beneficiar as pessoas que ainda não se apropriaram da língua escrita, ou pessoas que apresentam alguma dificuldade de comunicação.

A utilização de símbolos SPC específicos para os cuidados com a saúde e do contexto da COVID-19, facilitaram a compreensão e tornaram mais significativas as informações apresentadas. Entre os aspectos evidenciados na pesquisa, observamos a perspectiva inclusiva na produção dos *flyers* educativos, por meio das estratégias articuladas de CAA e das TA visto que

os materiais podem ser descarregados em smartphones ou tablets dando oportunidade de interação no contexto digital e ampliando o acesso e a aprendizagem para todos.

Sobre a perspectiva inclusiva, a produção dos *flyers* foi baseada no conceito *Universal Designer Learning* (UDL), que surgiu nos Estados Unidos em 1999, traduzido para o português como Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), que consiste na elaboração de estratégias para tornar os produtos mais acessíveis a todos, contemplando termos físicos, de serviços, produtos e soluções educacionais para que todos possam aprender sem barreiras (Cast, 2006).

A utilização da abordagem DUA (CAST, 2014) mostrou ser eficiente para a criação de ambientes de aprendizagem flexíveis e acessíveis para todos, incluindo aqueles com deficiência (Ribeiro & Amato, 2018), pois fundamenta-se em três princípios que contemplam modos múltiplos de apresentação, de aprendizagem e de interação (CAST, 2011).

Percebe-se ainda a preocupação com «atividades lúdicas, considerando o público infantil e as possibilidades de aprendizagem mediadas pelos familiares como poesias, lengalengas, brincadeiras, jogos, canções, danças e receitas possibilitando formas de interação com outras pessoas» (Castelini, Sousa & Cardoso, 2020, p.112).

A partir da análise dos *flyers* foi possível perceber que os conteúdos disponibilizados em maior número asseguram informações sobre os cuidados com a saúde durante a pandemia de COVID-19, conforme Figura 2 abaixo.

Figura 2. Flyer informações importantes



Fonte: Sousa, Castellini & Vicente, 2020, p. 254.

Descrição da Imagem: O flyer apresenta orientações sobre modos de se comportar em tempos de pandemia de COVID-19 com utilização de pictogramas dispostos em quadrados de 3 cm com o respetivo símbolo e a legenda por acima da figura e as orientações em escrita simples logo abaixo. COVID-19, informações importantes. Tapar o nariz e boca quando espirrar ou tossir. Lavar frequentemente as mãos com água e sabão. Se tiver dúvidas ligue 808 24 24 24 (SNS 24).

O conteúdo abordado na Figura 2 propõe orientações à população sobre modos de se comportar ao espirrar ou tossir, cuidados básicos sobre a lava-

gem das mãos, informando as pessoas que em caso de dúvidas podem recorrer ao atendimento telefónico do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

A elaboração dos *flyers* educativos para o projeto, preconizaram a utilização de recursos e estratégias da CAA através dos pictogramas (SPC) que foi operada por meio do *software* Boardmaker[®], com a devida licença. Os símbolos foram personalizados pela empresa Boardmaker[®] à realidade da pandemia com o intuito de facilitar a compreensão sobre as orientações advindas da OMS e do Governo e com o apoio à aprendizagem.

No sentido de organização da rotina e de atividades quotidianas, os *flyers* expostos nas Figuras 3, 4 e 5 expressam orientações acessíveis à população.

Figura 3. *Flyer* com orientação à população

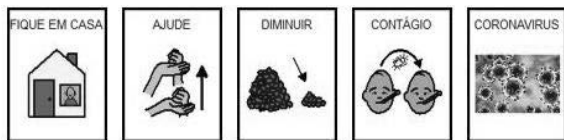


Fonte: Sousa, Castelini & Vicente, 2020, p. 255.

Descrição da Imagem: O *flyer* apresenta orientação do Governo de Portugal à população. A mensagem está disposta em cinco quadrados de 3 cm cada com pictogramas que expressam símbolos com legenda por acima das figuras. A mensagem escrita a negro abaixo dos pictogramas: Vamos aguardar as indicações do Governo. Por enquanto, fica em casa.

A Figura 3 apresenta a adaptação de uma mensagem do Governo de Portugal, em recomendação às orientações da OMS (2020) instruindo as pessoas para ficar em casa no período de avanço da pandemia de COVID-19.

Figura 4. *Flyer* com orientação à população



Fique em casa. Ajude a diminuir o contágio do Coronavírus

Ficha Técnica

Autor Luís Vicente (CRID / ESECS / Politécnico de Leiria)

Fonte: Communication Symbols, 1981-2002 Mayer-Johnson, Inc. All rights reserved. Used with permission.

Mayer-Johnson, Inc. PO Box 1579 Solana Beach, CA 92075 USA Ph: 858-550-0084 Fax: 858-550-0449 www.mayer-johnson.com mayerj@johnson.com



Fonte: Sousa, Castelini & Vicente, 2020, p. 255.

Descrição da Imagem: O *flyer* apresenta orientação do Governo de Portugal à população. A mensagem está disposta em cinco quadrados de 3 cm cada com pictogramas que expressam símbolos com legenda por acima das figuras. A mensagem escrita a negro abaixo dos pictogramas: Fique em casa. Ajude a diminuir o contágio do Coronavírus.

A Figura 4 apresenta orientações de prevenção do contágio do coronavírus, amplamente divulgados nos media à população.

Figura 5. Flyer com orientação à população



Fonte: Sousa, Castellini & Vicente, 2020, p. 255.

Descrição da Imagem: O *flyer* apresenta orientação do Governo de Portugal à população. A mensagem está disposta em três linhas com quadradros de 3 cm cada com pictogramas que expressam símbolos com legenda por acima das figuras. A mensagem escrita a negro abaixo dos pictogramas: Regras a partir de 4 de maio. As pessoas doentes e em vigilância ativa, é obrigatório ficarem em casa. As pessoas devem ficar em casa. Proibido festas ou grupos com mais de dez pessoas.

A Figura 5 traduz regras que foram estabelecidas a partir de 4 de maio de 2020 com orientações para evitar aglomerações de pessoas e reiterando as ações de isolamento social.

As tabelas expostas nas Figuras acima apresentam um padrão tipográfico conforme os demais materiais desenvolvidos no CRID[®], com fonte sem serifa e em caixa alta, composta por quadradros de 3 cm com texto por acima

do símbolo e a frase disposta em escrita simples abaixo dos pictogramas para facilitar a leitura da palavra e fazer a associação à imagem. Neste material pedagógico foi utilizada a técnica de CAA, chamada de escrita simples que, nas palavras de Martins (2014), consiste em utilizar palavras simples, objetivas, entendidas pela maioria dos utilizadores e acessíveis aos leitores.

A análise dos materiais desenvolvidos no projeto aponta a preocupação de disponibilização de informações acessíveis com conteúdos voltados ao público infantil, considerando o período de isolamento social, o encerramento das escolas e o trabalho remoto, em que as pessoas estão em casa, viabilizando *flyers* educativos com atividades lúdicas, considerando o público infantil e as possibilidades de aprendizagem, mediadas pelos familiares, preconizando conteúdos variados como: poesias, lengalengas, brincadeiras, jogos, canções, danças e receitas, e possibilitando formas de interação com outras pessoas, considerando o contexto cultural.

Moran (2004) atribui o uso de recursos acessíveis para a formação essencial, por possibilitar o aumento da motivação e interesse pelos conteúdos abordados, contribuindo para o desenvolvimento de diversos aspectos cognitivos, ampliando diferentes formas de comunicação.

Nesse sentido, a utilização de tecnologias e práticas educativas baseadas em estratégias de acessibilidade conforme ações desenvolvidas no projeto, tensiona reflexões sobre os processos formativos dos profissionais e reitera o compromisso das universidades com a comunidade, repercutindo-se em novas formas de integrar a preparação teórica e instrumental com o uso de tecnologias acessíveis, de forma a contribuir para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, considerando o contexto que estamos a vivenciar e dando significado às práticas educativas preocupadas com os cuidados em saúde e proteção, viabilizando novas formas de comunicar e eliminando as barreiras existentes.

Considerações finais

O estudo propôs analisar ações desenvolvidas no projeto «Comunicar sem barreiras em tempos de COVID-19», considerando que promover uma comunicação mais acessível é fundamental na vida das pessoas e no

momento especial de cuidados de saúde que atravessamos devido à pandemia mundial de COVID-19.

O projeto pressupõe a importância de atingir o maior número de pessoas para que possam ser atendidas nos cuidados de saúde de forma adequada, comunicando de forma mais eficiente os sintomas e repercutindo num tratamento mais eficaz.

De acordo com Nunes & Madureira (2015) é evidente a urgência em pensar em recursos, práticas e intervenções mais inclusivas, de modo a garantir o acesso e a participação de todos. Nessa perspectiva, a utilização de recursos de acessibilidade na comunicação, tal como a CAA, torna-se essencial nos cuidados com a saúde em tempos de pandemia, pois possibilita a interação com profissionais da saúde e familiares e amplia a participação nos processos educativos e sociais, e efetiva a cidadania ativa.

Essas reflexões tornam-se relevantes ao pensar no contexto da pandemia de COVID-19 e nos desafios de implementar ações educativas e de orientação em saúde, possibilitando formas de apontar caminhos para a elaboração, adaptação e inovação de produtos inclusivos enquanto práticas pedagógicas como ferramentas que visam a acessibilidade, seja em termos físicos, criação de produtos ou soluções educacionais para que todos possam ter oportunidades de comunicar (Cast, 2013).

Nesse sentido, é importante salientar que as ações desenvolvidas no projeto contemplaram a produção de materiais para a comunicação acessível no âmbito do ensino superior, articulados a projetos de comunicação acessível desenvolvidos nestes espaços, que promovem a inclusão e consideram o contexto cultural e as especificidades do país, procurando manter a unidade e estética dos materiais.

Os materiais que foram replicados noutros países no âmbito deste projeto, no contexto da pandemia de COVID-19, foram direcionados para essa finalidade, adaptados para este caso específico e auxiliaram na associação de imagens, orientações educativas em saúde e na forma de utilização dos materiais, bem como na disponibilização gratuita na forma impressa e digital que ocorreu em ações replicadas a nível nacional e noutros países.

Das estratégias de CAA utilizadas, observou-se a adoção de recursos de escrita simples e com símbolos pictográficos de comunicação nos dois contextos, embora com a utilização de *softwares* diferenciados. A tabela de

comunicação e os *flyers* foram amplamente disponibilizados pelas redes sociais, no site das instituições e nos meios de comunicação. Desse modo, a eficácia dessas tabelas de comunicação e dos *flyers* produzidos para o período de pandemia da COVID-19 ainda carece de pesquisas e testes de recepção com os usuários, segundo os objetivos e tecnologias estabelecidos para cada contexto e objetivos de comunicação.

Os materiais gráficos desenvolvidos no projeto apresentam-se como suporte para o processo de aprendizagem através da mediação dos processos comunicativos, ancorados na interação, considerando práticas pedagógicas mais eficientes e inclusivas. Os materiais ligados aos cuidados de saúde repercutiram-se de forma nacional e internacional e foram partilhados em Cabo Verde e no Brasil com ações desenvolvidas no âmbito das universidades conveniadas com o Politécnico de Leiria.

Consideramos a pertinência deste projeto, das ações desenvolvidas em prol da educação na saúde mais acessível a todos e as possibilidades de replicar os conteúdos abordados enquanto facilitadores do ensino e aprendizagem. Desse modo, a análise evidenciou que os *flyers* com orientações de cuidados com a saúde, bem como a utilização das tabelas de comunicação analisados contemplam o emprego coordenado de componentes da CAA pautados em símbolos, técnicas, recursos e estratégias, que utilizados de forma integrada beneficiam um amplo número de pessoas.

Independente do contexto das deficiências, tais materiais estão disponíveis no site da instituição pesquisada e foram amplamente divulgados à população por meio das redes sociais, com possibilidade de *download* no smartphone ou tablet e amplo acesso às informações através de suportes visuais, que auxiliam as aprendizagens ao facilitar a compreensão das orientações em tempos de pandemia da COVID-19. A mobilização proposta pelo projeto nos primeiros meses da pandemia de COVID-19 possibilitou a construção de diálogos interdisciplinares de diferentes profissionais na elaboração de produtos inclusivos, ampliando as redes de trabalho, a nível nacional e internacional, em prol de acessibilidades na comunicação e práticas educativas em prol da saúde e na redução de barreiras de aprendizagem.

Referências bibliográficas

- ASHA (2018). *Augmentative and Alternative Communication*. American Speech-Language-Hearing Association (ASHA). <https://www.asha.org/Practice-Portal/Professional-Issues/Augmentative-and-Alternative-Communication/>
- CAST UDL. (2006). *The Principles of Universal Design: Learn About Universal Design for Learning (UDL)*. https://projects.ncsu.edu/ncsu/design/cud/pubs_p/docs/poster.pdf
- CAST, UDL. (2014). *Book Builder*. Massachusetts Department of Elementary & Secondary Education, NEC Foundation of America. The John W. Alden Trust, and the Pinkerton Foundation
- Castelini, A., Sousa, C. & Quaresma da Silva, D. R. (2020). *Tecendo Saberes na Formação Docente: Ações desenvolvidas no Centro de Recursos para Inclusão Digital para a promoção da Comunicação mais Acessível a Todos*. In C. Lindín, M. B. Esteban, J. Bergmann, N. Castells & P. Rivera-Vargas (Eds.) *Llibre d'actes de la I Conferència Internacional de Recerca en Educació* (pp. 749–759). Universitat de Barcelona. http://www.ub.edu/ired19/actes_proceedings_ired_19.pdf
- Castelini, A., Sousa, C. & Cardoso, E. (2020). *Práticas Educativas na Pandemia de COVID-19: Diálogos entre Portugal e Brasil em Prol da Educação em Saúde*. In L. T. Anderson & T. E. Lacerda (Orgs.), *Educação em Tempos de COVID-19: Desafios e Possibilidades* (pp. 97–113). Editora Bagai.
- Chun, R. (2009). Comunicação suplementar e/ou alternativa: abrangência e peculiaridades dos termos e conceitos em uso no Brasil. *Pró-Fono Revista de Atualização Científica*, vol. 21 (n.º 1), pp. 69–74
- DGE MEC Decreto-Lei n. 54/2018. Disponível em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/dl_54_2018.pdf
- DN/PT (2020). *Diário de Notícias*. Portugal. Disponível em: <https://www.dn.pt/poder/costa-anuncia-que-medidas-vaio-apertar-por-cao-da-pascoa-12014578.html>
- Freixo, A. (2013). *A importância da comunicação aumentativa/alternativa em alunos com paralisia cerebral no 1.º ciclo do ensino básico*. Escola Superior de Educação João de Deus. Dissertação de Mestrado. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4575/1/TESEMESTRADO.pdf>
- Manzini, E. J. & Deliberato, D. (2006). *Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e*

- recreação da pessoa com deficiência física: recursos para comunicação alternativa*. 2. ed. Brasília: MEC/SEESP.
- Martins, H.H.T.S. (2004). *Metodologia Qualitativa de pesquisa*. Educação e pesquisa. São Paulo, vol. 30, n.º 2 pp. 289–300, maio/ago.
- Martins, H. (2014). *O Museu Nacional de Arte Antiga, o edifício e a sua história: contributos para um projeto de comunicação*. (153 f). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Martins, M. (2018). *Estudos de Revisão de Literatura*. Rio de Janeiro. https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/29213/2/Estudos_revisao.pdf
- Merriam, S. B. (1998). *Qualitative research and case study applications in education*. Jossey-Bass.
- Moran, J. (2004). Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias. *Revista Diálogo Educacional (PUCPR)*, vol. 4, n.º 12, pp. 13–21.
- Nunes, C. (2001). *Aprendizagem activa na criança multideficiente: guia para educadores*. Ministério da Educação, Departamento de Educação Básica.
- Nunes, C. & Madureira, I. (2015). *Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas*. *Revista Da Investigação às Práticas*, 5 (2), pp. 126–143. <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/5211/1/84-172-1-SM.pdf>
- Organização Mundial da Saúde (2020). *Guia Considerações psicossociais e de saúde mental durante o surto de COVID-19*. Organização Pan-Americana da Saúde. <https://www.paho.org/pt/documentos/consideraciones-psicosociales-salud-mental-durante-brote-covid-19>
- Organização das Nações Unidas (1948). *A Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Organização das Nações Unidas (2008). *A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pessoas_deficiencia_convencao_sobre_direitos_pessoas_com_deficiencia.pdf
- Organização das Nações Unidas (2015). 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — ODS <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>
- Pelosi, M. B. (2000). *A comunicação alternativa e ampliada nas escolas do Rio de Janeiro: formação de professores e caracterização dos alunos com necessidades especiais* (223p.) Dissertação de Mestrado, Universidade do Rio de Janeiro.

- Pereira, A. (2003). *As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde*. Cad. Saúde Pública, vol. 19, n.º 5, pp. 1527–1534.
- Ribeiro, G. R. P. S., & Amato, C. A. L. H. (2018). *Análise da utilização do Desenho Universal para Aprendizagem*. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. São Paulo, vol. 18, n.º 2, pp. 125–151, jul./dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.5935/cadernosdisturbios.v18n2p125-151>
- Santos, B. S. (2020). *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Biblioteca Nacional de Portugal — CDU 347 Edições Almedina, S.A. ISBN 978-972-40-8496-1 Abril/2020. <http://www.cidadessaudaveis.org.br/cepedoc/wp-content/uploads/2020/04/Livro-Boaventura-A-pedagogia-do-virus.pdf>
- Silva, A. A. M. (2020). *Sobre a possibilidade de interrupção da epidemia pelo coronavírus (COVID-19) com base nas melhores evidências científicas disponíveis*. Revista Brasileira de Epidemiologia 2020; 23: E200021 DOI: 10.1590/1980-549720200021 <https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v23/1980-5497-rbepid-23-e200021.pdf>
- Sousa, C. M. A. O. A., Castellini, A. L. O. & Vicente, L. R. S. (2020). *O projeto Comunicar sem Barreiras em Tempos de COVID-19 em prol da Educação para Saúde*. Livro de Resumos da VI Conferência Internacional para a Inclusão 2020. Politécnico de Leiria, ESECS, CICS.NOVA.IPLeia-iACT. & CI&DEI.
- Unesco. (2009). *Policy Guidelines on Inclusion in Education*, Paris: UNESCO, 2009. Disponível em: https://www.european-agency.org/sites/default/files/key-principles-for-promoting-quality-in-inclusive-education_key-principles-PT.pdf
- UNESCO (2020). *Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: Inclusão e educação para todos*. Paris. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373721_por
- Vygotsky, L. S. (2001). *A construção do pensamento e da linguagem*. Martins Fontes.
- Von Tetzchner, S. & Martinsen, H. (2000). *Introdução à comunicação aumentativa e alternativa*. Porto Editora.

LÍNGUA GESTUAL E CINEMA DE ANIMAÇÃO — CRUZAMENTO DE ARTE E CULTURA EM PROL DA INCLUSÃO

Andreia Rodrigues

ESECS, Politécnico de Leiria, Portugal. aer.95@hotmail.com

Nuno Fragata Marques

ESAD.CR, LIDA, CICS. NOVA. IPlEiria-iACT, Politécnico de Leiria, Portugal.
fragata.nuno@gmail.com

Joana Conde e Sousa

CICS, NOVA. IPlEiria-iACT. ESEC, Politécnico de Coimbra, Portugal. joanarita@esec.pt

Resumo: O trabalho apresentado surge no âmbito do desenvolvimento de uma dissertação decorrente no mestrado em Comunicação Acessível, abarcando temáticas como «Inclusão pelas artes e cultura», «Tecnologia da informação para a Inclusão» e «Comunicação Acessível». O presente artigo irá explicitar a importância de pensarmos no cinema de animação como potenciador de inclusão da comunidade surda, promovendo o *deaflore* no público surdo¹ e, simultaneamente, apresentar um produto que possa mostrar uma das línguas reconhecidas no nosso país, despertando curiosidades e sensibilizando para uma forma de expressão diferente. Este artigo apresenta o estado da arte no que concerne aos aspectos técnicos

¹ O termo Surdo refere-se aos falantes nativos de Língua Gestual que se identificam com o Mundo Surdo, ou seja, com um conjunto de aspetos associativos, relacionais, pessoais e sociais (práticas, hábitos, tradições) que marcam esta comunidade (Jokinen, 2006)

a considerar aquando a projeção e elaboração de desenhos animados que produzam Língua Gestual.

Palavras-chave: língua gestual; animação; *deaflore*.

Abstract: This article is being developed due to an ongoing dissertation in Accessible Communication master degree, it approaches areas like «Inclusion through Arts and Culture», «Technological Information supporting inclusion» and «Accessible communication». This article will explain why it's important to think of animation cinema as a way of inclusion for deaf community, promoting deaflore in deaf people and, simultaneously, creating a product that incorporates one of the official languages of our country, hoping to stimulate and raise awareness for a different form of expression. This article presents the state of the art about the technical issues we must consider when thinking and creating cartoons that express themselves throughout Sign Language.

Keywords: Sign language; animation; deaflore

Introdução

Atualmente não existem desenhos animados produzidos em Língua Gestual no nosso país, sendo conhecidas poucas experiências noutros países, aparentemente sem grande aprofundamento científico. Por esse motivo, à data, as crianças surdas acedem, somente, à visualidade dos desenhos animados (uma vertente do cinema de animação). Estando privadas do sentido da audição, estas crianças perdem toda a informação e efeitos que são transmitidos de forma sonora, tornando a comunicação ineficaz e insuficiente para a apreensão de conceitos e para a ligação de ideias, uma vez que o cinema de animação enquanto forma de arte tira partido do uso de elementos audiovisuais. A esta barreira acresce o facto de que a maioria das crianças surdas é filha de pais ouvintes, o que por sua vez dificulta uma aquisição natural da língua por parte da criança, resultando numa aprendizagem tardia da Língua Gestual pela criança surda e, conseqüentemente, em comprometimentos no desenvolvimento cognitivo. Oliveira (2016) verificou que

a aquisição da linguagem está diretamente relacionada com a forma como nos expressamos e apreendemos o mundo e os conceitos que nos rodeiam. Assim, percebemos que as barreiras linguísticas apresentadas a este público são imensas e contribuem para um atraso na sua formação como ser e participação como cidadão pleno.

Esta barreira comunicacional e a desigualdade no acesso à informação experienciada pela comunidade vê-se representada nas palavras de Goes (2018, p.14), pós-graduado em Estudos culturais, surdo, ao afirmar que «Quando eu era pequeno, assistia a muitos desenhos animados na televisão todos os dias, e sempre tentei compreender a história e os diálogos que eram transmitidos; contudo, não pude partilhar essas informações em função da falta de acessibilidade e, conseqüentemente, da incompreensão.»

Esta desigualdade, entra em conflito com o artigo 74.º h) da Constituição da República Portuguesa, que protege os direitos do cidadão surdo, referindo que se deve «proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades». Assim, e considerando que a animação faz parte da cultura, ideia apoiada por Esperança & Dias (2006) que apontam, por exemplo, a programação infantil como um veículo de novas concepções, comportamentos e papéis sociais, sendo veículo de cultura e modelação sociocultural, poderemos depreender que a falta de alternativas para o público surdo resulta numa forma de discriminação cultural. Esta ideia surge reforçada pela Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto, que define as Bases Gerais do Regime Jurídico da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência, nomeadamente no seu artigo 43.º que define as condições de acesso à informação, entre elas a disponibilização de recursos em formato acessível, por exemplo, através da incorporação da Língua Gestual. Salientamos a importância do uso da Língua Gestual ao invés de outras alternativas como a inclusão da legendagem, e a importância da programação infantil inserir aspectos da História e da cultura desta comunidade para que as crianças sem familiares surdos tenham contacto com o *deaflore*. Nas palavras de Lane (1992, p. 84) «as crianças surdas que crescem na comunidade de surdos aprendem, em linguagem gestual, e através das crianças mais velhas e dos surdos adultos, o que significa ser surdo, as vidas que outros surdos tiveram antes deles e conseqüentemente o modo de vida que lhes é possível levar, a

experiência (...) acumulada ao longo dos séculos».² O autor defende ainda que a exploração de temáticas que incidam sobre a surdez enriquecem a criança projetando um adulto mais informado e com melhor capacidade para gerir novos conhecimentos. Leroi-Gourhan (1965) reforça a importância da aprendizagem desta memória social, baseada nas tradições e vivências culturais, bem como a manutenção da rotina de uma minoria para garantir a sua sobrevivência. Atualmente, a comunidade surda, enquanto minoria, vê a sua sobrevivência ameaçada pela perspetiva médica/audista que vigora.

Animar para valorizar

A Animação (termo que poderá também englobar o chamado cinema de animação) consiste num conjunto de técnicas e modos de fazer que visam criar no espectador a perceção da visualização de movimento a partir de elementos estáticos, podendo estes ser desenhos, fotografias ou objetos. Esta grande área assume-se como uma arte autónoma que recorre a técnicas, estilos e usos linguísticos próprios (Bendazzi, 1994). O estudo sobre a ilusão da perceção de movimento, *Persistence of Vision with Regard to Moving Objects*, publicado em 1824 por Peter Roget, explicava o processo de captação da imagem pelo olho, tendo-se percebido que a mesma imagem fica retida na retina durante uma fração de segundo. Ao apresentar uma rápida sucessão de imagens é criada uma ilusão de movimento (Bendazzi, 1994).

A História da Animação é a história da criação da ilusão de movimento a partir de imagens estáticas, considerando-se que o seu início concreto remonta a 1892, com os *Pantomimes lumineuses* (Paris), recorrendo ao complemento entre uma parte visual projetada sobre uma superfície e uma parte musical. No entanto, a animação não começou tal como a conhecemos nos dias de hoje, tendo raízes, apontadas pelos historiadores, na Índia ou na China, nos famosos Teatros de sombras chinesas com o manuseamento de figuras à frente de feixes de luz. Segundo o Théâtre de la Lanterne (2020), para que fosse projetada a

² O termo linguagem gestual encontra-se, atualmente, incorreto. A Língua Gestual Portuguesa está consagrada na Constituição da República desde 1997, no entanto, este livro foi traduzido em 1992, à data tido como correto.

sua sombra numa tela, esta arte exigia grande coordenação e minuciosidade por parte dos artistas, aliando ainda o som às sombras projetadas.

Muitos foram os brinquedos óticos que deram início a técnicas e pensamentos que desenvolveram a Animação (Bendazzi, 1994; Academia RTP, 2012), dos quais enumeramos alguns: caleidoscópio, folioscópio, traumatrópio, zootrópio, fenaquistoscópio, praxinoscópio, entre outros. Todos procuravam criar uma ilusão de ritmo e movimento tirando partido da percepção que o olho humano permite ter do mundo, procurando uma verosimilhança plausível com os comportamentos observáveis no mundo real.

Em 1895 inicia-se a era da projeção, com as suas raízes no trabalho dos irmãos Lumière. Esta era da projeção, impulsionada por necessidade e por explorações artísticas da cor, da dimensionalidade (3D) e da exploração de som, imputaram um carácter cada vez mais realista à animação (Bendazzi, 1994). A animação surge em várias vertentes técnicas e artísticas, sendo uma forma de disseminação de valores, tradições e cultura, como o trabalho focado em temáticas do folclore, realizado pelo autor Ivan Ivanov-Vano em colaboração com Cherkes, na criação dos filmes «Senka the african» e «The adventures of Munchhausen», a partir de 1928.

Consultando um dicionário, encontramos o termo ‘folclore’ definido como «conjunto das tradições, lendas ou crenças populares de um país ou de uma região expressas em danças, provérbios, contos ou canções» (Priberam, 2020). Enquadrando o trabalho do pioneiro russo nesta categoria (na qual intencionamos focar o nosso trabalho, adaptado à comunidade surda), esta procura traduz-se numa ambição de expansão do *deaflore* — folclore surdo, recorrendo à animação.

Trabalhar em animação

A palavra «cinema» identifica a arte e a técnica de compor e realizar filmes para serem projetados, de fixar, criar e reproduzir imagens que criam a impressão de movimento. Um filme de cinema é construído por uma série de imagens que são captadas, registadas num determinado suporte e organizadas em sequências. Quando projetadas de forma rápida e sucessiva, as imagens provocam no espectador a ilusão de movimento.

Em cinema de animação não se recria o movimento previamente captado, procura-se criar a ilusão de movimento, imagem a imagem. O artifício de animar imagens estáticas é dado pela produção e registo em sequência de alterações de formas num espaço (Fragata, 2014). Cada fotograma de um filme é produzido individualmente, por digitalização de imagem desenhada ou por computação gráfica, por exemplo. Com os fotogramas ligados entre si, a sucessão de imagens com ligeiras diferenças leva à criação da ilusão de movimento. A ideia de movimento é uma ilusão criada pelo cérebro, por este não ter capacidade para processar cada imagem individualmente. O filme de animação resulta do conjunto de cenas organizadas, compostas em sequências.

O trabalho prático em cinema de animação tem como ponto de partida o argumento escrito, que é dividido por momentos de ação ou de desenvolvimento, e cada cena é composta pelos elementos necessários para clarificar determinada parte específica da história. A definição de sequências e de cenas surge após leitura e análise do argumento. Compreendendo o argumento, a história e os tempos, criam-se as cenas e as sequências (conjunto de cenas), que funcionam a favor da comunicação de mensagens específicas.

De seguida criam-se os *layouts* e o *storyboard*. Sendo um *layout* um esboço da cena ou da sequência (com a definição do tipo de plano ou enquadramento a usar, a organização dos elementos no espaço visual, o ponto de vista escolhido, a ação descrita em esboço, e a indicação do movimento de câmara). Da visualização ordenada dos vários *layouts* das sequências, resulta o *storyboard*, sendo uma visualização em imagem estática do que será posteriormente produzido em animação. Num *storyboard*, os movimentos a acontecer são indicados por notações gráficas como linhas, setas ou palavras que indicam direções e descrevem ações.

O animático, que será um *storyboard* animado, surge como um teste à duração das sequências a animar e à eficiência da narrativa, sendo que com o animático testam-se em concreto os tempos e as ações, afinam-se as cenas antes da produção concreta de cada uma.

São três as fases de desenvolvimento envolvidas na concretização de uma curta-metragem em Animação: uma primeira fase correspondente ao desenvolvimento e pré-produção, com a criação do argumento, o desenvolvimento do visual do filme, o planeamento de toda a produção e a reali-

zação do *storyboard*; uma segunda fase, a da produção, com a definição e afinação dos enquadramentos, da narrativa, testes de animação, produção das sequências e a edição; e uma terceira fase, a da pós-produção, em que são acrescentados os efeitos sonoros, o título e os créditos.

Em Animação a produção tem início com a figura do produtor, que será a pessoa que dará suporte ao trabalho a realizar, a pessoa responsável pelo projeto. A equipa de trabalho, com tarefas específicas e encadeadas concretiza as ilustrações de conceito, o *design* das personagens e os cenários sob orientação de um Diretor de arte, os *storyboards* são realizados sob orientação de um Supervisor, a animação por cenas é realizada sob orientação de um Supervisor, o Montador trata da edição (organização das cenas trabalhadas e do som, seguindo as indicações de tempo e ritmo previamente definidas), o Designer de som cria a música, acrescenta os sons e masteriza-os, trata os sons eletronicamente, garantindo que são audíveis e compreensíveis nos tempos certos em relação à animação. No estúdio de som, o Técnico de som, trabalhando em conjunto com o Montador e com o Realizador equilibra os níveis da banda sonora (que inclui os efeitos sonoros, os diálogos, a música e o som ambiente).

Linguagens

Morais (2008, pp. 6-21) descreve as componentes dos desenhos animados «focalização, argumento, enredo, diálogo, imagem, ação, espaço, tempo, música/som, campo/enquadramento, sequência/plano, personagens», levando-nos a concluir que se tratam de produtos audiovisuais. A mesma autora faz um levantamento do conceito audiovisual concluindo que esta linguagem é «uma construção significativa de sistemas e códigos, da qual resulta uma nova e diferente realidade. A modificação de apenas um dos seus componentes altera todo o seu significado de conjunto». Esta tese apoia a ideia da necessidade de estudar uma nova linguagem para criar um novo sistema de códigos para uma comunidade que se encontra privada do sentido da audição. A base desta linguagem poderá partir da análise do cinema mudo, que recorria a «tipografia, diagramas, sinais, etc.» (Tietzmann, 2007, p. 1) para completar a informação percebida pelo público numa lógica de anco-

ragem definida por Barthes (Tietzmann, 2007). No entanto, para falarmos de comunidade surda e de adaptações para incluir este público-alvo específico, convém-nos entender que se expressam de forma diferente, através de Língua Gestual e que esta acarreta algumas especificidades.

A Língua Gestual é uma língua tridimensional e recorre a cinco *queremas*³ (configuração de mão, localização, movimento, orientação e expressão não-manual) para produzir diferentes gestos. Lane (1992) diz que as regras gramaticais das línguas gestuais, bem como as sequências da produção devem ser respeitadas com o objetivo de alcançar uma execução simples e a sua compreensão.

Requerendo a Língua Gestual um espaço gestual, um espaço específico onde os gestos são produzidos para atribuir significado às produções manuais, bem como outras regras que são de igual importância (postura corporal, inclinação, pausas, orientação do olhar, ritmo, entre outros), assumimos que a gravação desta língua requer alguma atenção ao nível de planos, ângulos e movimentos de câmara, levando-nos a refletir sobre a necessidade de adaptação para captar um registo videográfico e/ou transpor esta língua para produção animada.

Pese embora esta necessidade, encontramos já aspectos e preocupações comuns entre a produção na animação e a produção gestual: ambas procuram alcançar a simplicidade e a clareza comunicacional, aliadas a uma forte lógica visual recorrendo a «artifícios» que possivelmente passam despercebidos à maioria (acima supracitadas como regras linguísticas e, simultaneamente, aspectos da linguagem corporal transmitida pela animação). Faltando ainda reflexões sobre possibilidades ou constrangimentos na criação de personagens animados em Língua Gestual, tais como poderão ser a obrigatoriedade (ou não) da existência de cinco dedos nas mãos, o número mínimo de feições (ligados às expressões faciais próprias) a incluir num personagem zoomórfico para garantir a compreensão da língua, ou o

³ Correia (2014) explica que os *queremas* são as unidades base que compõem um gesto: «A configuração de mão é a forma que a mão assume, o movimento é a direcionalidade ou o movimento da mão/dedos; a expressão não manual é quando um gesto possui alguma marcação que fazemos com a bochecha, boca, língua ou dentes; a orientação é para onde a nossa palma da mão está virada quando executamos o gesto e a localização é o sítio do espaço ou corpo onde o gesto se situa quando executado.»

ritmo e pormenor na execução de um gesto para que não cause estranheza no espectador (consultar *Señas de países en lengua de señas internacional*⁴, um personagem zoomórfico que usa Língua Gestual).

Segundo Wolf & Vieira (2015), a conceção de uma personagem abrange, para além dos aspectos físicos e de locomoção, a criação de uma história de vida da personagem. A sua personalidade, os seus movimentos, ações e emoções que influenciarão a forma como esta encarará as situações. Esta criação resulta de um trabalho conjunto entre a equipa de criação. Os autores especificam a existência de diferentes perfis, destacam os personagens-tipo que são representativos de conceitos culturais, relevantes para fomentar o *deaflore* e *empowerment* na comunidade surda.

Por outro lado, numa perspetiva mais técnica, Lundmark (2017) explana as características que são estudadas pela animação de forma a criar uma interação e sentimento de reconhecimento pelo público ao encarar os personagens, entre elas, cor, forma e comunicação, focamos a linguagem corporal a atributos humanos (animismo — animação de realidades inanimadas, antropomorfismo — atribuição de características ou comportamentos humanos e pareidolia — interpretação de um estímulo visual ou sonoro a algo que nos é familiar, como um círculo com dois pontos mais centrais e um traço numa zona inferior conseguem ganhar a leitura de uma cara). Aspectos como o animismo, o antropomorfismo e a pareidolia, conjugados na criação de um personagem, permitem-nos reconhecer características humanóides, tal como acontece no exemplo do tapete do filme *Aladdin* (1992), cujo formato se baseia num retângulo com as borlas inferiores do tapete a transformarem-se em pés e a simular o andar humano, e com as borlas opostas, a transformarem-se em mãos, encolhendo os fios do pendente a simular o movimento de dedos. A linguagem corporal, muitas vezes menosprezada na tradução de um discurso oral, assume maior importância quando pensamos na criação de personagens, surdas ou não, mas que comuniquem em Língua Gestual, isto porque a própria língua vive do recurso da expressão corporal, devendo o discurso linguístico corresponder à expressão/linguagem corporal, ado-

⁴ Ordoñez (2014). *Señas de países en lengua de señas internacional* [vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=-SDJFNuUzI4&fbclid=IwAR0faMu4cas42BfGAwIwWPEn0QzE-nbd9P3p4M4wqW3jj6OyuQjzxifEqqo>

tando uma postura mais rígida ou descontraída consoante o que está a ser dito, através de movimentos como o arquear, curvar e endireitar das costas ou dos ombros. Por esse motivo, pensar e criar personagens de desenhos animados para público surdo poderá ser algo mais complexo por envolver uma pormenorização de áreas do corpo pensadas e desenhadas de formas muito específicas para que possam ajudar à compreensão das mensagens em diferentes contextos. A folha modelo criada para o tapete do filme Aladdin abrange o teste das várias emoções desenhando toda a estrutura do corpo ao invés de somente desenhar as expressões faciais (consultar a folha-modelo no *link* em rodapé⁵).

No entanto, como foi anteriormente referido, uma personagem não é caracterizada apenas pela fisicalidade, as características físicas são complementadas por outros fatores, inclusive a forma como se relacionam com outros personagens, transmitindo mais informação ao espectador. No caso do tapete do filme Aladdin, é referido: «he has shown to possess an almost-human level of intelligence, such as being shy, heroic, mysterious, romantic, adventurous, and unquestionably loyal» (Fandom, sd.). Características como as referidas anteriormente facilitam a criação de empatia com as personagens.

Outro exemplo que podemos observar, relevante para este escopo de possibilidades criativas de personagens, é o filme Zootrópolis (2016), uma animação que recorre a personagens com características antropomórficas e vivências típicas dos humanos em sociedade, em diálogo com uma identidade animal (sendo que o conceito do filme gira ao redor dos pressupostos inerentes ao comportamento de cada espécie de animais). Rendueles (sd) destaca a posição de altos cargos atribuída a animais imponentes como grandes mamíferos e trabalhos de subordinação a animais de pequeno porte. Para ir ao encontro da expectativa do público quanto às emoções, apercebemo-nos que a personagem principal, uma pequena coelha, quando se encontra numa situação de desânimo apresenta a seguinte postura humana: cabeça baixa, face mais «fechada» com os olhos e a boca para baixo acompanhada pelas

⁵ Fandom (sd). consultar folha-modelo em https://aladdin.fandom.com/wiki/Magic_Carpet?fbclid=IwAR2HbXvHaP_ZQLHZ11DOWWKbaxL6gzcyIBJFR6ZAVR1FW96TLszEKUDX8

orelhas, que também caem, contribuindo para a caracterização de aspectos humanos e, simultaneamente, mantendo a identidade animal. A sua folha modelo (Model sheet) demonstra o planeamento e desenho do corpo na sua íntegra, sendo a folha de modelo a referência base para a criação de expressividade própria de cada personagem (consultar a folha-modelo no *link* em rodapé⁶).

Considerações como estas, relativas aos tipos de personagem, à sua conceção e ao planeamento são particularmente importantes por permitirem compreender e testar a capacidade de comunicação das personagens a favor da narrativa (visual, usualmente, mas que se pode refletir também enquanto narrativa gestual). Características antropomórficas e traços humanóides podem ser atribuídos a objetos/personagens que não os teriam à partida, como acontece também em *Sausage Party`'s* como refere Lundmark (2017), sendo que para que exista uma comunicação efetiva em Língua Gestual será provavelmente necessária a existência de uma cara definida e de pontos de toque, bem como a existência de expressão não-manual (querema extremamente importante que carrega significado semântico na Língua Gestual — tal como o inflar da bochecha, morder o lábio, entre outras), características não usuais numa «salsicha».

Se a visualidade faz parte da identidade surda, o uso do som e de uma banda sonora é uma das formas de criar identidade em Animação. Tal como com a perceção de uma imagem, a perceção de uma música leva à formação de uma determinada identidade: não será a forma como uma música pode refletir alguém, será a forma como uma música pode produzir alguém. Será usar a música não como um reflexo de determinados grupos identitários, mas como um meio para formar identidades.

Os filmes mudos eram inicialmente acompanhados por música tocada ao vivo, alguns faziam uso de um comentador ou de um narrador da ação.

Em Animação o som é usualmente utilizado como reflexo da imagem ou forma de criar ênfase, sendo também usado como forma de ajuda à veracidade de ambiências e espaços. As imagens e os sons são assimilados pelo cérebro, e as possibilidades de criação de combinações abrem portas

⁶ Character design references (sd). consultar folha-modelo em <https://characterdesignreferences.com/art-of-animation-7/art-of-zootopia-part-1?rq=zootopia>

à experimentação. A imagem surge contida entre margens, num fotograma. O som não está contido por margens mas fica contido pela imagem. O som pode transcender a imagem, como quando existe uma sobreposição de voz. Nesse caso, o som pode surgir como um comentário à imagem ou até como uma contradição da imagem. O som pode existir sem que haja uma fonte de som visível (ou óbvia) no fotograma. O som pode ainda ser ambiente, som de ruídos internos (como dos fluídos corporais), som mental (de pensamentos, melodias) ou aéreo (de computadores, rádios, telefones, televisores), havendo ainda todo o conjunto de sons que podem ser produzidos pela voz (murmúrios, gritos, canto, fala).

O filme *Spider man — Into the spider-verse* (2018) utiliza o recurso à expressividade gráfica para representar sensações sonoras. Baseando-se na linguagem gráfica típica dos *comics* (banda-desenhada de super-heróis) recorre a uma escala variável de intensidade gráfica para passar esta ideia, como quando a sons agudos, intensos, que possam causar alguma ansiedade, corresponde uma certa carga visual «psicadélica» dada por luminosidade, intensidade e mistura de cores fortes. Sony pictures imageworks (sd) explica como os animadores tentaram recriar o estilo da banda desenhada, misturando animação computadorizada (CGI) com desenhos feitos pelos animadores, resultando numa linguagem alternativa que engloba formas gráficas, cores fortes, composição forte e design simplificado, incorporando informações sonoras no fundo, próximo da ação de fundo através de montagem. Recursos como os referidos, que aliam imagem e som, intensificando a experiência da cena ou a sequência, são possíveis objetos de estudo a ser aplicados à criação de desenhos animados com língua gestual.

De realçar que o recurso a este tipo de relações e intensidades deve seguir uma coerência clara e constante para que sejam sempre percebidas da mesma forma pelo espectador. No referido filme é utilizado o balão de banda desenhada para mostrar os pensamentos do personagem, outras vezes para sons ambiente, sendo essas diferenças bem demarcadas. UK essays (sd) destaca um pormenor que nos parece importante, como a adaptação visual de sons fortes através do uso de linhas onduladas, sendo esta adaptação interessante por as pessoas surdas estarem habituadas a sentir a vibração dos sons, tornando esta adaptação adequada.

Disposição da informação visual em prol da narrativa

Os espectadores surdos têm de dividir a sua atenção visual entre a informação que é apresentada no ecrã. Wehrmeyer (2014) identificou, num estudo conduzido na África do Sul, que procurava encontrar padrões de visualização diferentes entre a comunidade surda e ouvinte. Através de *eye-tracking* percebeu que os espectadores surdos distribuem a sua atenção entre a Língua Gestual (cerca de 75%), os conteúdos gráficos apresentados (cerca de 18%), a informação textual (cerca de 5%) e outros (2%)⁷. Esta receção é facilitada quando todos os aspectos combinados comunicam no mesmo sentido.

Bosch-Baliarda e Orero & Soler-Vilageliu (2020) realizaram um estudo onde tecem algumas considerações importantes sobre o posicionamento do intérprete de Língua Gestual no ecrã em contexto de noticiário. Podemos seleccionar algumas das suas propostas tendo em conta a animação e de que forma estas linhas orientadoras podem ser usadas em prol da narrativa. Após cuidada análise, ponderamos os seguintes pontos: deve ser facilitada a interação entre a Língua Gestual e a informação visual disposta no ecrã (permitindo apontação e rápida identificação do que está a ser tratado, recorrendo, sempre que possível a este tipo de apontação-referencial); manter a informação tempo suficiente para ser captada pela pessoa surda, sabendo que ela valoriza a leitura da Língua Gestual e, em segundo plano, as imagens; evitar que o personagem seja obstruído e que obstrua informação visual adicional que possa ser relevante para a evolução/compreensão da história. Embora seja aconselhado o uso de roupa discreta, lisa, monocromática e contrastante com o tom de pele dos profissionais de interpretação de LG em contexto televisivo, não podemos limitar as animações a esta reduzida paleta cromática, devendo assim, ter uma maior atenção ao tamanho do personagem caso este utilize cores/padrões, devendo ocupar lugar prioritário na tela (caso a indumentária seja demasiado «berrante») o discurso deve ser curto e com uma presença pontual para evitar o cansaço da vista do espectador); o fator contraste deve ser sempre acautelado, evitando as sombras no personagem e à sua volta; o personagem deve ocupar, preferencialmente,

⁷ Wehrmeyer, J. (2014). <https://core.ac.uk/download/pdf/158976673.pdf> (consultar imagem p. 8)

uma posição mínima de $\frac{1}{4}$ do ecrã; a informação visual estática deve ser colocada mais longe do personagem, permitindo que o surdo acompanhe mais agilmente a informação nova através da visão periférica próxima da zona gestual.

É importante destacar que os estudos supracitados tiveram como base o intérprete no noticiário, que se encontra confinado a um local específico durante todo o programa, e que o mesmo não acontecerá numa animação, onde será necessário acautelar a legibilidade da língua em todas as situações. Sousa (2019), na qualidade de coordenadora e consultora de LGP em contexto artístico, realça a importância de se conhecer a língua com que se está a trabalhar, uma vez que «um determinado gesto pode ser feito de costas porque não interfere com a leitura da frase, mas que outro tem necessariamente de ter o insuflar da bochecha à vista de todos» (p. 73). Por este motivo, deverá constar num projeto de animação que inclua Língua Gestual um mediador cultural desta natureza.

Para além dos produtos acima indicados, outros têm vindo a ser produzidos, na esfera cultural, nomeadamente no que concerne a peças de teatro interpretadas para LGP. Existe, com alguma frequência, este tipo de programação, em teatros e espaços urbanos, como sejam o Teatro D. Maria II e o São Luiz, em Lisboa e Teatro Municipal do Porto, Teatro Nacional São João, Teatro Rivoli, Teatro Carlos Alberto na cidade do Porto (Jornal 'Público', 2016; portal 'cultura acessível', 2019). «Estas sessões são marcadas em datas específicas e permitem à Comunidade Surda aceder ao texto teatral através de intérpretes de Língua Gestual Portuguesa» (Conde e Sousa, 2019). Porém, esta limitação não diz respeito apenas a datas e horas, mas também à escolha do lugar, pois para garantir uma boa visibilidade, o espectador tem de escolher um lugar onde possa ver o intérprete de LGP bem como todo o enredo da peça de teatro (Pollastri, 2018). Por forma a ultrapassar esta real questão, foram desenvolvidos alguns projetos que colocaram a Língua Gestual em cima de palco, como é o caso do uso do intérprete-sombra. Esta técnica foi usada na peça de teatro Linguagem do coração, projeto levado a cabo por Sofia de Portugal. Com esta técnica existem, por norma, tantos intérpretes-sombra quantos atores, permitindo ao espectador surdo estabelecer uma relação entre o ator e o intérprete-sombra. Esta técnica tinha sido usada em Leandro, o Rei de Helíria, através

da companhia Grupo de Teatro Apollo⁸, que contou com a presença de 13 intérpretes-sombra. Neste projeto a cultura surda foi respeitada, pois foram pensados ângulos e formas de gestos do intérprete-sombra em consonância com o ator e vice-versa. Para além dos exemplos apresentados, existiram outros, integrando atores surdos e ouvintes em espetáculos, como foi o caso da PELE — Grupo de Teatro de Surdos do Porto, do Teatro Visual Corpus — Escola Superior de Educação de Coimbra e da CIM — VOARTE — no espetáculo 2,50 x 3,70. Neste espetáculo, em particular, foi possível ter um momento de dança realizado por um surdo. Este aspecto foi comentado por muitos espectadores como tendo sido não só um momento completamente inesperado, como um momento de *empowerment*, pois a música raramente se centra na pessoa surda.

O teatro surdo é altamente produtivo, na comunidade surda, já que a Língua Gestual é naturalmente performativa, baseada na incorporação visual de diferentes personagens (Martins *et al.*, 2019). Deste modo, torna-se mais claro que o *deaflore* faz parte da cultura surda — conceito este que «surgiu nos anos 70 para demonstrar que os membros das comunidades surdas têm costumes, tradições e comportamentos construídos em redor das suas línguas gestuais» (Pereira, 2019, pp. 137) —, pelo que a necessidade de contar histórias através de qualquer forma de arte está sempre presente na comunidade surda. Assim, os cuidados linguísticos e técnicos a ter aquando da criação de um projeto que envolva a Língua Gestual deverá contemplar, naturalmente, a transmissão de valores, tradições e costumes do seu património cultural, que é, em si, a própria língua e a sua cultura (Quadros, 2004). Todos estes momentos de desfrute cultural têm como base a cultura surda e o facto de abarcar espectadores com uma predisposição naturalmente mais visual, tendo como língua, a Língua Gestual. Por ser de natureza visuo-manual é clara a importância de aspectos paralinguísticos de forma que a mensagem teatral e/ou o espetáculo possam ser compreendidos. Mais recentemente temos vindo a assistir à mediatização de produtos artísticos tendo como forma de arte o *visual vernacular*. É conhecido como sendo uma forma de arte, talvez uma das mais antigas e das mais usadas em performances de artistas surdos, sendo uma combinação de diferentes elementos, onde estão

⁸ https://www.cm-leiria.pt/pages/760?news_id=83

presentes «poetry and cinematographic techniques, and together with strong movement, iconic signs, gestures and facial expressions it is a most expressive storytelling style» (*Visual Vernacular — Doing Things Differently*, 2017 in Brandwijk, 2018). *Visual vernacular* é, deste modo, considerado «a distinguishing feature of ASL [American Sign Language] that involves the use of filmlike cuts, such as shifting between characters and cutting to show different perspectives of a scene or action» (Bauman *et al.*, 2006 in Brandwijk, 2018, pp. 5).

No que diz respeito às técnicas cinematográficas do *visual vernacular* elas incluem *long shots*, *close-ups* e panorama, onde o protagonista assume não só a perspectiva de cada personagem, como incorpora em si todos os detalhes da cena que está a produzir (Brandwijk, 2018). Porém, esta forma de arte, «is not the same as a cinematographic story, seeing as sign language specific signs are used alongside the cinematographic techniques in cinematographic stories» (Brandwijk, 2018, pp. 20), pelo que naturalmente a transmissão de valores e costumes, já anteriormente referidos, passam de geração em geração nos espaços surdos, fomentando o *deaflore*.

Perante a exposição acima, apercebemo-nos de que é igualmente importante pensarmos em *deaflore*, sendo uma lacuna/preocupação que se mantém até aos dias de hoje. Esta forma de estar e de assumir a surdez, é parte integrante da visualidade da Língua. Assim, a experiência visual é fator demarcante da identidade cultural surda, influenciando todas as esferas da sua vida, desde as anedotas, teatro, pintura, escultura, produção de vídeos/filmes, histórias vividas pelos surdos mais velhos, dança e outros (Lebedeff, 2016, in Aquino. I et al; Lane, 1992). Quanto a este conceito, importa referir que tem sido vivido em espaços culturais e linguísticos muito próprios, como as associações de surdos. A comunidade surda demonstra estes traços culturais nos espaços primordiais para tal, sendo, naturalmente, espaços informais (Pereira, 2013). No entanto, e perante a necessidade de serem reconhecidos como uma minoria linguística e cultural existem já algumas investigações que trazem para a esfera científica o estudo e a promoção do *deaflore*. Karnopp enfatiza a falta de literatura surda infantil, contos que recorram à Língua Gestual, bem como à exploração das temáticas da cultura e identidade surda. Estas manifestações/produções literárias que entendem «a surdez como presença de algo e não como falta, possibilitando outras

representações de surdos, considerando-os como um grupo linguístico e cultural diferente» (Karnopp, 2006, p. 102), assumindo as suas diferenças como marcas surdas, culturais. Para pensarmos numa animação que espelhe bem o *deaflore*, amplamente marcado pela experiência visual surda, é importante apostar num processo de criação verossímil que inclua os aspectos supracitados.

Representatividade e identidade

Tendo em conta o panorama atual, as crianças surdas veem-se representadas, maioritariamente, por uma perspetiva médica que visa curar a surdez ao invés de pôr enfoque na sua cultura. Justino (2019), denuncia a falta de acessibilidade que a comunidade surda enfrenta perante uma representatividade ainda menor. Raramente se expõem as identidades e culturas surdas e explicita a importância desta representação para a construção de uma identidade cultural confortável. As identidades surdas são muito heterogêneas, isto porque uma pessoa surda será sempre bicultural ou multicultural (Jokinen, 2006). Sendo parte de uma minoria agregará em si a cultura da sua comunidade bem como da comunidade maioritária e outras envolventes (comunidade LGBTI+, religiosa, étnica, outras) e, além disso, identificar-se-á de diferentes formas com o Mundo Surdo, tendo diferentes níveis de participação e envolvimento na comunidade. Andersson (2009) concluiu, através da avaliação de um programa de formação junto de uma comunidade surda na Tailândia que comunicava com a família ouvinte de forma muito básica, que o convívio regular entre os indivíduos surdos fomentava uma expressão mais natural, um sentimento de pertença e uma maior autoestima. Para entendermos melhor a importância de vermos os nossos modos de ser, pensar e sentir espelhados no outro ou, por outras palavras, de nos vermos representados, recorreremos ao exemplo de *Tamara*⁹ (consultar vídeo), uma curta metragem que mostra uma menina surda que quer ser bailarina e é incentivada pela mãe que comunica com ela em Língua Gestual. Esta pro-

⁹ *Tamara, Disney like animation short*. [vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=B4frsp-rR6c>

dução de 2014 pode ajudar no *empowerment* da criança surda que se vê representada e percebe que pode fazer tudo, exceto ouvir. Noutra perspectiva, surge *Min e as mãozinhas*, uma série de desenhos animados que mostram as aventuras de uma menina surda e aspectos culturais (campanha luminosa, pistas visuais,...) da cultura surda, chamando a atenção para uma comunidade que é efetivamente diferente na sua forma de ser, ver e sentir. Uma programação audiovisual que serve a maioria ouvinte pode ter várias implicações, entre elas, ignorância dos costumes, vivências, língua e criações literárias e artísticas dos surdos. Por este motivo, uma maior representatividade será inversamente proporcional ao conhecimento por parte do público geral, podendo levar a uma aproximação entre ambas as comunidades, surda e ouvinte. Esta aproximação pode ser feita através do uso de sistemas linguísticos diferentes, o uso de linguagens diferentes num novo estilo de animação. Possibilidades como a incorporação de onomatopeias numa narrativa visual gestual, podem despertar o interesse dos ouvintes e aprendizagens diferentes, como em *Min e as mãozinhas* (Justino,2019). Por outro lado, abre portas aos surdos: «O sujeito surdo que acessa aos medias tem possibilidade de constituição identitária e cultural por intermédio dos desenhos animados em língua de sinais e personagens surdos» (Goes, 2018, p. 28).

Considerações finais

Esta investigação pretende analisar as adaptações necessárias para que o cinema de animação se torne mais inclusivo para o público surdo e demais curiosos, promovendo o *deaflore* com vista ao *empowerment* do público surdo infantil que, ao ver-se representado sob diversas aventuras e possibilidades que os desenhos animados costumam oferecer na sua programação regular, possa sonhar e ambicionar a igualdade de oportunidades que lhes é prometida. Assim, propomo-nos a estudar um conjunto de regras, quer da animação, quer da Língua Gestual, fundindo arte, cultura e língua, culminando num guião orientador que enriqueça ambas as partes de igual forma, explorando e tirando maior partido da experiência Animação, uma experiência que consiga, tendencialmente, comunicar de forma igual com surdos e com ouvintes. Concretizado este guião, as equipas de realização e

animação poder-se-ão guiar pelo mesmo, adaptando aspectos já estudados tais como: luminosidade, planos, enquadramentos, ângulos, movimentos de câmara possíveis ao trabalhar com uma língua tridimensional que recorre a um espaço gestual a considerar, sem quebrar o ritmo visual inerente a uma animação, por exemplo em relação ao uso da espacialidade e à forma como se poderá transmitir visualmente os sons. Com a ajuda do guião orientador podem ser criados filmes de animação que, dirigidos a ouvintes e a surdos, ajudem a transmitir aos ouvintes como a comunidade surda é uma comunidade simultaneamente bicultural. Prevê-se a possibilidade de aplicação deste guião na criação de filmes de animação como uma ajuda que permitirá às crianças surdas abraçar a sua diferença, cultura e língua com maior naturalidade deixando este tema de ser tabu, uma vez que a surdez é invisível. Espera-se que esta investigação possa ser um contributo válido para desmistificar preconceitos e para potenciar a inclusão. Assim, propomo-nos a estudar um conjunto de regras, quer da animação quer da Língua Gestual, fundindo arte, cultura e língua, culminando num guião orientador que enriqueça ambas as partes de igual forma, explorando e tirando maior partido da experiência visual.

Referências bibliográficas

- Academia RTP (2012). *A Arte de Animar Portugal*. Documentário. Consultado a 18/09/2020 em <https://ensina.rtp.pt/artigo/contamos-a-historia-da-animacao-em-portugal/>
- Andersson, Y., Morais, A. (2009). *O Gesto e a Palavra II*. In M. Bispo, A. Couto, M. Clara, L. Clara (coord.). Lisboa: Caminho.
- Bendazzi, G. (1994). *Cartoons, One hundred years of cinema animation*. United Kingdom: John Libbey Publishing.
- Bosch-Baliarda, Marta; Orero, Pilar; Soler-Vilageliu, Olga. (2020). *Towards recommendations for TV sign language interpretation*. In SKASE Journal of Translation and Interpretation [online]. 2020, vol. 13, n.º 2 [cit. 2020-07-11]. Consultado a 13/12/2020 em file:///C:/Users/User/Desktop/recomendações%20ilgp%20tv.pdf
- Brandwijk, Marieke van (2018). *Visual Vernacular: An Inter and Intra Sign Language Poetry Genre*

- Comparison*. Bachelor thesis. BA Linguistics — Language and Cognition. Leiden University.
- Character Design References. Art of zootopia (part I). Consultado a 30/12/2020 em <https://characterdesignreferences.com/art-of-animation-7/art-of-zootopia-part-1?rq=zootopia>
- Correia, I. (2014). *Morfologia Derivacional em Língua Gestual Portuguesa: Alguns Exemplos*. Exedra: Revista Científica — Educação e Formação, n.º 9, pp. 159–172. Consultado em 27/12/2020 em <http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=9&idart=422>
- Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10. Artigo 74.º h) Ensino. Constituição da República Portuguesa — versão atualizada, Consultada a 30/09/2020 em <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/337/202002171639/128039/diploma/indice>
- Diário da República n.º 194/2004, Série I-A de 2004-08-18. Lei n.º 38/2004 — *Regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência*. Consultada a 30/09/2020 em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/480708/details/maximized>
- Esperança, J., Dias, C. (2006). *Mídia televisiva e culturas das infâncias: entretenimento e propaganda transformando as concepções e os modos de ser criança*. UNirevista, vol. 1, n.º 2: (abril 2006) ISSN 1809-4651. Consultada a 21/09/2020 em <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/1331/M%3%addia%20televisiva%20e%20culturas%20das%20inf%3%a2ncias.pdf?sequence=1>
- Fandom, Alladin Wiki. (sd). *Magic Carpet*. Consultado a 20/12/2020 em https://aladdin.fandom.com/wiki/Magic_Carpet?fbclid=IwAR2HbXvHaP_ZQLHZ11-DOWWKbaxL6gzcyIBJFR6ZAVR1FW96TLszEKUDX8
- Fragata, N. (2014). *Processo criativo | Entre | convite à produção*. Tese (Doutoramento) — Universidade de Aveiro. Consultado a 09/12/2020 em <https://ria.ua.pt/handle/10773/427/browse?type=author&order=DESC&rpp=40&value=Marques%2C+Nuno+Alexandre+Fragata>
- Goes, R. (2018). *Representações de personagens surdos e/ou da língua de sinais em desenhos animados*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação/Pós-Graduação em Educação, Estudos Culturais Porto Alegre. Consultado a 04/04/2020 em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189604/001090080.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

- Jokinen, M. (2006). *O Gesto e a Palavra I — Antologia de textos sobre a surdez*. In M. Bispo, A. Couto, M. Clara, L. Clara (coord.). *Antologia de textos sobre a surdez*. Lisboa: Caminho.
- Justino, F. (2019). *Min e as mãozinhas: uma análise sobre a representatividade surda na mídia*. Universidade estadual da paraíba, centro de educação — CEDUC — Licenciatura em letras português. Consultado a 02/04/2020 em <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/20412/1/TCC%20%20FABIANE%20BATISTA%20DE%20ALMEIDA%20JUSTINO.pdf>
- Karnopp, L. B. (2006). *Literatura Surda*. ETD — Educação Temática Digital, 7(2), pp. 98–109. Consultado a 30/03/2020 em <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-101624>
- Lane, H. (1992). *A máscara da Benevolência. A comunidade surda amordaçada*. Instituto Piaget, Lisboa
- Lebedeff, T. (2016). *Língua, literatura, cultura e identidade — entrelaçando conceitos*. In Aquino, I., Crestanil, L., Dias, Luís., Diedrich, M. (org). Edição 1, capítulo 1. Universidade de Passo Fundo, BR. Consultado a 21/09/2020 em https://www.researchgate.net/publication/317370880_Lingua_de_sinais_e_cultura_surda_qual_seu_lugar_na_escola#fullTextFileContent
- Leroi-Gourhan A. (1965). *O Gesto e a Palavra 2 — Memória e ritmos*. Lisboa: Edições 70.
- Lundmark, Michaela (2017). *How to breath life into inanimate objects. Bachelor of Fine Arts, specialization Computer Graphic Arts 180hp*. Department of Arts, Communication and Education Luleå University of Technology, Skellefteå, Consultado a 07/12/2020 em . <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1107618/FULLTEXT01.pdf?fbclid=IwAR2-47cXmXTL--liiafQZoBR-PhIy-2KscFO-n5ehdW1J60tZeOnXqyK63Gk>
- Marino (2014). *Tamara, Disney like animation short* [video]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=B4frsp-rR6c>
- Martins, M., Benge, C., Furtado, A., Perry, A., Castanho, S., Cottim, J., Morais, I. & Morgado, M. (2019). *Plano Nacional de Literatura para Surdos*. Ver + In I. Correia; P. Custódio & R. Campos. *Línguas de Sinais: Cultura, Educação, Identidade* (pp. 127–154). Lisboa: Sítio do Livro. Edições Ex. Libris. [ISBN: 978-989-8867-68-1].
- Morais, J. (2008). *Os desenhos animados e as crianças. Um estudo multicaso sobre as preferências de desenhos animados por crianças do 1.º Ciclo do*

- Ensino Básico*. Mestrado em Estudos da Criança Especialização em Tecnologias de Informação e Comunicação. Universidade do Minho. Consultada em 25/02/2020 em file:///C:/Users/User/Downloads/Tese%20Final.pdf
- Oliveira, S. (2016). *A Língua Gestual Portuguesa como primeira língua da criança surda*. Mestrado em Comunicação Acessível. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Leiria. Consultado a 06/03/2020 em https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/1945/1/TESE_Joana%20Oliveira_Final.pdf
- Ordoñez, L. (2014). *Señas de países en lengua de señas internacional* [vídeo]. Youtube. Consultado a 30/12/2020 em <https://www.youtube.com/watch?v=-SDJFNuUzI4&fbclid=IwAR0faMu4cas42BfGAwIwWPEn0QzE-nbd9P3p4M4wqW3jj6OyuQjzxifEqqo>
- Pereira, J. (2013). *Amor Surdo — Relações Humanas e Tecido Cultural: A comunidade Surda como Minoria linguística*. Lisboa: Chiado Editora.
- Pereira, J. (2019). *A Etnia Surda e o Investigador Externo* In I. Correia; P. Custódio & R. Campos. *Línguas de Sinais: Cultura, Educação, Identidade* (pp. 127–154). Lisboa: Sítio do Livro. Edições Ex. Libris. [ISBN: 978-989-8867-68-1].
- Pinto, M. (2016, outubro 23). *Como se “ouve” e sente o teatro num mundo silencioso?* Público. Disponível em <https://www.publico.pt/2016/10/23/p3/noticia/como-se-ouve-e-sente-o-teatronum-mundo-silencioso-1748474>
- Pollastri, B. (2018). *A figura do intérprete-sombra, uma experiência*. [relatório]. Setúbal.
- Portal da Cultura Acessível. (2019) acessível em <https://www.cultura-acessivel.pt/>
- Priberam da Língua Portuguesa (2020). “folclore”. consultado em 21/09/2020 em <https://dicionario.priberam.org/folclore>
- Quadros, R. de; Karnopp, L. (2004). *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed. [ISBN: 85-363-0308-5].
- Rendueles, C. (sd). *Malas noticias: materialismo*. (pp. 13–15.) MINERVA 28.17. Consultado a 29/12/2020 em file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-Malas-Noticias-6043051%20(1).pdf
- Sony pictures imageworks. (sd). Spider man: Into the spider-verse. Consultado a 29/12/2020 em <https://www.imageworks.com/our-craft/feature-animation/movies/spider-man-spider-verse>
- Sousa, Joana. (2019). *Atrás do pano: o backstage de uma peça de teatro bilingue*. In Mediações — Revista OnLine da Escola Superior de Educação do Instituto

- Politécnico de Setúbal, vol. 7, n.º 1, 2019 (pp. 62–74). Consultado a 13/12/2020 em file:///C:/Users/User/Desktop/350x270.pdf
- Theatre de la Lanterne (2020). *Le théâtre d'ombres*. Consultado a 23/09/2020 em <https://www.theatredelalanterne.net/les-ombres-chinoises/>
- Tietzmann, R. (2007). *Como falava a tipografia do cinema mudo?* Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Consultado em 31/05/2020 em <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/210/211>
- Wehrmeyer, Jennifer. (2014). *Eye-tracking Deaf and hearing viewing of sign language interpreted news broadcasts*. In Journal of Eye Movement Research 7(1):3, pp. 1–16. DOI 10.16910/jemr.7.1.3. ISSN 1995-8692. Consultado a 13/12/2020 em <https://core.ac.uk/download/pdf/158976673.pdf>
- Wolf, P., Vieira, M. (2015). *Design de animação: Concepção de personagem e captura de movimento*. Projética, Londrina, vol .6, n.º 1, pp. 25–38, Julho/2015. Consultado a 29/12/2020 em file:///C:/Users/User/Downloads/19906-104342-1-PB.pdf
- UK essays. (sd). *Spider man: into the spider-verse analysis*. Consultado a 29/12/2020 em <https://www.ukessays.com/essays/film-studies/spider-man-into-the-spider-verse-analysis.php>

